



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3107

Sexta-feira - 10 de Abril de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

EDIÇÃO EXTRA

Municípios

Abdon Batista	3	Descanso.....	96	Lages	169
Apiuna.....	6	Ermo.....	97	Lauro Muller	170
Arabutã	7	Flor do Sertão	98	Lindóia do Sul	171
Arvoredo	8	Forquilha.....	103	Lontras.....	172
Balneário Arroio do Silva	10	Galvão.....	111	Luzerna	173
Barra Bonita.....	14	Garopaba.....	113	Macieira.....	176
Barra Velha.....	15	Gaspar	114	Maravilha.....	178
Benedito Novo	16	Grão Pará	115	Marema.....	180
Biguaçu	26	Guaraciaba	117	Massaranduba.....	196
Bom Jardim da Serra	29	Guaramirim.....	118	Modelo	204
Bom Jesus do Oeste	34	Guarujá do Sul	119	Monte Carlo	236
Caçador.....	37	Guatambú	120	Monte Castelo	242
Caibi	41	Herval d'Oeste	121	Morro da Fumaça	255
Campo Alegre	42	Indaial.....	124	Navegantes.....	261
Campos Novos	43	Iomerê	128	Nova Erechim.....	263
Canoinhas.....	54	Ipira	130	Nova Veneza	264
Capão Alto.....	55	Iporã do Oeste.....	131	Novo Horizonte	281
Capinzal	56	Ipuacú.....	132	Orleans	283
Catanduvas.....	57	Ipumirim	134	Palmitos	287
Caxambu do Sul.....	64	Iraceminha	135	Paraíso	288
Chapadão do Lageado	66	Irineópolis	136	Passos Maia	289
Chapecó	69	Itá	141	Penha.....	290
Cocal do Sul.....	72	Itapema	142	Pescaria Brava	295
Concórdia	73	Itapiranga.....	143	Pinhalzinho	296
Cordilheira Alta	75	Ituporanga	144	Ponte Serrada	299
Coronel Freitas.....	86	Jacinto Machado	145	Porto Belo.....	300
Coronel Martins.....	89	Jaraguá do Sul	158	Porto União.....	301
Corupá	91	Joaçaba	159	Pouso Redondo	308
Cunhataí.....	93	José Boiteux	168	Praia Grande.....	311





Sumário

EDIÇÃO EXTRA

Presidente Getúlio	313	São Carlos	368	Timbó Grande	427
Quilombo.....	315	São Domingos.....	371	Três Barras	428
Rio do Oeste.....	316	São Francisco do Sul.....	372	Treviso	429
Rio dos Cedros.....	330	São João Batista.....	378	Trombudo Central.....	432
Rio do Sul.....	317	São João do Sul	379	Tunápolis.....	436
Rio Fortuna.....	331	São José do Cedro.....	380	Turvo	437
Rio Rufino.....	334	São Lourenço do Oeste.....	386	Urubici	438
Rodeio.....	335	São Miguel do Oeste.....	390	Urussanga	439
Salto Veloso	336	Seara	393	Videira.....	442
Santa Cecília	340	Serra Alta	404	Witmarsum	446
Santa Terezinha do Progresso	342	Sombrio.....	407	Xanxerê.....	448
Santiago do Sul.....	343	Sul Brasil	413	Xavantina	462
Santo Amaro da Imperatriz	358	Timbé do Sul	415		
São Bento do Sul.....	362	Timbó	417		

Consórcios

CIGA	465
CIMVI.....	466
CIS/AMFRI.....	469
CIS/AMOSC.....	472
CIS/AMVI	473
CONDER.....	475



Abdon Batista

PREFEITURA

PORTARIA 188 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2435071

PORTARIA Nº 188/2019
CONTRATA SERVIDORA QUE MENCIONA

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal do Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº 158/93 e;

Considerando classificação em 1º lugar, no Processo Seletivo nº 002/2019 para o cargo de Psicóloga;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR em caráter temporário, LILIANE NERIS DA SILVA, portadora do CPF nº 062.064.779-59 e CRP-12 19216, para exercer o Cargo de PSICÓLOGA, com vencimento e vantagens previstas em lei, a contar desta data, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O prazo de contratação fica condicionado à vigência do Processo Seletivo nº 002/2019 em vigor.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, 17 de fevereiro de 2020.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 189 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2435114

PORTARIA Nº 189/2020
NOMEIA E ENQUADRA SERVIDORA EM CARGO EFETIVO

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal do Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº 068/2017 e,

Considerando homologação do resultado final do Concurso Público referente ao Edital 001/2019;
Considerando classificação em 1º lugar e apresentação da documentação exigida para posse.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, por Concurso Público MARCELA SANTOS MAGALHÃES, portadora do CPF nº 087.450.349-31, para exercer o Cargo em Provimento Efetivo de FISIOTERAPEUTA 20 HRS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento e vantagens previstas em lei, a contar desta data.

Art. 2º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, 17 de fevereiro de 2020.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

TERMO DE POSSE

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, no Gabinete do Prefeito, no Prédio da Prefeitura Municipal de Abdon Batista, situado à Rua João Santin Nº30, Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, compareceu a Srª MARCELA SANTOS MAGALHÃES a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de FISIOTERAPEUTA 20 HRS nomeada pela Portaria N.º 189/2020, de 17 de fevereiro de 2020.

Nesta oportunidade foi-lhe dado a posse pelo Senhor Prefeito Municipal Lucimar Antonio Salmoria, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pelas partes.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Empossante

MARCELA SANTOS MAGALHÃES
Empossada

PORTARIA 190 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2435259

PORTARIA N° 190/2020
NOMEIA E ENQUADRA SERVIDOR EM CARGO EFETIVO

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal do Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar n° 049/2014 e,
Considerando homologação do resultado final do Concurso Público referente ao Edital 001/2019;
Considerando classificação em 1º lugar e apresentação da documentação exigida para posse.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, por Concurso Público ALESSANDRO TELLES, portador do CPF n° 053.636.609-89, para exercer o Cargo em Provimento Efetivo de ENFERMEIRO GERAL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento e vantagens previstas em lei, a contar desta data.

Art. 2º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, 17 de fevereiro de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

TERMO DE POSSE

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, no Gabinete do Prefeito, no Prédio da Prefeitura Municipal de Abdon Batista, situado à Rua João Santin N°30, Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, compareceu o Sr. ALESSANDRO TELLES a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRO GERAL nomeado pela Portaria N.º 190/2020, de 17 de fevereiro de 2020.

Nesta oportunidade foi-lhe dado a posse pelo Senhor Prefeito Municipal Lucimar Antonio Salmoria, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pelas partes.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Empossante

ALESSANDRO TELLES
Empossado

PORTARIA 191 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2435300

PORTARIA N° 191/2020
CONTRATA PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conformidade com a Lei 405/2001 e,

Considerando a homologação do Resultado Final do Chamamento Público 001/2020 através do decreto n° 008/2020;
Considerando que os primeiros colocados protocolaram pedido de reclassificação de vaga;
Considerando ordem de classificação dos candidatos para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR DARLAN CARLOS POLTRONIERI, brasileiro, solteiro, portador do CPF n° 012.638.819-98, para o Cargo de Professor de Educação Física, carga horária de 20h aula semanais, do quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, com vencimento e vantagens previstas em lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de: 19 de fevereiro de 2020 até a validade do chamamento público (18 de dezembro de 2020).

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Abdon Batista- SC, em 19 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 192 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2435324

Portaria nº 192/2020
EXONERA Á PEDIDO SERVIDORA QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei vigente e;
Considerando requerimento protocolado junto ao Departamento Pessoal;

Resolve:
Art.1º - Exonerar LIDIANE APARECIDA SUTIL, contratada em Caráter Temporário através da portaria nº 176/2020, no cargo de Professora de Séries Iniciais e Educação Infantil.
Art. 2º - A referida exoneração se dá na data do requerimento em 19 de fevereiro de 2020.
Art. 3º - Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 19 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 193 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2435417

PORTARIA N° 193/2020
NOMEIA DIRETORA QUE MENCIONA

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conformidade com a Lei Complementar nº 033/13.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, DHIENIFFER RIBEIRO CORREA, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 092.314.169-36, para exercer o Cargo em provimento em comissão de Diretora de Direitos Humanos e Políticas para a Juventude, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º - Esta portaria tem seus efeitos retroativos em 10 de fevereiro de 2020.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, em 19 de fevereiro de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

PORTARIA 195 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2435429

Portaria nº 195/2020
EXONERA Á PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei vigente e;

Considerando requerimento protocolado junto ao Departamento Pessoal;

Resolve:
Art.1º - Exonerar EMIDIO MACEDO LEMOS FILHO, contratado em Caráter Temporário através da portaria nº 294/2017, no cargo de Médico do ESF.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos em 29 de fevereiro de 2020.
Art. 3º - Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 27 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 26/2020

Publicação N° 2435276

MUNICIPIO DE APIÚNA

EXTRATO CONTRATO N° 26/2020

TOMADA DE PREÇOS N° 03/2020

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA - Contratada: PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Recife, com extensão de 1026,90m e área de 7167,30m² Vigência: Início: 09/04/2020 até 31/12/2020. Valor R\$: 1.212.453,26 (Um Milhão, Duzentos e Doze Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Três Reais e Vinte e Seis Centavos).

Dotação: 124 - 06.001.1063.3449051990000000000.01830000

Dotação: 302 - 06.001.1063.3449051990000000000.03500000

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

Data: 09/04/2020

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito.

PORTARIA N° 0269/2020

Publicação N° 2435304

PORTARIA N° 0269/2020

De 09 de abril de 2020

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO COORDENADORA DO

CADASTRO SIMPLIFICADO N° 06/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jose Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
RESOLVE

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado n.º 06/2020 do Município de Apiúna.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro desta Portaria, fica assim composta:

Presidente: Marileia Rezini Merini

Secretário: Juliana Jaqueline Elias

Membro: Marciane Peters Ferrari

Membro: Thean Carlos Moser

Membro: Vanessa Fuluvani Roza

Parágrafo Único - A Comissão poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º - À Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado n.º 06/2020, compete avaliar, acompanhar e fiscalizar a realização do Cadastro, emitir julgamentos acerca de impugnações e recursos impetrados e deliberar sobre os casos omissos.

Art. 4º - As decisões da Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado n.º 06/2020 serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado n.º 06/2020 acima mencionado presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete ao Secretário da Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado n.º 06/2020:

I. Lavar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II. Propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

III. Elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 09 de abril de 2020.

Jose Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 182/2020 (RETIFICADA)

Publicação N° 2435105

PORTARIA N° 182/2020
DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. DESIGNAR com base no art. 61 da Lei Complementar n° 159 de 29 de dezembro de 2014 o servidor ALECIR DRESSEL, inscrito no CPF sob n°. 893.294.819-49, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Gerais, para no período de 01 a 30 de abril de 2020, exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas.

Art. 2º No período de substituição, o substituto será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art. 3º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 01 de abril 2020.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de abril de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

Arvoredo

PREFEITURA

DECRETO 2.439

Publicação Nº 2435158

Decreto nº 2.439, de 09 de abril de 2020.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo da quarentena, acata as disposições do Decreto Estadual e retoma as atividades da administração municipal.

A Prefeita Municipal de Arvoredo JANETEPARAVIZI BIANCHIN, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 100, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 24 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 535, de 30 de março de 2020, que dispôs sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense, DECRETA:

Art. 1º Acata-se no âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, e da Lei Nacional nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Ficam retomadas a partir de 13/04/2020 as atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais que estavam suspensas por determinação do Decreto Municipal nº 2.438, de 08 de abril de 2020.

Art. 3º Todos os agentes públicos estão obrigados a atender e, ao mesmo tempo, incentivar os munícipes a cumprirem as seguintes condições e cuidados:

I - Disponibilizar álcool gel 70% nas recepções, salas de espera, sanitários, áreas operacionais, e refeitórios, orientando e estimulando a sua utilização pelos servidores públicos e pelas pessoas a serem atendidas;

II - Caso o estabelecimento disponha de sala de espera, esta poderá ser utilizada com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade, mantendo distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

III - As Secretarias/Departamentos devem padronizar e realizar procedimentos que garantam a higienização contínua dos locais de uso das pessoas, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, entre outros;

IV - Cada servidor deverá realizar suas atividades de forma individualizada;

V - Caso a atividade necessite de mais de um servidor ao mesmo tempo e a distância entre eles for inferior a 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros), ambos deverão usar máscaras descartáveis durante esta atividade, substituindo-as a cada duas horas (se o serviço em conjunto se estender por este tempo ou mais), descartando-as ao seu término.

VI - Manter ventiladas, dentro do possível, as áreas utilizadas para as atividades, tanto administrativas quanto operacionais;

VII - Quando o serviço for prestado em domicílio ou serviço externo, as regras de segurança para proteção de contaminação pelo coronavírus devem ser respeitadas.

VIII - As Secretarias Municipais deverão organizar suas atividades internas de forma que os servidores possam manter distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre eles durante os processos de teleatendimento;

IX - O recebimento de mercadorias deve ser organizado de forma que os fornecedores possam manter distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre eles e entre os trabalhadores do estabelecimento;

X - Deve ser oferecido álcool gel 70% aos entregadores que devem ser orientados a higienizar as mãos antes e depois das entregas;

XI - As Secretarias Municipais/Departamentos deverão adotar medidas internas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho, priorizando o afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento;

XII - Servidores que realizarem atividades de higienização de ambientes devem utilizar equipamentos de proteção individual - (EPIs), apropriados para a execução do trabalho;

XIII - Todos os servidores deverão higienizar as mãos antes e ao final das atividades;

XIV - A pessoa atendida deverá ser questionada se apresenta sintomas respiratórios ou se está em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19 e, em caso positivo, não deverá ser prestado atendimento;

XV - Os munícipes atendidos devem ser orientados a informar ao servidor que o atendeu caso venham a ter resultados positivos para a COVID-19;

XVI - Manter as atividades com os cuidados de higienização das mãos, uso de álcool gel, distanciamento, etiqueta da tosse, limpeza e ventilação dos ambientes;

XVII - Servidores que executarem atendimentos a pessoas que vierem a positivar para os testes de COVID-19 deverão imediatamente parar os atendimentos, informar o fato às autoridades sanitárias do seu município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades;

XVIII - Caso o servidor positivo para COVID-19 deverá avisar imediatamente as pessoas que atendeu, informar o fato às autoridades sanitárias do seu município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades;

XIX - Os sanitários/banheiros devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool gel 70%;

XX - Para os servidores públicos que realizam suas atividades em consultórios ou salas fechadas, tipo escritórios:

- organizar a agenda de modo a ampliar o intervalo entre atendimentos, reduzindo o número de pessoas nestes ambientes;
- os atendimentos deverão ser realizados de forma individual, veda a presença de mais de uma pessoa na sala de espera;
- disponibilizar álcool gel nas salas de espera e nas salas de atendimento, nas áreas de saída, devendo haver orientação para a utilização;
- realizar a higienização contínua do estabelecimento, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e

realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimões, interruptores, elevadores, balanças, banheiros, lavatórios, entre outros;

e) ao realizar o agendamento, a pessoa deverá ser questionada se apresenta sintomas respiratórios e se está em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19, ficando proibido o atendimento de pessoas sintomáticas ou em período de quarentena nestas atividades;

f) deve ser dado atendimento preferencial a idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes, sendo garantindo fluxo ágil a fim de que estas pessoas permaneçam o mínimo de tempo possível no estabelecimento;

g) o servidor deverá higienizar as mãos antes e ao final das atividades e usar EPIs de acordo com a assistência prestada;

h) manter todas as áreas ventiladas, inclusive os refeitórios de trabalhadores e locais de descanso, caso existam, devendo ser evitadas aglomerações;

i) os servidores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada cliente ou após usarem banheiro;

j) os servidores que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica.

Art. 4º Ficam revogados Decretos Municipais 2.428 de 20 de março de 2020, 2.432 de 25 de março de 2020, 2.435 de 31 de março de 2020, e 2.438 de 08 de abril de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo (SC), 09 de abril de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Miriam Meneguzzi Padova

Responsável pela publicação

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020

Publicação Nº 2435315

ERRATA 001/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

1 – Do Objeto: Aquisição de um veículo tipo van 0 km (zero quilômetro), modelo minibus, ano de fabricação mínima 2019, para utilização no Fundo Municipal de Saúde de Balneário Arroio do Silva.

2 – Das Justificativas da Errata: Considerando a melhor adequação do descritivo do veículo para que a aquisição atenda as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

3 - Das Alterações: Trazemos ao conhecimento dos interessados, que o Edital do Processo Licitatório supracitado, sofreu alterações nos itens discriminados abaixo:

ONDE SE LÊ:

Veículo Tipo Van

- Veículo zero Km;
- Tipo VAN MINIBUS;
- Motor com no mínimo 140 Cv;
- Combustível: óleo Diesel;
- Capacidade de combustível: 70 litros
- Fabricação mínima 2019;
- Capacidade mínima: 15 + 1;
- Limpador e desembaçador traseiro;
- Alarme antifurto;
- Cor: Branca;
- Cambio manual – no mínimo 06 marchas a frente e 1 à ré;
- Ar condicionado;
- Direção hidráulica e/ou elétrica;
- Vidros elétricos;
- Volante com regulagem de altura;
- Travas elétricas nas 04 portas;
- Rodado simples;
- Teto Alto;
- Demais acessórios básicos e equipamentos exigidos pelo CONTRAN.
- Com no mínimo airbag motorista;
- Freios abs;
- Sistema de Controle de Tração;

LEIA-SE:

Veículo Tipo Van

- Veículo zero Km;
- Tipo VAN MINIBUS original de fábrica;
- Motor com no mínimo 140 Cv;
- Combustível: óleo Diesel;
- Capacidade de combustível: 70 litros
- Fabricação mínima 2019;
- Capacidade mínima: 15 + 1;
- Limpador e desembaçador traseiro;
- Alarme antifurto;
- Cor: Branca;
- Cambio manual – no mínimo 06 marchas a frente e 1 à ré;
- Ar condicionado;
- Direção hidráulica e/ou elétrica;
- Vidros elétricos;
- Volante com regulagem de altura;
- Travas elétricas nas 04 portas;
- Rodado simples;
- Teto Alto;

- Demais acessórios básicos e equipamentos exigidos pelo CONTRAN.
- Com no mínimo airbag motorista;
- Freios abs;
- Sistema de Controle de Tração;
- Banco reclináveis;
- Sistema de Controle de Tração;

4. Da sessão pública: Fica determinado nova data para impugnação do Edital, abertura da sessão e protocolo dos envelopes:

4.1 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até o dia 21/04/2020, no endereço discriminado no item 21.12 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição. Caso não seja respondido até a abertura da sessão, pela Administração Pública, o processo será automaticamente suspenso.

4.2 - A Entrega, Protocolo dos envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", deverão ser feitos junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, até às 07:40 horas do dia 23 de abril de 2020, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 08:00 horas.

Balneário Arroio do Silva, 09 de abril de 2020.

Altemir Daros Fontanela

Pregoeiro

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1 A 9

Publicação Nº 2435363

ESTADO DE SANTA CATARINA – SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020 – MERENDA ESCOLAR
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: ALEX DE SOUZA TEIXEIRA – ME 12.250.416/0001-47; COMERCIO DE CARNES DELLA GUSTINA LTDA – ME 15.547.699/0001-81; COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA 03.976.253/0001-93; M.J. DA ROSA 34.407.727/0001-00; MARCELO GOMES & CIA LTDA – ME 05.850.947/0001-05; TEVIAN COMERCIAL LTDA 09.815.662/0001-94; VALDAIR ANTUNES LUCIO – ME 78.627.106/0001-07.

Valor total: R\$ 854.545,50

Assinado em: 02/01/2020

Vigente até: 01/01/2021

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios, durante a vigência da ata, para compor a merenda escolar da rede municipal de ensino (fundamental, infantil e EJA) do Município de Balneário Arroio do Silva/SC".

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020 – LIMPEZA EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA 03.976.253/0001-93; MARCELO GOMES & CIA LTDA – ME 05.850.947/0001-05; MAYCON WILL EIRELI 18.712.730/0001-80; VALDAIR ANTUNES LUCIO – ME 06.541.303/0001-06; VIDEQUIMICA IND. E COM. DE PRODUTOS QUIMICOS 08.781.410/0001-29; VOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS 00.112.092/0001-00.

Valor total: R\$ 200.806,10

Assinado em: 02/01/2020

Vigente até: 01/01/2021

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "Aquisição parcelada de Produtos de Limpeza e Higiene, para suprir as necessidades da Rede Municipal de Ensino (Fundamental, Infantil e EJA) do Município de Balneário Arroio do Silva/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital".

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020 – MERENDA E LIMPEZA CRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: ALEX DE SOUZA TEIXEIRA – ME 12.250.416/0001-47; COMERCIO DE CARNES DELLA GUSTINA LTDA – ME 15.547.699/0001-81; MARCELO GOMES & CIA LTDA – ME 05.850.947/0001-05; MDA ARMARINHOS LTDA 06.541.303/0001-06; POLPAS E SUCOS ROS – INDUSTRIA E COMERCIO DE FRUTAS 09.815.662/0001-94; VALDAIR ANTUNES LUCIO – ME 08.781.410/0001-29.

Valor total: R\$ 171.537,21

Assinado em: 02/01/2020

Vigente até: 01/01/2021

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios e Produtos de Higiene e Limpeza, no exercício financeiro de 2020, para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Município de Balneário Arroio do Silva/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital".

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020 – TINTAS SINALIZAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BÁLNEARIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: ARNO CESAR DE BEM – ME 02.750.286/0001-58; ROSALEN FABRICAÇÃO DE TINTAS E QUIMICOS EM GERAL 24.531.333/0001-05.

Valor total: R\$ 16.500,00

Assinado em: 02/01/2020

Vigente até: 01/01/2021

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "aquisição parcelada de tintas para sinalização viária para a manutenção das Ruas e Avenidas do Município de Balneário Arroio do Silva/SC, conforme quantitativos e especificações contidas no Anexo I do Edital, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital conforme termo de referência, anexo I deste Edital."

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2020 – GÁS DE COZINHA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BÁLNEARIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: ANASTACIO COMERCIO DE GÁS EIRELI – EPP 11.042.552/0001-89.

Valor total: R\$ 133.980,00

Assinado em: 13/01/2020

Vigente até: 12/01/2021

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "Aquisição parcelada de Gás de Cozinha (GLP) para abastecimento das escolas da Rede de Educação Básica e do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS do Município de Balneário Arroio do Silva/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital."

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 – MEDALHAS E TROFÉUS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BÁLNEARIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: CELITO CARLESSI & CIA LTDA – ME 73.540.379/0001-04; H.F DOS SANTOS SOLUCOES 17.886.949/0001-33.

Valor total: R\$ 18.914,90

Assinado em: 21/01/2020

Vigente até: 21/01/2021

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "Contratação de empresa para o fornecimento de medalhas e troféus para as competições desportivas realizadas pelo Departamento de Esportes do Município de Balneário Arroio do Silva, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital."

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020 – COMBUSTÍVEL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2020

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BÁLNEARIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: REDE FURNAS COMERCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA 01.387.686/00014-00.

Valor total: R\$ 958.710,00

Assinado em: 24/01/2020

Vigente até: 24/01/2021

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "Aquisição parcelada de combustível automotivo para abastecimento dos veículos e máquinas, pertencentes às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital."

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020 – BICA DE SEIXO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BÁLNEARIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: TRANSMAC COMERCIO E TRANSPORTES LTDA 04.643.952/0001-84.

Valor total: R\$ 248.000,00

Assinado em: 10/03/2020

Vigente até: 10/03/2021

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "Contratação de empresa para o fornecimento de bica corrida, com transporte, para uso da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos para a recuperação de estradas vicinais do Município de Balneário Arroio do Silva."

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2020 – PNEUS, CÂMARAS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 33/2020

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 11/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BÁLNEARIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: REDE FURNAS COMERCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA 01.387.686/00014-00.

Valor total: R\$ 247.057,00

Assinado em: 13/03/2020

Vigente até: 13/03/2021

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "Aquisição parcelada de Pneus, Câmaras e demais Produtos para serem utilizados nos veículos da frota da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria da Saúde e Secretaria de Obras do Município de Balneário Arroio do Silva. Conforme termo de referência, Anexo I deste Edital."

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

Barra Bonita**PREFEITURA****DECRETO Nº1213/2020**

Publicação Nº 2435082

DECRETO Nº 1.213/2020

Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 4.924,38 (Quatro Mil, Novecentos e Vinte e Quatro Reais e Trinta e Oito Centavos) e contém outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº. 864/2019, de 03 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$. 4.924,38 (Quatro Mil, Novecentos e Vinte e Quatro Reais e Trinta e Oito Centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 01380425 - Transferências SUS/União Coronavírus (Covid-19) R\$. 4.924,38

Total R\$. 4.924,38

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o excesso de arrecadação na receita abaixo especificada:

RECEITA: 170000000000000000 – Transferências correntes

171800000000000000 – Transferências da união e de suas entidades

171803000000000000 – Transf. do SUS Bloco Custeio Ações e Serv. Públ.de Saúde 171803900000000000 – Transferência do SUS - Outros Programas Fundo a Fundo 171803910000000000 – Transferência do SUS - Outros Programas Fundo a Fundo 171803910000000001 – Transf. do SUS/União Coronavírus (Covid-19).R\$. 4.924,38

FONTE/REC: 01380425 - Transferências SUS/União Coronavírus (Covid-19) R\$. 4.924,38

Total R\$. 4.924,38

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 09 de abril de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2020 PMBV

Publicação Nº 2435514

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2020 - PMBV
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020 - PMBV
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020-PMBV
Contratada: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos instalados, ao longo de 12 (doze) meses, segundo conveniência da Administração, para manutenção da rede de iluminação pública do Município, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$2.761.240,40 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta reais e quarenta centavos)

ONDE SE-LÊ

Data de Assinatura: 06/04/2020

Data de Vencimento: 06/04/2021

LEIA-SE

Data de Assinatura: 23/03/2020

Data de Vencimento: 23/03/2021

Barra Velha, 23 de março de 2020

LUIZ BUNKI OTSUKA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76 A 89/2019

Publicação Nº 2435322

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87,88 e 89/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2019

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2019

V.P. SILVA BRINQUEDOS ME

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
24	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL, MONITOR/DISPLAY 2.7" LDC, RESOLUÇÃO EM MEGA-PIXELS (MP) 20.1MP, MEMÓRIA INTERNA 29MB, MEMÓRIA EXPANSÍVEL POR CARTÕES DE MEMÓRIA SIM, CARTÕES DE MEMÓRIA COMPATÍVEIS MEMORY STICK DUO, MEMORY STICK PRO DUO, MEMORY STICK PRO DUO (HIGH SPEED), MEMORY STICK PRO-HG DUO, SD, SDHC E SDXC, CONEXÕES USB, SENSOR SUPER HAD CCD, ZOOM ÓPTICO 5X, ZOOM DIGITAL 10X, LENTES FIXA, VELOCIDADE DO OBTURADOR IAUTO (2" - 1/1,500) / PROGRAM AUTO (1" - 1/1,500), ALCANCE DO FOCO, IMAGENS 16:9 - 28.3-141.6MM; IMAGENS 4:3 - 26-130MM; VÍDEO 16:9 - 31.5-157.3MM; VÍDEO 4:3 - 26-130MM, ABERTURA F 3.2 (W) - 6.4 (T), MODOS DE FLASHAUTO; ON; OFF; SLOW SYNCRO; FLASH ESTENDIDO, ALCANCE DO FLASH ISO AUTO: APROX. 0.4M A 3.5M, ALIMENTAÇÃO: TIPO DE BATERIA BATERIA RECARREGÁVEL, RECURSOS DE VÍDEO HD 1280 X 720; VGA 640 X 480; QVGA 320 X 240, RECURSOS DE ÁUDIO GRAVAÇÃO DE ÁUDIO, MODOS DE CENA ALTA SENSIBILIDADE; CREPÚSCULO; RETRATO CREPÚSCULO; PAISAGEM; FOTO SUAVE; PRAIA; NEVE; GOURMET; ANIMAL DE ESTIMAÇÃO, FORMATOS DE ARQUIVOS JPEG, MICROFONE EMBUTIDO SIM, MONTAGEM DE TRIPÉ SIM, COR PRATA, ADAPTADOR AC; CARREGADOR DE BATERIA; CABO DE ALIMENTAÇÃO; BATERIA RECARREGÁVEL; CABO USB; CORDÃO DE MÃO	SONY	488,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2019

TIAGO DANIEL IZOLAN EPP

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
22	CADEIRA PLASTICA BRANCA QUADRADA COM APOIA BRAÇOS, CAPACIDADE SUPOSTADA DE 120KG, PESO APROXIMADO DE 2KG, LARGURA APROXIMADA DE 54CM, ALTURA APROXIMADA DE 75CM, PROFUNDIDADE APROXIMADA DE 36CM, LARGURA DO ASSENTO APROXIMADA DE 41CM	ANTA-RES	28,91	
23	CAMA PORTÁTIL INFANTIL EMPILHÁVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20MX0,60M; EMPILHÁVEL, DESMONTÁVEL E PENDURÁVEL; COMPOSTA POR 05 ELEMENTOS, SENDO 02 PEÇAS PLÁSTICAS IGUAIS DE POLIPROPILENO (PP) INJETADAS, 02 BARRAS DE ALUMÍNIO RETANGULARES COM CANTOS ARREDONDADOS, 01 TELA DE TECIDO DE POLIÉSTER COM RECOBRIMENTO DE PVC, SENDO QUE A TELA DEVERÁ RECOBRIR TOTALMENTE A PARTE CENTRAL DA CABECEIRA E DA PEZEIRA; 02 ABAS CENTRALIZADAS NAS EXTREMIDADES E VELCRO QUE ENVOLVE A CABECEIRA E A PEZEIRA PARA FIXAÇÃO DA TELA; PÉS EM PVC (08); SEM PARAFUSOS, PRESILHAS OU OUTROS ELEMENTOS QUE POSSAM SOLTAR OCASIONALMENTE PROVOCANDO ACIDENTES E QUE POSSAM SER INGERIDOS; MONTAGEM TOTALMENTE NA FORMA DE ENCAIXE; ALTURA APROXIMADA DO CHÃO DE 13CM; PESO MÁXIMO SUPOSTADO DE APROXIMADAMENTE 250KG. DEVERÁ CONTER CERTIFICADO DO INMETRO, RELATÓRIO QUE ATESTE A CAPACIDADE DE CARGA SUPOSTADA EMITIDA POR ÓRGÃO REFERENCIADO PELO INMETRO.	HB	179,00	
29	ESTERILIZADOR PARA 8 MAMADEIRAS PARA MICRO-ONDAS. FEITO EM MATERIAL LIVRE DE BISFENOL A "BPA FREE". ELIMINA TODAS AS BACTÉRIAS NOCIVAS AO BEBÊ. ESTERILIZA EM APENAS 7 MINUTOS ATÉ 8 MAMADEIRAS. DIMENSÕES: ALTURA: 18.0 CM LARGURA: 20.0 CM PESO DO PRODUTO: 0.51 KG. IDADE RECOMENDADA: DE 0 MESES A 2 ANOS	DOUBLE DREAM	159,40	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2019

SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
------	---------	-------	-------------	--

10	BEBEDOURO ELÉTRICO CONJUGADO - DUAS COLUNAS - (BB1) BEBEDOURO ELÉTRICO CONJUGADO, TIPO PRESSÃO, COM 2 COLUNAS, ACESSÍVEL, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 6 LITROS POR HORA (40 PESSOAS/H APROX.) E CERTIFICADO PELO INMETRO. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS: ALTURA: 960MM, ALTURA PARTE CONJUGADA: 650MM, LARGURA: 660MM, PROFUNDIDADE: 291MM, TOLERÂNCIA: +/-10%. CARACTERÍSTICAS: PIA EM AÇO INOX AISI 304 POLIDO, BITOLA 24 (0,64MM DE ESPESSURA), COM QUEBRA JATO. GABINETE EM AÇO INOX AISI 304. TORNEIRA: EM LATÃO CROMADO DE SUAVE ACIONAMENTO, COM REGULAGEM DE JATO, SENDO 2 (DUAS) TORNEIRAS DE JATO INCLINADO PARA BOCA E 01 (UMA) TORNEIRA EM HASTE PARA COPO. RESERVATÓRIO DE ÁGUA EM AÇO INOX AISI 304, BITOLA 20 (0,95MM DE ESPESSURA, COM SERPENTINA (TUBULAÇÃO) EM COBRE (0,50MM DE PAREDE) EXTERNA, COM ISOLAMENTO EM POLIESTIRENO EXPANDIDO. FILTRO DE CARVÃO ATIVADO COM VELA SINTETIZADA. TERMOSTATO COM CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA DE 4º A 15ºC. COMPRESSOR DE 1/10 DE HP, COM GÁS ECOLÓGICO. PROTETOR TÉRMICO DE SISTEMA (DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE SUPERAQUECIMENTO DO SISTEMA). DRENO PARA LIMPEZA DA CUBA. RALO SIFONADO QUE BARRA O MAU CHEIRO PROVENIENTE DO ESGOTO. VOLTAGEM: 220 V	libell	644,99	
----	---	--------	--------	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2019

R.C. MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
1	APARELHO DE DVD PLAYER QUE REPRODUZA CONTEÚDO ATRAVÉS PENDRIVE, GRAVE SEUS CONTEÚDOS DE UM CD DIRETAMENTE PARA O SEU PENDRIVE, REPITA (CAPÍTULO, A-B, FAIXA), MEMORIZA ÚLTIMA CENA, AVANÇAR E RETROCEDER CENA, CONTROLE PARA PAIS (PARENTAL LOCK), DESLIGAR AUTOMÁTICO, ZOOM, PULAR CENA, LEGENDAS, PROCURAR CAPÍTULO, ÁUDIO: DOLBY, ENTRADA USB, CONTROLE REMOTO, MÍDIAS COMPATÍVEIS DVD (NTSC / PAL / -R / -RW / +R / +RW), CD, CD-R, CD-RW, FORMATOS COMPATÍVEIS DIVX, MPEG1, MPEG2, MPEG4, EXTENSÃO VOB, MP3, WMA, TENSÃO/VOLTAGEM BIVOLT, OUTRAS CONEXÕES - SAÍDA VÍDEO COMPOSTO, SAÍDA DE ÁUDIO ANALÓGICO, COR PRETA.	MULTILASER	99,50	
2	APARELHO DE SOM PORTÁTIL, BLUETOOTH, RÁDIO FM, DISPLAY DIGITAL, ENTRADA USB, ENTRADA MICRO SD, ENTRADA AUXILIAR, FUNÇÃO REPEAT, COMPATÍVEL COM CD, CD-R/RW E MP3, POTÊNCIA 10W RMS, ALIMENTAÇÃO BIVOLT	MULTILASER	240,00	
3	APARELHO SMART TV LED 32' SONY W655D, TIPO DE TELA: LED, DISPLAY: HD, TAMANHO DA TELA: 32", RESOLUÇÃO: 1366 X 768, SISTEMA DIGITAL DE TV SBDTV-T, ANALÓGICOS BANDAS UHF E VHF - SISTEMAS DE COR PAL M, PAL N E NTSC, RETORNO AO ÚLTIMO CANAL, CLOSED CAPTION, NÚMERO DE CANAIS: VHF: 2-13/UHF: 14-69/CATV: 1-135, RECEPÇÃO DE TV A CABO, TIMER: SLEEP TIMER, ON/OFF TIMER, RELÓGIO, SINTONIA AUTOMÁTICA DOS CANAIS, DESLIGAMENTO PROGRAMADO, FURAÇÃO PARA SUPORTE VESA: 200X200 MM, CONVERSOR TV DIGITAL INTERNO, WI FI, AJUSTE AUTOMÁTICO DE VOLUME, AJUSTES DE ÁUDIO, RECURSOS: DOLBY DIGITAL / SOUND BOOSTER / S-MASTER / 5.1 ÁUDIO OUT, POTÊNCIA DO ÁUDIO (RMS): 5W+5W (80HMS, 1KHZ, 10% THD), IDIOMA DO MENU: PORTUGUÊS / INGLÊS / ESPANHOL, FONTE DE ALIMENTAÇÃO: BIVOLT, ENTRADA HDMI, ENTRADA DE ÁUDIO ANALÓGICO, ETHERNET, FUNÇÃO SMART TV, ENTRADA USB	SONY	980,00	
9	BEBEDOURO DE ÁGUA PARA BOMBONA DE 20L. COM DUAS TORNEIRAS SENDO UMA PARA ÁGUA GELADA E OUTRA PARA ÁGUA NATURAL. RESERVATÓRIO DE 650ML, CAPACIDADE DE SUPORTAR GALÕES 20L. 220V, COM POTÊNCIA MÁXIMA 75W. TORNEIRAS EM POLIPROPILENO E BANDEJA COLETORA REMOVÍVEL	CADENCE	250,00	
30	EXAUSTOR/VENTILADOR INDUSTRIAL - EXAUSTOR INDUSTRIAL DE 40 CM DE DIÂMETRO, PRODUZIDO EM AÇO, COM MOTOR DE POTÊNCIA EM 1/5CV, VAZÃO DE 3000M³/H, RPM 1600 - 50/60HZ E CHAVE DE REVERSÃO DO MOTOR	VENTISOL	138,00	
32	FOGÃO 6 BOCAS DE USO DOMÉSTICO, BRANCO. BOTÕES REMOVÍVEIS. ACENDIMENTO AUTOMÁTICO. BOTÕES REMOVÍVEIS COM ARO PROTETOR QUE PROTEGE CONTRA A ENTRADA DE SUJEIRA E FACILITA A LIMPEZA, COM LUZ NO FORNO E 2 PRATELEIRAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CONSUMO 0.025 KWH, CAPACIDADE DO FORNO 96 LITROS TENSÃO/VOLTAGEM BIVOLT. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA 87,50 CM X LARGURA 77,80 CM X PROFUNDIDADE 68,09 CM	ATLAS	518,00	
38	FREEZER VERTICAL 300L, COR BRANCA. DESCRIÇÃO: FREEZER VERTICAL, LINHA BRANCA, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO "FROSTFREE". O REFRIGERADOR DEVERÁ POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO APRESENTANDO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA "A". DIMENSÕES APROXIMADAS: 169X67X59,3CM (AXLXP) CAPACIDADE TOTAL (VOLUME INTERNO): 300 LITROS	ELECTROLUX	2.469,00	
48	FORNO DE MICRO-ONDAS COM DISPLAY DIGITAL; POTÊNCIA DE SAÍDA: 1500 W; COR BRANCA; CAPACIDADE: 27 LITROS; DIMENSÕES APROXIMADAS: 51X31X39CM (AXLXP). PESO APROXIMADO: 15,3KG	ELECTROLUX	399,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2019

R.S VAREJO EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
------	---------	-------	-------------	--

31	FOGÃO Á GAS, TIPO DOMÉSTICO, COM 4 BOCAS, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, MESA EM AÇO INOX, NA COR BRANCA, FORNO AUTOLIMPANTE, LUZ INTERNA DE FORNO, TAMPA DE VIDRO.	ATLAS/MO-NACO	399,00	
35	FORNO DE MICRO-ONDAS 30L - LINHA BRANCA. CAPACIDADE: VOLUME ÚTIL MÍNIMO DE 30 LITROS. CARACTERÍSTICAS: GABINETE MONOBLOCO EM AÇO GALVANIZADO REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE COM PINTURA ELETROSTÁTICA EM PÓ, NA COR BRANCA. ILUMINAÇÃO INTERNA. PAINEL DE CONTROLE DIGITAL COM FUNÇÕES PRÉ-PROGRAMADAS. TIMER. RELÓGIO. PORTA COM VISOR CENTRAL, DOTADA DE PUXADOR E/OU TECLA DE ABERTURA. PRATO GIRATÓRIO EM VIDRO. VOLTAGEM: 220V. TODAS AS PARTES METÁLICAS DEVERÃO ESTAR ISENTAS DE REBARBAS E ARESTAS CORTANTES. TODAS AS FIXAÇÕES VISÍVEIS, PARAFUSOS, ARRUELAS DEVERÃO POSSUIR PROTEÇÃO ADEQUADA CONTRA CORROÇÃO/ OXIDAÇÃO OU SEREM FABRICADOS EM AÇO INOX	ELECTRO-LUX/MEF41	439,95	
37	FREEZER 420L HORIZONTAL, COR BRANCA, 2 PORTAS. CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 419 LITROS. FAIXA DE OPERAÇÃO (DUPLA AÇÃO): FUNÇÃO REFRIGERADA: 2°C A 8°C. FUNÇÃO FREEZER: -18°C A -22°C. DIMENSÕES APROX. DO PRODUTO (EXTERNA): 94,4X133,1X69 CM (AXLXP). PESO APROX. DO PRODUTO: 69KG	ELECTRO-LUX/H500C	2.044,99	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2019
ITACA EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
36	FORNO ELÉTRICO 44 LITROS GRILL AUTOLIMPANTE COM DOURADOR, LUZ INTERNA, TIMER DE 0 A 2 HORAS COM AVISO SONORO E TERMOSTATO. POTÊNCIA DE 1750W. VOLTAGEM: 220 V LUZ PILOTO (INDICA QUANDO O FORNO ESTÁ LIGADO). CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA	ITC	429,47	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2019
ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
12	CADEIRA FIXA, SEM BRAÇOS, COM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE, BASE COM 4 PÉS EM AÇO, COM PINTURA NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO E REVESTIDO EM TECIDO DE POLIÉSTER NA COR PRETA. ASSENTO COM APROXIMADAMENTE 420X420MM, FORMATO ANATÔMICO. ENCOSTO COM APROXIMADAMENTE 300X400MM, FORMATO ANATÔMICO.	vector	79,90	
26	ESTANTE DE MADEIRA 100% MDF COM QUATRO DIVISÕES, SENDO UMA COM DUAS PORTAS, MEDIDAS APROXIMADAS DE 2000MM X 50MM X 90 MM, COR CINZA	DEMO VELLI	488,80	
39	GAVETEIRO MOVEL 100% MDF, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 66X45X40, COM 3 GAVETAS SENDO A PRIMEIRA COM CHAVE, PÉS COM 4 RODIZIOS DE SILICONE RODA BOBA	DEMO VELLI	250,00	
47	MESA PARA ESCRITÓRIO FABRICADA EM MATERIAL MDF, MEDIDAS APROXIMADAS DE 1,50X0,70X0,60M, COM GAVETEIRO DE 02 OU 03 GAVETAS COM CHAVE, NA COR CINZA	DEMO VELLI	319,99	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2019
DÍGIPLUS TECNOLOGIA EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
50	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO BANDEJA COLETORA REMOVÍVEL; CAPACIDADE (EM LITROS): 3 L; COMPOSIÇÃO/MATERIAL: POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO; COR: BRANCA; DIMENSÕES APROXIMADAS (CM) - AXLXP: 5,5KG; TRIPLA FILTRAGEM (3 ESTÁGIOS DE FILTRAGEM): FILTRAGEM MECÂNICA ATRAVÉS DE ELEMENTO DE POLIPROPILENO MELT BLOW*; FILTRAGEM POR ABSORÇÃO ATRAVÉS DE CARVÃO ATIVADO COM PRATA COLOIDAL E FILTRAGEM MECÂNICA COM ELEMENTO DE POLIPROPILENO MELT BLOW COM POROS DE 5 M PARA REALIZAR A FILTRAGEM FINAL DA ÁGUA; OPÇÕES DE TEMPERATURA: ÁGUA GELADA E NATURAL; PESO LÍQ. APROXIMADO DO PRODUTO (KG): 6 KG; POTÊNCIA (W): 85 W; TORNEIRAS: 1 TORNEIRA DE ÁGUA NATURAL E 1 TORNEIRA DE ÁGUA GELADA; VOLTAGEM: BIVOLT.	LIBELL - Acquaflex Hermetico	529,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2019
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
14	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO DIRETOR, COM APOIA BRAÇOS, COM COSTURA INJETADA, COM ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO, CURVATURA LOMBAR NO ENCOSTO E REVESTIDO EM TECIDO DE POLIÉSTER NA COR PRETA, ALAVANCA LOCALIZADA NO LADO DIREITO NA PARTE INFERIOR DO ASSENTO (MECANISMO DE BASE A GÁS), ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE. ASSENTO COM APROXIMADAMENTE 460X480X460-580MM, FORMATO ANATÔMICO. ENCOSTO COM APROXIMADAMENTE 615X460MM, FORMATO ANATÔMICO.	EMPORIO FLEX/DIRETOR	272,88	

15	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO DIRETOR, COM APOIA BRAÇOS, COM COSTURA INJETADA, COM ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO, CURVATURA LOMBAR NO ENCOSTO E REVESTIDO EM COURVIN NA COR PRETA, ALAVANCA LOCALIZADA NO LADO DIREITO NA PARTE INFERIOR DO ASSENTO (MECANISMO DE BASE A GÁS), ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE. ASSENTO COM APROXIMADAMENTE 460X480X460-580MM, FORMATO ANATÔMICO. ENCOSTO COM APROXIMADAMENTE 615X460MM, FORMATO ANATÔMICO.	EMPORIO FLEX/DIRETOR	276,19	
16	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO PRESIDENTE, COM APOIA BRAÇOS, COM COSTURA INJETADA, COM ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO, CURVATURA LOMBAR NO ENCOSTO E REVESTIDO EM TECIDO DE POLIÉSTER NA COR PRETA, ALAVANCA LOCALIZADA NO LADO DIREITO NA PARTE INFERIOR DO ASSENTO (MECANISMO DE BASE A GÁS), ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE. ASSENTO COM APROXIMADAMENTE 460X480X460-580MM, FORMATO ANATÔMICO. ENCOSTO COM APROXIMADAMENTE 615X460MM, FORMATO ANATÔMICO. GARANTIA MÍNIMA DE 6 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DA ESTRUTURA METÁLICA E 1 ANO DOS COMPONENTES.	EMPORIO FLEX/PRESIDENTE	296,88	
17	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO PRESIDENTE, COM APOIA BRAÇOS, COM COSTURA INJETADA, COM ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO, CURVATURA LOMBAR NO ENCOSTO E REVESTIDO EM COURVIN NA COR PRETA, ALAVANCA LOCALIZADA NO LADO DIREITO NA PARTE INFERIOR DO ASSENTO (MECANISMO DE BASE A GÁS), ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE. ASSENTO COM APROXIMADAMENTE 460X480X460-580MM, FORMATO ANATÔMICO. ENCOSTO COM APROXIMADAMENTE 615X460MM, FORMATO ANATÔMICO. GARANTIA MÍNIMA DE 6 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DA ESTRUTURA METÁLICA E 1 ANO DOS COMPONENTES	EMPORIO FLEX/PRESIDENTE	333,00	
18	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO SECRETARIA, COM APOIA BRAÇOS, COM COSTURA INJETADA, COM ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO, CURVATURA LOMBAR NO ENCOSTO E REVESTIDO EM TECIDO DE POLIÉSTER NA COR PRETA, ALAVANCA LOCALIZADA NO LADO DIREITO NA PARTE INFERIOR DO ASSENTO (MECANISMO DE BASE A GÁS), ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE. ASSENTO COM APROXIMADAMENTE 460X420X420-540MM, FORMATO ANATÔMICO. ENCOSTO COM APROXIMADAMENTE 450X370MM, FORMATO ANATÔMICO. GARANTIA MÍNIMA DE 6 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DA ESTRUTURA METÁLICA E 1 ANO DOS COMPONENTES	EMPORIO FLEX/EXECUTIVA	189,19	
19	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO SECRETARIA, COM APOIA BRAÇOS, COM COSTURA INJETADA, COM ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO, CURVATURA LOMBAR NO ENCOSTO E REVESTIDO EM COURVIN NA COR PRETA, ALAVANCA LOCALIZADA NO LADO DIREITO NA PARTE INFERIOR DO ASSENTO (MECANISMO DE BASE A GÁS), ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE. ASSENTO COM APROXIMADAMENTE 460X420X420-540MM, FORMATO ANATÔMICO. ENCOSTO COM APROXIMADAMENTE 450X370MM, FORMATO ANATÔMICO. GARANTIA MÍNIMA DE 6 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DA ESTRUTURA METÁLICA E 1 ANO DOS COMPONENTES	EMPORIO FLEX/EXECUTIVA	189,98	
20	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO SECRETARIA, SEM APOIA BRAÇOS, COM COSTURA INJETADA, COM ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO, CURVATURA LOMBAR NO ENCOSTO E REVESTIDO EM TECIDO DE POLIÉSTER NA COR PRETA, ALAVANCA LOCALIZADA NO LADO DIREITO NA PARTE INFERIOR DO ASSENTO (MECANISMO DE BASE A GÁS), ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE. ASSENTO COM APROXIMADAMENTE 460X420X420-540MM, FORMATO ANATÔMICO. ENCOSTO COM APROXIMADAMENTE 450X370MM, FORMATO ANATÔMICO. GARANTIA MÍNIMA DE 6 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DA ESTRUTURA METÁLICA E 1 ANO DOS COMPONENTES	EMPORIO FLEX/EXECUTIVA	149,98	
21	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO SECRETARIA, SEM APOIA BRAÇOS, COM COSTURA INJETADA, COM ESTRUTURA EM AÇO COM PINTURA NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO, CURVATURA LOMBAR NO ENCOSTO E REVESTIDO EM COURVIN NA COR PRETA, ALAVANCA LOCALIZADA NO LADO DIREITO NA PARTE INFERIOR DO ASSENTO (MECANISMO DE BASE A GÁS), ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE. ASSENTO COM APROXIMADAMENTE 460X420X420-540MM, FORMATO ANATÔMICO. ENCOSTO COM APROXIMADAMENTE 450X370MM, FORMATO ANATÔMICO. GARANTIA MÍNIMA DE 6 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E DA ESTRUTURA METÁLICA E 1 ANO DOS COMPONENTES	EMPORIO FLEX/EXECUTIVA	149,98	

34	FOGÃO INDUSTRIAL INOX BAIXA PRESSÃO PERFIL 8 - 2 BOCAS PARALELAS (1 DUPLO E 1 SIMPLES) E CONTROLE INDIVIDUAL DE CHAMAS. COM VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO DENTRO DAS NORMAS DE SEGURANÇA DA A.B.N.T. PARA G.L.P. (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO). GRELHA: 30X30, PERFIL ENTRE BOCAS: 8CM, BOCA DUPLA: 17CM E 8,5CM, BOCA SIMPLES: 13CM. ACENDIMENTO MANUAL. MATERIAL: AÇO INOX. COMPRIMENTO 87 CM, LARGURA 60 CM, ALTURA 80 CM	JLCOLOM-BO/02B INOX	778,00	
41	GELADEIRA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, UMA PORTA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 239LTS, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COM SELO PROCEL CLASSE A, COR BRANCA, CONTROLE DE TEMPERATURA INTERNO, 3 PRATELEIRAS REMOVÍVEIS, CONGELADOR INTERNO. NÃO DEVE CONTER SISTEMA DE DISPENSAÇÃO DE ÁGUA NA PORTA OU QUALQUER OUTRO MEIO QUE FACILITE A CONTAMINAÇÃO COM MEIO EXTERNO COM A PORTA DA GELADEIRA FECHADA.	ELECTRO-LUX/RE31	1.179,98	
46	MESA PARA ESCRITÓRIO EM L FABRICADA EM MATERIAL MDF, MEDIDAS APROXIMADAS DE 1,50X0,70X0,60M E 1,50X0,70X0,60M, COM GAVETEIRO DE 02 OU 03 GAVETAS COM CHAVE, NA COR CINZA	LUNASA/SLIM	427,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2019

TARTARUS DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
11	BEBEDOURO ELÉTRICO CONJUGADO POTÊNCIA 120-145 W, PARA ÁGUA GELADA; GABINETE EM AÇO CARBONO PRÉ-TRATADO CONTRA CORROSÃO E PINTURA EPÓXI A PÓ; TRÊS TORNEIRAS EM LATÃO CROMADO, DUAS DE JATO PARA BOCA E A OUTRA PARA COPO TODAS COM REGULAGEM; DUAS PIAS EM AÇO INOXIDÁVEL POLIDO; FILTRO DE ÁGUA COM CARVÃO ATIVADO E VELA SINTERIZADA; RESERVATÓRIO DE ÁGUA EM AÇO INOXIDÁVEL COM SERPENTINA EXTERNA; TERMOSTATO PARA AJUSTE DA TEMPERATURA DE 4ªA 15°C; DIMENSÕES: ALTURA:960MM LARGURA:660MM PROFUNDIDADE:290MM; ALTURA DA PARTE CONJUGADA: 650MM	LIBELL	614,40	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2019

FISTAROL PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
13	CADEIRA FIXA, SEM BRAÇOS, COM ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE, BASE COM 4 PÉS EM AÇO, COM PINTURA NA COR PRETA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, ASSENTO E ENCOSTO COM ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA EM POLIURETANO E REVESTIDO EM COURVIN NA COR PRETA. ASSENTO COM APROXIMADAMENTE 420X420MM, FORMATO ANATÔMICO. ENCOSTO COM APROXIMADAMENTE 300X400MM, FORMATO ANATÔMICO.	giobel	74,00	
33	FOGÃO INDUSTRIAL 4 QUEIMADORES DUPLOS, SEM FORNO, COM PORTA PANEIS, COM CHAPA DE FERRO FUNDIDO PARA ACOPLAR EM 2 QUEIMADORES DUPLOS, GRELHAS 30X30 EM FERRO FUNDIDO, ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, REGISTRO DE ALTA PRESSÃO, PINTURA ELETROS-TÁTICA A PÓ QUE RESISTE A ALTA TEMPERATURA; MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 83,00 CM, LARGURA 73,00 CM, PROFUNDIDADE 83,00 CM. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES	mrf	780,00	
40	GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROSTFREE 300L, COR BRANCA. DESCRIÇÃO: REFRIGERADOR VERTICAL COMBINADO, LINHA BRANCA, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO "FROSTFREE", VOLTAGEM 220 V. O REFRIGERADOR DEVERÁ POSSUIR CERTIFICAÇÃO INMETRO APRESENTANDO CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA "A", CONFORME ESTABELECIDO NA PORTARIA N.º 20, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2006. DIMENSÕES APROXIMADAS: 176 X 62 X 69 CM (AXLXP). CAPACIDADE TOTAL (VOLUME INTERNO): MÍNIMA DE 300 LITROS	CONSUL	1.354,00	
42	LIQUIDIFICADOR DOMÉSTICO 1200W 220V - PRETO. 12 VELOCIDADES COM FUNÇÃO PULSAR, FUNÇÃO AUTOLIMPEZA, COPO ACRÍLICO, FILTRO, PORTA FIO, TRITURADOR DE GELO. RESISTENTE: LÂMINA INTEGRADA DE AÇO INOX COM FACA DE 6 LÂMINAS: ULTRA AFIADAS E RESISTENTES. CAPACIDADE ÚTIL DE GRADUAÇÃO NA JARRA: 2 L. CAPACIDADE TOTAL INFORMADA PELO FABRICANTE: 3 L	PHILCO	133,00	
49	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS, COM LÂMINAS MULTIFUNCIONAIS, MODELO DOMÉSTICO. CAPACIDADE: TIGELA GRANDE: APROX. 2 LITROS DE INGREDIENTES LÍQUIDOS OU 3 KG DE MASSA. LÂMINAS MULTIFUNCIONAIS FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL. TAMPA DA TIGELA COM BOCAL LARGO PARA ABSORVER FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS INTEIRAS. 2 AJUSTES DE VELOCIDADE E FUNÇÃO PULSAR QUE PERMITA O CONTROLE PRECISO DA DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DO PROCESSAMENTO. SEGURANÇA: DETECÇÃO DE TAMPA E TIGELA E FREIO MECÂNICO DE 1,5S. CABO COM ARMAZENAMENTO INTEGRADO. BASE FIRME COM PÉS ANTIDESLIZANTES (VENTOSA). MOTOR COM POTÊNCIA DE 700W. VOLTAGEM: 220V	PHILCO	197,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2019

LUIZ CESAR REIS

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
6	ARQUIVOS 100% MDF-BP CHAPA DE 18MM, COM 4 GAVETÕES PARA PASTAS SUSPENSAS, COM CORREDIÇAS METÁLICAS, CADA GAVETA DEVE POSSUIR DUAS BARRAS DE ALUMÍNIO PARA SEGURAR AS PASTAS, AMBAS COM PUXADOR DE PERFIL ALUMÍNIO. MEDINDO 1M60CM DE ALTURA, 50CM DE LARGURA E 50CM DE PROFUNDIDADE E 5CM DE RODAPÉ. OS 4 GAVETÕES DEVEM POSSUIR CHAVE	reiflex	370,00	

7	BALCÃO DE DUAS PORTAS COM CHAVE MEDIDAS APROXIMADAS DE 70MM X 50MM X 90MM, COR CINZA	reiflex	230,00	
43	LONGARINA DE 2 LUGARES, COM ESTRUTURA EM AÇO, ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDO EM POLIPROPILENO	reiflex	168,00	
44	LONGARINA DE 3 LUGARES, COM ESTRUTURA EM AÇO, ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDO EM POLIPROPILENO	reiflex	215,00	
45	MESA DE REUNIÕES RETANGULAR MONOBLOCO, COM BORDAS ARREDONDADAS, MEDI- DAS APROXIMADAS DE 1,80 X 0,80, COM ESTRUTURAS RETANGULARES EM AÇO 50X30MM PAREDE 1,2; TAMPO CONFECCIONADO EM MDF DE 15MM COM RE-ENGROSSO DE 30MM, REVESTIDO EM SUA FACE SUPERIOR EM LAMINADO MELAMÍNICO PÓS FORMÁVEL DE 0,6MM DE ESPESSURA NA COR BRANCA; ACABAMENTO DE SUPERFÍCIE TEXTURIZADO E ENCABEÇAMENTO DE FITA DE BORDO EM PVC BRANCO; ACABAMENTO DA FACE INFERIOR EM LAMINADO MELAMÍNICO BRANCO BRILHANTE; FIXAÇÃO DO TAMPO POR MEIO DE PARAFUSOS AUTOATARRACHANTES DE 2 ½" X 3/16"; ESTRUTURA EM AÇO EM PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA EPÓXI EM PÓ, NA COR BRANCA FOSCA, POLIMERIZADA EM ESTUFA; PONTEIRAS DE ACABAMENTO EM POLIPROPILENO NA COR BRANCA, FIXADO À ESTRUTURA ATRAVÉS DE ENCAIXE	reiflex	320,00	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2019

G. C. ARAUJO MOVEIS DE ACO EPP

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
4	ARMÁRIO DE AÇO MEDIDAS APROXIMADAS DE 1760MM X P 330MM X L 760MM, TIPO VERTICAL COM 2 PORTAS GRANDES TIPO E-04 REFORÇADAS, COM 4 PRATELEIRAS DESMONTÁVEIS, ESTRUTURA DE AÇO CHAPA 26 COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM E PINTURA EPÓXI A PÓ NA COR CINZA, COM FECHADURA E MAÇANETAS	Big Metal	339,00	
5	ARQUIVO DE AÇO DE 04 GAVETAS MEDINDO 1330 X 470 X 550 MM (AXLXP) CHAPA 26 (0, 45 MM), DESLIZANTES SOBRE PATINS DE NYLON, PUXADORES EM ALÇA E PORTA ETIQUETAS SOBREPOSTOS CROMADOS, TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR CINZA	Big Metal	349,99	
27	ESTANTE EM AÇO, COM 5 PRATELEIRAS REMOVÍVEIS COM REFORÇO NAS PRATELEIRAS E PÉS EM-BORRACHADOS	Big Metal	129,80	
28	ESTANTE EM AÇO, COM 6 PRATELEIRAS REMOVÍVEIS COM REFORÇO NAS PRATELEIRAS E PÉS EM-BORRACHADOS	Big Metal	137,98	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2019

TECNOLAR LTDA ME

Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
51	APARELHO AMPLIFICADOR RECEIVER, POTÊNCIA RMS 30W, 2 CANAIS INDEPENDENTES; CANAL 1, APP, BLUETOOTH, USB, SD CARD E FM, CONTROLE REMOTO COM TROCA DE PAS-TAS / AUXILIAR - IPHONE, IPAD, IPOD, TABLETS, CELULARES, MP3, CD, DVD, TV, CANAL 2, MICROFONE, EQUALIZADOR, 2 VIAS (GRAVES E AGUDOS), BIVOLT AUTOMÁTICO (COM FONTE CHAVEADA 90-240V), LINE OUT	FRAHM	451,00	
52	CAIXA DE SOM PASSIVA 60W (PAR), COM SUPORTE PAREDE, POTÊNCIA RMS: 30 W, SENSIBI-LIDADE: 88 DB, IMPEDÂNCIA: 8 OHMS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 120HZ A 20KHZ, ALTO-FALANTE: WOOFER DE 4" COM SUSPENSÃO + TWEETER, TOMADA DE CONEXÃO: ENGATE RÁPIDO, COR BRANCA	FRAHM	343,00	

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 10 de setembro de 2019 a 10 de setembro de 2020.

Benedito Novo (SC), 10 de setembro de 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2019

Publicação Nº 2435318

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, PINTOR E ELETRICISTA PREDIAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

ALCIDES THUROW 63140527934

Item	Und	Produto	Valor Unit.
1	HR	SERVIÇOS DE PEDREIRO	19,99
2	HR	SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO	12,49

JONAS JOAOZINHO KROENKE 90468112987

Item	Und	Produto	Valor Unit.
2	HR	SERVIÇOS DE PINTOR	23,00

JOCIMAR FIGUEIREDO

Item	Und	Produto	Valor Unit.
3	HR	SERVIÇOS DE ELETRICISTA PREDIAL	22,00

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 24 de junho de 2019 a 24 de junho de 2020.

Benedito Novo (SC), 24 de junho de 2019
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 1/2020 - CÂMARA DE VEREADORES

Publicação N° 2435015

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1/2020
MODALIDADE: Dispensa de Licitação n° 1/2020
DATA: 06/04/2020 - HORA DE INÍCIO: 10 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria n° 001/2020 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE REFORMA E READEQUAÇÃO DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa ALFA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 27.831.768/0001-63 se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
SÉRGIO DÁRIO PASQUALI
Presidente

JOICE APARECIDA COSTA
Membro

ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA
Membro

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 34/2020

Publicação N° 2435282

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 09/04/2020 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 34/2020.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n° 34/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI todos nomeados através da Portaria n° 002/2020. Aberta a sessão, verificou-se que protocolou e entregou os envelopes até o horário estipulado somente a empresa GENTE SEGURADORA S.A. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo a empresa apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação de credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte do representante, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando o representante presente credenciado e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

LICITANTE	REPRESENTANTE CREDENCIADO
GENTE SEGURADORA S.A.	DJONATHAN DIEGO FRONTORIO

A licitante não apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, portanto, não poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. A empresa apresentou a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura da Proposta de Preços. Procedida à abertura do envelope identificado como de Proposta de Preços, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram os seus conteúdos e em seguida disponibilizaram a proposta para que o representante presente fizesse o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. A proposta foi considerada aceita e classificada. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances e atingido seus limites máximos de desconto. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e os respectivos vencedores. Finalizada a fase competitiva, a Equipe de Apoio procedeu à abertura do envelope de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica do representante presente. Após análise de todos, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pela empresa vencedora encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante está HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU o lote do certame as empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Solicitou-se a licitante vencedora que apresenta nova proposta de preços readequada ao valor global vencido. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	--	--

LICITANTE PRESENTE:

GENTE SEGURADORA S.A.

PORTARIA Nº 096/2020 - LICENÇA PATERNIDADE

Publicação Nº 2435339

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 096/2020, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

LICENÇA PATERNIDADE

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 232 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-95; e Lei Complementar 185/2019 de 03-06-2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença Paternidade ao servidor HERVERSON WETZEL, ocupante do cargo de Operador de Máquina, símbolo MC, anexo I, sub anexo IV, do Quadro dos Servidores Públicos de Benedito Novo, de 05 (cinco) dias, prorrogado por mais 15 (quinze) dias, pelo período de 31 de março de 2020 a 19 de abril de 2020, de conformidade com o art. 232 da LC nº 004/1995 e LC nº 185/2019.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 31 de março de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 097/2020 - DESIGNA SERVIDORES PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020, REFERENTE A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CRECHE A SER INSTALADA NA LOCALIDADE DE SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

Publicação Nº 2435340

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 097/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Designa Servidores para Acompanhar e Fiscalizar

a Execução do Contrato Administrativo nº 44/2020, de 07 de abril de 2020, referente a Execução de Obras de Construção de Creche a ser instalada na localidade de Santa Maria, Município de Benedito Novo - SC.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 8.666/1993 – Art. 67 e 73; e
Considerando a importância da Municipalidade em adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Senhores MARCO ANTONIO MAI, MARLIZE KONELL CARLINI e IVANDRO KLITZKE, respectivamente, Engenheiro Civil, Secretária de Educação e Cultura e Secretário de Planejamento e Trânsito, para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento na execução das Obras de Construção de Creche a ser instalada na localidade de Santa Maria, Município de Benedito Novo - SC.

Art. 2º - Determinar que a Comissão ora designada deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela Contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Art. 3º - Dê-se ciência aos servidores designados, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 07 de abril de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaro que estou ciente da designação de fiscal e das funções inerentes ao contrato, ora atribuídas.

MARCO ANTONIO MAI
Engenheiro Civil

MARLIZE KONELL CARLINI
Secretária de Educação e Cultura

IVANDRO KLITZKE
Secretário de Planejamento e Trânsito

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 11/2020**

Publicação Nº 2435434

RESOLUÇÃO Nº. 11/2020

Suspende as atividades administrativas, legislativas, faculta a realização de Sessões Extraordinárias em ambiente virtual e autoriza o trabalho remoto no âmbito da Câmara Municipal de Benedito Novo (SC) e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, incisos III e XXV da Lei Orgânica c/c o art. 7º, incisos II e III do Regimento Interno e de conformidade com a legislação em vigor:

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, que altera o Art. 7º do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO também o Decreto Municipal nº 035, de 07 de abril de 2020, que adota novas medidas no Município de Benedito Novo, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, que estabelece novas regras de enfrentamento da epidemia do Coronavírus e estabelece outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as atividades de atendimento ao público e as sessões ordinárias, solenes e/ou especiais, audiências públicas, reuniões de comissões e outras atividades na sede do Poder Legislativo municipal pelos próximos 05 (cinco) dias, a contar desta data.

§ 1º - Ocorrendo razões de interesse público, a Mesa Diretora poderá convocar sessões extraordinárias para deliberação, sem a presença de público, durante o prazo de que trata o caput deste artigo.

§ 2º - Fica suspenso o atendimento direto ao público, presencial e por telefone fixo, devendo o contato neste período ser feito através do site da Câmara, no canal "CONTATO", ou pelo e-mail institucional: camara@beneditonovo.sc.gov.br.

§ 3º - Além dos meios de que trata o parágrafo anterior, a comunicação entre os parlamentares e servidores ocorrerá, preferencialmente, por telefone ou grupo de WhatsApp.

§ 4º - A convocação para a realização de qualquer atividade legislativa se dará internamente através do WhatsApp ou telefone, com publicidade do ato através de publicação no site da Câmara Municipal (www.camarabeneditonovo.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 2º - Pelo prazo de que trata o artigo 1º fica autorizado aos servidores da Câmara Municipal prestar expediente mediante teletrabalho, devendo estar à disposição da Presidência e/ou presentes quando da convocação para realização de sessões legislativas.

Art. 3º - Ocorrendo razões de interesse público, em especial as decorrentes da necessidade de apreciação de proposições do Chefe do Poder Executivo, para implementação ou suporte de medidas destinadas ao combate da pandemia de coronavírus (COVID-19), e em razão da necessidade de adoção de todas as medidas possíveis para prevenir o agravamento do contágio, fica facultado a realização de Sessões Extraordinárias em ambiente virtual, instrumento excepcional e temporário, para deliberação de matérias urgentes.

Parágrafo Único – As Sessões Extraordinárias em ambiente virtual, em razão do caráter excepcional, poderão ser convocadas pelo Presidente da Mesa Diretora ou por quem direito, até às 15:00 horas do dia anterior ao da Sessão.

Art. 4º - O protocolo de documentos, em especial aqueles emitidos pelo Poder Executivo, deverão ser feitos exclusivamente através do encaminhamento para o endereço eletrônico camara@beneditonovo.sc.gov.br.

Art. 5º - Parlamentares e/ou servidores que apresentem quaisquer dos sintomas atribuídos ao vírus COVID-19, bem como tenham em casa alguém com sintomas ou, ainda, tenham tido contato com pessoa contagiada ou sob suspeita, devem permanecer em isolamento social e/ou quarentena, comunicando tal ocorrência à Presidência da Câmara.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução 10/2020, de 01 de abril de 2020 e as demais disposições em contrário.

Benedito Novo, 08 de abril de 2020.

Marlei A. B. Floriani
Presidente

Daiani D. Wolter
1ª Secretária

Almir Butzke
2º Secretário

Biguaçu

PREFEITURA

PE 33-2020 FMS

Publicação Nº 2435396

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 33/2020 fms

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA ATENÇÃO BÁSICA E UPA

Recebimento das Propostas: das 14:00 h do dia 10/04/2020, às 14:00h do dia 29/04/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 29/04/2020, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília - DF.
Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura bigua.atende.net e site comprasbr.com.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 09 de abril de 2020.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PE 36 - 2020 FMS

Publicação Nº 2435044

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 36/2020 fms

OBJETO: Contratação de empresas especialistas, para execução dos atendimentos no projeto Odonto SESC durante 49 dias úteis, como foco de zerar nas filas de odontologia do município de Biguaçu.

Recebimento das Propostas: das 16:00h do dia 09/04/2020, às 14:00h do dia 23/04/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 23/04/2020, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília - DF.
Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura bigua.atende.net e site comprasbr.com.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 09 de abril de 2020.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PE 44-2020 - PMB

Publicação Nº 2435143

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 44/2020 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 (ZERO) KM, DO TIPO VAN/MINIBUS CAPACIDADE PARA 10 LUGARES PARA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CONFORME CONVÊNIO Nº 891320/2019, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 09/04/2020, às 14:00h do dia 28/04/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 28/04/2020, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília. Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura bigua.atende.net e site comprasbr.com.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 09 de ABRIL de 2020.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 917/2020

Publicação Nº 2435500

PORTARIA nº 917 de 09 de abril de 2020

Tornar sem efeito o ato de exoneração da Função de Confiança, dos servidores detentores de cargo de provimento efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Torna sem efeito o ato de exoneração na Portaria 909/2020 dos seguintes servidores detentores de cargo de provimento efetivo nomeado em função de Confiança:

1. SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO

1.2 Fabiano José Tiago – Diretor Executivo do Gabinete, Controle de Assessoramento Externo e Interno

2. CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

4.1 Carolina Momm – Controladora Geral do Município

4.2 Zilsa Roseny Correa – Gerente de Ouvidoria Municipal

3. SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA

5.2 Luiz Carlos Gonçalves – Gerente de Fiscalização de Obras Particulares

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.1 Leandro de Souza Cunha – Diretor Executivo de Fiscalização de Convênios e Contratos

4.3 Claudia Vanderléia Soethe – Diretora de Recursos Humanos

4.4 Marisa da Cruz de Lima – Diretora de Tesouraria

4.5 Rafael Emilio Pollmann – Diretor de Provisão de Frotas e Equipamentos

4.6 Sincler Bilck – Diretor de Controle, atendimento administrativo, acompanhamento a autoridade policial e judicial da vigilância patrimonial pública monitorada

4.7 Priscila Raimundo Pinheiro – Diretora Contábil

4.8 Nabel Ana Marcelino de Campos – Gerente de Licitações

4.9 Suellen de Mello Martins – Gerente de Contratos

4.13 Ana Cláudia Ságas – Gerente de Compras

4.17 Ricardo Luís da Rosa – Gerente de Manutenção Predial e Serviços Gerais

4.18 Ricardo André da Silva – Coordenador de Serviços de Vigias e Patrulha Monitorada

4.20 Hildegard Denise Marques – Coordenador de Contratos

8. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

8.1 Alice Maria Borba – Diretora da Educação de Jovens e Adultos

8.2 Leia Roselaine Raupp Trajano – Gerente de Educação Infantil

8.3 Marcia Marçal – Gerente de Transporte Escolar

8.4 Alexsandra Batista João – Gerente de Produção de Auxiliares de Serviços Gerais

9. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

9.1 César Murilo Souto Maior – Diretor Técnico

9.2 Luiz José Martins Júnior – Diretor Executivo de Saúde Pública

9.3 João José Morfim Neto – Diretor Executivo de Administração e Gerenciamento de Vigilância Ambiental, Sanitária, Epidemiológica e Zoonoses

9.4 Clélia Maria Sperandio – Diretora de Pronto Atendimento e Urgência

9.6 Fernanda Aparecida da Cunha – Diretora Geral de Administração da Saúde

9.7 Lais Mayer Pauli – Diretor de Atenção Básica e Educação Permanente

9.8 Clemilson Augusto de Souza – Diretor de Serviços de Média e Alta Complexidade

9.9 Carlos Alberto Pereira – Diretor de Manutenção

9.10 João Batista Soares – Diretor de Planejamento Intersetorial, gestão e Tecnologias em Saúde

9.11 Luciene Machado Pacheco – Diretor de Serviços Odontológicos

9.12 Rosimeri Delsa Correa – Diretora de Limpeza e Higienização

9.13 Marcia Patrícia Pereira – Gerente de Compras da UPA 24

9.14 Maria Ester Borges Costa – Gerente de Serviços Hospitalares

- 9.15 Fernanda Berreta Teixeira – Gerente de Saúde Bucal
9.16 Roberta Jaschke Guimarães – Gerente Ambulatorial
9.17 Maria Eduarda Pereira Caminha – Gerente de TI
9.17 Renan de Souza – Gerente de Enfermagem
9.18 Rosecleia Meurer Silveira – Gerente da Central de Triagem e Aconselhamento – CTA
9.19 Roberval Reis de Souza – Gerente de Controle e Avaliação
9.20 Gislaíne Carara da Costa – Coordenador de Vigilância Ambiental
9.21 Aline Piaciski Arceno – Coordenador de Vigilância Epidemiológica
9.22 Gilnei Gomes Garcez – Coordenador de Vigilância de Zoonoses
9.23 Lidiane Elias – Coordenadora de Regulação
9.24 Rita de Cássia da Luz Veríssimo – Coordenadora Técnica da Farmácia
9.25 Rosângela Merit Bernardo dos Santos – Coordenadora Técnica da Clínica de Fisioterapia
9.26 Milton João dos Santos – Coordenador de Almoxarifado e Logística
9.27 Joélcio Elio Schmitt – Coordenador do Núcleo de Apoio a Processos de Saúde
9.28 Patrícia Moreira Hoffmann Martins – Coordenadora de Promoção à Saúde

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

- 10.1 Sidnei Osmar Garcia – Coordenador de Compras II
10.2 Manoel José de Oliveira – Coordenador de Máquinas Equipamentos pesados, Veículos Leves e utilitários
10.3 Eduardo Nau Rodrigues – Coordenador de Manutenção de Frota
10.5 Enio Boll – Coordenador de serviços de Pavimentação do Interior

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- 11.2 Jean André de Maria – Coordenador de Manutenção de Praças
11.3 Roggers José de Mello – Coordenador de Trânsito

12. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

- 12.2 Cristina Bell Niles – Gerente de Proteção Básica
12.4 Ana Paula Medeiros e Silva Vicente – Gerente Política do SUAS
12.5 Marília Scherer – Coordenação do Programa Bolsa Família
12.10 Tania Borsatto Ferreira – Coordenadora da Secretaria Executiva dos Conselhos
12.11 Thereza Cristina Stachechem de Paula – Coordenadora da Gestão do Trabalho e Educação Permanente
12.11 Altamiro Miguel de Barros – Coordenador Executivo dos Conselhos

13. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA

- 13.3 Peterson de Souza – Coordenador de Cadastramento do Produtor Rural
13.4 Charles Correa – Coordenador da Patrulha Agrícola

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2020

Biguaçu, 09 de abril de 2020.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATORIO - DISPENSA 007/2020

Publicação Nº 2435362

**TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2020**

Circunstanciado pelo Termo de Dispensa de Licitação apresentado pelo Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, venho HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, o resultado da DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 007/2020 (Aquisição de equipamentos de proteção individual com propósito de prevenir a disseminação e contágio dos vírus denominados SARS-CoV-2 (novo coronavírus). Com o resultado do certame, que aponta como vencedor:

GOEDERT LTDA – CNPJ 79.846.465/0001-18
R\$11.202,90 (Onze mil, duzentos e dois reais e noventa centavos).

Data da homologação: 08 de Abril de 2020.

Biguaçu/SC, 10 de Abril de 2020.

Nei Claudio da Cunha
Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PORTARIA Nº 151/2020

Publicação Nº 2435521

PORTARIA Nº 151/2020
De 25 de Março de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - INTERROMPER LICENÇA PRÊMIO da Sra. DAISI DA SILVA, nascida em 11/09/1974, filha de José Altair da Silva e de Arlei Maria da Silva, portadora do RG: 3.783.234 e do CPF: 054.306.329-10, a partir do dia 24/03/2020, de acordo com ofício 159/2020, expedido pela Diretoria do Hospital.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, em 25 de Março de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 152/2020

Publicação Nº 2435523

PORTARIA Nº 152/2020
De 01 de Abril de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR do cargo de Enfermeiro Padrão – 40hs, a Sra. LUCIANA PEREIRA, portadora do RG: 4.600.693 e do CPF: 043.383.719-51, filha de Martins Santos Pereira e de Maria Salete Pereira, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, em 01 de Abril de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 153/2020

Publicação Nº 2435524

PORTARIA Nº 153/2020
De 03 de Abril de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao Sr. IVAN CARLOS DIAS, nascido em 19/09/1969, filho de João José Dias e de Santa Quadros Dias, portador do RG: 8/R-2.189.420 e do CPF: 649.642.649-04, pelo período de 03/04/2020 a 01/06/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, em 03 de Abril de 2020.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 154/2020

Publicação Nº 2435526

PORTARIA Nº 154/2020
De 06 de Abril de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONSIDERANDO o Decreto nº 036/2020 de 02 de Abril de 2020 que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Bom Jardim da Serra, em cumprimento às ações em saúde pública emanadas do Governo Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Decreto nº 038/2020 de 07 de Abril de 2020 que Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para manter o equilíbrio das contas públicas no enfrentamento ao Coronavírus (COVID -19), institui a Comissão de Controle e Acompanhamento dos Gastos Públicos e dá outras providências.

Art. 2º - CONCEDE aos seguintes servidores a opção de teletrabalho:

José Lima de Souza
Rosmari Ribeiro de Lima
Joana Corrêa Seminotti Machado
Aline Pereira Zomer
Luiz Carlos Goulart da Silva

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, em 06 de Abril de 2020.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 155/2020

Publicação Nº 2435527

PORTARIA Nº 155/2020
De 06 de Abril de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONSIDERANDO o Decreto nº 036/2020 de 02 de Abril de 2020 que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Bom Jardim da Serra, em cumprimento às ações em saúde pública emanadas do Governo Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Decreto nº 038/2020 de 07 de Abril de 2020 que Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para manter o equilíbrio das contas públicas no enfrentamento ao Coronavírus (COVID -19), institui a Comissão de Controle e Acompanhamento dos Gastos Públicos e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 2º - CONCEDER férias aos seguintes funcionários a partir da data de 06 de Abril de 2020:

Pelo período de trinta dias:

Aline Gasperin Velho
Áureo Ribeiro Cassettari
Elizandrio Lima de Souza
Hermes Ezírio Ribeiro Neto
José Adil Crescêncio da Silva
José Carlos Rampinelli
Juçara de Assunção
Márcio Matuxaki
Maria Lúcia Vieira Machado
Marco Aurélio dos Santos

Maria Geni Ferreira
Ramon Alves
Reni da Silva
Sandramar Costa
Pelo período de quinze dias:
Agnaldo Vanier Rodrigues
Pelo período de oito dias:
Joaquim Antônio Ribeiro
Débora Simone Rodrigues

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, em 06 de Abril de 2020.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 156/2020

Publicação Nº 2435528

PORTARIA Nº 156/2020
De 07 de Abril de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sra. MÁRCIA DA SILVA, nascida em 04/03/1979, filha de Miguel da Silva e de Adércia de Fátima da Silva, portadora do RG: 4.345.110-1 e do CPF: 030.180.809-04, pelo período de 07/04/2020 a 05/06/2020

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, em 07 de Abril de 2020.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 157/2020

Publicação Nº 2435529

PORTARIA Nº 157/2020
De 07 de Abril de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à Sra. LUCIANI SIMONI MAFFIOLETTI, nascida em 16/10/1969, filha de Laurentino Maffioletti e de Else Cabral Maffioletti, portadora do RG: 2.708.045 e do CPF: 916.196.619-34, pelo período de 07/04/2020 a 05/06/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, em 07 de Abril de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 158/2020

Publicação Nº 2435531

PORTARIA Nº 158/2020
De 08 de Abril de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao Sr. JOAQUIM CABRAL, nascido em 19/05/1964, filho de Arcírio Cabral e de Maria Cândida da Luz, portador do RG: 2.891.769 e do CPF: 497.794.609-00, pelo período de 08/04/2020 a 06/06/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, em 08 de Abril de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

PORTARIA Nº 159/2020

Publicação Nº 2435534

PORTARIA Nº 159/2020
09 de Abril de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR ANDREIA PEREIRA RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 2470 para exercer o encargo de Fiscal de Contrato referente ao processo licitatório nº 73/2017, contrato nº 113/2018, dispensa de licitação nº 26/2017, firmado pela Prefeitura de Bom Jardim da Serra com a empresa Liz Serviços Online Ltda, com CNPJ nº 03.725.725./0001-35, que tem por objeto o aditivo a renovação contratual ao instrumento nº 108/2017, oriundo do processo 73/2017, para cessão de uso de software tendo por objeto a implantação, consolidação, e publicação on line dos atos de efeito externo no município, de acordo com as exigências e diretrizes legais, em todas as entidades da administração pública municipal.

Art. 2º - Designar JOAQUIM ANTÔNIO RIBEIRO matrícula nº 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário e revoga-se portaria 307/2019.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 160/2020

Publicação Nº 2435536

PORTARIA Nº 160/2020
09 de Abril de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR LUCEMAR RODRIGUES, matrícula nº 1138 para exercer o encargo de Fiscal de Contrato referente ao processo licitatório nº 21/2019, contrato nº 36/2019, dispensa de licitação nº 09/2019, firmado pela Prefeitura de Bom Jardim da Serra com Esmeralda Lopes Cassetari, com CPF nº 494.402.419-34, que tem por objeto locação de imóvel para atender uma turma de educação infantil e a biblioteca municipal, de acordo com as exigências e diretrizes legais, em todas as entidades da administração pública municipal.

Art. 2º - Designar GEILA PREZZA VIEIRA RIBEIRO, matrícula 466, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário e revoga-se portaria 362/2019
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5424-2020

Publicação Nº 2435104

DECRETO MUNICIPAL Nº 5424/2020,
DE 01 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE A BAIXA DE VALORES LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica por este Decreto, na forma do art. 43, inciso III, da Lei Municipal nº 820/2011 e conforme Processo Administrativo nº 04/2020, autorizada a baixa dos valores lançados em dívida ativa:

· Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Coleta de Lixo, Taxa de Serviços Urbanos, Taxa de Esgoto Sanitário, ano 2018, valor R\$ 589,23.

Art. 2º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 01 de Abril de 2020.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

DECRETO Nº 5423/2020

Publicação Nº 2434989

DECRETO MUNICIPAL Nº 5423/20, DE 30 DE MARÇO DE 2020

DESIGNA SERVIDORES PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO E COMISSÃO JULGADORA DE REGISTROS CADASTRAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 8.883/94 e suas alterações, DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os infra relacionados a integrarem a Comissão Municipal de julgamento dos Registros Cadastrais nos termos do Decreto Municipal nº. 17/97 de 10.01.1.997.

PRESIDENTE: José Roberto Morandini.

SECRETÁRIO: Fabio Gerhardt.

AUXILIAR DIRETO: Lanoir Schmitt.

SUPLENTE: Luana Werlang.

ART. 2º. Ficam designados os infra relacionados a integrarem a Comissão Permanente de Licitações do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, de acordo com a LEI.

PRESIDENTE: Jeferson Persch.

SECRETARIO: José Roberto Morandini.

AUXILIAR DIRETO: Charlaine Kreuz.

SUPLENTE: Fabio Gerhardt.

Art. 3º. Revogam-se as disposições do Decreto nº 4983/2017.

Art. 4º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 30 de março de 2020.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5426/2020

Publicação Nº 2434976

DECRETO Nº 5426/2020, DE 08 DE ABRIL DE 2020

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO DECRETO Nº 5416/2020 E A ADOÇÃO DE HORÁRIO DE ATENDIMENTO E TURNO ÚNICO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º. O art. 2º do Decreto nº 5425/2020, de 02 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Ficam suspensas pelo período de 05 (cinco) dias contados do dia 08 de abril, todas as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito do município de Bom Jesus do Oeste – SC, ficando a Prefeitura Municipal de portas fechadas sem atendimento interno nem externo e mantidas todas as demais determinações do Decreto Municipal nº 5416/2020, de 19 de março de 2020.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 08 de abril de 2020.

RONALDO LUIZ SINGER

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se, cumpra-se

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01-2020

Publicação Nº 2435108

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-01, com sua sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Ronaldo Luiz Senger, residente e domiciliado na Av. Planalto nº 271, centro, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do RG, sob nº. 3.437.386-1 e do CPF nº. 027.150.949-06, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS IDEAL LTDA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGCMF sob nº. 07.180.914/0001-20, com sede à Rua Padre Darci, 178 - Centro, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, neste ato representada pelo seu sócio gerente, senhor Ademir Saugo, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Padre Darci nº 178, centro, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, portador do CIC, sob nº. 017.723.069-08 e do CI nº 3.539.982, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Tem de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 10.520/2002, 8.666/93 e suas alterações, que entre si, certos e ajustados resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem, de acordo com Processo Licitatório nº. 2560/2019 – Edital de Pregão Presencial nº. 043/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica aditado o preço dos objetos do contrato, referente a aquisição de combustíveis, conforme requerimento, comprovação e parecer jurídico, ficando os novos valores praticados a partir desta data, conforme segue:

Item 01 – Gasolina Aditivada. O novo valor por litro ficara em R\$ 3,98 (três reais e noventa e oito centavos).

Item 03 – Óleo Diesel S 500. O novo valor por litro ficara em R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos).

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº. 01/2020 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 08 de abril de 2020.

RONALDO LUIZ SINGER

ADEMIR SAUGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

LEONIR LAMB

VALDENOR NASCIMENTO

CPF Nº 036.471.959-10

CPF Nº 664.756.439-04

CESAR LUIS MAJOLO

ASSESSOR JURIDICO
OAB 32.022

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02-2020

Publicação Nº 2435109

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-01, com sua sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Ronaldo Luiz Senger, residente e domiciliado na Av. Planalto nº 271, centro, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do RG, sob nº. 3.437.386-1 e do CPF nº. 027.150.949-06, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado;

A empresa COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGCMF sob nº. 83.220.723/0039-04, com sede na Av. Planalto, 450, centro, Município de Bom Jesus Do Oeste/SC, neste ato representado pelo Srº. Fabricio Thomas, brasileiro, residente e domiciliado em Saudades, portador do CPF sob nº. 030.555.759-97 e do RG sob nº. 3.640.457, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Tem de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 10.520/2002, 8.666/93 e suas alterações, que entre si, certos e ajustados resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem, de acordo com Processo Licitatório nº. 2560/2019 – Edital de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 043/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Fica aditado o preço dos objetos do contrato, referente a aquisição de combustíveis, conforme requerimento, comprovação e parecer jurídico, ficando os novos valores praticados a partir desta data, conforme segue:

Item 02 – Óleo Diesel S 10. O novo valor por litro ficara em R\$ 3,45 (três reais e quarenta e cinco centavos).

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº. 02/2020 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 08 de abril de 2.020.

RONALDO LUIZ SENGGER
PREFEITO MUNICIPAL

FABRICIO THOMAS
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

LEONIR LAMB
CPF Nº. 036.471.959-10

VALDENOR NASCIMENTO
CPF Nº 664.756.439-04

CESAR LUIS MAJOLO
ASSESSOR JURIDICO
OAB 32.022

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.651

Publicação Nº 2435368

DECRETO Nº 8.651, de 8 de abril de 2020.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos de propriedade de BRV Construtora e Empreendimentos Ltda, devidamente matriculadas no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 32.955 e 32.956, com as seguintes medidas e confrontações firmadas em mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 473,78m² (quatrocentos e setenta e três metros e setenta e oito décimos quadrados), confrontando ao Nordeste, com os imóveis de matrículas 27.982 e 27.983, do Loteamento do Contestado medindo 23,12m; ao Noroeste, com o lote 32 da quadra "D", matrícula 32.956, do Loteamento Portal do Contestado medindo 20,00m; ao Sudoeste, com a Rua "C" do Loteamento Portal do Contestado medindo 24,23m; e, ao Sudeste, com o prolongamento da Rua 6, do Loteamento do Contestado, medindo 20,03m.

II - terreno urbano com 472,00m² (quatrocentos e setenta e dois metros), confrontando ao Nordeste, com os imóveis de matrículas 27.983, 27.984 e 27.985, do Loteamento do Contestado medindo 23,60m; ao Noroeste, com a "Área Institucional", matrícula 32.959, do Loteamento Portal do Contestado medindo 20,00m; ao Sudoeste, com a Rua "C" do Loteamento Portal do Contestado medindo 23,60m; e, ao Sudeste, com o lote nº 31, matrícula 32.955, da quadra "D", do Loteamento Portal do Contestado, medindo 20,00m.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 945,78m² (novecentos e quarenta e cinco metros e setenta e oito décimos quadrados), confrontando ao Nordeste, com os imóveis de matrículas 27.982, 27.983, 27.984 e 27.985, da quadra "A" do Loteamento do Contestado medindo 46,72m; ao Noroeste, com a "Área Institucional", matrícula 32.959, do Loteamento Portal do Contestado medindo 20,00m; ao Sudoeste, com a Rua "C" do Loteamento Portal do Contestado medindo 47,83m; e, ao Sudeste, com o prolongamento da Rua 6, do Loteamento do Contestado, medindo 20,03m.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O registro da unificação no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 8 de abril de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.652

Publicação Nº 2435516

DECRETO Nº 8.652, de 8 de abril de 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o Exercício de 2020.

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme segue:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2001 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.2.2.6 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3.3.90.00.00 – 0.2.06 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no exercício nas Fontes de Recursos TCE - 0.2.06 – Recursos Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 8 de abril de 2020.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

LEI Nº 3.598

Publicação Nº 2435414

LEI Nº 3.598, de 9 de abril de 2020.

Altera as Leis nºs 3.399/2017 (PPA 2018/2021), 3.537/2019 (LDO Exercício de 2020) e 3.580/2019 LOA 2020, abre crédito especial e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial na Ação: 2.116 – Manutenção de Convênio Polícia Militar - nas Lei nº 3.399/2017 – PPA e Lei nº 3.537/2019 - LDO 2020 e Lei nº 5.580/2019 LOA 2020, para alocação de recursos a partir da presente Lei:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.4.2.116 - Manutenção de Convênio Polícia Militar

3.3.30.00.00 - 0.1.10 - Transferências a Estados e Distrito Federal R\$ 200.000,00

4.4.30.00.00 - 0.1.00 - Transferências a Estados e Distrito Federal R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.4.2.116 - Manutenção de Convênio Polícia Militar

3.3.90.00.00 - 0.1.10 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

06.181.4.2.14 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

Total R\$ 250.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 9 de abril de 2020.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.599

Publicação Nº 2435425

LEI Nº 3.599, de 9 de abril de 2020.

Inclui na Lei nº 3.537/2019 (LDO exercício de 2020) modalidade de despesa e abre crédito especial na Lei nº 3.580/2019 que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020 (LOA 2020), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica aberto crédito especial adicional suplementar na Ação: 2.63 - MANUTENÇÃO DO MAC nas Leis nºs 3.537/2019 – LDO 2020 e 3.580/2019 – LOA 2020, na seguinte modalidade do orçamento geral, em favor do Fundo Municipal de Saúde:

Unidade Gestora: 5 – Fundo Municipal de Saúde

Órgão Orçamentário: 4000 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 4001 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 10 – Média e Alta Complexidade em Saúde
Ação: 2.63 – Manutenção do MAC
Despesa: 3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
Fonte de recurso: 102 – Recursos Próprios - Saúde - 0.1.02 R\$ 500.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada:

Unidade Gestora: 14 – Câmara Municipal de Caçador
Órgão Orçamentário: 1000 – Poder Legislativo
Unidade Orçamentária: 1001 – Câmara Municipal
Função: 1 – Legislativa
Subfunção: 31 – Ação Legislativa
Programa: 1 – Processo Legislativo
Ação: 1.1 – Manutenção e Modernização Estrutura Patrimonial
Despesa 2: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários - 0.1.00 R\$ 500.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 9 de abril de 2020.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.600

Publicação Nº 2435426

LEI Nº 3.600, de 9 de abril de 2020.

Autoriza transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação Franco Brasileira - Hospital Maicé.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Associação Franco Brasileira - Hospital Maicé, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.543.356/0020-93, estabelecida na Rua Bolívia, nº 54, bairro Reunidas, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 377.757,30 (trezentos e setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos).

Art. 2º Os recursos transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear a aquisição dos seguintes equipamentos, descritos no Plano de Trabalho apresentado:

I - 01 (um) aparelho de anestesia com carrinho/com monitoramento respiratório, modelo Aeon8300A, marca Aeonmed, no valor de R\$ 134.834,00 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro reais);

II - 01 (um) ventilador pulmonar eletrônico de reanimação com rodízios, modelo VG60, marca Aeonmed, no valor de R\$ 99.780,00 (noventa e nove mil, setecentos e oitenta reais);

III - 01 (um) ventilador pulmonar eletrônico de reanimação com rodízios, modelo VT5230, marca Aeonmed, no valor de R\$ 84.345,00 (oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais);

IV - 01 (um) ventilador Shangrilla, modelo 510S, marca Aeonmed, no valor de R\$ 58.798,30 (cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta centavos).

Art. 3º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente:

4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.302.10.2.63 - MANUTENÇÃO DO MAC
4.4.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 377.757,30

Art. 4º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 9 de abril de 2020.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 25/2020 - CONCORRÊNCIA N° 02/2020

Publicação N° 2435444

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 25/2020 – CONCORRÊNCIA – 02/2020 – PREFEITURA

EDITAL: CONCORRÊNCIA N° 02/2020

TIPO: MELHOR TÉCNICA

OBJETO: OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/06/2020 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 01/06/2020 às 14h20min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 08 de abril de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

Caibi

PREFEITURA

ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS N° 001/2020

Publicação N° 2435266

ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS N° 001/2020

O Município de Caibi COMUNICA a errata do edital Tomada de Preços n° 001/2020, ficando alterada a redação abaixo:

INCLUI-SE

6.3.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.3.4.10 - Comprovação de aptidão técnica para desempenho de atividade pertinente e compatível, por atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de que tenha a empresa licitante executado obra de característica semelhante ao objeto da presente licitação, juntamente com o acervo técnico.

Caibi – SC, 09 de Abril de 2020
Dandara Jeane Gallon
Presidente da Comissão

ERRATA TOMADA DE PREÇOS N° 001/2020

Publicação N° 2435488

ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ:

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório N° 0024/2020 na modalidade Tomada de Preço N° 001/2020, do tipo Menor Preço-Global que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNCIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL JUVENTUDE DE CAIBI. Poderão participar do certame empresas devidamente cadastradas e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo Certificado no Registro Cadastral, obtido até o terceiro dia anterior á data do recebimento das propostas. Os envelopes contendo a documentação e as propostas serão recebidos pelo Departamento de Compras e Licitações, em sua sala, na sede do Município de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro – Caibi - SC, CEP 89.888-000, até às 14:15 horas do dia 15 de Abril de 2020, iniciando-se os procedimentos de abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e julgamento das propostas às 14:30 horas no mesmo dia e local. O inteiro teor deste Ato Convocatório está a disposição dos interessados no Site da Prefeitura www.caibi.sc.gov.br e no Departamento de Licitações conforme endereço acima descrito ou maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49)3648-0211. Caibi –SC 31 de Março de 2020. Elói José Libano, Prefeito Municipal.

LEIA-SE:

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório N° 0024/2020 na modalidade Tomada de Preço N° 001/2020, do tipo Menor Preço-Global que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNCIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL JUVENTUDE DE CAIBI. Poderão participar do certame empresas devidamente cadastradas e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo Certificado no Registro Cadastral, obtido até o terceiro dia anterior á data do recebimento das propostas. Os envelopes contendo a documentação e as propostas serão recebidos pelo Departamento de Compras e Licitações, em sua sala, na sede do Município de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro – Caibi - SC, CEP 89.888-000, até às 14:15 horas do dia 29 de Abril de 2020, iniciando-se os procedimentos de abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e julgamento das propostas às 14:30 horas no mesmo dia e local. O inteiro teor deste Ato Convocatório está a disposição dos interessados no Site da Prefeitura www.caibi.sc.gov.br e no Departamento de Licitações conforme endereço acima descrito ou maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49)3648-0211. Caibi –SC 31 de Março de 2020. Elói José Libano, Prefeito Municipal.

Campo Alegre

PREFEITURA

PORTARIA Nº 17.907 DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435532

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.907 DE 09 DE ABRIL DE 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao parágrafo IV do artigo 12 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, JOÃO SAMUEL CUBAS, registro no sistema sob nº 955392, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º O Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras gozará as férias no período de 06 de abril de 2020 a 05 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de abril de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/04/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.908 DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435533

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.908 DE 09 DE ABRIL DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA EXERCER EM SUBSTITUIÇÃO O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 71 e 193, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, na Função de Motorista de Veículos Leves, para exercer Cargo de Agente Político, Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, o Servidor Público Municipal ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO, matrícula funcional nº 000918, registro no sistema sob nº 955732, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único. A substituição de que trata o Caput deste Artigo se dá em virtude do Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras Titular JOÃO SAMUEL CUBAS, registro no sistema sob nº 955392, estará em gozo de férias, no período de 06 de abril de 2020 a 05 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2020.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 09 de abril de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/04/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

ATA DE PESQUISA DE PREÇO DO RG 01_2020

Publicação Nº 2435403

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1
REGISTRO Nº 1/2020 Sequencia: 1
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2019
PROCESSO Nº 164/2019
Data de Abertura: 02/12/2019
Data de Julgamento: 02/12/2019
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ANO DE 2020, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Item	Especificação do Material	Unid.	Marca	Consumo	Preço Máximo	Dif. %	Valor Cotado / (Código do Participante)	Menor Preço	CLASSIFICAÇÃO		
									1º	2º	3º
1	GASOLINA COMUM	L			3,65	0,00 %	3,65(10699)	0,00	—	—	—
2	ÓLEO DIESEL COMUM	L			2,88	0,00 %	2,88(10699)	0,00	—	—	—
3	ÓLEO DIESEL S10	L			2,90	0,00 %	2,90(10699)	0,00	—	—	—
4	ARLA 32 - ADITIVO PARA DIESEL	L			0,00	0,00 %	0,00(10699)	0,00	—	—	—

Página: 1/1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 1/2020****PROCESSO N° 164/2019**

(10699) - STANG & STANG LTDA

Campos Novos, 6 de Janeiro de 2020.

ATA DE RG 06_2020 - PE - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UTILIZAÇÃO PELA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CAMPOS NOVOS

Publicação Nº 2435438

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Página: 1/9
Processo Nº.: 4/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2020

No dia 8 do mês de Abril do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.595.042/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS, 333, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. , doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 3/2020, Processo Licitatório nº. 4/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UTILIZAÇÃO PELA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6964	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	3
8503	MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	7, 9
8504	MZZ - COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	4, 6
7606	OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO SA	2
8505	STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5, 8, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	-
MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	25.463.374/0001-74	-
MZZ - COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	24.384.602/0001-58	-
OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO SA	83.802.215/0001-53	-
STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	11.089.732/0001-16	-

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UTILIZAÇÃO PELA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS/SC.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6964 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	SELADORA TIPO/ APLICAÇÃO MANUAL-PEDAL/ GRAU CIRÚRGICO, 220 VOLTS EM AÇO INOX, ALTURA APROXIMADA DE 1 M, BARRA DE SELAGEM 35 Á 42 CM, MILÍMETRO DE SELAGEM 13 MM, COM CORTE AUTOMÁTICO E SUPORTE PARA ROLO DE BOBINA DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTROLE DE TEMPERATURA ELETRÔNICO, POTÊNCIA: 400 WATTS.	UN	Agir	3,000	1.015,6400	3.046,92

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 4/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020

Fornecedor: 7606 - OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO SA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	CADEIRA ODONTOLÓGICA: ESTRUTURA FABRICADA EM AÇO. TRATAMENTO ANTICORROSIVO. PINTURA EPÓXI OU ELETROSTÁTICA LISA. ESTABILIDADE ESTÁTICA E DINÂMICA EM TODAS AS POSIÇÕES DE USO NA SUA CAPACIDADE MÁXIMA. BASE COM PROTEÇÃO EM BORRACHA OU MATERIAL SIMILAR. REVESTIMENTO DO ESTOFAMENTO EM MATERIAL PVC LAMINADO, SEM COSTURAS. PROTEÇÃO PLÁSTICA PARA OS PÉS DO PACIENTE. ENCOSTO DA CABEÇA ARTICULÁVEL, COM MOVIMENTO LONGITUDINAL. ACIONAMENTO ATRAVÉS DE COMANDOS ELÉTRICOS COM ATUADORES HIDRÁULICOS OU MOTO-REDUTORES. CONTROLE DE PÉ (PEDAL) PARA OS MOVIMENTOS DE SUBIDA E DESCIDA DO ASSENTO E DO ENCOSTO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220 V (60HZ). RESISTÊNCIA DE CARGA MÍNIMA DE APROXIMADA 140 KG. FORNECIMENTO DE PLANTAS BAIXAS E OUTRAS NECESSÁRIAS PARA A PERFEITA INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO, COM TODAS AS INFORMAÇÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS E PNEUMÁTICAS. FORNECIMENTO DE MANUAIS DE OPERAÇÃO E MANUAIS DE SERVIÇO E DETALHAMENTO DAS PEÇAS, PRINCIPAIS DEFEITOS E CORREÇÕES, COM DIAGRAMAS DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E HIDRÁULICOS. GARANTIA MÍNIMA DO CONJUNTO DE 12 MESES. REFLETOR PARA USO ODONTOLÓGICO COMPOSTO DE CABEÇOTE COM ESPELHO ESPECIAL MULTIFACETADO, COM AJUSTE GRADUAL NA INTENSIDADE DE LUZ, VARIÁVEL ENTRE O MÍNIMO DE 6.000 E MÁXIMO DE 35.000 LUX, POR MEIO DE COMANDO NO PEDAL DA CADEIRA. PROTETOR DA LÂMPADA E ESPELHO. EQUIPO ODONTOLÓGICO: TIPO CART OU ACOPLADO. (TIPO CART COM ESTRUTURA MONTADA SOBRE RODÍZIOS E TRATAMENTO ANTICORROSIVO. TIPO ACOPLADO: BRAÇO ARTICULADO, COM MOVIMENTO HORIZONTAL, COM BATENTES DE FIM DE CURSO E MOVIMENTO VERTICAL). TRÊS TERMINAIS, SENDO 01 PARA MICROMOTOR, COM SPRAY (TIPO BORDEN), 01 PARA ALTA ROTAÇÃO (TIPO BORDEN) E 01 SERINGA TRÍPLICE. SUPORTE DAS PONTAS COM ACIONAMENTO INDIVIDUAL E AUTOMÁTICO. PINTURA EPÓXI OU ELETROSTÁTICA, TOTALMENTE LISA. SISTEMA DE DESINFECÇÃO DE DUTOS DE ÁGUA E SPRAY COM VÁLVULA ANTIRREFLUXO. PEDAL DE ACIONAMENTO DO EQUIPO COM CONTROLE VARIÁVEL (PROGRESSIVO DA ROTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS). COM CAIXA DE LIGAÇÃO (DISTRIBUIÇÃO), SENDO AS MANGUEIRAS ARREDONDADAS E LISAS E CONTENDO TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À SUA INSTALAÇÃO. CAIXA DE LIGAÇÃO (DISTRIBUIÇÃO) INDEPENDENTE DA CADEIRA. RESERVATÓRIO DE ÁGUA DO EQUIPO E SISTEMA DE DESINFECÇÃO EM MATERIAL TRANSPARENTE OU TRANSLÚCIDO, DE NO MÍNIMO 500 ML. UNIDADE AUXILIAR: ACOPLADA À CADEIRA. BACIA DA CUSPIDEIRA REMOVÍVEL, EM PORCELANA OU CERÂMICA. RALO SEPARADOR DE DETRITOS, FIXADO À UNIDADE DE ÁGUA OU À CAIXA DE LIGAÇÃO, CONECTADO À MANGUEIRA DE SUCÇÃO. REGISTRO PARA ACIONAMENTO DA ÁGUA DA CUSPIDEIRA, MÍNIMO DE 02 (DOIS) TERMINAIS DE SUCÇÃO, COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 6.5 MM. COM MANGUEIRAS E TERMINAIS LISOS. FORMAS ARREDONDADAS; ESTRUTURA EM ALUMÍNIO OU AÇO, COM PROTEÇÃO ANTICORROSÃO. PINTURA EPÓXI OU ELETROSTÁTICA, TOTALMENTE LISA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. KIT ACADEMICO ALTA + BAIXA ROTAÇÃO (MICRO MOTOR E CONTRA ÂNGULO) + MOCHO ELEVAÇÃO DO ASSENTO A GÁS ATRAVÉS DE ALAVANCA NA BASE DO ASSENTO. ALTURA REGULÁVEL. ENCOSTO REGULÁVEL COM AJUSTE DE APROXIMAÇÃO. BASE COM 5 RODÍZIOS. ESTOFAMENTO RESISTENTE E COM BASE RÍGIDA. REVESTIMENTO EM PVC SEM COSTURA. ESPUMA DE DENSIDADE CONTROLADA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UN	OLSEN	3,000	7.360,0000	22.080,00

Fornecedor: 8503 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS DIVERSOS FECHADO EM AÇO INOX - ALTURA DE 90CM A 110CM X LARGURA DE 50CM X COMPRIMENTO DE 50 A 70CM	UN	conkast	1,000	3.499,9900	3.499,99



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Página: 3/9

Processo Nº.: 4/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020

Fornecedor: 8503 - MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	DERMATOSCÓPIO, AUMENTO 10X, LED ACOPLÁVEL EM CÂMERAS FOTOGRÁFICAS DIGITAIS; LENTES DE CRISTAL DE ALTA QUALIDADE, ILUMINAÇÃO PRÓPRIA COM LEDS COM DISTRIBUIÇÃO HOMOGÊNEA SEM ALTERAÇÃO DE CORES; PONTEIRA CÔNICA COM VIDRO DE CONTATO PARA USO COM GEL OU ÓLEO DERMATOLÓGICO; ALIMENTAÇÃO: BATERIA 12; GARANTIA DO FABRICANTE DE 02 ANOS; ACOMPANHA BOLSA PORTA-LENTE;	UN	missouri	1,000	2.499,5200	2.499,52

Fornecedor: 8504 - MZZ - COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	DESTILADOR DE ÁGUA CAPACIDADE DE DESTILAÇÃO 5 LITROS /HORA	UN	biotron	2,000	1.300,0000	2.600,00
6	AQUECEDOR A ÓLEO PORTÁTIL DE AMBIENTE POTÊNCIA 1500 A 2000 WATTS DE POTÊNCIA	UN	britânia	3,000	343,3300	1.029,99

Fornecedor: 8505 - STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	ARMÁRIO VITRINE, AÇO/ FERRO PINTADO, LATERAIS DE VIDRO, 02 PORTAS E 4 PRATELEIRAS. MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 65 cm / Comprimento: 40 cm / Altura: 165 cm / Vidro incolor com espessura de aproximadamente 3mm.	UN	metallic	2,000	952,6900	1.905,38
8	BIOMBO AÇO, COM RODÍZIOS, TRIPLO, CONSTRUÍDO EM TUBOS REDONDOS DE 7/8, ESMALTADO, PÉS COM PONTEIRAS DE PVC, PAINÉIS EM TECIDO DE ALGODÃO CRU REFORÇADO OU LONA PLASTIFICADA, COM OU SEM RODÍZIOS, MEDIDAS TOTALMENTE ABERTO:1,80X1,80.	UN	metallic	2,000	282,2200	564,44
10	MESA DE EXAMES, LEITO MÓVEL, SUPORTE PARA PAPEL, AÇO INOXIDÁVEL CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 TUBULAR QUADRADO 30 X 30 MM X 1,2 MM DE PAREDE; LEITO ESTOFADO EM ESPUMA DENSIDADE 33, ESPESSURA 50 MM, COM REVESTIMENTO EM COURVIM DE ALTA QUALIDADE, MONTADO SOBRE QUADRO COM ESTRADO EM TUBOS DE AÇO 1.020, 30 MM X 30 MM X 1,2 MM DE PAREDE; CABECEIRA REGULÁVEL, POR SISTEMA DE CREMALHEIRAS (03 POSIÇÕES); AS PARTES METÁLICAS (ESTRUTURA) RECEBEM ACABAMENTO POLIDO	UN	metallic	2,000	974,4500	1.948,90

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 4/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 4/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**Processo N°.: 4/2020****PREGÃO ELETRÔNICO N°. 3/2020****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Página: 7/9
Processo Nº.: 4/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Página: 8/9
Processo N°: 4/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 3/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 8 de Abril de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
MEDEFE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 25.463.374/0001-74	_____
MZZ - COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	CNPJ: 24.384.602/0001-58	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Página: 9/9
Processo N°. 4/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 3/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 8 de Abril de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO SA

CNPJ: 83.802.215/0001-53 _____

STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 11.089.732/0001-16 _____

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PMC 35/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação N° 2435049

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 35/2020 (Eletrônico)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO N° 35/2020 (Eletrônico), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Motivo: Alteração dos descritivos dos itens. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

Capão Alto

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PMCA010/2020 - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA...

Publicação N° 2433661

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO, através da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Registro de Preços – Exclusivo para Micro Empresas do tipo Menor preço, julgamento Por item, cujo processamento se dará na forma dos termos da Lei Federal n.º 10.520/ 2002 e da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666/1993, e as exigências estabelecidas e nas condições do edital de número PMCA010/2020

Objeto:
REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS para Contratação de Pessoa Jurídica prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria tributária objetivando o aumento da arrecadação tributária do Município, para identificação de eventuais créditos que estejam sendo perdidos, análise e acompanhamento de DIMES, declaração de ICMS e Movimento Econômico das Empresas do Município

Data Entrega e abertura:

Através do site <https://bllcompras.com> , conforme segue a descrição abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 13/04/2020 às 09:30 horas do dia 28/04/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:35 às 09:59 horas do dia 28/04/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 28/04/2020.

Horário de Brasília - DF

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira n° 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2005, ou pelos sites www.capaoalto.sc.gov.br e <https://bll.org.br>

Município de CAPÃO ALTO – SC 10/04/2020

Tito Pereira Freitas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

Capinzal

PREFEITURA

PMC TA 001/2020 C314

Publicação N° 2435369

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N° : TA 001/2020 C314 - Contrato N°: 0314/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: DELMA ELOI BITTENCOURT DASILVA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/03/2020 Término: 30/06/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 0092/2019 Processo_Licitatório.....: 0183 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato para 90 dias, findando em 30/06/2020, conforme solicitação e parecer Jurídico, anexos ao Processo Licitatório.

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2020 FMS - CREDENCIAMENTO Nº 0001/2020 FMS

Publicação Nº 2435409

AVISO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 001/2020 - FMS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Credenciamento de hospitais ou clínicas para a realização de cirurgias eletivas e procedimentos especializados, visando a necessidade da Secretaria de Saúde do município de Catanduvas - SC.

Abertura das Propostas: a partir da 07h00min, do dia 13 de abril de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 09 de abril de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 09 de abril de 2020.
Ely Terezinha Magnabosco Moterle
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2020 FMS - CREDENCIAMENTO Nº 0002/2020 FMS

Publicação Nº 2435415

AVISO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 002/2020 - FMS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: Contratação de empresa especializada na confecção de lentes de óculos de grau para munícipes encaminhados pelo SUS – Sistema Único de Saúde, visando a manutenção da Secretaria de Saúde Município de Catanduvas - SC.

Abertura das Propostas: a partir da 07h00min, do dia 13 de abril de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 09 de abril de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 09 de abril de 2020.
Ely Terezinha Magnabosco Moterle
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 2598/2020

Publicação Nº 2435424

DECRETO Nº 2.598/2020, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

ESTABELECE NOVO PRAZO PARA O PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS PARA REQUERIMENTO DE PROGRESSÃO NO INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a suspensão dos serviços não essenciais da Administração Municipal, em cumprimento de decretos do Governador do Estado de Santa Catarina, editados com a finalidade de reduzir o contágio do vírus Covid-19;

DECRETA:

Art. 1º. Para o exercício de 2020, fica alterado o prazo para protocolar os documentos previstos no art. 3º, I, do Decreto nº 2.587/2020, de 13 de março de 2020, que poderá ser feito entre os dias 4 e 29 de maio.

Art. 2º. Para o exercício de 2020, a progressão pelo interesse de qualificação será concedida no mês de julho, com efeitos retroativos ao



mês de junho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 7 de abril de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2600/2020

Publicação Nº 2435427

DECRETO Nº 2.600/2020, DE 9 DE ABRIL DE 2020.

RECOMENDA O USO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas - SC, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal e conforme o disposto na Lei federal nº 13.979/2020, de 6 de fevereiro de 2020, CONSIDERANDO a declaração de emergência, em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento da pandemia gerada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), nos termos dos Decretos Estaduais nº 515 e 525, de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais, bem como as suas sucessivas prorrogações;

CONSIDERANDO o teor da nota de esclarecimento expedida pela Sociedade Brasileira de Infectologia em 03 de abril de 2020, bem como a Nota Técnica GVIMS/CGTES/ANVISA nº 04/2020, de 31 de março de 2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, as quais dispõem sobre a utilização de máscaras como forma de evitar a disseminação do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, do Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre critérios a serem observados para a produção de máscaras caseiras;

DECRETA:

Art. 1º. Fica recomendada para toda a população de Catanduvas a utilização de máscaras de proteção, confeccionadas em tecido conforme as orientações do Ministério da Saúde, em especial quando houver a necessidade de sair de casa para realizar compras de gêneros de primeira necessidade ou for necessário interromper provisoriamente o isolamento social.

Parágrafo único. Recomenda-se que a população observe o uso de máscaras de proteção, na forma do caput, aderindo de forma plena antes do início da estação de inverno, mantendo-se durante esse período e enquanto perdurar a pandemia.

Art. 2º. As máscaras cirúrgicas, deverão ser utilizadas apenas por profissionais de saúde, por profissionais de apoio que prestarem assistência a paciente suspeito ou confirmado de COVID-19 e por pacientes nas hipóteses recomendadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º. Aos munícipes que não se enquadrem nas hipóteses do artigo 2º é recomendada a utilização de máscaras de proteção artesanais, cuja confecção deverá ocorrer em conformidade com os critérios indicados pelo Ministério da Saúde na Nota Informativa nº 3/2020-CGAPP/DESF/SAPS/MS.

Art. 4º. Enquanto perdurar a situação de pandemia, durante o atendimento do público interno e externo, os servidores públicos municipais deverão utilizar máscaras de proteção artesanais, devendo atender às recomendações do Ministério da Saúde, conforme a Nota Informativa nº 3/2020-CGAPP/DESF/SAPS/MS.

Art. 5º. A utilização de máscaras de proteção não dispensa a observância de todas as demais recomendações profiláticas e de isolamento social expedidas pelas autoridades públicas.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 9 de abril de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE

Secretária de Saúde

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2019

Publicação Nº 2435400

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A EMPRESA MEDMAIS ATIVIDADES MÉDICAS LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE PLANTÃO 24 HORAS. (Processo Licitatório nº 0134/2018 – Pregão Presencial nº 0097/2018)

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, em Catanduvas (SC) através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91, neste ato representado por sua Gestora e Secretária de Saúde, Sra. Ely Terezinha Magnabosco Moterle, doravante denominado CONTRATANTE.

MEDMAIS ATIVIDADES MÉDICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 31.912.203/0001-88, com sede na Rua Frei Rogerio, nº 380, Centro, Município de Joaçaba (SC), neste ato representada por seu representante legal Sr. Welder Fonseca do Nascimento, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima nominadas, reportam-se ao contrato firmado entre as partes 11 de março de 2018.

CONSIDERANDO a solicitação de aditivo da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade aos serviços prestados e manter o atendimento aos munícipes Catanduvenses;

CONSIDERANDO os termos do § 1º do art. 7º da Resolução nº TC – 15/2007;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2020, com novo prazo iniciando em 12 de março de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do convênio.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem como amparo os termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas (SC), 10 de março de 2020.

Testemunhas:

SUSPENSÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE TRANSPORTE ESCOLAR 2020

Publicação Nº 2435401

SUSPENSÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas - SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, através dos qual foi decretada a suspensão as aulas na rede pública e provada de ensino por 30 (trinta) dias a contar de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO o art. 58, I c/c art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, que permite a alteração/suspensão unilateral dos contratos administrativos para melhor adequação às finalidades de interesse público;

Ficam suspensos por 30 (trinta dias) a partir de 19 de março de 2020, todos os contratos administrativos cujo objeto seja o transporte de alunos do ensino fundamental, médio, técnico e superior.

Notifiquem-se as empresas contratadas.

Publique-se.

Catanduvas, 19 de março de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

BALANCETE FINANCEIRO CONSOLIDADO MARÇO -2020

Publicação Nº 2435420

Página: 1 / 3
Data de emissão: 09/04/2020
Exercício de 2020
Período de: Janeiro à Março
Despesa: Empenhada

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Balanco Financeiro - Anexo 13
CONSOLIDADO



INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		9.084.813,29	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		15.097.626,03
Ordinária		6.271.462,33	Ordinária		10.528.320,35
Recursos Ordinários		4.656.011,69	Recursos Ordinários		5.572.508,98
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		484.070,22	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		826.274,66
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		1.131.380,42	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		2.081.132,91
			SF - Recursos Ordinários		2.048.403,80
Vinculada		2.813.350,96	Vinculada		4.569.305,68
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		3.969,80	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		298,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -		206.409,53	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -		271.490,08
Convênio de Trânsito - Militar		4.885,01	Convênio de Trânsito - Civil		3.627,72
Convênio de Trânsito - Civil		4.888,90	Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais		1.167.696,92
Convênio de Trânsito - Prefeitura		4.356,98	Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação		263.354,30
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais		988.706,17	Transferências do SUAS/União - Piso Básico Fixo		25.002,86
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação		645.804,11	Transferências do SUAS/União - IGD-SUAS		6.260,00
Transferências de Convênios União/Assistência Social - Tesouro-Ex.		132,85	Transferências do SUAS/União - IGD-SUAS		3.906,54
Transferências de Convênios União/Educação - Tesouro-Ex.Cor.		23,47	Transferências do SUAS/União - Piso Transitório de Média		12.926,87
Transferências de Convênios União/Saúde - Tesouro-Ex.Cor.		52,95	Salário- Educação		247.380,71
Transferências de Convênios União/Outros - Tesouro-Ex.Cor.		551,25	Outras Transferências do FNDE - PNAE Ensino Fundamental		26,85
Transferências do SUAS/União - Piso Básico Fixo		24.805,57	Outras Transferências do FNDE - PNAE Creche		1.325,40
Transferências do SUAS/União - SCFV		4,66	Transferências do SUS/União - Sem Detalhamento		120.000,00
Transferências do SUAS/União - IGD-SUAS		9,82	Transferências do SUS/União - PAB Fixo		165.295,09
Transferências do SUAS/União - IGD-SUAS		2.951,25	Transferências do SUS/União - NASF União		24.000,00
Transferências do SUAS/União - Piso Transitório de Média		304,54	Transferências do SUS/União - PSF		49.910,00
Transferências do SUAS/União - Piso Fixo de Média Complexidade		6.655,43	Transferências do SUS/União - Saúde Bucal		12.075,25
Transferências do SUAS/União - Outros Programas do SUAS/União		59,20	Transferências do SUS/União - PACS		72.800,00
Transferências de Convênios União/Assistência Social - Emendas		30,31	Transferências do SUS/União - PMAQ		7.007,80
Salário- Educação		160.978,07	Transferências do SUS/União - Vigilância Sanitária		16.989,00
Outras Transferências do FNDE - PNAE Ensino Fundamental		166,89	Transferências do SUS/União - MAC União		198.715,98
Transferências do SUS/União - Sem Detalhamento		961,92	Transferências do SUS/União - Assistência Farmacêutica Básica		49.591,14
Transferências do SUS/União - PAB Fixo		920,21	PROG. INFORMATIZAÇÃO DA APS		27.528,29
Transferências do SUS/União - NASF União		12.000,00	INCENTIVO FINANC. DA APS DESEMPENHO		4.000,00
Transferências do SUS/União - PSF		24.955,00	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS		7.545,00
Transferências do SUS/União - Saúde Bucal		3.345,00	INCENTIVO FINANC. DA APS PER CAPITA DE TRANSIÇÃO		5.385,25
Transferências do SUS/União - PACS		72.600,00	INCENTIVO FINANC. DA APS CAPITAÇÃO PONDERADA		38.380,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Balanco Financeiro - Anexo 13
CONSOLIDADO

Página: 2/ 3

Data de emissão: 09/04/2020

Exercício de 2020

Período de: Janeiro à Março

Despesa: Empenhada

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Transferências do SUS/União - PMAQ	6.383,50	ASSIST. FINANC. COMPLEMENTAR AOS AGENTES DE COMBATE	5.600,00
Transferências do SUS/União - Vigilância Sanitária	14.280,21	Fundo Especial do Petróleo Exploração de Recursos Naturais - PNAE - 2020 Alimentação Escolar	36.776,00
Transferências do SUS/União - MAC União	120.685,39	Transferências do FNDE - Transp. Escolar Pnate	10.430,52
Transferências do SUS/União - Assistência Farmacêutica Básica	16.679,98	Transferências de Convênios-Estado/Educação	29.610,00
Transferências do SUS/União - Outras Transferências do PAB Variável	4,03	Transferência de Convênios - Estado/Outros	285.179,78
PROG. INFORMATIZAÇÃO DA APS	12.000,00	Transferências do SUS/Estado - SUS/Estado - Cofinanciamento	200.100,00
INCENTIVO FINANC. DA APS DESEMPENHO	12.631,13	Transferências do SUS/Estado - Farmácia Básica Estado	21.400,00
INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	37.590,00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.756,55
INCENTIVO FINANC. DA APS PER CAPITA DE TRANSIÇÃO	65.225,21	SF - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - S.F. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Superavit F. Transferencia do Fundeb ex.ant 80%	29.694,64
INCENTIVO FINANC. DA APS CAPITAÇÃO PONDERADA	57.001,07	S.F. Transferências de Convênios-União/Saude	14.092,00
PROGRAMA DE INFORMAT. DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	6.000,00	S. Fin. Transferências do Sistema Único de Assistência Social - Piso	69.202,94
ASSIST. FINANC. COMPLEMENTAR AOS AGENTES DE COMBATE	7.407,44	SF. TRANSF. FNDE - PNATE	103.244,68
PROGRAMA FAMERMAC. E INSUMOS ESTRAT. NA ATENÇÃO	5.339,99	Transferências do SUS/União - PAB Fixo	6.294,00
Transferências do SUS/União - Outras Transferências do SUS/União	7.204,02	Transferências do SUS/União - PACS	133.000,00
ENFRTAMENTO DA ENERGENCIA DE SAUDE (CORONAVIRUS	31.023,00	Transferências do SUS/União - MAC União	1.119,74
Fundo Especial do Petróleo Exploração de Recursos Naturais - PNAE - 2020 Alimentação Escolar	32.145,26	Transferências do SUS/União - Cessão Onerosa Pré-sal	576,00
Transferências do FNDE - Transp. Escolar Pnate	30.765,73	SF - Transferências de Convênios Estado/Assistência Social	4.000,00
Transferências de Convênios-Estado/Educação	4.026,80	S.F. Transferências de Convênios-Estado/Educação	32.963,59
Transferência de Convênios - Estado/Saúde	441,35	SF - Transferência de Convênios - Estado/Outros	516.948,94
Transferência de Convênios - Estado/Outros	1.654,80	Transferências do SUS/Estado - SUS/Estado - Cofinanciamento	83.744,00
Excesso Arrecadação Transferencia Convenio Estado 2017TR00445	84.416,86	Transferências do SUS/Estado - Farmácia Básica Estado	147.892,22
Transferências do SUS/Estado - SUS/Estado - Cofinanciamento	240,16	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	30.161,03
Transferências do SUS/Estado - SUS/Estado - Cofinanciamento	39.409,25		
Transferências do SUS/Estado - Farmácia Básica Estado	1.781,40		
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	68.476,20		
Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde - Tesouro-Ex.	0,63		
Alienações de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro-Ex. Cor.	8,66		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.981.710,16	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.981.710,16
EXTRAORÇAMENTÁRIAS	9.340.272,75	EXTRAORÇAMENTÁRIAS	3.758.241,32
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	7.213.230,79	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.583.556,75
Inscrição de Restos a Pagar Processados	353.961,39	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	254.044,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.773.080,57	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	940.640,29



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Balanço Financeiro - Anexo 13
CONSOLIDADO

Página: 3 / 3
Data de emissão: 09/04/2020
Exercício de 2020
Período de: Janeiro a Março
Despesa: Empenhada

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	Exercício Atual		Exercício Atual
SALDOS ANTERIORES		0,00 SALDOS ATUAIS	-430.781,31
CAIXA		0,00 CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES		0,00 CONTAS CORRENTES	-430.781,31
APLICAÇÕES		0,00 APLICAÇÕES	0,00
	TOTAL	20.406.796,20	TOTAL
			20.406.796,20

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº PL/142/2020 DE 09 DE ABRIL DE 2020.**

Publicação Nº 2434983

PORTARIA Nº PL/142/2020 de 09 de abril de 2020.

CONCEDE FÉRIAS ANTECIPADAS DE QUINZE DIAS, A PEDIDO, À SERVIDORA ESTATUTÁRIA GELCI APARECIDA AGUILERA.

IVACIR CARDOSO MOREIRA, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, à servidora Gelci Aparecida Aguilera, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, 15 (quinze) dias de férias antecipadas ao período aquisitivo de 02/01/2020 a 01/01/2021, a serem gozadas de 13/04/2020 a 27/04/2020.

Art. 2º A concessão atende a requerimento apresentado pela servidora que em razão do isolamento social determinado pela pandemia do Coronavírus e suspensão das aulas nas redes pública e particular necessita prestar cuidados a filha menor de idade.

Art. 3º A suspensão de reuniões e de Sessões Plenárias bem como o trabalho remoto realizado pelos servidores da Câmara reduz consideravelmente a necessidade de prestação diária das atividades de limpeza e conservação, razão pela qual a antecipação das férias não trará prejuízos à administração.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas (SC), 09 de abril de 2020.

IVACIR CARDOSO MOREIRA

Presidente

Registra-se e Publica-se em 09.04.2020.

IVACIR CARDOSO MOREIRA

Presidente

ÂNGELA MARIA CASSIANO DE MORAIS DA CRUZ

1ª Secretária

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ADENDO Nº 01 A DL 004/2020 FMS

Publicação Nº 2435129

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO ADENDO nº 01 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020 FMS

O Município de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, TORNA PÚBLICO que:

1 - Retifica o Edital, nos seguintes termos:

a) Onde se lê:

VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO:

Valor do Contrato: R\$ 2.388,03 (dois mil e trezentos e oitenta e oito reais e três centavos).

b) Leia-se:

VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO:

Valor do Contrato: R\$ 3.761,34 (três mil e setecentos e seiscentos e um real e trinta e quatro centavos).

1.1- Do motivo: Em tempo da contratação adotou-se, em contrato e edital, o cargo de "enfermeira", porém o valor adotado para a contratação condiz com a remuneração de "técnica de enfermagem". Este adendo tem a finalidade de ajustar o vencimento da profissional ora contratada.

Caxambu do Sul - SC, em 09 de abril de 2020.

GLAUBER BURDET

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 060/2020

Publicação Nº 2435344

Número da Lei:	1444		
Ano da Lei:	2019		
Data da Lei:	28/11/2019		
DECRETO Nº 60, de 6 de abril de 2020			
Cria modalidade aplicação, suplementa dotação orçamentária no orçamento geral de 2020 por conta do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2019, e dá outras providências			
DECRETA:			
Art. 1º - Fica criada a modalidade de aplicação 3449000000000000, vínculo 036000109 – recursos ordinários oriundos de superávit financeiro, dentro do projeto/atividade 2022, com abertura de crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento de Assistência Social	06.001.0008.0244.0010.2022.34490000000000000000.03000109	50.000,00
Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:			

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03000109	50.000,00
Art. 3º - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.			

Caxambu do Sul - Santa Catarina, 6 de abril de 2020

GLAUBER BURTET
PREFEITO**DECRETO N° 061/2020**

Publicação N° 2435354

Número da Lei:	1444
Ano da Lei:	2019
Data da Lei:	28/11/2019

DECRETO N° 61, de 8 de abril de 2020

Abre crédito adicional suplementar no orçamento programa de 2020 proveniente do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2019 do município de Caxambu do Sul e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais):

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento da Indústria, Comércio e Agricultura	07.001.0020.0606.0006.2016.34490 00000000000000.03000109	77.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03000109	77.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul - Santa Catarina, 8 de abril de 2020

GLAUBER BURTET
PREFEITO**TP N° 003/2020 PCS**

Publicação N° 2435445

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRA DE ENGENHARIA N° 003/2020 PCS

Objeto: Execução de reforma do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma da Tomada de Preços: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 28/04/2020.

Abertura: dia 28/04/2020, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 08 de abril de 2020.

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 151/2020

Publicação Nº 2435303

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº. 151/2020

"ALTERA O ART. 2º DA PORTARIA 147/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º Alterar o art.2º da Portaria nº 147/2020, de 07.04.2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Conceder e autorizar a gozar Férias antecipadas de 30 (trinta) dias, de acordo com o Inciso II do art.1º do Decreto nº. 033 de 31.03.2020, no período de 06.04.2020 à 05.05.2020, aos servidores da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, abaixo listados:

SERVIDORES PERIODO AQUISITIVO CARGO

Adriane Wambomel França	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Beatriz Karnoski Jasper	05.02.2020 a 04.02.2021	Professora
Denise Machado Klettenberg	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Isolete Sebold Pereira	01.09.2019 a 31.08.2020	Professora
Karina Kerschbaum	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Liliane Scheidt Jasper	08.12.2019 a 07.12.2020	Professora
Mary Silvia Kersbaum Medeiros	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Nerci Ramos	05.01.2020 a 04.01.2021	Professora
Patrícia Pereira	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Taine Rode Schroeder	03.02.2020 a 02.02.2021	Professora
Vanderli kraus	16.03.2020 a 15.03.2021	Professora

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 06.04.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de abril de 2020.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 150/2020

Publicação Nº 2435230

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 150/2020

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, para a servidora MEIRELEIN GRACH MACHADO, matriculada sob nº 1575/06, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias, no período de 06.04.2020 à 05.05.2020, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 27, II da Lei Municipal nº 0568 de 01.03.2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 06.04.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de abril de 2020.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 152/2020

Publicação N° 2435317

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA N° 152/2020

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;
- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

A Prefeita de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar n° 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o gozo das férias concedidas, através da Portaria n°. 146/2020 de 07.03.2020, e convocar por necessidade de serviço público a servidora, LETICIA EYNG MONTIBELLER, matriculado sob n° 2419/03, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a partir de 13.04.2020, devendo o período remanescente de 18 (dezoito) dias, serem usufruídos em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade da administração e o interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de abril de 2020.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA N°. 148/2020

Publicação N° 2435180

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N°. 148/2020

CONSIDERANDO a concessão e autorização de férias em favor do servidor público Maicson Montibeller, conforme Portaria n° 115/2020, relativas ao período 2017/2018;
CONSIDERANDO a Portaria n° 120/2020 que suspendeu o gozo de férias do servidor, nos termos do §4º do art.78 da Lei Complementar n° 008/99;

CONSIDERANDO que o servidor tem direito a gozar 08 (oito) dias de férias, referente ao período remanescente.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78 da Lei Complementar n° 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15.09.2017 à 14.09.2018, para o servidor, MAICSON MONTIBELLER, matriculado sob n° 1460/06, ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Oficial de Nível Médio, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, a gozar férias no período de 01.04.2020 a 08.04.2020, num total de 08 (oito) dias, relativo ao período remanescente, de que trata a Portaria n° 120/2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.04.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de abril de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 149/2020

Publicação Nº 2435193

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº. 149/2020

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78 da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15.09.2017 à 14.09.2018, para o servidor, MAICSON MONTIBEL-
LER, matriculado sob nº 1460/06, ocupante do Cargo em Provisão Efetivo de Oficial de Nível Médio, na Secretaria Municipal da Agricul-
tura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar 15 (quinze) dias de férias, na data de 09.04.2020 à 23.04.2020, referente ao segundo período, conforme
§ 5º do art. 78 da Lei Complementar nº 008/99.

Art. 3º De acordo com o § 6º do art. 78 da Lei Complementar 008/99, o adicional de 1/3 da remuneração é pago integralmente quando da
concessão do primeiro período.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de abril de 2020.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.008-2020

Publicação Nº 2435332

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº008/2020 de 09/04/2020.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Sr. Claudio José Eduardo, no
uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 39. VIII, art. 27. II do Regimento Interno e artigo 65, §1º da Lei Complementar Nº008,
de 23.12.99.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença maternidade a servidora Elaine Aparecida Franz da Silveira, ocupante do cargo efetivo de Contadora, por um pe-
ríodo de 120 (cento e vinte dias), considerando a data do parto, pelo período de 27.03.2020 a 24.07.2020.

Art. 2. Fica prorrogado o período da licença maternidade referida no art. 1º, por um período de 60 (sessenta dias) sendo de 25.07.2020 a
22.09.2020.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos em data retroativa a partir do dia 27 de março
de 2020.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado 09 de abril de 2020.
CLAUDIO JOSÉ PEREIRA
Presidente

EDSON HOFFMANN
Vice Presidente

JUARES SCHNEIDER
1º Secretário

MAURÍCIO DE ANDRADE
2º Secretario

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 38.751, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435346

DECRETO Nº. 38.751, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Declara imóveis de utilidade pública, para fins de desapropriação.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV e XIII, do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, os artigos 5º, "I" e 6º ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21.06.41,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação:

I - uma área de terras com 2.354,13m² (dois mil e trezentos e cinquenta vírgula treze quatro metros quadrados), dentro de uma área maior, descrita na Matrícula Imobiliária nº. 61.632, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Irmãos Stakonski Empreendimentos Imobiliários Ltda.

II - uma área de terras com 2.057,76m² (dois mil e cinquenta e sete vírgula setenta e seis metros quadrados), dentro de uma área maior, descrita na Matrícula Imobiliária nº. 73.260, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Salin de Araújo, Maria de Lourdes de Araújo e outros.

Parágrafo único. Os imóveis ora declarado de utilidade pública serão utilizados para fins de desenvolvimento de projeto de abertura de acesso principal em favor dos imóveis lindeiros, bem como, para fins de desenvolvimento das atividades industriais e comerciais da região, por meio da implantação de via de acesso público perpétua, visando facilitar a logística e o fluxo rodoviário, tendo em vista o grande potencial de desenvolvimento econômico e sustentabilidade da localidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 09 de abril de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.752, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435347

DECRETO Nº. 38.752, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre desapropriação de imóveis declarados de utilidade pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os incisos IV e XIII, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 38.751, de 09 de abril de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam desapropriados, ordinária e diretamente por utilidade pública:

I - uma área de terras com 2.354,13m² (dois mil e trezentos e cinquenta vírgula treze quatro metros quadrados), dentro de uma área maior, descrita na Matrícula Imobiliária nº. 61.632, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Irmãos Stakonski Empreendimentos Imobiliários Ltda;

II - uma área de terras com 2.057,76m² (dois mil e cinquenta e sete vírgula setenta e seis metros quadrados), dentro de uma área maior, descrita na Matrícula Imobiliária nº. 73.260, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Salin de Araújo, Maria de Lourdes de Araújo e outros.

§ 1º. Os imóveis ora desapropriados serão utilizados para fins de desenvolvimento de projeto de abertura de acesso principal em favor dos imóveis lindeiros, bem como, para fins de desenvolvimento das atividades industriais e comerciais da região, por meio da implantação de via de acesso público perpétua, visando facilitar a logística e o fluxo rodoviário, tendo em vista o grande potencial de desenvolvimento econômico e sustentabilidade da localidade.

§ 2º. O ônus da desapropriação ficará ao encargo da empresa SPF do Brasil Indústria e Comércio Ltda, bem como a execução do acesso principal a ser executado sobre as áreas desapropriadas conforme diretrizes vigentes do município de Chapecó.

Art. 2º. Fica declarada a urgência na desapropriação descrita no artigo 1º deste Decreto, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 09 de abril de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 38.753, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435350

DECRETO Nº. 38.753, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Estabelece regulamentação, orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e secretarias municipais relativos à implementação da modalidade de Teletrabalho ao serviço público, em caráter excepcional e temporário, como medida administrativa necessária de combate à pandemia de Coronavírus (COVID-19), conforme situação de emergência pública estabelecida através do Decreto Municipal nº 38.691 de 18 de março de 2020.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os incisos IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a modalidade de serviço público sob o regime de Teletrabalho, em caráter excepcional e temporário, por decorrência das medidas administrativas necessárias para combate à pandemia do Coronavírus (COVID-19), conforme disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 38.691, de 18 de março de 2020.

Art. 2º. Considera-se o regime de Teletrabalho as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

Parágrafo único. O regime regulado por este Decreto é de caráter excepcional e de natureza temporária, não gerando direito a permanência no regime após a cessação dos motivos que a autorizaram, conforme art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. A concessão do regime de Teletrabalho será priorizada aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, em consonância com o disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 38.680 de 17 de março de 2020.

§1º. A autoridade gestora de cada repartição poderá estender a concessão do regime de Teletrabalho que trata este Decreto aos demais servidores, desde a concessão esteja justificada como medida necessária para o combate à pandemia Coronavírus (COVID-19) e não comprometa o funcionamento das atividades da respectiva repartição.

§2º. O servidor submetido ao regime que trata este Decreto assinará termo de compromisso, conforme modelo anexo a este Decreto.

Art. 4º. Constituem deveres do servidor público submetido à modalidade de Teletrabalho:

I - observar a carga horária, as atribuições e a jornada do seu respectivo cargo;

II - cumprir a meta de desempenho estabelecida no plano de trabalho;

III - assinar termo de compromisso, ciência e responsabilidade;

IV - atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença pessoal for necessária e houver interesse da Administração Pública, quando convocado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

V - manter dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos;

VI - consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação do órgão ou entidade de exercício;

VII - permanecer em disponibilidade constante para contato, nos horários de funcionamento da unidade;

VIII - manter o chefe imediato informado, de forma periódica e sempre que demandado, por meio de mensagem dirigida à caixa postal individual de correio eletrônico institucional, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

IX - comunicar ao chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas de desempenho e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

X - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas de segurança da informação e adoção de cautelas adicionais necessárias;

XI - retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade do servidor.

Parágrafo único. O servidor submetido ao regime que trata este Decreto deverá preencher e entregar, até o último dia útil de cada mês, relatório diário circunstanciado das atividades realizadas durante o período do regime autorizado, para fins de cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 31.602, de 02 de outubro de 2015 e comprovação da prestação do serviço e lançamento no registro de ponto, conforme modelo em anexo ao presente Decreto.

Art. 5º. Na hipótese de o servidor não possuir os equipamentos tecnológicos necessários e adequados à prestação dos serviços em regime de Teletrabalho, poderá a autoridade gestora da repartição, conforme disponibilidade, fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de compromisso e autorização de uso.

Parágrafo único. Sempre que houver necessidade de atualização de software ou suporte técnico na estação de trabalho móvel ou outros equipamentos do órgão ou entidade que estiverem à disposição do servidor público participante de programa de gestão, diante da impossibilidade de atendimento remoto, caberá ao servidor público apresentar prontamente o equipamento à equipe responsável pelo atendimento no seu órgão ou entidade.

Art. 6º. O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

Art. 7º. A alteração do regime de Teletrabalho para o regime presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa autoridade gestora de cada repartição, quando:

I – Justificado o interesse público;

II - Verificada a ineficiência ou incompatibilidade dos serviços prestados.

Parágrafo único. A alteração de regime que trata o caput deste artigo deverá ser notificada ao servidor com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), através dos meios de comunicação disponíveis, como telefone, e-mail e aplicativos de mensagens.

Art. 8º. Compete a autoridade gestora de cada repartição:

I - analisar resultados do teletrabalho em sua unidade;

II - supervisionar a aplicação e a disseminação do processo de acompanhamento de metas e resultados;

III - controlar os resultados obtidos em face das metas fixadas para sua unidade;

IV - colaborar com a Diretoria de Gestão de Pessoal e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do Teletrabalho;

V - acompanhar a qualidade e a adaptação dos servidores públicos ao regime de teletrabalho;

VI - manter contato permanente com os servidores públicos para repassar instruções de serviço;

VII - aferir o cumprimento das metas estabelecidas;

VIII - dar ciência ao Comitê Gestor de Governo ou a Diretoria de Gestão de Pessoal sobre dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, para fins de consolidação do relatório de acompanhamento.

Art. 9º. As autoridades gestoras de cada repartição deverão requerer à Diretoria de Gestão de Pessoal da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão a aprovação para a adoção do regime que trata este Decreto, contendo:

I – a relação dos servidores sujeitos à modalidade de Teletrabalho;

II – a comprovação que os servidores relacionados são do grupo de risco do coronavírus (COVID-19), conforme caput do art. 3º deste Decreto;

III - a justificação da necessidade da medida, quando se tratar da situação prevista no §1º do art. 3º deste Decreto.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 09 de abril de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/PMCS/2020

Publicação Nº 2435170

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/PMCS/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/PMCS/2020

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL leva ao conhecimento dos interessados que o edital acima epigrafado foi retificado. A DATA E HORÁRIO DA ABERTURA FORAM ALTERADOS, conforme informações abaixo.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de um Micro-ônibus Novo (0KM), por meio do Convênio Plataforma +Brasil nº 883870/2019, que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Cidadania, e o Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 24/04/2020.

Abertura: Dia 24/04/2020, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 09 de abril de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/PMCS/2020

Publicação Nº 2435182

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/PMCS/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/PMCS/2020

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL leva ao conhecimento dos interessados que o edital acima epigrafado foi retificado. A DATA E HORÁRIO DA ABERTURA FORAM ALTERADOS, conforme informações abaixo.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de um Caminhão Novo (0KM), por meio do Convênio Plataforma +Brasil nº 894568/2019 entre si celebram a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional e o Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 13h15min do dia 24/04/2020.

Abertura: Dia 24/04/2020, às 13h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 09 de abril de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 – PMC

Publicação Nº 2435407

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 - PMC
Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para a possível aquisição de material de construção para manutenção das vias públicas, calçadas, parques e praças do Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 24/04/2020.

Início da Sessão: dia 24/04/2020 às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 9 de abril de 2020.

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Gestão Urbana

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 – PMC

Publicação Nº 2435406

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020 - PMC
Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de massa asfáltica usinada a quente, para utilização na reparação de vias públicas no Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 28/04/2020.

Início da Sessão: dia 28/04/2020 às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 9 de abril de 2020.

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Gestão Urbana

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 – PMC

Publicação Nº 2435405

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de serviços de horas máquinas, transporte de mudança e transporte de pessoas, para participarem de atividades que serão promovidas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário, previstas no Plano Diretor Municipal Rural e na Lei Complementar nº 742/2017 e 717/2016, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 28/04/2020.

Início da Sessão: dia 28/04/2020 as 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 9 de abril de 2020.

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Gestão Urbana

Cordilheira Alta**PREFEITURA****TF MÊS DE MARÇO/2020**

Publicação Nº 2435133

**Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 03/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		9.645,18
4.1.7.1.8.05.41.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	6.925,24
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.631,96
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.087,98

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 04/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.908,78
4.1.7.1.8.03.11.42.00	Incentivo Financeiro combate endemias - Vig em Saúde	2.800,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	2.465,27
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.643,51

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 05/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.342,40
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.405,44
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	936,96

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 06/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.203,74
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.922,24
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.281,50

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 09/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		25.379,71
4.1.7.1.8.02.61.01.00	Cota parte fundo especial do petróleo - FEP	252,80
4.1.7.1.8.03.11.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.000,00
4.1.7.1.8.03.21.02.00	Transf. do FNS BLMAC	3.533,35
4.1.7.1.8.12.11.03.00	Transf. de Recurso FNAS-PSB PROTEÇÃO SOCIAL BÁS	3.778,26
4.1.7.1.8.12.11.05.00	Transf. de Recurso FNAS-SCFV	3.896,51
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	4.151,27
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.767,52

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 10/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		259.416,04
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	149.018,25
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	74.509,12
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	52.432,35
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	9,93
4.1.7.1.8.01.51.02.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	4,97
4.1.7.1.8.01.51.03.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	3,49
4.1.7.1.8.02.21.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minera	8.965,07
4.1.7.1.8.03.11.01.00	Incentivo para Ações Estratégicas	9.230,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	12.263,08
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	8.175,38
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-55.191,93
9.1.7.1.8.01.51.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-3,67

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 11/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		7.051,09
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	4.230,65
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.820,44

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 12/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		39.545,91
4.1.7.1.8.05.31.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	7.082,80
4.1.7.1.8.12.11.02.00	Transf. de Recurso FNAS- IGD-BF	1.430,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	18.619,87
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	12.413,24

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 13/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		53.331,77
4.1.7.1.8.03.31.01.00	Ações Estruturantes em Vigilância Sanitária	819,17
4.1.7.1.8.03.41.01.00	Programa de Assist. Farmácia Básica	2.189,39
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	30.193,93
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	20.129,28

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 16/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.247,65
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.348,59
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	899,06

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 17/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		23.762,92
4.1.7.1.8.05.11.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	21.865,77
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.138,29
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	758,86

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 18/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		83.483,46
4.1.7.1.8.03.11.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	14.000,00
4.1.7.1.8.03.11.03.00	Saúde da Família - SF	22.260,00
4.1.7.1.8.03.11.07.00	Saúde Bucal - SB	4.460,00
4.1.7.1.8.03.11.10.00	PMAQ(RAB-PMAQ-SM)	22.207,92
4.1.7.1.8.03.11.11.00	Transferência de Recursos do SUS NASF	16.000,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	2.733,32
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.822,22

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 19/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		9.928,17
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	5.956,90
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	3.971,27

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 20/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		47.563,73
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	25.451,53
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	12.725,76
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	8.955,17
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	5.914,65
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	3.943,10
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-9.426,48

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 23/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		26.794,29
4.1.7.1.8.02.61.01.00	Cota parte fundo especial do petróleo - FEP	11.640,45
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	9.092,30
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	6.061,54

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 24/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		7.656,99
4.1.7.1.8.02.61.01.00	Cota parte fundo especial do petróleo - FEP	90,78
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	4.539,73
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	3.026,48

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 25/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		20.499,77
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	12.299,86
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	8.199,91

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 26/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		10.568,59
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	6.341,15
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	4.227,44

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 27/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.015,18
4.1.7.1.8.12.11.03.00	Transf. de Recurso FNAS-PSB PROTEÇÃO SOCIAL BÁS	890,04
4.1.7.1.8.12.11.05.00	Transf. de Recurso FNAS-SCFV	3.896,51
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	737,18
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	491,45

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 30/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		196.137,11
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	120.248,29
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	60.124,14
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	42.309,58
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	10.794,89
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	7.196,60
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-44.536,39

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 31/03/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		13.426,90
4.1.7.1.8.03.91.01.00	Transferência recursos CORONAVIRUS - Portaria MS 480.	12.672,18
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	452,83
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	301,89

Cordilheira Alta, 09/04/2020

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2020

Publicação Nº 2434985

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM.

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 07/2020

Empresa com preços registrados: ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DE CORONEL FREITAS

CNPJ: 21.532.795/0001-59

Item: 2 e 3

Total: R\$ 17.508,00 (dezesete mil quinhentos e oito reais).

Ata registro de preço Nº 07/2020

Empresa com preços registrados: CARLOS ALEXANDRE SCHUUSTER

CNPJ: 14.027.088/0001-40

Item: 1

Total: R\$ 8.316,00 (oito mil trezentos e dezesseis reais).

Coronel Freitas (SC), 27 de março de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2020

Publicação Nº 2434987

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 08/2020

Empresa com preços registrados: PERETTI ELETRO MÓVEIS LTDA

CNPJ: 07.886.909/0001-38

Item: 3, 13, 15, 17 e 25

Total: R\$ 7.844,39(sete mil oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

Ata registro de preço Nº 08/2020

Empresa com preços registrados: REFRIGERAÇÃO URUGUAI LTDA

CNPJ: 00.061.776/0001-11

Item: 8

Total: R\$ 3.930,00 (três mil novecentos e trinta reais).

Ata registro de preço Nº 08/2020

Empresa com preços registrados: MB CATARINENSE EIRELI

CNPJ: 16.961.181/0001-52

Item: 19 e 21

Total: R\$ 2.282,00 (dois mil duzentos e oitenta e dois reais).

Ata registro de preço Nº 08/2020

Empresa com preços registrados: JP EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 13.772.057/0001-50

Item: 1, 11, 16 e 22

Total: R\$ 11.398,00 (onze mil trezentos e noventa e oito reais).

Ata registro de preço Nº 08/2020

Empresa com preços registrados: GESUL COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 14.711.9590001-40
Item: 4, 5, 6, 7, 12, 18, 20, 24 e 26
Total: R\$ 16.679,00 (dezesesseis mil seiscentos e setenta e nove reais).

Ata registro de preço Nº 08/2020
Empresa com preços registrados: ACLARA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI
CNPJ: 14.228.157/0001-83
Item: 2, 9, 10, 14, 23 e 28
Total: R\$ 15.098,00 (quinze mil e noventa e oito reais).

Coronel Freitas (SC), 27 de março de 2020.
Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO E REVOGAÇÃO PREGÃO Nº 102/2019

Publicação Nº 2434957

Edital de Pregão Presencial nº 102/2019
Processo Licitatório nº 138/2019

DECISÃO OPINATIVA

Vistos, etc.

Trata-se de procedimento licitatório cujo objeto é a aquisição de equipamentos agrícolas, conforme Convênio 2019TR001096, celebrado com o Estado de Santa Catarina.

Após término da sessão de licitação, momento em que é solicitado aos participantes quanto à intenção de promover recurso, houve a manifestação de solicitação de recurso da empresa JEAN PYER VIVIAN EIRELI EPP, na qual, na apresentação de suas razões do recurso, argumentou foi equivocada a revogação da licitação, pois nos itens em que participou houve melhora de preço e ainda que não compactua com conluio, dizendo que, como sempre participa de licitações, conhece os colegas de profissão. Requereu ao final o recebimento das suas razões com a consequente homologação do item em que foi vencedor.

O prazo para contrarrazões decorreu in albis.

É o relatório.

Decido

Compulsando os autos, quando da análise do quadro comparativo e histórico de lances do pregão, juntamente com o número de participantes credenciados para o processo licitatório, observa-se que houve pouca disputa entre os licitantes.

Em que pese o argumento da apelante dizer que os valores das matérias primas foram reajustados e os valores orçados para preço máximo da licitação eram defasados, o número de participantes, qual seja, 9 (nove) empresas, é considerável, o que demonstra que os valores são sim atrativos para venda, caso contrário não haveria tantos interessados.

Ademais, antes do término de protocolo dos envelopes de empresas interessadas, a própria pregoeira visualizou uma reunião com os possíveis participantes que já haviam solicitado autenticação de documentação, diante disso, põe em dúvida a veracidade da função deste processo licitatório.

No mais, quando confrontadas ambas as informações de poucos lances para os itens e agrupamento dos possíveis licitantes com conversas desconhecidas, põe em cheque a segurança jurídica de se estar realizando a melhor aquisição e a finalidade da licitação de alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Diante disso, a interpretação desta pregoeira, na dúvida, é sempre em favor do ente público, motivo que, para preservar o erário público com uma aquisição mal feita, mantém a decisão de revogação do certame.

Com base na súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, a administração pode revogar seus próprios atos, "por conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Diante do exposto, considerando a possibilidade apenas de reconsideração, o que não vem ao caso concreto, DECIDO POR MANTER A DECISÃO inicialmente adotada, com fundamento na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE

De outro norte, ao encaminhamento à autoridade competente: OPINO À AUTORIDADE SUPERIOR/COMPETENTE PARA QUE ADOTE O INDEFERIMENTO DO RECURSO, revogando o referido processo na forma em que se encontra.

Coronel Freitas, 01 de abril de 2020.

CAROLINA ROSALEN PIVA
PREGOEIRA TITULAR (DEC. 8.319/19)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (DEC. 8.320/19)
DIRETORA DE COMPRAS

Edital de Pregão Presencial nº 102/2019
Processo Licitatório nº 138/2019

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE RECURSO

A Administração Pública tem prerrogativa de rever os seus atos a qualquer tempo, conforme Súmula 473 do STF, ainda, com vistas no princípio da legalidade, competitividade e imparcialidade, adoto os fundamentos relatados pela Pregoeira e DECIDO por conhecer o recurso, pois tempestivo, bem como REVOGAR o presente processo licitatório no estado em que se encontra a fim de preservar o erário público.

Publique-se.

Coronel Freitas – SC, 02 de abril de 2020.
IZEU JONAS TOZETTO
PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS/SC

DECRETO 8677/2020

Publicação Nº 2435070

DECRETO Nº. 8.677, 08 De ABRIL De 2020.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente da Covid-19, acata as disposições do Decreto Estadual e ratifica as medidas contidas no Decreto Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. IZEU JONAS TOZETTO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 24 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 535, de 30 de março de 2020, que dispôs sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense,

DECRETA:

Art. 1º Em cumprimento ao Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 535, de 30 de março de 2020, fica prorrogado por mais 5 (cinco) dias o prazo de que trata o inc. I do art. 1º do Decreto Municipal nº 8.670, de 25 de março de 2020, a contar do dia 08 de abril de 2020.

Art. 2º Acata-se no âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 535, de 30 de março de 2020, e da Lei Nacional nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Ficam ratificadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 8.670, de 25 de março de 2020, a contar do dia 01 de abril de 2020.

Art. 4º O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas de 19 a 25 de março de 2020, fica considerado como ponto facultativo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de Abril de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon
Secretária de Administração e Finanças.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº084/2020

Publicação Nº 2435130

DECRETO Nº 084, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES COM FINALIDADE PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento protocolado sob nº 2439/20 de 02/03/2020;

Considerando que a servidora está em tratamento de saúde;

Considerando que possui em sua pasta atestados e declarações médicas constatando veracidade das informações prestadas no requerimento feito pela servidora;

Considerando Art. 102 e 109 da lei complementar 040 de 29 de Abril de 2020;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença sem Remuneração, a Servidora Josiane Silvestri, afastando-se do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, por um período de 01 (Um) ano conforme artigo 102 da Lei Complementar nº 040 de 29/04/2014, a partir do dia 28 de Fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28/02/2020

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 03 de Março de 2020

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº085/2020

Publicação Nº 2435146

DECRETO Nº. 085, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI, XL, da Lei Orgânica Municipal

Considerando feriado nacional sendo que este período anualmente é Decretado ponto facultativo.

Considerando a necessidade de diminuição dos gastos com atividades diversas neste momento de Pandemia.

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo, nos dias 09 de Abril de 2020 no período da tarde, e dia 10 de Abril de 2020 dia todo em todas as repartições públicas da Administração Municipal, retornando as atividades no dia 13 Abril de 2020,

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de Abril de 2020.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete

ERRATA AO TERMO ADITIVO N. 41/2019 - QUADRA COBERTA

Publicação N° 2435073

ERRATA REFERENTE AO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 045/2018, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC E JOSEMAR GUIMARÃES ME.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do termo aditivo, de 04 de novembro de 2019, onde lê-se:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 02 de maio de 2019.

Leia-se:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 02 de maio de 2020.

Art. 1º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 09 de Abril de 2020.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 055/2020

Publicação N° 2435128

PORTARIA N°. 055 DE 09 DE ABRIL DE 2020

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDOR QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS ANTECIPADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal em exercício, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando justificativa elaborada pela secretária em anexo;

Considerando demanda de trabalho nas secretaria municipal de Agricultura e Meio Ambiente,

Considerando que possui maquinas para concerto, e necessita de mão de obra especializada,

Considerando que no momento os outros servidores ocupantes do cargo de mecânico encontram-se em gozo de férias por possuírem baixa imunidade, levando em consideração a pandemia do COVID-19

REQUISITA:

Art. 1º O retorno do Servidor, Sr. Renato Simão Gonçalves, ocupante do cargo de Mecânico, a partir do dia 13 de Abril de 2020, por prazo indeterminado.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 09 de Abril de 2020

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

CONTRATO 014/2020

Publicação Nº 2434995

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020
CONTRATO Nº 014/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.320.576/0001-52, estabelecida na Praia do Flamengo, nº 66, Ed. Flamengo Park Tower, bairro Flamengo, município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS, VISANDO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TREINO PRÁTICO, SITUAÇÕES DE VIDA E TRABALHO AOS ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC SENDO APROXIMADAMENTE 50 ESTAGIÁRIOS (35 DE ENSINO SUPERIOR E 15 DE ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO) PELO PERÍODO DE 12 (doze) meses podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses, conforme inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR: R\$ 10,00 (dez reais), por estudante/mês, que estiver realizando estágio em suas dependências, sendo o valor total anual de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Data da Assinatura: 10/03/2020 Data da Vigência: 01/04/2021

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 015/2020

Publicação Nº 2435009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020
CONTRATO Nº 015/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.094.645/0001-29, estabelecida na Rua Eugênio Moreira, nº 187, bairro Anita Garibaldi, CEP 89202-100, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e Obras Complementares (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários) exceto de tubos de concreto, no Município de Corupá, COM RECURSOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

VALOR: R\$ 1.028.691,46 (um milhão, vinte e oito mil, seiscentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos).

Data da Assinatura: 13/03/2020 Data da Vigência: 13/03/2021

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 016/2020

Publicação Nº 2435018

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019
CONTRATO Nº 016/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.708.136/0001-65 e inscrição Estadual ISENTA, estabelecida na Rua Otto Georg, nº 185 - Jaraguá 99, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: AQUISIÇÕES PARCELADAS DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESTINADOS AOS EVENTOS DO CALENDÁRIO DESPORTIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ- SC, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

VALOR: R\$ 90.124,88 (noventa mil, cento e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Data da Assinatura: 17/03/2020 Data da Vigência: 17/03/2021

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO 036

Publicação Nº 2435033

DECRETO MUNICIPAL Nº. 036/2020 DE 08 DE ABRIL DE 2020.

“ALTERA O DECRETO MUNICIPAL N.º 031/2020 DE 25 DE MARÇO DE 2020, PARA ESTABELECEER NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, no uso de suas atribuições legais, especialmente o estabelecido no artigo 77 inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Cunhataí e, ainda,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 550, 07 de abril de 2020, que “altera o Decreto n.º 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências”.

DECRETA:

Art. 1º. O Inciso I, do artigo 2º do Decreto Municipal n.º 029/2020 de 25 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – PRORROGADAS em 5 (cinco) dias as medidas de SUSPENSÃO adotadas anteriormente, contadas do dia da publicação deste Decreto 08/04/2020 (oito de abril de dois mil e vinte).

Art. 2º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Cunhataí, Santa Catarina em 08 de abril de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº. 071-2020

Publicação Nº 2435026

PORTARIA Nº. 071/2020, DE 07 DE ABRIL DE 2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13-I e 15 §1º, da Lei Complementar nº. 002/2007, Lei Complementar nº. 003/2007, Lei Complementar 028/2018 e Concurso Público sob edital nº. 001/2018, conforme Decreto de Homologação final nº 015/2019.

Considerando, a ordem de classificação do presente concurso,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar a partir de 06 de abril de 2020, a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada:

NOME	CARGO
EDINA CARINE DA VEIGA	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí - SC, 07 de abril de 2020

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

PORTARIA N°. 072-2020

Publicação N° 2435028

PORTARIA N°. 072/2020, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

"ALTERA A LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 23, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 002/2007; e art. 75, parágrafo 6º da Lei Complementar 002/2007. RESOLVE:

Art. 1º. Alterar por motivo de interesse público, a partir de 08 de março de 2020, a lotação do servidor público MARCOS ALBERTO KEGLER, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário, em especial as dispostas na portaria nº. 059/2020, de 23 de março de 2020.

Cunhataí, Santa Catarina em 08 de abril de 2020.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

PORTARIA N°. 073-2020

Publicação N° 2435030

PORTARIA N°. 073/2020, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

"REGULAMENTA A CONCESSÃO/ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, da Lei Complementar nº 002/2007, e ainda considerando o Decreto Municipal n.º 032/2020 de 01 de abril de 2020, ao qual "adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos governos federal e estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamenta a concessão/antecipação de férias a servidores públicos municipais, estabelecendo o nome do servidor, o período aquisitivo e o período de gozo dos servidores municipais ocupantes de cargos de provimento temporário, conforme segue:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
MARCOS ALBERTO KEGLER	12/06/2019 A 11/06/2020	08/04/2020 A 22/04/2020	15
VANDERLEI BORGHARDT	01/04/2019 A 31/03/2020	08/04/2020 A 17/04/2020	10

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina em 08 de abril de 2020.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

PORTARIA N°. 074-2020

Publicação N° 2435031

PORTARIA N°. 074/2020, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, da Lei Complementar nº 002/2007, e

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob o nº. 472, em 01 de abril de 2020, ao qual requer a exoneração do cargo a pedido,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado a partir de 08 de abril de 2020, o servidor público municipal FABIO PAGOTTO, ocupante do cargo de motorista, admitido em 03 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina em 08 de abril de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEI MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 11/2020 - AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS PFF2

Publicação N° 2434979

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DESCANSO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 15/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 11/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Descanso torna pública a Dispensa de Licitação nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 c/c art. 4º e ss, da Lei 13.979/2020: Contratada: SANTA LÚCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, CNPJ n° 21.536.580/0001-06, com sede na Rua Florianópolis, n° 442, Letra E, Sala 2, Condomínio Maria Clara, Centro, Chapecó/SC. Objeto: aquisição de máscaras de proteção PFF2 destinadas ao enfrentamento da COVID-19, por dispensa de licitação fundamentada no inciso IV, do art. 24 da Lei 8.666/93 c/c art. 4 e ss da Lei 13.979/2020. Valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Demais informações encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 09, de abril de 2020.

Cléber Luiz Rech
Gestor FMS

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 023, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435272

DECRETO N.º 023, de 08 de Abril de 2020.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 466/19, de 13/11/2019 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPALDE SAUDE

10.301.0037.2.051– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.00.0043 (7) – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0093 (9) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0093 (11) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. As suplementações de que trata o Art.1º, ocorreram por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0093 (Atenção Básica) no valor de R\$20.000,00 e recursos da fonte 0043 (Farmácia Básica) no valor de R\$20.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de Abril de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. 002 - CONTRATO Nº. 40/2018

Publicação Nº 2435482

TERMO ADITIVO Nº 002

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 40/2018

CONTRATO DE SEGURO DA FROTA

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Rio Branco, nº. 1489, Bairro Campos Eliseos, na cidade de São Paulo - SP, neste ato representada pela Sra. Neide Oliveira Souza, inscrita no CPF sob o nº 205.408.568-51 e Cédula de Identidade nº. 28.543.390-8, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Segundo Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, conforme previa a cláusula Segunda do Contrato, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA FORNECIMENTO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO PELO PERÍODO DE UM ANO, conforme processo licitatório nº. 654/2018 na modalidade de Pregão Presencial nº. 10/2018, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEN	QTD	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COBERTURA	VALOR UNIT.
20	1,00	SVC	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O EQUIPAMENTO, ESCAVADEIRA DOSSAN MODELO DX 140LC SERIE/CHASI- DHKLEBAASB0005824 ANO 2012 COBERTURA 1-BASICA DE R\$ 243.458,00, 2-DANOS ELÉTRICOS R\$ 50.000,00, 3-PERDA/PAGAMENTO DE ALUGUEL R\$ 50.000,00, 4-RESPONSABILIDADE CIVIL DM/DC R\$ 100.000,00; FRANQUIAS DE POS 10% DOS PREJUÍZOS COM MÍNIMA DE 1,5 % DO VALOR DO EQUIPAMENTO PARA COBERTURA 1, 2; COBERTURA 3 FRANQUIA DE 5 DIAS; COBERTURA 4 POS 10% DOS PREJUÍZOS INDENIZÁVEIS COM MÍNIMO DE R\$ 1.000,00.	COMPREENSIVA	R\$ 4.500,00
21	1,00	SVC	COBERTURA DE SEGURO PARA O EQUIPAMENTO, TRATOR DE ESTEIRA NEW HOLLAND, MODELO D140B SERIE/CHASI- NGAC00756, ANO 2018 COBERTURA 1-BASICA DE R\$ 534.000,00, 2-DANOS ELÉTRICOS R\$ 100.000,00, 3-PERDA/PAGAMENTO DE ALUGUEL R\$ 100.000,00, 4-RESPONSABILIDADE CIVIL DM/DC R\$ 100.000,00; FRANQUIAS DE POS 10% DOS PREJUÍZOS COM MÍNIMA DE 1,5 % DO VALOR DO EQUIPAMENTO PARA COBERTURA 1, 2; COBERTURA 3 FRANQUIA DE 5 DIAS; COBERTURA 4 POS 10% DOS PREJUÍZOS INDENIZÁVEIS COM MÍNIMO DE R\$ 1.000,00.	COMPREENSIVA	R\$ 4.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO CONTRATO

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 12 de abril de 2020.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 08 dias do mês de abril de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	NEIDE OLIVEIRA SOUZA
CPF: 503.319.819-04	CPF: 205.408.568-51
CONTRATANTE	CONTRATADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

Maria Loiva de Andrade
ASSESSORA JURIDICA

TERMO ADITIVO Nº. 004 - CONTRATO Nº. 39/2018

Publicação Nº 2435483

TERMO ADITIVO Nº 004
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 39/2018
CONTRATO DE SEGURO DA FROTA

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa GENTE SEGURADORA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº. 450, Bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre - RS, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Wais, inscrito no CPF sob o nº 632.005.380-15 e Cédula de Identidade nº. 7009036166, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Quarto Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, conforme previa a cláusula Segunda do Contrato, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA FORNECIMENTO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO PELO PERÍODO DE UM ANO, conforme processo licitatório nº. 654/2018 na modalidade de Pregão Presencial nº. 10/2018, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEN	QTD	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COBERTURA	VALOR UNIT.
1.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CAMINHÃO PLACA MKW 4780 FORD CARGO 2623 ANO 2015 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00.	RCF	R\$ 300,00
2.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CAMINHÃO FORD CARGO 2623 PLACA MKT 5354 ANO 2015 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	RCF	R\$ 305,00
3.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO VEICULO ÔNIBUS AGRALE/MASCARELLO GRAN MIDI URBANO PLACA MMF 9303 ANO 2012, 48 PASSAGEIROS, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS.	RCF	R\$ 2.545,00
4.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT UNO MILLE 1.0 PLACA MHZ 1172 ANO 2011 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00.	COMPREENSIVA	R\$ 610,00
5.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO VW GOLF SPORT PLACA MKR 5799 1.6 PLUS 4P ANO 2015 MODELO 2015 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREENSIVA	R\$ 1.000,00
6.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT PALIO ECONOMY FIRE FLEX PLACA OKF 9234 ANO 2015 MODELO 2015 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREENSIVA	R\$ 705,00
7.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CHEVROLET/CLASSIC LS ANO/ MODELO 2015/2015 PLACA MLU 9846 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREENSIVA	R\$ 700,00
8.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT STRADA WORKING FLEX PLACA OKF 9294 MOTOR 1.4 ANO/MODELO 2015 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREENSIVA	R\$ 1.020,00

9.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO DUCATO MINIBUS VAN TD PLACA MHH 9816 ANO 2010 E MODELO 2011, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS.	RCF	R\$ 1.480,00
10.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT/ DUCATO TCA AMBULANCIA PLACA QJV7682 ANO 2018 E MODELO 2018 COM, COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREEN-SIVO	R\$ 3.900,00
11.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CELTA LIFE PLACA MIF 8149 MOTOR 1.0 ANO 2011 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREEN-SIVA	R\$ 530,00
12.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CELTA LIFE PLACA MIF 8089 MOTOR 1.0 ANO 2011 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREEN-SIVA	R\$ 530,00
13.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CAMINHÃO FORD CARGO 1517 E PLACA M1J 3711 ANO 2011 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	RCF	R\$ 305,00
14.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO RENAULT MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE 16 LONGO, ANO/MODELO 2015/2015, PLACA MFU 5286, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.	COMPREEN-SIVA	R\$ 5.500,00
15.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO ONIBUS M BENZ 1519, ANO/MODELO 2015 PLACA OKG-9436, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS.	COMPREEN-SIVA	R\$ 4.800,00
16.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O CAMINHÃO MERCEDEZ BENZ ATRON 2729 K 6x4 CAÇAMBA BASCULANTE PLACA QHC 2975 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	RCF	R\$ 305,00
17.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO FIAT SIENA ESSENCE 1.6, ANO 2018 PLACA QIK 5552, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREEN-SIVA	R\$ 720,00
18.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO FIAT DOBLO ESSENCE 1,8 7 LUGARES, ANO 2018 PLACA QIX 0332, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREEN-SIVA	R\$ 1.420,00
19.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO FORD KA SEDAN 1.5 ANO 2018/2018 PLACA QIZ-7485, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREEN-SIVA	R\$ 1.748,00
20.	1,00	SVÇ	RENOVAÇÃO DECOBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO FIAT CRONOS 1.3 ANO/MODELO 2019/2019 PLACA QJV 0385, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 CADA E APP MORTE R\$ 10.000,00 APP INVALIDEZ R\$ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES R\$ 10.000,00 E DANOS MORAIS DE R\$ 20.000,00	COMPREEN-SIVA	R\$ 1.078,73

O item 10 foi substituído por um veículo novo (Ambulância FIAT Ducato), pelo fato que o veículo Antigo (Ambulância Renault Master) foi leilado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO CONTRATO

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 12 de abril de 2020.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 12 dias do mês de abril de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	MARCELO WAIS
CPF: 503.319.819-04	CPF: 632.005.380-15
CONTRATANTE	CONTRATADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

Maria Loiva de Andrade
ASSESSORA JURIDICA

TERMO DE CREDENCIAMENTO N°. 023/2020

Publicação N° 2435491

TERMO DE CREDENCIAMENTO N°. 23/2020

PROCESSO N°. 463/2020

INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO N°. 01/2020

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa SALUTEM MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Quintino Bocaiuva, nº. 433D, Bairro Presidente Medici, na cidade de Chapeco -SC, inscrita no CNPJ sob nº 28.189.300/0001-80, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. RAYMUNDO TOMKOWSKI MESKO DA FONSECA, brasileiro, inscrito no CPF nº 007.896.170-05, portador da Cédula de Identidade nº 8062255982, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objetivo CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE NEUROLOGISTA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE PARA O ANO DE 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor a ser pago pelo Município pelos serviços realizados será conforme itens abaixo:

ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
01	SVC	SERVIÇO DE CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM NEUROLOGIA	R\$ 120,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

Os serviços serão realizados na sede da empresa, conforme necessidade do município, e mediante Autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser renovado ou prorrogado por iguais períodos até o prazo Máximo de 60 meses, nos termos no artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de serviços entregues, acompanhada de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de serviços;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.
Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato a Secretaria da Saúde – Maristela Valer.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

103010012.2.022000 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública.

3.3.90.36.30.0000 – Serviços Médicos e Odontológicos.

3.3.90.39.50.0000 – Serviços Medico-Hospital.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 01/2020, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termo final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 09 dias do mês abril de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER		RAYMUNDO TOMKOWSKI MESKO DA FONSECA
CPF: 503.319.819-04		CPF: 007.896.170-05
CREDENCIANTE		CREDENCIADO
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Forquilha

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

Publicação Nº 2435183

PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido ou que recusaram o recebimento da presente constituição de créditos tributários e de créditos não tributários, pelo lançamento de CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIO E SERVIÇO DE MÁQUINA, exercício fiscal de 2019.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição em dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº notificação	Emissão	VALOR	Contribuinte	Dívida Contida
45309	13/03/2020 11:34	R\$ 70,73	JOSE VALMES DOS SANTOS	SERV. MAQUINA
45308	13/03/2020 11:34	R\$ 512,33	ANTONIO LUIZ HERR	SERV. MAQUINA
45307	13/03/2020 11:34	R\$ 198,67	RENATO MENDES HERMANI	SERV. MAQUINA
45306	13/03/2020 11:34	R\$ 120,96	OSVALDO RICKEN	SERV. MAQUINA
45305	13/03/2020 11:33	R\$ 457,44	ALEXANDRO MAFIOLETTI	SERV. MAQUINA
45304	13/03/2020 11:33	R\$ 446,69	ADEMIR LANGER SAQUE	SERV. MAQUINA
45303	13/03/2020 11:33	R\$ 150,07	CRISTIANO MAIA	SERV. MAQUINA
45301	13/03/2020 11:33	R\$ 124,04	EDEMILSON MINATTO	SERV. MAQUINA
45302	13/03/2020 11:33	R\$ 274,46	DIONE DE FATIMA BORTOLOTTI PICCOLO	SERV. MAQUINA
45299	13/03/2020 11:33	R\$ 265,91	VALCIONIR ZANONI	SERV. MAQUINA
45300	13/03/2020 11:33	R\$ 120,96	JOSE DELFINO DE MELO	SERV. MAQUINA
45297	13/03/2020 11:33	R\$ 294,71	VALERIO SCARSI	SERV. MAQUINA
45296	13/03/2020 11:33	R\$ 148,84	VAGNER MACHADO	SERV. MAQUINA
45295	13/03/2020 11:33	R\$ 47,56	EDENILSON DA SILVA	SERV. MAQUINA
45293	13/03/2020 11:33	R\$ 91,49	FRANCISCO VALERIO UBIALLI	SERV. MAQUINA
45294	13/03/2020 11:33	R\$ 79,45	ZULMA SALVATICO	SERV. MAQUINA
45291	13/03/2020 11:33	R\$ 33,77	ROBERTO FLORENCIO	SERV. MAQUINA
45292	13/03/2020 11:33	R\$ 237,82	MANOEL CARRADOR	SERV. MAQUINA
45290	13/03/2020 11:33	R\$ 350,57	DIEGO SAVI MATEUS	SERV. MAQUINA
45289	13/03/2020 11:33	R\$ 97,59	ANTONIO BERETTA	SERV. MAQUINA
45288	13/03/2020 11:33	R\$ 330,07	SIDNEI MARTINELLO	SERV. MAQUINA
45286	13/03/2020 11:33	R\$ 64,53	MOACIR INACIO LANGER	SERV. MAQUINA
45283	13/03/2020 11:33	R\$ 832,36	GILBERTO SALVATICO GOULARTE	SERV. MAQUINA
45285	13/03/2020 11:33	R\$ 325,97	VALMOR DANIELSKI	SERV. MAQUINA
45284	13/03/2020 11:33	R\$ 60,99	VALDENIR ZANONI	SERV. MAQUINA
45281	13/03/2020 11:33	R\$ 239,87	PAULO ROBERTO MANENTE	SERV. MAQUINA
45282	13/03/2020 11:33	R\$ 986,89	GILVANI FABRIS	SERV. MAQUINA
45280	13/03/2020 11:33	R\$ 660,14	GERSON COLOMBO	SERV. MAQUINA
45279	13/03/2020 11:33	R\$ 58,43	EDSON NICOSKI.	SERV. MAQUINA
45278	13/03/2020 11:33	R\$ 60,48	GLEDISOM CARLOS COLOMBO	SERV. MAQUINA
45277	13/03/2020 11:33	R\$ 646,83	ANDRÉ PICCOLO	SERV. MAQUINA
45276	13/03/2020 11:33	R\$ 247,56	idezia terezinha martinello	SERV. MAQUINA
45275	13/03/2020 11:33	R\$ 167,21	ZENESIO MINATTO	SERV. MAQUINA
45274	13/03/2020 11:33	R\$ 163,60	EUCLIDES FABRIS	SERV. MAQUINA

45273	13/03/2020 11:33	R\$ 423,36	ALBINO EYNG	SERV. MAQUINA
45272	13/03/2020 11:33	R\$ 188,92	CESAR KULKAMP	SERV. MAQUINA
45271	13/03/2020 11:33	R\$ 118,91	LEANDRO ESTEVES	SERV. MAQUINA
45270	13/03/2020 11:32	R\$ 89,95	JAIR DA LUZ	SERV. MAQUINA
45269	13/03/2020 11:32	R\$ 420,00	ASSOC. IRRIGAÇÃO E DREN. CANAL MÃE LUZIA-A-CIMAL	SERV. MAQUINA
45268	13/03/2020 11:32	R\$ 88,41	JOCELIR MINATTO	SERV. MAQUINA
45267	13/03/2020 11:32	R\$ 190,25	JAIME DONDOSSOLA	SERV. MAQUINA
45266	13/03/2020 11:32	R\$ 97,59	CARLOS ALBERTO SEENHEN	SERV. MAQUINA
45265	13/03/2020 11:32	R\$ 23,99	ALEXANDRE REALINO MARAVAI	SERV. MAQUINA
45264	13/03/2020 11:32	R\$ 30,50	MARIO SOUZA MARIANA	SERV. MAQUINA
45263	13/03/2020 11:32	R\$ 577,63	MIRIO NIEHUS	SERV. MAQUINA
45262	13/03/2020 11:32	R\$ 15,69	JOSE DA SILVA (KATI)	SERV. MAQUINA
45261	13/03/2020 11:32	R\$ 456,93	NILSON BRAZ LOCH	SERV. MAQUINA
45259	13/03/2020 11:32	R\$ 1.005,01	RONALDO ANACLETO MACIEL	SERV. MAQUINA
45260	13/03/2020 11:32	R\$ 170,78	VALDECIR MANDELLI	SERV. MAQUINA
45258	13/03/2020 11:32	R\$ 899,51	ANDRE SCHMITZ	SERV. MAQUINA
45256	13/03/2020 11:32	R\$ 567,57	IDELCIO DE CEZARO CAVALER	SERV. MAQUINA
45257	13/03/2020 11:32	R\$ 292,15	CLAUDIOMIR MAZZUCO MATEUS	SERV. MAQUINA
45255	13/03/2020 11:32	R\$ 98,41	VALDECIR LAURINDO	SERV. MAQUINA
45254	13/03/2020 11:32	R\$ 126,09	JOSE TORRES	SERV. MAQUINA
45253	13/03/2020 11:32	R\$ 90,72	SILVANO ANTUNES	SERV. MAQUINA
45252	13/03/2020 11:32	R\$ 416,19	SANTO TALAU	SERV. MAQUINA
45251	13/03/2020 11:32	R\$ 319,45	GIOVANE SACOMAN	SERV. MAQUINA
45250	13/03/2020 11:32	R\$ 178,37	VALDEMIR SAVI	SERV. MAQUINA
45249	13/03/2020 11:32	R\$ 416,19	VALTER SAVI	SERV. MAQUINA
45248	13/03/2020 11:32	R\$ 125,92	Vilmar Torres	SERV. MAQUINA
45247	13/03/2020 11:32	R\$ 479,73	EDIO CASAGRANDE	SERV. MAQUINA
45246	13/03/2020 11:32	R\$ 764,91	GERSON AMBONI	SERV. MAQUINA
45242	13/03/2020 11:32	R\$ 250,12	PAULINO DONDOSSOLA	SERV. MAQUINA
45245	13/03/2020 11:32	R\$ 124,04	PAULO BORGES	SERV. MAQUINA
45239	13/03/2020 11:32	R\$ 166,47	EDELICIO MINATO	SERV. MAQUINA
45244	13/03/2020 11:32	R\$ 317,78	VALTER DONDOSSOLA	SERV. MAQUINA
45241	13/03/2020 11:32	R\$ 299,84	NEIVO JOSE TISCOSKI	SERV. MAQUINA
45243	13/03/2020 11:32	R\$ 122,70	JOSE CLAUDIO DENSKI	SERV. MAQUINA
45236	13/03/2020 11:32	R\$ 173,75	MURIEL ZANETTE	SERV. MAQUINA
45240	13/03/2020 11:32	R\$ 341,10	JOCEMAR ANTONIO DE CESARO CAVALER	SERV. MAQUINA
45235	13/03/2020 11:32	R\$ 539,71	VALDECIR MEDEIROS ZEFERINO	SERV. MAQUINA
45238	13/03/2020 11:32	R\$ 44,80	PAULO AFONSO MACHADO	SERV. MAQUINA
45237	13/03/2020 11:32	R\$ 78,40	JORGE JOAO PERES	SERV. MAQUINA
45234	13/03/2020 11:31	R\$ 15,69	IVAIR NOLA	SERV. MAQUINA
45233	13/03/2020 11:31	R\$ 56,00	WANDERLEI PREIS	SERV. MAQUINA
45232	13/03/2020 11:31	R\$ 872,24	ELPIDIO ELLER	SERV. MAQUINA

Nº notificação	Emissão	Valor	Contribuinte	Dívida
45310	06/04/2020 10:35	R\$ 108,46	RODRIGO BENEDET	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45311	06/04/2020 10:35	R\$ 108,46	JUAREZ PADILHA DORVALINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45312	06/04/2020 10:35	R\$ 108,46	AULERINA MARIA DE SOUZA TEODORO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45313	06/04/2020 10:35	R\$ 108,46	VALDECIR ANTONIO PACHECO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45314	06/04/2020 10:35	R\$ 108,46	ONEIDE ROCHA NAZARIO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO

45315	06/04/2020 10:35	R\$ 108,46	GISLAINE MATEUS DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45316	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	JOSE CLAUDIO ROSA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45317	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	MARINO GONÇALVES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45318	06/04/2020 10:35	R\$ 108,46	JUSCELINO DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45319	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	MARIA HELENA VITORIO DA ROSA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45320	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	MARCIO DE SOUZA GODOY	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45321	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	EVA MANOEL DA ROSA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45322	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	EVERSON MARTINS SOUZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45323	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	ESPOLIO DE VIVIANE FELIX VAZ FRANCO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45324	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	MARIA DAS GRACAS LUIZ DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45325	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	ANTONIO BONFANTE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45326	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	GILSON CARDOZO JOAQUIM	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45327	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	NILTON JABOINSKI DE SOUZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45328	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	ROSA MACHADO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45329	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	TEREZINHA DE FATIMA DA ROSA PINHEIRO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45330	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	FABIO FREITAS FAISCA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45331	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	ANDREIA APARECIDA TADEU	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45332	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	ADRIANA FERREIRA DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45333	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	DONATO COLONETTI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45334	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	JOÃO FERREIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45335	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	NAZARINO SOTERO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45336	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	MAICON ALEXANDRE FELISBINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45337	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	AMILTON FERNANDES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45338	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	DAIANE DA SILVA GARCIA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45339	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	VALMIR CUSTODIO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45340	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	NICANOR KUPINSKI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45341	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	JOSE WILLEMANN	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45342	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	SUELI JUNKES GONCALVES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45343	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	SILVANA DE OLIVEIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45344	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	ELIZANGELA PEREIRA DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45345	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	DELAIDE REUS DE SÁ	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45346	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	REASILVA OLIVEIRA DE AGUIAR	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45347	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	ARLAN FERREIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45348	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	DALVO PISONI DE ANDRADE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45349	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	ARLINDO FRESE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45350	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	ADILSON NAZARIO DA ROSA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45351	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	MARIA LUCIA JOSE DE SOUZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45352	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	RENALDO DA SILVA FABRIS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45353	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	GIDEAO CORRENTE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45354	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	MARCIO DA COSTA CAMPANA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45355	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	MARIA MARGARIDA PEREIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45356	06/04/2020 10:36	R\$ 108,46	MARCIO BRIZOLA PORFIRIO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45357	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	GILMAR CONCATTO DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45358	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	ALINE ARAÚJO DE OLIVEIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45359	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	DENESIO RODRIGUES DE FIGUEIREDO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45360	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	SILVINO ANTONIO PRAVATO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45361	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	SONIA CARDOSO PEREIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45362	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	RICARDO KOGA FILHO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45363	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	EVERALDO FERNANDES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45364	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	PAULINA BURGREVER BLASIUS - 2575	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO

45365	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	REMI REINHEIMER	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45366	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	SANTILINA LUIZ	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45367	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	GILSON ANTONIO TEIXEIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45368	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	SEBASTIAO DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45369	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	MARIA DE FATIMA STEINBACH DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45370	06/04/2020 10:37	R\$ 45,18	ANDERSON NEVES GALDINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45371	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	VALMIRO NUNES CAPELLA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45372	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	LETICIA DA SILVA DALKE DA LUZ	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45373	06/04/2020 10:37	R\$ 54,23	RAFAEL FONTENA AITA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45374	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	SAMUEL ALVES DE LARA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45375	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	PATRICIA ALVES DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45376	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	MARCELO DA ROCHA CAETANO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45377	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	FATIMA WITT	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45378	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	MARIA DE LOURDES CANEVER	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45379	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	NASCIMENTO XAVIER	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45380	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	EDEVALDO BATISTA SANGALETTI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45381	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	CRISTIANO HENRIQUE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45382	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	PEDRO CHAVES GUIMARAES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45383	06/04/2020 10:37	R\$ 81,34	MARIA GIZELE JUSTINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45384	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	TANIA MARIA FERREIRA DE QUADRAS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45385	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	VALDETE FERNANDES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45386	06/04/2020 10:37	R\$ 27,12	NERCI DA SILVA ANSELMO DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45387	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	LUCAS COELHO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45388	06/04/2020 10:37	R\$ 36,15	SANDRA BACK FRITZEN	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45389	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	GILSON CANDIDO DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45390	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	ADENILDE REUS GOMES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45391	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	ELIDA CRISTINA DA CRUZ HENRIQUE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45392	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	JOAO ADEMIR SALINAS DE SOUSA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45393	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	ALEXSANDRO SOARES MAGALHAES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45394	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	JAIRO MENQUES DOS SANTOS JUNIOR	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45395	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	JOVANIA BRAZ VICENTI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45396	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	DILMA NAZARIO MENDER	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45397	06/04/2020 10:37	R\$ 108,46	GREYZER DESPINDOLA MEDEIROS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45398	06/04/2020 10:38	R\$ 81,34	JACINTO WERNCKE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45399	06/04/2020 10:38	R\$ 63,27	SILVESTRE ELIBIO DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45400	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	LUIZ GONZAGA DE MATTIA (ESPOLIO)	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45401	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	CELITO VITALLI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45402	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	OGILIO DA SILVA PEDROSO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45403	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	SALDEMIR TROCATI LAURINDO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45404	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	AMARILDO DONATO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45405	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	JOSE ODORICO MANOEL DE SOUZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45406	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	ALISSON HENRIQUE RODRIGUES PADILHA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45407	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	JOAO LUIZ	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45408	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	JAIR MACHADO COSTA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45409	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	SILVANIA CANONICA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45410	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	RAULINO PIRES DA SILVA - 28251	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45411	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	VALDIR ANTONIO DIAS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45412	06/04/2020 10:38	R\$ 27,12	ELIANE DA SILVA DIAS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45413	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	JOSE FEGHERA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45414	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	DOMICIO BERNARDINO PEREIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO

45415	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	JOSE CARLOS DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45416	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	ROBERTO DA SILVA SERAFIM	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45417	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	FABIANO BORGES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45418	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	VALDEMIR MELLO DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45419	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	PAULO LAURINDO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45420	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	ROBERTO MONTEIRO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45421	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	JESUS MIGUEL GONÇALVES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45422	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	LUCIANA BERNADETE DE BRITOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45423	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	EDINILSON VICENTE DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45424	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	SIMONE FERNANDES DE SOUZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45425	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	BENVENUTA BORTOLIN MOREIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45426	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	OLIMPIO MILANEZ ALBINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45427	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45428	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	DONISETE MANOEL DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45429	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	SOLANGE MARIA DE MATTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45430	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	SELESNIR WERNKE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45431	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	IVONEI VIEBRANTZ	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45432	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	ISMAEL DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45433	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	SEVERINO DE ALMEIDA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45434	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	RODIMAR SILVERIO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45435	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	ARCEDINO JOSE DA ROSA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45436	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	EDSON DE PAULA PEREIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45437	06/04/2020 10:38	R\$ 108,46	PEDRO ZILLI NETO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45438	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	EDSON LAURINDO PAULINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45439	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	DANIEL ANTONIO DE SOUZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45440	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	OTILIA TROCATTI LAURINDO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45441	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	MALCI FERMINIO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45442	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	NIVALDO TADEU FERNANDES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45443	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	LUCIDORIO MATIAS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45444	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	PEDRO PAULO DA SILVA MOTA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45445	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	DAVI MONTEIRO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45446	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	NAIR VIEIRA DELFINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45447	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	TEREZA MARIA SESSI DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45448	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	MARIA ODALEA EVANGELISTA OLIVEIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45449	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	GENTIL DE SOUZA MOTA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45450	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	ROSANE ROAS SESSI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45451	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	EDI MARTINHO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45452	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	JOAO ANTONIO DE COUTO BRUM	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45453	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	OTILIA MACHADO (PSH)	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45454	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	ANTONIO DE BORBA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45455	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	DILCEU DAGOSTIM VELHO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45456	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	VALDEMIRO VITALI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45457	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	SALESIO PEDRO LEANDRO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45458	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	MARCIA ROSANE MACHADO CRESCENCIO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45459	06/04/2020 10:39	R\$ 45,18	JAIME FULGENCIO MATIAS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45460	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	CARLOS ALBERTO FIDENCIO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45461	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	MANOEL FRANCISCO ALVES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45462	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	IRENE ZAMPRONIO FELISBINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45463	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	FABRICIA DE SOUZA NASCIMENTO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45464	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	ELIZA HENRIQUE LEAL	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO

45465	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	NATALINA ALVES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45466	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	DEONILVA DE OLIVEIRA ARNS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45467	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	JULIA DOS SANTOS RODRIGUES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45468	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	ELZA CATARINA PEREIRA VIEIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45469	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	ROBSON FRANCELINO BARROS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45470	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	VALDIR RODRIGUES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45471	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	ANTONIO MANOEL PEREIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45472	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	GEREMIAS BORGES PEREIRA.	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45473	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	JOACIR DANIELSKI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45474	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	ALESBÃO VIEIRA DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45475	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	SILVANA LOCH	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45476	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	JOSE GARCIA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45477	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	LAURENTINA BERNARDO BORDINI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45478	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	ADELSON MACHADO DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45479	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	EDSON COSTA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45480	06/04/2020 10:39	R\$ 99,40	MARLI VIEIRA PEREIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45481	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	IDAIR CARPES DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45482	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	MARCOS ANTONIO MACHADO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45483	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	NILTON SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45484	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	EDITE SILVEIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45485	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	DIANA DIAS CASTRO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45486	06/04/2020 10:39	R\$ 108,46	ALCEU RODRIGUES GOMES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45487	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	MARIA DOS MILAGRES DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45488	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	THAIS NUNES DOS REIS LUIZ	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45489	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	MARLI DE JESUS CARDOSO SOUSA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45490	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	EDISSON FELISBERTO DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45491	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	CLAUDIONEI SATURNO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45492	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	ADRIANO VIEIRA MONTEIRO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45493	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	EDECIR ROCHA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45494	06/04/2020 10:40	R\$ 27,12	JANETE MEDEIROS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45495	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	ANTONIO ALCINDOR ALVES DE BRITO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45496	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	VALMIR VIEIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45497	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	MARIA DE LOURDES MARIANO PINHEIRO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45498	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	NELSON LUKASEWICZ	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45499	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	IVONE FONTOURA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45500	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	ORIGINALDO CORRENTE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45501	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	SEVERINO DE SOUZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45502	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	ANDREZA DA SILVA MAXIMIANO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45503	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	MARIA BERNADETE MIGUEL PACHECO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45504	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	NADIR MARIA SILVEIRA GENEROSO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45505	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	CARLOS DE SOUZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45506	06/04/2020 10:40	R\$ 27,12	DAVID DE SOUZA MARTINS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45507	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	SONIA RODRIGUES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45508	06/04/2020 10:40	R\$ 72,30	MIRIAM DIAS PEQUIRA VELHO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45509	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	ROSA MARCELINO ROCHA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45510	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	PAULO SERGIO DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45511	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	MIRIAM BORGES DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45512	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	JACQUELINE SILVEIRA MAGNUS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45513	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	VALDIR DOS SANTOS (PSH)	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45514	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	JOSE APARECIDO COUTINHO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO

45515	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	CLAUDIONOR DE OLIVEIRA (PSH)	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45516	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	SALDEZIR TROCATTI LAURINDO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45517	06/04/2020 10:41	R\$ 90,38	JOSE LAURINDO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45518	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	JULIANA SERAFIM LUIZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45519	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	JOSE CICERO PEREIRA DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45520	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	ROSELI PEREIRA MACHADO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45521	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	MARCOS DA ROCHA BERNARDINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45522	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	CLAUDETE DOMINGOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45523	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	ANTENOR GERALDO FILHO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45524	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	ANA LUCIA DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45525	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	MARIA DA ROCHA BERNARDINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45526	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	LUCIANO KLOSTERMANN	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45527	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	ZEFERINO ALEXANDRE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45528	06/04/2020 10:40	R\$ 108,46	CLEUNIR JOSÉ DA SILVA VIANA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45529	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	VALDIR MENDES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45530	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	ITAMAR DA SILVA BRIGIDO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45531	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	NEIVA DE SOUZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45532	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	FABRICIO DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45533	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	JADER BAESSO HOMEM	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45534	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	MARTA REGINA DOS S. DELFINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45535	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	MARIA MATOS OURIQUES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45536	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	FRANCISCO DUMINELLI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45537	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	JOVELINO SILVEIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45538	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	JORGE LUIZ DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45539	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	ESPOLIO DE FLAVIO DONISETTE FAGUNDES DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45540	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	AMARILDO FERNANDES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45541	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	JOAO BUSS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45542	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	ALTAIR DONIZETE SOARES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45543	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	ADELSON MANENTI	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45544	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	JOSE PEDRO DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45545	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	SIDNEI LUIZ DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45546	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	ADILSON PEDRO JOAO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45547	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	EURI VELHO ZEFERINO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45548	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	GUILHERME MARQUES DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45549	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	MARIA GRIGIO AMERICO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45550	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	RODRIGO RIBEIRO - 27557	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45551	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	JEANI DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45552	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	CLENIR MARIA ALEXANDRE NUNES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45553	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	CLEUZA SILVA PICKLER	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45554	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	PAULO CESAR FERNANDES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45555	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	DENISE TENORIO DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45556	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	ROSINETE LAURIANO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45557	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	GRAZIELA MASSUCHETTI VAILATE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45558	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	LEONOR LANA DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45559	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	MARIA MONTEIRO MENDES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45560	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	JOSE WALDIR CARDOSO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45561	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	MARIA DA CONCEIÇÃO FEITOSA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45562	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	DORACI MORO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45563	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	HERLON CAMARGO DE ARRUDA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO

45564	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	EDIMAR TAVARES PINHO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45565	06/04/2020 10:41	R\$ 108,46	SUSANA DE SOUZA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45566	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	VANILDA CASAGRANDE MEDEIROS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45567	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	MARIA DE LOURDES RABELO VENANCIO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45568	06/04/2020 10:42	R\$ 90,38	RAQUEL LUIZ	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45569	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	TESTE BETHA IMPLANTAÇÃO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45570	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	JOSE VOLNEI BORGES PATRICIO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45571	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	VALDECI JOECI DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45572	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	JULIANA SCHAUCOSKI SERAFIM	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45573	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	SIDNEI DA ROCHA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45574	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	VITALINA DA SILVA FABER	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45575	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	SANTINO JORDAO DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45576	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	ADEMIR MARTINS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45577	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	ESPOLIO DE SUELI ALIPIO DA ROSA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45578	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	NESIO MACHADO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45579	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	ELISEU JOSE BORGES	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45580	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	LUIS JOAO DA LUZ	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45581	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	ADAO BERNADINO PEREIRA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45582	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	MARIA HELENA FABRIS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45583	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	JULIANE CARLA WERNKE	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45584	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	HESTEINER POLICARDO SERAFIM	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45585	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	GILBERTO MELO DOS SANTOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45586	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	MARGARETE DOMINGOS	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45587	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	PEDRO DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45588	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	ANTONIO CARLOS DA SILVA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45589	06/04/2020 10:42	R\$ 108,46	ILCI MARIA HONIG MACHADO	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45590	06/04/2020 10:43	R\$ 108,46	JOAO CARLOS MOTTA	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO
45591	06/04/2020 10:43	R\$ 108,46	VANDENIR ESTEVAM	CONSERVAÇÃO CEMITÉRIO

Forquilha/SC, 08 de abril de 2020.

Ademir Brandieli Pedro
Secretário de Administração e Finanças

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2020 - 098 A 101

Publicação Nº 2435274

DECRETO Nº 098/2020

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família da senhora Nadir de Fátima Rodrigues, portadora do CPF nº 615.148.459-20, RG nº 1.692.646, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Rodolfo Melatti, nº 75 – bairro Esperança, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 099/2020

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família da senhora Maria Roseli de Souza, portadora do CPF nº 051.003.189-70, RG nº 3.698.916, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Francisco Rosa de Lima, nº 304 – bairro Esperança, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 100/2020

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família do senhor Tiago Maria-no da Costa, portador do CPF nº 074.920.079-06, RG nº 4.901.356, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Josué Emilio Campos, nº 227 – bairro Esperança, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 101/2020

Determina o Uso de Máscaras NO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC, para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que a utilização de máscaras pela população, preferencialmente de tecido, reduz significativamente o contágio e a proliferação do coronavírus (Covid-19), sendo um meio eficaz de prevenção da doença;

CONSIDERANDO a recomendação do Comitê Gestor de Crise, nomeado através do Decreto Municipal nº 083/2020;

CONSIDERANDO o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo COVID-19 e Nota Informativa nº 03/2020 do Ministério da Saúde, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Fica a partir do dia 13 de abril de 2020, determinado o uso comunitário de máscaras preferencialmente de tecido, no Município de Galvão-SC, como estratégia de combate à transmissão do CORONAVÍRUS (Covid-19), em todos os locais de acesso ao público em geral, sendo em especial:

I - em todos os locais públicos submetidos, direta ou indiretamente, à gestão da administração pública municipal;

II - nos pontos de embarque, desembarque e durante o transporte de passageiros;

III - para acesso e atendimento de todos os estabelecimentos comerciais e bancários;

IV - para acesso e atendimento de todas as repartições públicas e privadas não mencionadas acima.

Art. 2º Fica expressamente proibido o uso compartilhado das máscaras de tecido, devendo as mesmas serem higienizadas pelo usuário previamente a cada nova utilização, nos termos das instruções emitidas pela Vigilância Sanitária.

Art. 3º Fica informado que o uso de máscaras não substitui e nem elimina a necessidade de adoção de todas as outras medidas e cuidados de higienização e prevenção, tais como, mas não somente, a lavagem de mãos, o uso de álcool gel 70, a etiqueta da tosse, a etiqueta do cumprimento entre as pessoas, dentre outros, e, especialmente a necessidade de distanciamento social.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto serão custeadas com recursos do orçamento municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2020.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

PROCESSO LICITATÓRIO 026/2020

Publicação Nº 2435021

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 026/2020, Edital de Pregão Presencial 013/2020, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 27 de ABRIL de 2020, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE DUAS RETROESCAVADEIRAS – ITEM 01 - CONVÊNIO Nº 892246/2019, ITEM 02 – CONVÊNIO 886576/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE GALVÃO., conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, e suas alterações. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 08 de abril de 2020.
ADMIR EDI DALLA CORT
Prefeito Municipal

Garopaba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 13, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435542

PORTARIA Nº 13, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação das medidas preventivas de combate à propagação do novo Coronavírus - COVID-19, nas dependências da Câmara Municipal de Garopaba/SC. Prorrogando os efeitos das Portarias 09/2020 e 10/2020.

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE GAROPABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em consonância com o Regimento Interno, e demais legislação em vigor;

Considerando as necessidades da continuação de medidas, visando a contenção da propagação do vírus em resposta a emergência de saúde pública prevista no artigo 3º da Lei Federal de nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Considerando a necessidade urgente de continuar evitando o contágio ou propagação do vírus COVID-19;

Considerando que a Câmara Municipal de Garopaba deve pautar suas ações buscando o enfrentando ao COVID-19 de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva, e que os casos de infecção continuam se multiplicando por todo país;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos das Portarias anteriores, de nº 09/2020 e 10/2020, a contar do dia 08 de abril, até a data de 12 de abril de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser prorrogável.

Á Presidência, em 09 de abril de 2020.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, no site oficial da Câmara da Câmara Municipal de Garopaba, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

IVALDO DA SILVA LOBO FILHO

Secretário

Câmara Municipal de Garopaba

Gaspar

PREFEITURA

RESOLUÇÃO N.º 03/2020 - CMAS

Publicação Nº 2435467

RESOLUÇÃO Nº. 03/2020, de 09 de abril de 2020.

Aprova o Aditivo para Execução da Política de Assistência Social na Gestão de Benefícios Eventuais Auxílio Cidadão para o ano de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em reunião extraordinária, Ata nº 004/2020, realizada no dia 09 de abril de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; Lei Municipal nº 1648/97, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar/SC – CMAS e a Lei Complementar nº 62, de 10 de agosto de 2015.

CONSIDERANDO:

- Considerando a Portaria /MC nº 337, de 24 de março de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social;
- Considerando o Ofício nº 096/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social informando que, em virtude do Estado de Emergência vigente no Município de Gaspar em razão da Pandemia do Coronavírus (COVID-19);
- Considerando a votação virtual em plenária extraordinária realizada em 09 de abril de 2020; Ata nº 04/2020;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Aditivo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para o Benefício Eventual Auxílio Cidadão;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de abril de 2020.

Juliana Menezes Lapa

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO N.º 04/2020 - CMAS

Publicação Nº 2435472

RESOLUÇÃO Nº. 04, de 09 de abril de 2020.

Aprova o Plano de Trabalho para Cofinanciamento Estadual - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – Diretoria de Assistência Social – Gerência de Financiamento de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Gaspar para o ano 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS de Gaspar/SC, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; Lei Municipal nº 1648/97, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar/SC – CMAS e a Lei Complementar nº 62, de 10 de agosto de 2015.

CONSIDERANDO:

- A Política Nacional de Assistência Social de 2004;
- LEI Nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- A exigência da legislação específica para repasse de recursos;
- Considerando a reunião ordinária do CMAS do dia 09 de abril de 2020.
- Considerando a Ata nº 04/2020 - CMAS do dia 09 de abril de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho para o Cofinanciamento do Governo Estadual ao Fundo Municipal de Assistência Social de Gaspar para o ano de 2020;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 09 de abril de 2020.

Juliana Menezes Lapa

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO 14/2020 - CORONAVÍRUS COVID 19

Publicação Nº 2435359

DECRETO Nº 14, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

“ALTERA DECRETO Nº 06, DE 18 DE MARÇO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA CAUSADO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso das atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO os casos confirmados e suspeito de pessoas infectadas na região,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual nº 550, de 7 de abril de 2020, que altera o art. 7º do Decreto nº 525, de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO que o enfrentamento da pandemia se através da união de todos os entes públicos e privados;

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado, pelo período de mais 5 (cinco) dias, o disposto no art. 17º do Decreto 06, de 18 de março de 2020, contados de 8 de abril de 2020.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 07 de abril de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 07 de abril de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO DF 20/2019 - ORÇAMENTO

Publicação N° 2435364

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N° 000020/20 de 6 de Abril de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002153/19 de 12 de Novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN. IND. COM. E DESENV. URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(251)3.3.30.00.00.00.00.2.009-0391 - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	5.812,23
<hr/>	
Total Suplementação:	5.812,23

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN. IND. COM. E DESENV. URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(199)3.3.90.00.00.00.00.2.009-0391 - Aplicacoes Diretas	5.812,23
<hr/>	
Total Anulação:	5.812,23

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Abril de 2020.

MARCIO BORBA BLASIU
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 6 de Abril de 2020.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO AD01.20CONT21.19 FMS.DOCX

Publicação Nº 2435023

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad01/20Cont21/19 - Contrato Nº: 21/2019

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

Contratada...: GENTE SEGURADORA SA

Valor : 6.140,00 (seis mil cento e quarenta reais)

Vigência : Início: 09/04/2020 Término: 09/04/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL E SEGURO DETER PARA O VEICULO DA FROTA DO MUNICIPIO, VEICULO RENAULT MASTER, PLACA ATN 8535, RENAVAN 279361874 A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020 – FMS

Publicação Nº 2435320

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO VIABILIZAR A REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO EM SALA DE VACINA PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: FRANZNER VARNIER CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.064.352/0001-71, estabelecida na Rua Amazonas, nº 140, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.253-030.

Valor Total: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Guaramirim (SC), 31 de março de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2013 - FMS

Publicação Nº 2435290

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2013 - FMS
Processo de Licitação: 08/2013 - FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS INSTALAÇÕES DO AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE ESPECIALIDADES, SITUADO NA RUA JOÃO BASTISTA OLINGER, N.º 51, BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Locador: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Locadora: MARIA GARIBALDI RAUZIS, inscrita no CPF sob o nº 015.152.539-02, residente e domiciliada na Rua Ervino Hanemann, nº 304, bairro Avaí, em Guaramirim-SC, CEP 89.270-000.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato;
- b) reajustar o valor do contrato.

Vigência Início: 01/04/2020 Término: 31/03/2021

Guaramirim (SC), 31 de março de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL 48/2020

Publicação N° 2435296

Decreto Administrativo nº 048/2020.

ADOta TURNO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

DECRETA:

Art. 1º Adota Turno único, na data de 09 de abril do presente exercício das 7h as 13h, no horário de expediente, em todas as Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal que estão em trabalho interino ou intermitente.

Art. 2º O presente Decreto Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 09 de abril de 2020.

68º ano da Fundação e 58º ano da Instalação

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 110 / 2020

Publicação Nº 2435265

DECRETO N. 110 DE 09 DE ABRIL DE 2020

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e de conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Estado de Santa Catarina através do Decreto n. 432/2020 fixou o calendário de feriados e pontos facultativos, dentre eles o dia 10 de abril de 2020, sexta-feira, Paixão de Cristo;

Considerando que o Decreto Municipal n. 108, de 07 de abril de 2020, estabeleceu novas regras de enfrentamento da pandemia (Covid-19), prorrogando as medidas de suspensão adotadas anteriormente;

Considerando que a sexta-feira (10/04/2020) culturalmente é considerada feriado nacional religioso de guarda, conforme art. 2º da Lei Federal n. 9.093, de 12 de setembro de 1995;

DECRETA:

Art. 1º. Fica no dia 10 de abril de 2020, sexta-feira, Paixão de Cristo, instituído Feriado no município de Guatambu.

Art. 2º Ficam mantidos os serviços essenciais e emergenciais de saúde no dia 10 de abril de 2020, sexta-feira, Paixão de Cristo, através de equipes estratégicas, todos concentrados na unidade de saúde localizada na sede do município, nos seguintes horários:

I – Horário de expediente normal: 08h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00;

II – Horário noturno: 18h00 às 22h00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu,
Estado de Santa Catarina, 09 de abril de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 630/2020

Publicação Nº 2435231

PORTARIA Nº 630/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 13 (TREZE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria Nº 744/2019 à Servidora DELMA APARECIDA DA SILVA (MATRÍCULA 3347), ocupante do emprego público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de julho de 2018 e 23 de julho de 2019, para serem usufruídas a partir de 08 de abril de 2020 a 20 de abril de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de abril de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 09 de abril de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 631/2020

Publicação Nº 2435234

PORTARIA Nº 631/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora TANIA MARIA SCHNEIDER (MATRÍCULA 4046), ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR SOCIAL, Nível – 4/2, Referência - D, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2018 e 17/12/2019, para serem gozadas a contar de 08 de abril de 2020 a 19 de abril de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de abril de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 09 de Abril de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 632/2020

Publicação Nº 2435334

PORTARIA Nº 632/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RECONHECER A CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora ALINE DA CRUZ WUDARSKI DA ROSA (MATRÍCULA 4112), ocupante do cargo de provimento efetivo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, Nível – 12/1, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 30 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 27 de março de 2019 e 27 de março de 2020, para serem usufruídas a partir de 30 de março de 2020 a 28 de abril de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de março de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 09 de Abril de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PREFEITURA**PORTARIA PMI/SEAD Nº 291/2020**

Publicação Nº 2435027

PORTARIA PMI/SEAD Nº 291, de 09 de abril de 2020.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 3.770/2020, ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ROSANGELA MAURO CARDOSO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 026.887.249-08, admitida em 06 de fevereiro de 2014, contrato nº 7596, referente ao q-inq-ênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	18.03.2020 a 15.06.2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de abril de 2020.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Agente Administrativo

PPE - PMI/SEAD Nº 76/2020

Publicação Nº 2435312

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 76/2020

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, considerando o Decreto Municipal PMI nº 046/2020 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, os servidores nomeados pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 290, de 08 de abril de 2020, para exercerem a função temporária de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2020.

Art. 1º Os servidores abaixo descritos, apresentaram os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestaram o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeram-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Data de Nascimento	CPF
JOAO VICTOR FERREIRA DE SOUSA	29/11/2001	109.228.009-01
GUSTAVO GUIMARAES BORGES	16/10/2001	105.871.699-01
ERICK FRANCISCO SILVA DOS SANTOS	10/10/2001	119.521.329-20
ANA CAROLINA LAUREANO	15/08/2001	113.060.799-26
MARIA LUIZA LAUREANO	15/08/2001	113.060.729-13
POLLYANNA FERREIRA DE SOUSA	29/05/2000	109.228.039-19
VICTORIA MELO DE SOUZA	06/05/2000	104.250.849-65
FELIPE FERREIRA PONTES	29/12/1999	879.440.650-20
JOAO PEDRO LUIZ JOSE	25/11/1999	104.501.369-22

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestaram o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, os servidores entram em exercício em 09/04/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de abril de 2020.
Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Agente Administrativo

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2162 /2020

Publicação Nº 2435367

. DECRETO Nº 2162/20

. De 9 de abril de 2020

DEFINE MEDIDAS ADICIONAIS PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19, ESPECIALMENTE NO TOCANTE AS ATIVIDADES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, demais dispositivos legais em vigor e,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante Políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n. 8.078, de 1990, especialmente os artigos 6º, I e V; 39, V; 51, IV, §1º, I, II, III, bem como art. 36, III da Lei Federal n. 12.529, de 2011, que versa sobre "Infrações da Ordem Econômica";

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

Considerando a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

Considerando a necessidade de se manter os serviços da Administração Pública Municipal e reduzir a possibilidade de contaminação pelo Coronavírus causador da COVID-19.

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado gradativamente vem permitindo o retorno de diversas atividades comerciais e industriais, com regras de higienização para mitigar os riscos de transmissão do Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 001/SMS/VISA/2020, que apresenta informações sobre medidas de prevenção de infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19) dirigidas aos estabelecimentos em geral;

CONSIDERANDO a Nota Informativa do Ministério da Saúde nº 3/2020-CGGAPDESF/SAPS/MS, indicando a utilização de máscaras caseiras como mais uma intervenção a ser implementada visando interromper o ciclo do COVID-19;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, na Medida Cautelar na Ação Direta de Constitucionalidade nº 6341 DF, em cognição sumária, reconheceu a competência concorrente para que os municípios possam adotar medidas preventivas no combate do Coronavírus

– COVID-19;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Indaial;

DECRETA:

Art. 1º. O funcionamento dos estabelecimentos comerciais, agentes financeiros, e demais atividades de atendimentos ao público, no Município de Indaial, fica condicionado ao cumprimento das seguintes obrigações:

I - A adoção de medidas internas necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus – COVID-19 no ambiente de trabalho, especialmente a utilização de máscaras por todos os funcionários;

II - providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, o controle da área externa do estabelecimento, bem como a organização das filas para que seja mantida a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa;

III – permitir o acesso ao estabelecimento comercial somente de clientes que estejam utilizando máscaras, devendo-se, ainda, proceder a orientação dos clientes, como forma de conscientização, para que o acesso ao interior do estabelecimento seja por apenas 01 (um) integrante da família, evitando, assim, o risco de contaminação, sobretudo de crianças;

IV - estabelecer que as pessoas que acessarem e saírem do estabelecimento façam a higienização com álcool-gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, disponibilizando em pontos estratégicos como na entrada do estabelecimento, nos corredores, balcões e mesas de atendimento dispensadores para uso dos clientes e funcionários;

V - o ingresso no estabelecimento será feito em número proporcional à disponibilidade de atendentes, evitando aglomerações em seu interior;

VI – deve ser dado atendimento preferencial e especial a idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes, garantindo um fluxo ágil de maneira que estas pessoas permaneçam o mínimo de tempo possível no interior do estabelecimento;

VII - manter todas as áreas ventiladas, incluindo, caso exista, os refeitórios de funcionários e locais de descanso;

VIII - os trabalhadores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada cliente, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões, corrimões, teclados de caixas, etc;

IX - realizar procedimentos que garantam a higienização contínua do estabelecimento, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclados, mouses, materiais de escritório, balcões, corrimões, interruptores, elevadores, balanças, banheiros, lavatórios, entre outros;

X - nos locais onde há uso de máquina para pagamento com cartão, esta deverá ser higienizada com álcool 70% ou preparações antissépticas após cada uso;

XI – quaisquer equipamentos que possua painel eletrônico de contato físico deverão ser higienizados com álcool 70% ou preparações antissépticas, após cada uso;

XII - os trabalhadores que estiverem com febre ou sintomas respiratórios (tosse, coriza, falta de ar) devem ser afastados das atividades e orientados a procurar a unidade de saúde.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, é admitida a utilização de máscaras caseiras, nos termos da Nota Informativa do Ministério da Saúde nº 3/2020-CGGAPDESF/SAPS/MS.

Art. 2º. O funcionamento das atividades indústrias no Município de Indaial que ocorram em ambiente fechado de uso coletivo, fica condicionado a utilização de máscaras por todos os funcionários.

§ 1º. Deverá ser garantida a circulação de ar externo nos prédios fabris, preferencialmente mantendo-se as janelas abertas e com a não utilização de aparelhos de ar condicionado.

§ 2º. Recomenda-se a utilização de máscaras às atividades industriais realizadas em ambientes abertos com grande movimentação de pessoas, como pátios, galpões abertos e similares, com o objetivo de mitigar os pontos de contaminação.

§ 3º. Para cumprimento do disposto neste artigo, é admitida a utilização de máscaras caseiras, nos termos da Nota Informativa do Ministério da Saúde nº 3/2020-CGGAPDESF/SAPS/MS.

Art. 3º. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do artigo 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no artigo 268 do Código Penal.

Art. 4º. Para enfrentamento da situação de emergência decorrente das medidas de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus - COVID-19, aplicam-se no âmbito municipal todas as disposições e normativas estabelecidas pelo Governo Federal e Estadual.

Art. 5º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor no dia 13 de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Município de Indaial, em 9 de abril de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

Silvio Cesar da Silva
Secretário de Administração e Finanças

Alexandre Manoel Dalabrida
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 2163/2020

Publicação Nº 2435469

. DECRETO Nº 2163/20

. De 09 de abril de 2020

Dispõe sobre a concessão de Férias Coletivas a partir de 13/04/2020 aos servidores Efetivos e Comissionados da Secretaria de Obras.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Decreto nº 2128/2020 e Decreto nº 2146/2020 e demais dispositivos legais em vigor e,

Considerando a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

Considerando a necessidade de se manter os serviços da Administração Pública Municipal e reduzir a possibilidade de contaminação pelo Coronavírus causador da COVID-19;

Considerando o Decreto Municipal 2146/2020 ;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido período de 30 (trinta) dias de Férias Coletivas aos Servidores Efetivos e Comissionados da Secretaria de Obras, a partir de 13 de abril de 2020.

§ 1º - Os Servidores em gozo das férias coletivas terão 30 (trinta) dias descontados do respectivo período aquisitivo de férias.

§ 2º - O servidor que for convocado nos termos do § 7º do artigo 93 da Lei Complementar 105/10, deverá cumprir sua carga horária de trabalho no dia, e usufruir o dia trabalhado no primeiro dia útil imediatamente ao término do período definido para as férias.

§ 3º - O Município irá efetuar o pagamento do adicional de um terço de férias após sua concessão, preferencialmente quando do vencimento do período aquisitivo gozado por conta do presente Decreto.

Art. 2º - Deverá ser comunicado ao Departamento de Gestão de Pessoal, o nome dos servidores que excepcionalmente, trabalharem no período das férias, para atendimento aos serviços essenciais, ficando o saldo para usufruir em época oportuna.

§ 1º - Fica determinado ao servidor que estiver trabalhando no período de férias coletivas o cumprimento da carga horária de trabalho estabelecida em lei e a permanência junto ao setor, sendo obrigatório o registro do ponto, para o efetivo controle dos dias trabalhados, não sendo permitido revezamento de trabalho entre os servidores.

Art. 3º - Aos servidores que não tiverem saldo de dias de férias vencidos, serão concedidos os 30(trinta) dias a título de antecipação de férias.

Art. 4º - Período de férias concedido por este Decreto poderá ser revisto de acordo com a prorrogação do COVID-19.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de abril de 2020.

Município de Indaial, em 09 de abril de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

Silvio Cesar da Silva
Secretário de Administração e Finanças
Secretário Interino Obras

Fabiano dos Santos
Secretário de Planejamento

DECRETO Nº 2164/2020

Publicação Nº 2435470

. DECRETO Nº 2164/20
. De 09 de abril de 2020

Dispõe sobre a concessão de Férias Coletivas a partir de 13/04/2020 aos servidores Efetivos e Comissionados do Departamento de Trânsito (DEMUTTIN).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Decreto nº 2128/2020 e Decreto nº 2146/2020 e demais dispositivos legais em vigor e,

Considerando a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

Considerando a necessidade de se manter os serviços da Administração Pública Municipal e reduzir a possibilidade de contaminação pelo Coronavírus causador da COVID-19;

Considerando o Decreto Municipal 2146/2020 ;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido período de 30 (trinta) dias de Férias Coletivas aos Servidores Efetivos e Comissionados do Departamento de Trânsito (DEMUTTIN), a partir de 13 de abril de 2020.

§ 1º - Os Servidores em gozo das férias coletivas terão 30 (trinta) dias descontados do respectivo período aquisitivo de férias.

§ 2º - O servidor que for convocado nos termos do § 7º do artigo 93 da Lei Complementar 105/10, deverá cumprir sua carga horária de trabalho no dia, e usufruir o dia trabalhado no primeiro dia útil imediatamente ao término do período definido para as férias.

§ 3º - O Município irá efetuar o pagamento do adicional de um terço de férias após sua concessão, preferencialmente quando do vencimento do período aquisitivo gozado por conta do presente Decreto.

Art. 2º - Deverá ser comunicado ao Departamento de Gestão de Pessoal, o nome dos servidores que excepcionalmente, trabalharem no período das férias, para atendimento aos serviços essenciais, ficando o saldo para usufruir em época oportuna.

§ 1º - Fica determinado ao servidor que estiver trabalhando no período de férias coletivas o cumprimento da carga horária de trabalho estabelecida em lei e a permanência junto ao setor, sendo obrigatório o registro do ponto, para o efetivo controle dos dias trabalhados, não sendo permitido revezamento de trabalho entre os servidores.

Art. 3º - Aos servidores que não tiverem saldo de dias de férias vencidos, serão concedidos os 30(trinta) dias a título de antecipação de férias.

Art. 4º - Período de férias concedido por este Decreto poderá ser revisto de acordo com a prorrogação do COVID-19.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de abril de 2020.

Município de Indaial, em 09 de abril de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

Silvio Cesar da Silva
Secretário de Administração e Finanças
Secretário Interino Obras

Fabiano dos Santos
Secretário de Planejamento

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO Nº 1903/2020

Publicação Nº 2434971

DECRETO Nº 1903 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) por parte do Poder Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais que implementava ações, no âmbito do Município de Iomerê, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governo do Estado de Santa Catarina, através do Decreto n. 525, por meio do qual ampliou e regulamentou novas orientações acerca dos procedimentos a serem adotados durante a pandemia;

CONSIDERANDO, que na 30 de março de 2020, o Governo do Estado de Santa Catarina, através do Decreto n. 535, por meio do qual prorrogou o prazo determinado para o isolamento social;

CONSIDERANDO, que a retomada das atividades deverá se dar de forma gradativa e com os cuidados necessários para a proteção de todos;

CONSIDERANDO, que as novas recomendações da OMS – Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde quanto a utilização de máscaras como forma de prevenção;

DECRETA:

Art. 1º Fica definido o retorno das atividades junto ao Poder Público Municipal para a data de 13/04/2020, com as limitações de convívio social já regulamentada pelos decretos estadual e municipal, bem como as definidas nesse decreto.

§ 1º Os agentes públicos que não desempenham atividades essenciais, poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§ 2º No caso de impossibilidade de realização do trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

§ 3º Os prazos dos procedimentos licitatórios correrão normalmente, uma vez que as atividades de construção civil foram autorizadas pelo Governo Estadual, sendo que qualquer esclarecimento deverá ser feito exclusivamente através de e-mail, ao setor de licitações.

§ 4º Fica limitado o acesso e permanência de cidadãos dentro das repartições públicas, sendo que o atendimento se dará, preferencialmente, através de telefone ou e-mail.

§ 5º O atendimento pelas repartições públicas, a exceção da Secretaria de Saúde e Assistência Social, será reduzida em 50% de sua capacidade, bem como o acesso por parte dos cidadãos será sempre precedido de higienização das mãos.

§ 6º Os servidores da Secretaria de Obras e Infraestrutura e da Agricultura e Meio Ambiente, pela natureza essencial de tais atividades, continuarão a desempenhá-las normalmente.

Art. 2º. Com a retomada das atividades, deverá cada servidor público observar os cuidados abaixo relacionados, sem prejuízo de outras orientações técnicas apresentadas pela OMS e Ministério da Saúde:

- a) Torna-se obrigatório o uso de máscara para o atendimento e circulação dentro das repartições públicas municipais;
- b) O servidor deverá higienizar as mãos antes e ao final das atividades, ou a cada 02 (duas) horas;
- c) Fica proibido o uso de máscara confeccionada de forma doméstica para uso por parte do profissional de saúde, especialmente aos que estejam na linha de frente dos atendimentos ao público;
- d) Os servidores deverão realizar suas atividades respeitando o distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e meio) entre si e para com os cidadãos atendidos;
- e) Manter todas as áreas ventiladas, inclusive cozinhas, banheiros, salas de espera, devendo ser evitadas aglomerações;
- f) os servidores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada munícipe ou após usarem banheiro;
- g) o servidor que apresentar sintoma de contaminação pela COVID-19 deverá ser afastado do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica;
- h) os munícipes e cidadãos atendidos devem ser orientados a informar a repartição e ao servidor que o atendeu caso venham a ter resultados futuros positivos para a COVID-19;
- i) servidores que executarem atendimentos a cidadãos e/ou munícipes que vierem a positivar para COVID-19, deverão afastar-se imediatamente das atividades, informar o fato às autoridades sanitárias do seu município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades;

Parágrafo Único – Torna-se obrigatório a todos os estabelecimentos comerciais e industriais, o uso de máscaras de proteção e demais EPIs necessários para evitar o contágio, bem como a higienização frequente das mãos e a utilização do álcool gel por parte dos funcionários e dos clientes, sem prejuízo das demais recomendações repassadas pelos órgãos fiscalizatórios.

Art. 3º. Fica recomendado a utilização de máscara por toda a população que necessitar sair de sua residência e que terá a exposição em locais com alguma circulação de pessoas.

Art. 4º Ficam replicadas em âmbito municipal todas as demais determinações regulamentadas junto aos decretos estaduais.

Art. 5º. O descumprimento das medidas ora impostas às empresas, acarretará na aplicação de multas administrativas, previstas na legislação em vigor, bem como em desobediência ao artigo 268 do Código Penal Brasileiro.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 07 de abril de 2020
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.p

Ipira

PREFEITURA

EXTRATO JORNAL CONCURSO PUBLICO 01 2020

Publicação N° 2435260

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
CONCURSO PUBLICO N° 001/2020

O Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, nos termos das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público para o conhecimento dos interessados, que se acham aberto, no período das 12 horas do dia 14 de abril de 2020 até às 12 horas do dia 13 de maio de 2020, as inscrições ao Concurso Público destinado a prover, em caráter efetivo, conforme consta do quadro seguinte:

Descrição dos Cargos	Nº de vagas	Carga Horária	Vencimento Inicial – R\$
Agente de Serviços Gerais	01	40	1.213,42
Coordenador - CRAS	01	40	2.107,38
Fonoaudiólogo	01	20	3.256,07
Médico Veterinário	01	40	5.157,98
Motorista	01	40	1.506,27
Operador de Máquinas Rodoviárias	01	40	1.798,81
Orientador Social - CRAS	01	40	2.511,62

As inscrições serão realizadas somente pela internet a partir 12 horas do dia 14 de abril de 2020 até às 12 horas do dia 13 de maio de 2020, mediante o preenchimento do formulário eletrônico disponível no portal <http://sigma.concursos.srv.br>, na opção correspondente ao Concurso Público do Município de Ipira/SC. A íntegra do Edital e outras informações estão disponíveis no site <http://sigma.concursos.srv.br> e www.ipira.sc.gov.br ou no mural público da Prefeitura Municipal de Ipira/SC. Ipira/SC, em 13 de abril de 2020. Emerson Ari Reichert – Prefeito Municipal.

Iporã do Oeste

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO CONTRATO Nº 43/2020

Publicação Nº 2434998

RETIFICAÇÃO Nº 01

CONTRATO Nº 43/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2020

Pregão Presencial Nº 003/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA NOVO, DE ACORDO COM O CONVENIO Nº 887580/2019 – PROPOSTA SICONV 01419/2019”,

O Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal sr. Lucio Mallmann, torna publico a presente Retificação:

ONDE SE LÊ:

2.1. O prazo de vigência do Contrato decorrente deste procedimento licitatório será contado a partir da data de assinatura até o prazo final da garantia total do trator agrícola, que deve ser no mínimo de 12 (doze) meses após o recebimento definitivo do mesmo.

6.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da não entrega do trator agrícola e da respectiva nota fiscal.

LEIA-SE:

2.1. O prazo de vigência do Contrato decorrente deste procedimento licitatório será contado a partir da data de assinatura até o prazo final da garantia total do trator agrícola, que deve ser no mínimo de 12 (doze) meses a contar da assinatura.

6.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da não entrega do trator de esteira novo e da respectiva nota fiscal.

As demais cláusulas, itens e subitens do presente contrato, permanecem inalterados e ratificados.

Registre-se e Publique-se na forma da Lei

Iporã do Oeste - SC, 7 de abril de 2020.

Lucio Mallmann

Prefeito Municipal

Ipuauçu

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 08/2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2434993

DECRETO LEGISLATIVO N. 008/2020, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO E ADOÇÃO DE NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e regimentais, em conformidade com o art. 48, inc. XIV da Lei Orgânica Municipal e art. 43, incisos II e XXV, do Regimento Interno da Câmara Municipal, e

CONSIDERANDO que a saúde é direito social fundamental (art. 6º, CF/88), garantido mediante a implementação de políticas que, dentre outros objetivos, visem a redução do risco de doenças e de outros agravos (art. 196, CF/88);

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a adoção de medidas que visam minimizar as possibilidades de contágio do novo coronavírus por diversos outros órgãos da Administração Pública em todos os níveis da Federação, tais como o Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Ipuauçu;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Estado de Santa Catarina, bem como determina a suspensão das atividades e os serviços públicos não essenciais, atualizado pelo Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, e pelo Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 069, de 18 de março de 2020, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), e confere outras providências, atualizado pelo Decreto Municipal nº 070, de 23 de março de 2020, e pelo Decreto Municipal nº 071, de 24 de março de 2020, que declara situação de emergência no município de Ipuauçu, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a relevância de a Câmara Municipal de Vereadores assegurar ao Município de Ipuauçu a continuidade dos trabalhos legislativos e administrativos, notadamente aqueles em trâmite na Câmara Municipal e que necessitam da pronta deliberação em razão do cumprimento de disposições legais, além daquelas indispensáveis a apoiar medidas emergenciais que deverão ser construídas colegiadamente durante esse período;

DECRETA:

Art. 1º O presente Decreto Legislativo dispõe sobre a prorrogação e adoção de novas medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º Fica prorrogada, pelo período de 05 (cinco) dias, contados desta data, a suspensão do expediente da Câmara Municipal de Ipuauçu, bem como as atividades legislativas e administrativas do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º As atividades administrativas da Câmara Municipal, desenvolvidas pelo quadro de servidores do órgão, serão realizadas, preferencialmente e desde que possíveis, por meio digital ou mediante trabalho remoto "home office".

§ 1º As atividades que não possam ser realizadas na forma estabelecida no caput deste artigo, serão, excepcionalmente, executadas nas dependências da Câmara Municipal, de forma interna e não aberta ao público, contando tão somente com a presença do(s) servidor(es) responsável(is), seguindo, rigorosamente, as recomendações de prevenção e enfrentamento à COVID-19, expedidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e órgãos nacionais de saúde.

§ 2º Fica vedado o acesso de pessoas não autorizadas neste Decreto, às dependências da Câmara Municipal, durante o período de suspensão previsto no art. 2º deste Decreto.

Art. 4º Passado o período de suspensão das atividades, previsto no caput do art. 2º, e verificada a necessidade de adoção de novas medidas pela manutenção ou agravamento da situação da pandemia, será expedido novo Decreto regulamentador, contendo as orientações e medidas a serem adotadas pela Câmara Municipal, no tocante à pandemia e as atividades administrativas e legislativas do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ipuauçu, em 08 de abril de 2020.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR,
Presidente da Câmara Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

WANDERLEI RAMILO
1º Secretário

PORTARIA Nº 09/2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC.

Publicação Nº 2434977

PORTARIA Nº 009/2020, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Nomeia Servidor Público de Cargo Comissionado de Assessor Legislativo.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerar de interesse público, resolvem:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Sr. WELLER COMPAGNONI MOCELLIN, nomeado para o Cargo Comissionado de ASSESSOR LEGISLATIVO, integrante do quadro de funcionários da Câmara Municipal de Ipuacu - SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu – SC, em 09 de Abril de 2020.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR
Presidente

Esta Portaria Legislativa foi registrada e publicada em data supra.

WANDERLEI RAMILO
1º Secretário

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 288/2020 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2434984

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

C O N C E D E

A ILDE LIBERATO BARON, matrícula 1041, Licença Prêmio de 20 (vinte) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2007 a 2012 e gozo a partir de 07 de Abril de 2020 a 26 de Abril de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeito retroativo a partir de 09 de Abril de 2020.

Ipumirim - SC, 09 de Abril de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 286/2020 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2434980

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JAKLINE FRACASSO BRINGHENTI, matrícula 2062, férias de 11 dias, relativa ao período aquisitivo de 2017 a 2018 e gozo a partir de 13 de Abril de 2020 a 23 de Abril de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 09 de Abril de 2020.

Ipumirim - SC, 09 de Abril de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 287/2020 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2434982

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A LUZIA SALETE KRUETZMANN, matrícula 0509, férias de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 2017 a 2018 e gozo a partir de 13 de Abril de 2020 a 12 de Maio de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de Abril de 2020.

Ipumirim - SC, 09 de Abril de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

Iraceminha

CÂMARA MUNICIPAL

ATO LEGISLATIVO Nº 002/2020

Publicação Nº 2435084

ATO LEGISLATIVO Nº 002/2020

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE SESSÕES VIRTUAIS ATRAVÉS DO APLICATIVO WHATSAPP, WEB CONFERÊNCIA OU VÍDEO CONFERÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Legislativo Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, Senhor Celestino Tumeleiro, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Regimento Interno art. 3º § 1º e art. 41 § 1º e disposto no Decreto Estadual 535/2020 e Decreto Municipal 019/2020.

E S T A B E L E C E:

Art. 1º Fica concedida a realização de sessões virtuais através do aplicativo Whatsapp, Web Conferência ou Vídeo conferência para apreciação e votação de projetos e proposições consideradas essenciais durante o período de distanciamento e isolamento social e disposto no Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina para contenção da disseminação da COVID-19.

Art. 2º Este ato legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Iraceminha/SC, 01 de abril de 2020.

Celestino Tumeleiro
Presidente do Legislativo Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3750

Publicação Nº 2435043

DECRETO Nº 3.750, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação de prazos estabelecidos no Decreto Municipal nº 3.737, de 20 de março de 2020, com redação dada pelo decreto nº 3.741 e 3.745, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 65, da Lei Orgânica do Município, conforme o disposto na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e de acordo com o que consta nos autos do processo nº SEA 3147/2020, e

Considerando o Decreto nº 550 de 07 de Abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, e

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 3.737, de 20 de março de 2020, com redação dada pelo Decreto nº 3.742 de 23 de março de 2020 e 3.749 de 06 de abril de 2020, e,

Considerando também as prorrogações já efetuadas através dos Decretos nºs 3.741 e 3.745,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 5 (cinco) dias a contar de 08/04/2020, o prazo de suspensão das atividades descritas no Art. 2º do Decreto Municipal nº 3.737/2020, em todo o território do Município de Irineópolis, sob medida de isolamento social, com exceção do disposto nos Decretos Municipais nºs 3.742 e 3.749.

Art. 2. O funcionamento dos órgãos e setores da Administração Pública Municipal, suspenso em virtude do Decreto Municipal nº 3.737, de 20 de março de 2020, fica retomado a partir de 8 de abril de 2020, com o cumprimento de expediente interno, com exceção da Secretaria Municipal da Agricultura que poderá realizar atividades com presença de público externo, em função da necessidade de atendimento aos munícipes que necessitam da emissão de documentos para o escoamento da safra agrícola e outros, devendo no entretanto, serem cumpridas as medidas restritivas para evitar a aglomeração de pessoas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 3.737, de 20/03/2020.

Irineópolis (SC), 08 de abril de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 2.062

Publicação Nº 2435165

LEI Nº 2.062, de 08 de ABRIL de 2020.

“APROVA LOTEAMENTO DE SOLO URBANO NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º. Fica aprovado o loteamento de um terreno urbano denominado LOTEAMENTO BOA VISTA, matriculado no Registro de Imóveis de Porto União-SC sob o nº 20.735 com 12.362,52 m² (doze mil, trezentos e sessenta e dois metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), situado a Rua Paraná no Município de Irineópolis, nesta Comarca de Porto União, de propriedade de NELSON KNOLL, brasileiro, portador da C.I. RG nº 1.797.057-SC, inscrito no CPF nº 623.502.779-68, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens com MARILENE APARECIDA SILVEIRA KNOLL, brasileira, portadora da C.I.RG nº 23ªR/4.343.133-SC, inscrita no CPF nº 059.854.679-02, residente e domiciliados a Rua Paraná, centro, Município de Irineópolis-SC, ficando citado loteamento compostoda seguinte SUBDIVISÃO DAS ÁREAS:

LOTE - 01 - Área: 550,00 m² - Frente:25,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote-02;Lado Direito: 22,00m com a Rua Paraná;Fundos: 25,00m com o Lote-03.

LOTE -02 - Área: 352,00 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -03;Lado Direito:22,00m com o Lote-01;Fundos: 16,00m com o Lote-04 na Rua Pará.

LOTE -03 - Área: 352,00 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -04;Lado Direito: 22,00m com o Lote-02;Fundos: 16,00m com o Lote-05 na Rua Pará.

LOTE -04 - Área: 352,00 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -05;Lado Direito:22,00m com o Lote-03;Fundos: 16,00m com o Lote-06 na Rua Pará.

LOTE -05 - Área: 352,00 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -06;Lado Direito:22,00m com o Lote-04;Fundos: 16,00m com o Lote-07 na Rua Pará.

LOTE -06 - Área: 352,00 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -07;Lado Direito: 22,00m com o Lote-05;Fundos: 16,00m com o Lote-08 na Rua Pará.

LOTE -07 - Área: 352,00 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -08;Lado Direito: 22,00m com o Lote-06;Fundos: 16,00m com o Lote-09 na Rua Pará.

LOTE -08 - Área: 352,00 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 22,00m com o Lote -09;Lado Direito: 22,00m com o Lote-07;Fundos: 16,00m com o Lote-10 na Rua Pará.

LOTE -09 - Área: 352,00 m² - Frente: 16,00 com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 22,00 m com a Rua Projetada;Lado Direito:22,00m com o Lote-08;Fundos: 16,00m com o Lote-11 na Rua Pará.

LOTE -10 - Área: 846,65 m² - Frente:20,82 m com a Rua Paraná;Lado Esquerdo: 41,00 m em duas linhas; a primeira 11,00 m com Elizabete Berbeki e a segunda 30,00 m com terreno de Inês Gomes;Lado Direito: 41,00 m com a Rua Projetada;Fundos: 20,48 m com o Lote -11.

LOTE -11 - Área: 326,72 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 20,48m com o Lote-10;Lado Direito:20,36m com o Lote-12;Fundos: 16,00m em duas linhas; a primeira 12,00m com terreno Aurélio Valentin Lucca e a segunda 4,00m com Elizabete Berbeki.

LOTE -12 - Área: 324,64 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 20,36m com o Lote-11;Lado Direito:20,22m com o Lote-13;Fundos: 16,00m com terreno Aurélio Valentin Lucca.

LOTE -13 - Área: 322,56 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 20,22m com o Lote-12;Lado Direito: 20,10m com o Lote-14;Fundos: 16,00m em duas linhas; a primeira 14,00m com terreno Gilmar José Candido Buzzi e a segunda 2,00m com terreno de Aurélio Valentin Lucca.

LOTE -14 - Área: 320,48 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 20,10m com o Lote-13;Lado Direito: 19,96m com o Área Institucional;Fundos: 16,00m com terreno Gilmar José Candido Buzzi.

LOTE -15 - Área: 317,04 m² - Frente:16,00m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 19,88m com a Área Institucional;Lado Direito: 19,75m com o Lote-16;Fundos: 16,00m com terreno Gilmar José Candido Buzzi.

LOTE -16 - Área: 403,12 m² - Frente: 20,50m com a Rua Projetada;Lado Esquerdo: 19,75m com o Lote-15;Lado Direito: 19,59m com a Área Verde;Fundos: 20,50m com terreno Gilmar José Candido Buzzi.

ÁREA INSTITUCIONAL - Área: 239,04 m² - Frente: 12,00m com a Rua Projetada Lado Esquerdo: 19,96m com o Lote-14;Lado Direito: 19,88m com o Lote-15;Fundos: 12,00m com terreno de Gilmar José Candido Buzzi.

ÁREA VERDE - Área: 640,00 m² - Frente: 13,00m com a Rua Projetada; Lado Esquerdo: 36,89m em duas linhas; a primeira 19,59m com o Lote -16 e a segunda 17,30m com a Rua Projetada, ambas interligadas por uma linha de 13,00m com a Rua Projetada; Lado Direito: 42,46m com a Área de Preservação Permanente; Fundos: 33,99m com o terreno de Gilmar José Candido Buzzi.

APP - Área: 2.574,25m² - Frente: 85,78m em três linhas; a primeira 42,46m com a ÁREA VERDE, a segunda 22,84m com a Rua Projetada, a terceira 20,48m com O Lote - 11 as duas últimas interligadas por uma linha de 1,29 m confrontando com o Lote - 11;Lado Esquerdo: 32,96m em duas linhas; a primeira 22,45 m com terreno de Eugênio Koppe e a segunda 10,51 m com terreno de Gilmar José Candido Buzzi; Lado Direito: 30,00 m do marco 04 ao marco 03 com a Rua Pará; Fundos: 86,39 m margeando o Arroio da Invernada em quatro linhas; a primeira 27,46 m do marco 08 ao marco 07, a segunda 19,73 m do marco 07 ao marco 06, a terceira 21,10 m do marco 06 ao marco 05 e a quarta 18,10m do marco 05 ao marco 04.

Art.2º. O constante da área da Rua Projetada do loteamento perfaz um total de 2.682,02m², (dois mil, seiscentos oitenta e dois metros e dois decímetros quadrados), equivalente a 21,69% da área total, conforme planta anexa.

Art. 3º. A aprovação do Loteamento de que trata o artigo 1º, fundamenta-se no que estabelece a Lei Municipal nº 951/99, de 17/11/1999 e alterações posteriores dadas pelas Leis nº 1.725/13 e 1.856/15.

Art. 4º. O Loteamento de que trata esta Lei só terá validade legal após averbação do mesmo na respectiva matrícula do imóvel.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.939/17.

Irineópolis/SC, 08 de Abril de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 2.063

Publicação Nº 2435175

LEI Nº 2.063, de 08 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA A CESSÃO DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder através de cessão de uso, ao Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, Florianópolis (SC), o seguinte bem móvel:

I. 1 (um) veículo, marca RENAULT T/Oroch, 16 V, tipo automóvel utilitário, cor branca glacier, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2019 e ano de modelo 2020, chassi nº 93Y9SR3H5LJ282788, Renavam nº 122383.2916, placas RAF 3112.

Parágrafo único. O termo de cessão faz parte integrante da presente lei, na forma de seu Anexo I.

Art. 2º O veículo objeto da presente lei, será destinado ao serviço de policiamento ostensivo motorizado no Município de Irineópolis (SC), ficando a Cessionária, responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 08 de Abril de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO I – LEI Nº 2.063, de 08 DE ABRIL DE 2020.

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº/2020.

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Irineópolis (SC) e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

O Município de Irineópolis (SC), doravante denominado - Cedente, situado à Rua Paraná, nº 200, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.558/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 455.173.049-15 e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - Cessionária, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Financeiro, amparados na Lei Municipal nº 2.063 de 08 de Abril de 2020, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, na Portaria nº 0242/GEPES/DIAF/SSP, de 21 de setembro de 2016 e inciso XI, do Art. 4º da Portaria Nº 237/PMSC/2011, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Cedente fornecerá à Cessionária, para utilização exclusiva no 1º Grupo da Polícia Militar, sediado no Município de Irineópolis (SC), o seguinte bem:

- 01 (um) veículo marca Renault, Duster Oroch Express 1.6 16 V, tipo automóvel utilitário, cor branco glacier, combustível gasolina/álcool, ano de fabricação 2019 e ano de modelo 2020, chassi nº 93Y9SR3H5LJ282788, Renavam nº 221368, placas RAF 3112.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se ao serviço de policiamento ostensivo motorizado no Município de Irineópolis (SC), ficando a Cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

A Cessionária, pelo uso do veículo obrigar-se-á:

- a) Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Zelar pela guarda do veículo, comunicando ao Cedente a ocorrência de qualquer acidente;
- c) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;
- d) A PM a qual o veículo se destina, responsabilizar-se-á pelo pagamento do licenciamento anual e do Seguro DPVAT do veículo, arcando com as despesas, através dos recursos financeiros oriundos dos fundos municipais e/ou Estaduais;
- e) Arcar com os custos de manutenção do veículo que correrão por conta, no exercício corrente, dos recursos municipais de Irineópolis (SC), ou de recursos do convênio de trânsito da OPM e a partir do próximo exercício financeiro, além das fontes já citadas, também com recursos do tesouro estadual.
- f) Publicar o extrato do presente termo, no Diário Oficial do Estado – DOE.

CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo, objeto deste instrumento passará a integrar a frota da Cessionária, caracterizados por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de segurança pública, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias, sendo possibilitada ainda a sua renovação por igual período, se houver interesse das partes envolvidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Irineópolis - SC,de de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Diretor da DALF/PMSC.

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

LEI Nº. 2.064

Publicação Nº 2435205

Lei nº 2.064 de 8 de Abril de 2020.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS do Município de Irineópolis, a serem repassados em parcelas mensais e sucessivas de até R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Art. 2º - Os valores repassados serão destinados ao desenvolvimento de atividades de educação (inclusive transporte dos alunos de suas residências até a escola, atendendo também aos residentes na área rural do Município), saúde e assistência social, previstas em seu Estatuto Social, que tem por objetivo o atendimento a alunos portadores de necessidades especiais, através da Escola Especial "Amor Perfeito".

Parágrafo Primeiro: A entidade beneficiada deverá elaborar e a apresentar Plano de Trabalho com metas claras e concisas para cumprimento das atividades indicadas no caput deste artigo e que serão financiadas com recursos oriundos da subvenção.

Parágrafo Segundo: O Plano de Trabalho estará sujeito à aprovação do poder público e servirá como diretriz para a prestação de contas dos recursos repassados a título de subvenção.

Parágrafo Terceiro: A entidade Beneficiada deverá observar mensalmente as metas estabelecidas no plano de trabalho, ficando sujeita as consequências previstas no Art. 3º da presente lei em caso de descumprimento.

Art. 3º - Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas das parcelas recebidas, que deverá vir acompanhada de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas, sob pena da não liberação da parcela seguinte.

Art. 4º - Os recursos a serem repassados serão contabilizados na dotação 2013 - 77 - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, do orçamento em vigor.

Art. 5º - A entidade beneficiada firmará com o Município Termo de Colaboração, estabelecendo normas e critérios para a aplicação dos respectivos recursos.

Art.6º - O Termo de Colaboração terá vigência de 1º de Março até 31 de dezembro de 2020

Parágrafo único: O Termo de Colaboração a ser firmado poderá ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 8 de abril de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 143/2020

Publicação Nº 2435164

PORTARIA Nº 143/2020.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora efetiva KELLI VANESSA DA SILVA MALAGOLI, no período de 02/04/2020 a 30/07/2020.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/04/2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Abril de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº01/2020

Publicação Nº 2435435

ATO Nº01/2020

Considerando a Pandemia Mundial do COVID 19 declarada pela Organização Mundial de Saúde, as Portarias n.º 07 e 08/2020, bem como dos Decretos 509 e 515 do Governo do Estado de Santa Catarina, a Presidência da Mesa com base no artigo 13 §1.º do Regimento Interno, determina:

Artigo 1.º - A partir do dia 13 de abril de 2020, retornam as atividades da Câmara de Vereadores de Irineópolis_SC, no primeiro momento com a realização de atividades internas, respeitando as seguintes diretrizes:

§ 1.º - Não serão realizadas Sessões Ordinárias e Extraordinárias de forma presencial, sendo mantida a realização das Sessões de forma virtual, para que seja evitada a Aglomeração;

§2.º O Funcionamento da Câmara será as 13:00 as 17:00 horas, destinado ao atendimento dos Vereadores, cujos pedidos e solicitações deverão ocorrer por meio virtual e telefônico, bem como para o recebimento e Ofícios da Prefeitura e Demais Órgãos, e ainda de correspondências, devendo ser observada estritamente as normas de higiene e de distanciamento previstas pelas autoridades competentes;

§3.º Fica estabelecido o Regime de Escala de Servidores, o qual será encaminhado por meio eletrônico oportunamente;

§4.º Enquanto durar a pandemia, as restrições de mobilidade e existirem normas de distanciamento social, fica dispensado o controle de ponto eletrônico nos dias em que os funcionários não estiverem escalados para as atividades da Câmara, bem como fica determinado que nos dias em que o Servidor não estiver escalado, que o mesmo ficará a disposição para a realização de Tele-trabalho/Home Office.

Artigo 2.º - Revogam-se as disposições em contrário, comunique-se ao Departamento de Pessoal.

Irineópolis-SC, 09 de abril de 2020.

FERNANDO TURRA

Presidente

Itá

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVOS ECGT

Publicação N° 2435540

Aditivo N° : 2AD 109/2019 - Contrato N°: 109/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: ECGT CONSTRUÇOES EIRELI

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 25/03/2020 Término: 19/05/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 9/2019

Objeto : Aditivo de prazo de execução conforme solicitação do departamento de engenharia informando a necessidade de realização de serviços complementares que não estavam previstos na planilha orçamentária, porém de extrema importância para garantir conforto e segurança.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo N° : 3AD 103/2019 - Contrato N°: 103/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: ECGT CONSTRUÇOES EIRELI

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 18/03/2020 Término: 18/05/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 7/2019

Objeto : Aditivo de prazo e execução devido a solicitação do departamento de engenharia, informando que em vistorias realizadas verificou-se que ainda alguns serviços apresentam pendências, necessitando assim de um prazo maior para finalização dos mesmos.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 019 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2435198

DECRETO Nº 019/2020

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema, bem como o art. 13, art. 14, I e II da Lei Municipal nº 3.941, de 16 de dezembro de 2019:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.809.918,32 (dois milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e dezoito reais e trinta e dois centavos), destinado a suplementar as seguintes dotações no Orçamento Municipal vigente:

Órgão/Unidade	Entidade/Órgão	Funcional Programática	Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Elemento de Despesa	Valor da Suplementação
09.04	Secretaria de Educação	12.365.0018.2.055	Manutenção dos Recursos do FUNDEB - INFANTIL	1.0019	4.4.90.00	208.500,00
09.04	Secretaria de Educação	12.361.0018.2.056	Manutenção dos Recursos do FUNDEB - FUNDAMENTAL	1.0019	4.4.90.00	576.072,96
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.122.0024.1.037	Edificação e Implantação de Novos Estabelec. de Saúde	1.0002 3.0038	4.4.90.00 4.4.90.00	16.250,90 1.606.309,46
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.122.0024.2.073	Gestão e Administração do Fundo Municipal de Saúde	1.0002	4.4.90.00	190.000,00
12.05	Fundo Municipal de Saúde	10.304.0023.2.075	Gestão das Ações em Vigilância Sanitária	1.0077	3.3.90.00	212.785,00
TOTAL						2.809.918,32

Art. 2º Os recursos necessários à abertura de crédito de que trata o art. 1º decorrem:

I) do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o artigo 43, II da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 14, I, da Lei Municipal nº 3.941/2019, na importância de R\$ 212.785,00 (duzentos e doze mil, setecentos e oitenta e cinco reais) de Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União (COVID-19);

II) do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o artigo 43, II da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 14, I, da Lei Municipal nº 3.941/2019, na importância de R\$ 16.250,90 (dezesseis mil, duzentos e cinquenta reais e noventa centavos) de Receita de Transferência e Impostos – Saúde;

III) Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 c/c art. 14, II da Lei 3.941, de 16 de dezembro de 2019, na importância de R\$ 1.606.309,46 (um milhão, seiscentos e seis mil trezentos e nove reais e quarenta e seis centavos), de Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União; e

IV) da anulação parcial das dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento municipal vigente, no valor de R\$ 974.572,96 (novecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos):

Órgão/Unidade	Entidade/Órgão	Funcional Programática	Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Elemento de Despesa	Valor da Anulação
09.04	Secretaria de Educação	12.365.0018.2.055	Manutenção dos Recursos do FUNDEB - INFANTIL	1.0018	4.4.90.00	208.500,00
09.04	Secretaria de Educação	12.361.0018.2.056	Manutenção dos Recursos do FUNDEB - FUNDAMENTAL	1.0018	4.4.90.00	576.072,96
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.122.0024.2.073	Gestão e Administração do Fundo Municipal de Saúde	1.0002	4.4.90.00	190.000,00
TOTAL						974.572,96

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 31 de março de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 47/2020

Publicação N° 2435466

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 47/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DESTA MUNICIPALIDADE.

FICA REVOGADO O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE MELHOR ESPECIFICAÇÃO QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

ITAPIRANGA, SC, 09 DE ABRIL DE 2020.
JORGE WELTER
PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

PORTARIA Nº 899, DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435443

PORTARIA Nº 899, DE 09 DE ABRIL DE 2020

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, combinado com as leis nº 2.189/2007 e a Lei Complementar nº 020/2008, bem como suas alterações, RESOLVE

Art. 1º. Atribuir ao servidor ANDERSON JUNCKES, nomeado DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, a função de fiscal do trabalho desempenhado pela Mecânica Paim, desde o orçamento dos veículos e máquinas que porventura forem encaminhados àquele estabelecimento, acompanhamento dos serviços e reparos até a entrega final.

Art. 2º O referido servidor deverá fiscalizar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade, manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado, comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, eventuais irregularidades cometidas pela empresa, solicitar esclarecimentos acerca dos serviços e reparos e principalmente confrontar os preços e quantidades constantes do orçamento com os estabelecidos no mercado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 10 de março de 2020.

Ituporanga, SC, 09 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 900, DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435446

PORTARIA Nº 900, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 087/2017, RESOLVE:

Art. 1º - Diante das denúncias verbais de que está havendo divergências entre os valores das peças e serviços empregados nos veículos e máquinas da Prefeitura, pela Mecânica Paim, em relação ao preço de mercado e também ao que efetivamente é utilizado/empregado, nomeio comissão para apuração dos fatos, composta pelos servidores Anderson Junckes (na condição de presidente, conduzindo os trabalhos), Gilson Broering e Tiago Jesser Marques Vieira do Departamento de Compras.

Art. 2º. Deverão ser coletadas todas as notas fiscais emitidas, bem como todos os empenhos, a fim de auditar se houve irregularidades.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos a partir da data de sua publicação.

Ituporanga, SC, 09 de abril de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretaria de Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

PORTARIA 176/2020

Publicação Nº 2434936

PORTARIA Nº. 176 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Concede Licença Prêmio ao (à) Servidor (a) que especifica e da outras providências.

CLEONICE FONTANA POSSAMAI, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Decreto Municipal nº 033 de 15 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (UM) mês a Servidora CINTHIA BOEIRA MICHELS matrícula nº. 3860 ocupante do cargo de PROFESSORA DE ARTES, a ser gozada no período de 02/03/2020 a 31/03/2020 período aquisitivo 18/02/2015 a 18/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

CLEONICE FONTANA POSSAMAI
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

PORTARIA 177/2020

Publicação Nº 2434937

PORTARIA Nº. 177 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Admite em Caráter temporário a Professora e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece a Lei nº. 135, de 01 de abril de 1997, Lei nº. 143, de 16 de maio de 1997, combinadas a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000 e com a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada de Professora de Ensino Fundamental BARBARA SAVI MONDO portadora do CPF nº 073.778.449-06, nível MAG LP 1A, em substituição a CINTHIA BOERIA MICHELS para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/03/2020 até 31/03/2020, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2018 de 05 de dezembro de 2018, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 178/2020

Publicação Nº 2434938

PORTARIA Nº. 178 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Concede Licença Prêmio ao (à) Servidor (a) que especifica e da outras providências.

CLEONICE FONTANA POSSAMAI, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Decreto Municipal nº 033 de 15 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (UM) mês a Servidora SALETE LUCIANO matrícula nº. 1449 ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a ser gozada no período de 02/03/2020 a 31/03/2020 período aquisitivo 04/02/2014 A 04/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

CLEONICE FONTANA POSSAMAI
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

PORTARIA 179/2020

Publicação Nº 2434939

PORTARIA Nº. 179 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Admite em Caráter temporário a Professora e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece a Lei nº. 135, de 01 de abril de 1997, Lei nº. 143, de 16 de maio de 1997, combinadas a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000 e com a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada de Professora de Ensino Fundamental ROSINÉIA DE SOUZA DA CUNHA portadora do CPF nº039.028.309-64, nível MAG LP 1A, em substituição a SALETE LUCIANO para atuar na CEI PEQUENO CIDADÃO, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 02/03/2020 até 31/03/2020, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2018 de 05 de dezembro de 2018, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 180/2020

Publicação Nº 2434940

PORTARIA Nº. 180 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Concede Licença Prêmio ao (à) Servidor (a) que especifica e da outras providências.

CLEONICE FONTANA POSSAMAI, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Decreto Municipal nº 033 de 15 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (UM) mês a Servidora VILMA ANTONELI FURLANETTO matrícula nº. 3796 ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENSINO, a ser gozada no período de 02/03/2020 a 31/03/2020 período aquisitivo 10/02/2015 a 09/02/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

CLEONICE FONTANA POSSAMAI
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

PORTARIA 181/2020

Publicação Nº 2434941

PORTARIA Nº. 181 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Concede Licença Prêmio ao (à) Servidor (a) que especifica e da outras providências.

CLEONICE FONTANA POSSAMAI, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Decreto Municipal nº 033 de 15 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 03 (TRÊS) meses a Servidora VALDIRENE DE NÊS DOS ANJOS matrícula nº. 1088 ocupante do cargo de APOIO PEGAGOGICO EDUCACIONAL, a ser gozada no período de 02/03/2020 a 30/05/2020 período aquisitivo 01/02/2006 a 31/01/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

CLEONICE FONTANA POSSAMAI
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

PORTARIA 182/2020

Publicação Nº 2434942

PORTARIA Nº. 182 DE 02 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora NATHANA DA SILVA RAMOS do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS E SUPRIMENTOS lotado junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA 183/2020

Publicação Nº 2434943

PORTARIA Nº. 183 DE 02 DE MARÇO DE 2020

Admite em Caráter Temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada a Simone Mateus Réus Vieira a auxiliar de ensino abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada a auxiliar de ensino GESSICA ROVARIS EMERIM, CPF nº. 107.468.819-83, nível MAG AT 1A com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/03/2020 a 16/12/2020, para atuar na EMEB Figueira, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 184/2020

Publicação Nº 2434944

PORTARIA Nº 184 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Concede Licença Prêmio ao (à) Servidor (a) que especifica e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 95, da Lei nº. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Fisioterapeuta LUANA GRACIELI BETTIOL, a serem gozadas no período de 02/03/2020 a 31/03/2020, período aquisitivo 23/02/2015 a 23/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 185/2020

Publicação Nº 2434945

PORTARIA Nº. 185 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Concede Licença Prêmio ao (à) Servidor (a) que especifica e da outras providências.

CLEONICE FONTANA POSSAMAI, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Decreto Municipal nº 033 de 15 de março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 02 (DOIS) meses o Servidor VALMIR POSSAMAI matrícula nº. 186, ocupante do cargo de PROFESSOR, a ser gozada no período de 11/03/2020 a 11/05/2020 período aquisitivo 12/08/2006 A 11/08/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

CLEONICE FONTANA POSSAMAI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

PORTARIA 186/2020

Publicação Nº 2434946

PORTARIA Nº. 186 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre o Enquadramento de Servidor (a) Público (a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 29, da Lei nº 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação, a Servidora Públicas Municipal abaixo relacionada, que foi atingida pelo Art. 29, da Lei nº 470, de 01 de setembro de 2006, a saber:

Matr.	Nome	Cargo	Habilitada	Nova Habilitação
4169	FABRICIA GIASSI FURLANETTO DE VARGAS	PROFESSORA DE ARTES	MAG LP – 1 A	MAG LP - 4 A

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 187/2020

Publicação Nº 2434947

PORTARIA Nº 187 DE 02 DE MARÇO DE 2020

Amplia a carga horária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 39, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ampliada permanentemente, a jornada de trabalho da Professora de Educação Infantil DAIANE VELHO PAULINO, matrícula nº. 4140, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB ALBINO ZANATTA, em vaga excedente em observância ao determinado no art. 39, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A ampliação da jornada de trabalho de que trata o artigo 1º desta Portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias, aplica-se o Regime Geral da Previdência Social – RGPS, sendo que o regime será o Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – SC, 02 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 188/2020

Publicação Nº 2434948

PORTARIA Nº 188 DE 02 DE MARÇO DE 2020

Admite em Caráter Temporário a Professora e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada a professora abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei nº 143/97, em vaga excedente a Professora NATHANA DA SILVA RAMOS, CPF nº. 080.427.759-11, nível MAG LP 1A com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/03/2020 a 30/05/2020 em substituição da licença prêmio de Valdirene De Nêz dos Anjos para atuar como diretora do NAES conforme portaria nº187/2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 189/2020

Publicação Nº 2434949

PORTARIA Nº 189 DE 02 DE MARÇO DE 2020

Designa Servidor para responder Interinamente pelo expediente da Secretaria de Obras e serviços Públicos e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 39, da Lei Nº. 245, de 20.03.2000 e artigo 3º, da Lei Nº. 814, de 23.06.2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora JANAINA POSSAMI BURIN RONZANI matrícula nº. 45134320, para responder Interinamente pelo expediente da Secretaria de Obras e serviços Públicos, pelo período de 02/03/2020 a 20/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 190/2020

Publicação Nº 2434950

PORTARIA Nº. 190 DE 02 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora BÁRBARA GOMES BORGES CARARO do cargo de PROFESSORA lotado junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA 191/2020

Publicação Nº 2434951

PORTARIA Nº. 191 DE 03 DE MARÇO DE 2020

Remove Servidor e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 43 da Lei nº. 245 de 20 de março de 2000 e combinado com o dispositivo da Lei nº. 470 de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Remover a Servidora LEONIA SOARES ALBINO, matrícula nº 5131, cargo de Professora, nível MAG LP – A 01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, da EEF MARIO GOMES COLARES para EMEB ALBINO ZANATTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 03 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 192/2020

Publicação Nº 2434952

PORTARIA Nº. 192 DE 03 DE MARÇO DE 2020.
Concede Licença Maternidade e Dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 88, da Lei Nº. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora DIANDRA PEREIRA ROSSO RONZANI, matrícula nº.4048, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, a ser gozada no período de 03/03/2020 a 30/06/2020, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 03 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA 193/2020

Publicação Nº 2434953

PORTARIA Nº. 193 DE 03 DE MARÇO DE 2020
Exonera servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora VALDINÉIA DE BRITTOS BETELI do cargo de AUXILIAR DE ENSINO lotado junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 03 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA 194/2020

Publicação Nº 2434954

PORTARIA Nº. 194 DE 04 DE MARÇO DE 2020.
Trata da concessão de licença saúde ao servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 82, da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000.

CONCEDE:

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, ao Servidor Público Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
3855	GISELI TEREZINHA DE SOUZA VERONEZ	PROFESSORA DE ESPANHOL

Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 04 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 195/2020

Publicação Nº 2434955

PORTARIA Nº. 195 DE 04 DE MARÇO DE 2020.

Admite em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;
Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
Considerando a necessidade de contratação em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente a professora VALDINEIA DE BRITTOS BETELI, CPF nº.100.679.689-45, nível MAG ST, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 04/03/2020 até o 16/12/2020, para atuar no EMEB Prefeito Mario Colares, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 04 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 196/2020

Publicação Nº 2434956

PORTARIA Nº. 196 DE 04 DE MARÇO DE 2020.

Admite em Caráter Temporário o Professor e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;
Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada o professor abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente o Professor JOSÉ DIEGO HIPÓLITO PEDRO, CPF nº. 081.082.519-82, nível MAG ST 1A no período de 02/03/2020 a 30/05/2020 em substituição da licença saúde de Giseli Tezinhina De Souza Veronez para atuar no EMEB ARIZONA, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 04/03/2020 até o retorno da titular, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Professor acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 04 de Março de 2020.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 197/2020

Publicação Nº 2434958

PORTARIA Nº. 197 DE 04 DE MARÇO DE 2020.
Admite em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;
Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente a professora de Espanhol EDNA REGINA SILVEIRA DE OLIVEIRA, CPF nº. 101.583.519-83, nível MAG ST, no cargo de Professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 04/03/2020 até o retorno da licença saúde da titular Gisele Terezinha de Souza Veronez, para atuar no EMEB Figueira junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 04 de Março de 2020.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 198/2020

Publicação Nº 2434959

PORTARIA Nº. 198 DE 04 DE MARÇO DE 2020.
Dispõe sobre o Enquadramento de Servidor (a) Público (a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 29, da Lei nº 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação, a Servidora Públicas Municipal abaixo relacionada, que foi atingida pelo Art. 29, da Lei nº 470, de 01 de setembro de 2006, a saber:

Matr.	Nome	Cargo	Habilitada	Nova Habilitação
4167	LIANE HAHN FERNANDES	PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MAG LP – 1 A	MAG LP - 4 A

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 04 de Março de 2020.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 199/2020

Publicação Nº 2434960

PORTARIA Nº. 199 DE 09 DE MARÇO DE 2020.

Admite em Caráter Temporário o Professor e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;
Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada o professor abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente o Professora MARLENE BORGES TEIXEIRA, CPF nº.020.659.709-60, nível MAG ST 1A no período de 04/03/2020 a 01/07/2020 em substituição da licença maternidade de DIANDRA PEREIRA ROSSO RONZANI para atuar no EMEB FIGUEIRA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 04/03/2020 até o retorno da titular, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Professor acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 09 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**PORTARIA 200/2020**

Publicação Nº 2434961

PORTARIA Nº. 200 DE 09 DE MARÇO DE 2020

Admite em Caráter Temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;
Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada a Simone Mateus Réus Vieira a auxiliar de ensino abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada a auxiliar de ensino THALIA CAMPOS DA ROLT, CPF nº114.775.019-08, nível MAG AT 1A com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 09/03/2020 a 16/12/2020, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 09 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 201/2020

Publicação Nº 2434962

PORTARIA Nº. 201 DE 09 DE MARÇO DE 2020

Admite em Caráter Temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;
Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada a Simone Mateus Réus Vieira a auxiliar de ensino abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada a auxiliar de serviços gerais CLAUDIA PADILHA DE BORBA, CPF nº, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/03/2020 a 16/12/2020, para atuar na EMEB Arizona, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 09 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 202/2020

Publicação Nº 2434963

PORTARIA Nº. 202 DE 09 DE MARÇO DE 2020

Exonera servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora LETICIA PEREIRA DE FARIAS cargo de CHEFE DE DIVISÃO MEDICO E ODONTOLOGICO lotado junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 09 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA 203/2020

Publicação Nº 2434964

PORTARIA Nº. 203 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Designa Servidor para responder Interinamente pelo expediente da Secretaria do Desenvolvimento Social e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 39, da Lei Nº. 245, de 20.03.2000 e artigo 3º, da Lei Nº. 814, de 23.06.2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora TATIANA WATERKEMPER CANTELI, matrícula nº. 4320, para responder Interinamente pelo expediente da Secretaria do Desenvolvimento Social, pelo período de 11/03/2020 a 31/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 10 de Março de 2020.

JOAO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA 204/2020

Publicação Nº 2434966

PORTARIA Nº. 204 DE 11 DE MARÇO DE 2020
Nomeia Cargo em Comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o artigo 79 e 81, da Lei Nº. 001/93, de 02 de Março de 1993, e atualizada pelas Leis nº(s). 138/97, 139/97, 219/99, 251/00, 252/00, 366/03.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, IVONETE BARBOSA MONTEIRO, portador do CPF nº. 609.567.129-91, no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE, nível DAS-1, junto a Secretaria de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 11 de Março de 2020.

JOAO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA 205/2020

Publicação Nº 2434967

PORTARIA Nº. 205 DE 13 DE MARÇO DE 2020.
Admite em Caráter Temporário o Professor de Educação Física e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;
Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
Considerando a necessidade de contratação em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente o professor IVAN DE BORBA DAL PONT, CPF nº.024.575.830-55, nível MAG ST, no cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 13/03/2020 até o 16/12/2020, para atuar na Secretaria da Educação, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O professor acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 13 de Março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 206/2020

Publicação Nº 2434969

PORTARIA Nº. 206 DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Nomeia membros para compor o Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento do COVID-19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 60, VII, da Lei Orgânica do Município:

- O disposto Na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus responsável pelo surto de 2019;

- Considerando os Decretos 509/2020 e 515/2020 do Governo de Santa Catarina, que dispõe de medidas para prevenção e enfrentamento do Covid – 19;

- Considerando o Art. 3º do Decreto Municipal 027 de 18 de março de 2020, que dispõe sobre a declaração de emergência no Município de Jacinto Machado, e sobre a necessidade de um Comitê de Prevenção de Enfrentamento de COVID-19

RESOLVE:

Art. 1º - Para compor o Comitê de Prevenção e Enfrentamento do COVID-19, no âmbito do Município de Jacinto Machado, indica as pessoas abaixo relacionadas:

- Taise BrighenteVolpato - Médica;
- Juliane Furlanetto Trombrim - Enfermeira;
- Cléia Borges Dal Pont – Tec. Enf. Responsável pela vigilância Epidemiológica.

Art. 2º - Esta Portaria tem vigência por prazo indeterminado.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 19 de março de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2020

Publicação Nº 2435200

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2020
CONTRATO Nº 02/2018 – ADITIVO III - RENOVAÇÃO

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jaraguá do Sul

CONTRATADO: Cliczoom Propaganda e Publicidade Ltda. EPP

OBJETO: Prestação de serviços de publicidade compreendendo: planejamento, criação, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias, e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º da Lei nº 12.232/10, objetivando promover a divulgação da CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL na atividade institucional

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) estimado.

VIGÊNCIA: 05/04/2020 A 04/04/2021

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: ISAIR MOSER e ELIAS ARTUR RAASCH.

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2020.
ISAIR MOSER
Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.918 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435454

DECRETO Nº 5.918 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

ESTABELECE A MODALIDADE DE PREGÃO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), NA FORMA ELETRÔNICA, PARA AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, DISPONDO TAMBÉM SOBRE O USO DA DISPENSA ELETRÔNICA, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 58, V, da Lei Orgânica do Município e, ainda, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e baseado no DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019,

DECRETA:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES –

Objeto e Âmbito de Aplicação –

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos das transferências.

§ 2º Poderá ser admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o § 2º ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

Princípios –

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Definições –

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Aviso do Edital - documento que contém: a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto; b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital; e c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização.

II - Bens e Serviços Comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - Bens e Serviços Especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inc. II;

IV - Estudo Técnico Preliminar - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

V - Lances Intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio proponente;

VI - Obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VII - Serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração;

VIII - Serviço Comum de Engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração, mediante especificações usuais de mercado;

IX - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para cadastramento dos órgãos e das entidades da administração pública, das empresas públicas e dos participantes de procedimentos de licitação, dispensa ou inexigibilidade promovidos pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

X - Sistema de Dispensa Eletrônica - ferramenta informatizada para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia; e

XI - Termo de Referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter: a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações: 1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame; 2. o valor estimado

do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e 3. o cronograma físico-financeiro, se necessário. b) o critério de aceitação do objeto; c) os deveres do contratado e do contratante; d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária; e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços; f) o prazo para execução do contrato; e g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inc. II do caput, poderão ser licitados por pregão, na forma eletrônica.

Vedações

Art. 4º O pregão, na forma eletrônica, não se aplica a:

I - contratações de obras;

II - locações imobiliárias e alienações; e

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inc. III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II – DOS PROCEDIMENTOS –

Forma de Realização –

Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio de sistema de compras eletrônico utilizado pelo município.

§ 1º O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 2º do art. 1º, além do disposto no caput, poderão ser utilizados sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias.

Etapas –

Art. 6º A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

I - planejamento da contratação;

II - publicação do aviso de edital;

III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;

V - julgamento;

VI - habilitação;

VII - recurso;

VIII - adjudicação; e

IX - homologação.

Critérios de Julgamento das Propostas –

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

Documentação –

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VII - edital e respectivos anexos;

VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

XI - proposta de preços do licitante;

XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros: a) os proponentes participantes; b) as propostas apresentadas; c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações; d) os lances ofertados, na ordem de classificação; e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso; f) a aceitabilidade da proposta de preço; g) a habilitação; h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação; i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e j) o resultado da licitação.

XIII - comprovantes das publicações: a) do aviso do edital; b) do extrato do contrato; e c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida.

XIV - atos de adjudicação e homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

CAPÍTULO III – DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO –

Credenciamento –

Art. 9º A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os proponentes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá à autoridade competente solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio.

Proponente –

Art. 10. Na hipótese de pregão realizado na plataforma de compras do Governo Federal, o credenciamento do proponente e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no SICAF.

Art. 11. O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

CAPÍTULO IV – DA CONDUÇÃO DO PROCESSO –

Autoridade Competente –

Art. 12. Caberá à autoridade competente ou à entidade promotora da licitação:

I - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;

II - indicar o provedor do sistema;

III - determinar a abertura do processo licitatório;

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VI - homologar o resultado da licitação; e

VII - celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

CAPÍTULO V – DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO –

Orientações Gerais –

Art. 13. No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;

II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela Unidade Requisitante;

III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Valor Estimado ou Valor Máximo Aceitável –

Art. 14. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º, do art. 7º, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20, do Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ 2º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

Designações do Pregoeiro e da Equipe de Apoio –

Art. 15. Caberá à Secretária de Administração e Recursos Humanos designar servidores públicos para o desempenho das funções deste Decreto, observados os seguintes requisitos:

I - o pregoeiro e os membros da equipe de apoio serão servidores da Comissão Permanente de Licitação, subsecretaria responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional; e

II - os membros da equipe de apoio serão, em sua maioria, servidores ocupantes de cargo efetivo, pertencentes à Comissão Permanente de Licitação, subsecretaria responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.

§ 1º A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica, para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

§ 2º Os órgãos da administração pública municipal direta, autarquias e fundações estabelecerão planos de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório, a serem implementadas com base em gestão por competências.

Do Pregoeiro –

Art. 16. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores da Administração, a fim de subsidiar sua decisão.

Da Equipe de Apoio –

Art. 17. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Do Proponente –

Art. 18. Caberá ao proponente interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se junto ao sistema eletrônico utilizado no certame, ou na hipótese de que trata o § 2º do art. 5º, credenciar-se previamente no SICAF;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Administração por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

CAPÍTULO VI – DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL –

Publicação –

Art. 19. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial Eletrônico do Município e, nos casos previstos no § 2º do art. 1º, também no Diário Oficial da União.

Edital – Art. 20. A íntegra do edital será disponibilizada no endereço eletrônico do Município.

Parágrafo único. Na hipótese do § 2º do art. 1º, o edital também deverá ser disponibilizado no portal do sistema utilizado para realização do pregão.

Modificação do Edital –

Art. 21. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos proponentes.

Esclarecimentos –

Art. 22. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, bem como da Unidade Requisitante.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

Impugnação –

Art. 23. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observada a previsão contida no art. 21.

CAPÍTULO VII – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO –

Prazo –

Art. 24. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação pelos Proponentes –

Art. 25. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os proponentes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os proponentes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação:

I - que constem do Cadastro Geral de Licitantes (CAGEL), conforme disposto no § 3º do art. 32, da Lei nº 8.666/1993, com validade plena nos termos do Decreto Municipal nº 7.654, de 06 de dezembro de 2002, com ramo de atividade compatível com o objeto licitado, quando não utilizado sistema vinculado ao SICAF;

II - que constem do SICAF, quando utilizado o Sistema de Compras do Governo Federal.

§ 3º Será assegurado aos demais proponentes o direito de acesso aos dados constantes de quaisquer dos sistemas utilizados no certame.

§ 4º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 5º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 6º A falsidade da declaração de que trata o § 5º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 7º Os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 8º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo proponente, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 9º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo proponente melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 37.

CAPÍTULO VIII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

– Horário de Abertura –

Art. 26. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os proponentes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os proponentes.

Conformidade das Propostas –

Art. 27. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhada em tempo real por todos os participantes.

Ordenação e Classificação das Propostas –

Art. 28. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

Parágrafo único. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

Início da Fase Competitiva –

Art. 29. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os proponentes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O proponente será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O proponente somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do proponente.

Modos de Disputa –

Art. 30. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - Aberto - os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - Aberto e Fechado - os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Modo de Disputa Aberto –

Art. 31. No modo de disputa aberto, de que trata o inc. I do caput do art. 30, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

Modo de Disputa Aberto e Fechado –

Art. 32. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inc. II do caput do art. 30, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos §§ 2º e 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

Desconexão do Sistema na Etapa de Lances –

Art. 33. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e

permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 34. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Crítérios de Desempate –

Art. 35. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver proponente que atenda à primeira hipótese.

Art. 36. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 35, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empataadas.

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO –

Negociação da Proposta –

Art. 37. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais proponentes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

Julgamento da Proposta –

Art. 38. Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 37, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO –

Documentação Obrigatória –

Art. 39. Para habilitação dos proponentes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal, estadual e municipal; e

VI - ao cumprimento do disposto no inc. XXXIII, do caput do art. 7º, da Constituição e no inc. XVIII, do caput do art. 78, da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos do caput poderá ser substituída, no que couber:

I - pelo Cadastro Geral de Licitantes (CAGEL), conforme disposto no § 3º, do art. 32, da Lei nº 8.666/1993, com validade plena nos termos do Decreto Municipal nº 7.654, de 06 de dezembro de 2002, com ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

II - pelo registro cadastral no SICAF quando utilizado o Sistema de Compras do Governo Federal.

Art. 40. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o proponente vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 41. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante o Município;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inc. I; e

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Procedimentos de Verificação –

Art. 42. A habilitação dos proponentes será verificada por meio do CAGEL ou SICAF, nos documentos por eles abrangidos.

§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CAGEL ou SICAF serão enviados nos termos do disposto no art. 25.

§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 37.

§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora da licitação nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 4º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o proponente não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. § 5º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do proponente vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de proponentes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º, do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

§ 8º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o proponente será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI – DO RECURSO –

Intenção de Recorrer e Prazo para Recurso –

Art. 43. Declarado o vencedor, qualquer proponente poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais proponentes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do proponente quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao proponente declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO –

Autoridade Competente –

Art. 44. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inc. V, do caput do art. 12.

Pregoeiro –

Art. 45. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inc. IX, do caput do art. 16.

CAPÍTULO XIII – DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO –

Erros ou Falhas –

Art. 46. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO XIV – DA CONTRATAÇÃO –

Assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços –

Art. 47. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro proponente poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 48.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

CAPÍTULO XV – DA SANÇÃO –

Impedimento de Licitar e Contratar –

Art. 48. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o proponente que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

Parágrafo único. As sanções serão registradas no Cadastro Geral de Licitantes - CAGEL.

CAPÍTULO XVI – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO –

Revogação e Anulação –

Art. 49. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os proponentes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII – DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA –

Aplicação –

Art. 50. O Município poderá adotar o sistema de dispensa eletrônica nas seguintes hipóteses: I - contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inc. I, do caput do art. 24, da Lei nº 8.666, de 1993;

II - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inc. II, do caput do art. 24, da Lei nº 8.666, de 1993; e III - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inc. III e seguintes, do caput do art. 24, da Lei nº 8.666, de 1993, quando cabível.

§ 1º Será obrigatória a utilização da dispensa eletrônica quando do recebimento de transferências voluntárias oriundas de convênios e contratos de repasses firmados com a União.

§ 2º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o art. 4º.

CAPÍTULO XVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS –

Orientações Gerais –

Art. 51. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 52. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 53. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 54. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 55. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 07 de abril de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

DECRETO Nº 5.920 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435452

DECRETO Nº 5.920 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

ALTERA DECRETO Nº 5.911/2020 QUE TRATA DE PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS DO CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS – CATRIM NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. O Art. 2º do Decreto Nº 5.911/2020 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o pagamento do ISS HOMOLOGADO E FIXO das Competências Março e Abril/2020, cujo vencimento se dará na seguinte forma:

Competência Março /2020: Vencimento 15/06/2020;

Competência Abril /2020: Vencimento 15/07/2020;

Art. 2º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 09 de abril de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO CONTRATO 0047/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2435088

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0047/2020

1º ADITIVO AO CONTRATO 0035/2019

PREGÃO PRESENCIAL 0014/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 0017/2019

PROTOCOLO Nº 0538/2019

Data: 09/04/2020

Objeto: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 0035/2019, CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA E A EMPRESA MÍDIA LED PAINEIS LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, NA FORMA DO PREGÃO Nº 0014/2019.

Contratado: Mídia Led Paineis Ltda.

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.122.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente

José Boiteux**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 003/2020**

Publicação Nº 2434990

Resolução nº 003 de 09 de abril de 2020

“Dispõe sobre a realização de reuniões virtuais de Comissões Permanentes e de Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias virtuais na Câmara Municipal de Vereadores de José Boiteux/SC”.

CONSIDERANDO a pandemia do vírus COVID-19, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde;

CONSIDERANDO que o Decreto nº. 515, em seu art. 3º determina a suspensão, em todo território catarinense, pelo período de 30 (trinta) dias, de eventos e reuniões de qualquer natureza;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medida excepcional, destinada a viabilizar o funcionamento deste Poder Legislativo, enquanto durar a emergência de saúde pública de importância nacional relacionada ao vírus COVID-19,

A MESA DIRETORA, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Regimento Interno, após aprovação do Plenário, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º As reuniões ordinárias de comissões permanentes presenciais e as sessões plenárias ordinárias presenciais ficam suspensas por tempo indeterminado, em virtude de situação excepcional de emergência desencadeada pelo Novo Coronavírus (Covid-19).

Art. 2º As reuniões ordinárias de comissões permanentes e as sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, durante este período, ocorreram de forma virtual, na forma descrita nessa Resolução.

§1º As reuniões virtuais ordinárias de comissões e as sessões plenárias virtuais ordinárias continuarão a ocorrer em dia e horário habitual e conforme disposto Regimento Interno.

§2º As reuniões virtuais extraordinárias de comissões e as sessões plenárias virtuais extraordinárias ocorrerão em dia e em hora definidos pelo Presidente da Câmara.

§3º Somente serão submetidos ao sistema virtual de discussão e de votação as matérias que estiverem instruídas com os pareceres de Comissões Permanentes designadas.

§4º A metodologia de discussão e de votação de matérias em reuniões de comissão e em sessões plenárias virtuais seguirão, no que couber, o que determina o Regimento Interno.

§5º A discussão se dará através do sistema de Fórum de Discussão, por meio do qual os Vereadores poderão encaminhar considerações por escrito e/ou verbal e debater acerca das matérias em pauta durante toda a duração da reunião virtual de comissão ou da sessão plenária virtual.

§6º O voto de cada Vereador será consignado no ambiente virtual definido para este fim, após o encerramento do Fórum de Discussão.

§7º Concluída a reunião virtual de comissão ou a sessão plenária virtual, o sistema emitirá o registro completo, que será homologado pelo Presidente e divulgado no site da Câmara Municipal.

§8º Aplica-se às reuniões virtuais de comissão e às sessões plenárias virtuais a disciplina das sessões extraordinárias e ordinárias, no que couber.

Art. 3º A Mesa Diretora providenciará as medidas técnicas para implantação do Plenário Virtual no Portal Legislativo, junto ao site: www.camarajoseboiteux.sc.gov.br.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 08 de abril de 2020.

Câmara de Vereadores de José Boiteux, 09 de abril de 2020.

Ivan A. Vendrami
Presidente da Câmara Municipal

Geovani Lunelli
Vice Presidente

Lindolfo Brehmer
1º Secretário

Osmair da Silva
2º Secretário

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 03/2020 FMASH COVID-19

Publicação N° 2435496

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: EXTRATO CONTRATO N° 02/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO EIRELI. – CNPJ nº 07.773.491/0001-52 – AV Caldas Junior, nº 550 – Sala 01, Santa Helena, CEP 88.504-430, Lages/SC. Contato: (49) 3222-9921/ (49) 9948-5703, E-mail sac@mercadomilenio.com.br

resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº ,03/2020, correlato à Dispensa de Licitação nº 02/2020, fundamentada no art. 4º, da Lei Federal 13.979/2020, Decreto Estadual Decreto Estadual nº. 515/2020 e Decreto Municipal nº 17.906/2020 e com Parecer Jurídico nº 279/2020, aberta e homologada em 09/04/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa, em caráter emergencial, para o fornecimento de cestas básicas compostas de gêneros alimentícios de primeira necessidade destinadas aos usuários de programas e serviços da Secretaria Municipal de Assistência de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

sua vigência será em até 6 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, até 09/10/2020, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do Art. 4º-H da Lei Federal nº 13.979/2020;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)

Prefeito do Município de Lages

Antonio Ceron

Lages, 09 de abril de 2020.

Lauro Muller**PREFEITURA****LEI Nº 2113/2020**

Publicação Nº 2435370

LEI Nº 2.113 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR CONVÊNIO COM ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR, VISANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO PARA A SUBUNIDADE DA POLÍCIA MILITAR COM SEDE NO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a repassar recursos financeiros provenientes do Convênio firmado com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina para o FUMPOM – Fundo de Melhorias da Polícia Militar, CNPJ nº. 11.925.994/0001-07, com o objetivo de aquisição de armamentos não letais que serão utilizados na manutenção da segurança pública.

2º Os recursos de que trata o art. 1º são provenientes de Recurso Próprio e representarão o montante de até R\$ 1.267,32 (um mil, duzentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Art. 3º A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do Município ocorrerá na forma prevista nos instrumentos normativos aplicáveis.

Art. 4º o convênio terá prazo de vigência de 01 (um) ano.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 09 DE ABRIL DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 01/2020 DA CÂMARA DE VEREADORES MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL

Publicação Nº 2435490

PODER LEGISLATIVO DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 01/2020

O Presidente do Poder Legislativo de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: OLIVEIRA E OLIVEIRA ADVOGADOS

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

(realizado pelo Poder Executivo)

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de treinamento e consultoria na área jurídica

Valor: R\$ 1.827,00

Vigência: a partir de 10 de março até 31/12/2020

Assinatura: 10 de março de 2020

Genicler de Oliveira Luz Tombini

Presidente do Poder Legislativo de Lindóia do Sul

Lontras

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO DE MESA DIRETORA Nº 2, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435261

RESOLUÇÃO DE MESA DIRETORA Nº 2, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Lontra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais:

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a saúde de parlamentares, servidores e da população em geral;

CONSIDERANDO a necessidade de manter, tanto quanto possível, a prestação do serviço da casa legislativa;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 535 de 30 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território estadual; e

CONSIDERANDO que o Decreto nº. 535, em seu art. 1º, altera o disposto no art. 7º, I do Decreto nr. 525, de 23 de março de 2020, determina quarentena em todo o território estadual, pelo prazo de 7 (sete) dias;

RESOLVE:

Art. 1º Adotar as seguintes medidas de prevenção:

I. suspender os eventos e sessões solenes que envolvam aglomeração de pessoas no edifício da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A suspensão abrange eventos de lideranças partidárias, frentes parlamentares, audiências públicas, além de cursos e eventos, entre outros; reunião das comissões permanentes e a sessão ordinária do dia 13 de abril de 2020, com a possibilidade de nova transferência ou suspensão, mediante ato da autoridade competente;

II. suspender a reunião das comissões permanentes e a sessão ordinária do dia 13/04, com a possibilidade de nova transferência ou suspensão, mediante ato da autoridade competente;

III. qualquer pessoa que atue nas dependências da Câmara deverá comunicar, imediatamente, via aplicativo de transmissão instantânea de mensagens (WhatsApp) ao chefe imediato caso presente sintomas similares aos da gripe e se tiverem contato com pessoa potencialmente contaminada pelo corona vírus;

IV. fica vedada a presença de qualquer pessoa no recinto da Câmara, exceto em casos de extrema necessidade, desde que permaneça de portas fechadas.

Art. 2º Os servidores permanecerão em casa em regime de sobreaviso e deverão ficar à disposição da Câmara Municipal durante todo o horário de expediente.

Parágrafo Único Todos os servidores ficam cientes de que deverão retornar ao trabalho assim que determinado pela autoridade competente em ato oficial ou quando sua presença for indispensável ao bom andamento das atividades do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º A Presidência da Câmara poderá vir a adotar outras medidas administrativas necessárias ao cumprimento desta Resolução de Mesa Diretora.

Art. 4º As ações ou omissões que violem o disposto na presente Resolução de Mesa Diretora sujeitam o autor a sanções penais, civis, éticas e administrativas.

Art. 5º- Ficam suspensos os prazos regimentais no período de 07 a 13 de abril de 2020.

Art. 6º Esta Resolução de Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 7 de abril de 2020.

GLAUCO ROLAND KÜHL
PresidenteAMÉLIA TEREZINHA ODORIZZI DE SOUZA
Vice PresidenteANIVALDO CARVALHO JÚNIOR
Primeiro SecretárioVALTER VANDERLEY CORREA DE MELLO
Segundo Secretário

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 052.19

Publicação Nº 2435412

1º TERMO ADITIVO
CONTRATO PML Nº 052/2020

Aos 19 (dezenove) dias do mês de março do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC e a SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, neste ato representado por seu Secretário Sr. JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade RG nº 3.620.6130, denominado CONTRATANTE, e a empresa OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro –RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato representado pelo consultor de negócio, matrícula 33.2860, Sr. JOSE ADELMAR DE AZEVEDO, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista– matrícula 19673, portador da Carteira de Identidade nº 767.310, expedido pelo ITEP-RN em 30/04/1984, inscrito no CPF/MF sob nº 449.013.054-68 e Sr. MAURICIO DA CUNHA CAMPOS, portador do CPF nº 803.001.385-04, e cédula de identidade nº 569193010, expedida pela SSP BA, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e contratado a presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (FIXO – FIXO E FIXO- MÓVEL) NA MODALIDADE DE DDR (DIGITRONCO), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência do presente Contrato PML nº 052/2019, de 12 (doze) meses, nos termos da Clausula Nona do contrato principal.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR

Ainda, possui como objeto a repactuação dos preços do Contrato representado pelo acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA dos últimos 12 (doze) meses no percentual correspondente a 4,07%.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Ação(s): 03.002.04.122.0300.2302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão
Modalidade de Aplicação(s): 3.3.90 - Outras despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte(s): 000 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUARTA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato e nos Termos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de março de 2020.

JULIANO SCHNEIDER
SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO
CONTRATANTE

MAURICIO DA CUNHA CAMPOS
CPF Nº 803.001.385-04
OI S.A.
CONTRATADA

JOSE ADELMAR DE AZEVEDO
CPF Nº 449.013.054-68
OI S.A.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome legível:
CPF:

Nome legível:
CPF

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 053.19

Publicação Nº 2435413

1º TERMO ADITIVO
CONTRATO PML Nº 053/2019

Aos 19 (dezenove) dias do mês de março do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC e a SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, neste ato representado por seu Secretário Sr. JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade RG nº 3.620.6130, denominado CONTRATANTE, e a empresa OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro –RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato representado pelo consultor de negócio, matrícula 33.2860, Sr. JOSE ADELMAR DE AZEVEDO, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista– matrícula 19673, portador da Carteira de Identidade nº 767.310, expedido pelo ITEP-RN em 30/04/1984, inscrito no CPF/MF sob nº 449.013.054-68 e Sr. MAURICIO DA CUNHA CAMPOS, portador do CPF nº 803.001.385-04, e cédula de identidade nº569193010, expedida pela SSP BA, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e contratado a presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP), TIPO CORPORATIVO, PÓS PAGO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência do presente Contrato PML nº 053/2019, de 12 (doze) meses, nos termos da Clausula Nona do contrato principal.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO VALOR

Ainda, possui como objeto a repactuação dos preços do Contrato representado pelo acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA dos últimos 12 (doze) meses no percentual correspondente a 4,07%.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Ação(s): 03.002.04.122.0300.2302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão
Modalidade de Aplicação(s): 3.3.90 - Outras despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte(s): 000 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUARTA
DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato e nos Termos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de março de 2020.

JULIANO SCHNEIDER
SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO
CONTRATANTE

MAURICIO DA CUNHA CAMPOS
CPF Nº 803.001.385-04
OI S.A.

CONTRATADA
JOSE ADELMAR DE AZEVEDO
CPF Nº 449.013.054-68
OI S.A.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome legível:
CPF:

Nome legível:
CPF

PL 005/2020 – DL 003/2020 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATUAÇÃO NO “CENTRO DE TRIAGEM DO COVID-19” - FMS

Publicação N° 2435512

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 005/2020 - FMS
Dispensa de Licitação nº 003/2020 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, por intermédio de sua Gestora, Sra. GABRIELA MAZZARINO, torna público a Dispensa de Licitação referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos para atuação no “Centro de Triagem do Covid-19” em virtude da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

CONTRATADO
H MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

VALOR TOTAL
R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por hora trabalhada

FUNDAMENTO LEGAL
Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada. Lei Federal nº 13.979/2020; Decreto Estadual nº 515/2020 e atualizações e Decreto Municipal nº 2905 de 18 de março de 2020, art. 2º.

Luzerna (SC), 01 de abril de 2020.

Gabriela Mazzarino
Gestora do FMS

PORTARIA 070/20

Publicação N° 2435215

PORTARIA Nº 070/20 de 09 de abril de 2020.

“NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR a servidora DIANA PEREIRA, para exercer o cargo público efetivo de Assistente Administrativa - 40 horas semanais, Nível V, Classe “A”, do GRUPO I - Grupo Ocupacional Operacional (GO), do Anexo I da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019, aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2017 de 13 de setembro de 2017, homologado em 20 de novembro de 2017, a partir de 09 de abril de 2020.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de abril de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

PORTARIA 4368

Publicação N° 2435271

PORTARIA N° 4368/2020

Concede triênio aos servidores que especifica.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 55 da Lei Federal nº 9.784/99,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER triênio ao Servidor Público Municipal efetivo, abaixo relacionado conforme segue, nome, especificação do número de triênios e vigência:

NOME	Nº DE TRIÊNIOS	VIGÊNCIA
Delci Antonio Campagnin	06	15/02/2020
Adelir Antonio da Silva	05	02/02/2020
Cristiane Turmina	06	05/03/2020
José de Jesus Antunes	07	11/02/2020
Nilo Camuzzatto	06	07/02/2020
Carlos A. Pedrozo	06	15/03/2020
Jossemara Z. Camuzzato	05	19/05/2020
Eduardo M. Zilio	02	31/04/2020
Larini Grahl	02	31/04/2020
Simone Lazzarotti	02	31/04/2020
Veronica A. Krulikowski	02	31/04/2020
Adriano Lazzarotti	02	31/04/2020
Marina M. S. Muller	02	31/04/2020
Allyne p. Santos	02	31/04/2020
Taisa Scopel	02	31/04/2020
Bruna Cesca B. A	02	01/05/2020
Fernanda Zilio	02	01/05/2020
Maudines Locatelli	02	31/04/2020
Cristina Lazzarotti	02	31/04/2020
Bruna Dalmina	02	31/04/2020
Jenifer T. Begnini	02	31/04/2020
Evelize Z. de Souza	02	31/04/2020
Nadir Z. Telegen	02	06/05/2020
Franciele M. Colaço	02	31/04/2020
Daiane A. G. Cosseu	02	01/05/2020
Ivan C. Carneiro	02	31/04/2020
Carla Locatelli	02	06/05/2020
Jaderson Canalle	02	07/05/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 08 de abril de 2020

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4369

Publicação N° 2435313

PORTARIA N.º 4369/2020

Conceder férias a servidores que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de acordo com o art. 91 da Lei Complementar nº 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:



Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando nome, lotação, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Nome	Cargo	Período de fruição	Período Aquisitivo
Natani Zamboni	Enfermeira	16/03/20 a 14/04/20	18/11/18 a 17/11/19

Art. 2º Esta Portaria tem efeitos retroativos a 16 de março de 2020.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 08 de abril de 2020.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 415/2020

Publicação Nº 2435029

DECRETO Nº 415, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 169/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período 10 de março a 30 de abril de 2020, ANDRÉIA OPPERMANN VON MUHLEN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 010.214.589-02, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2020.

Maravilha – SC, 9 de abril de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 416/2020

Publicação Nº 2435034

DECRETO Nº 416, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 156/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período 2 de março a 30 de abril de 2020, SIDINÉIA MARQUES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 051.435.729-08, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de março de 2020.

Maravilha – SC, 9 de abril de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 417/2020

Publicação Nº 2435055

DECRETO Nº 417, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 170/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período 11 de março a 30 de abril de 2020, SALETE DE MELO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 056.834.129-51, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2020.

Maravilha – SC, 9 de abril de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 075/2018

Publicação Nº 2434981

DECRETO nº 075/2018

De 15/06/2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, DO MUNICIPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2017 do:

- MUNICIPIO DE MAREMA, RECURSOS PRÓPRIOS, com valor R\$ 60,000,00 (SESSENTA MIL REAIS).

- MUNICIPIO DE MAREMA, RECURSOS VINCULADOS - FNDR, com valor R\$ 149,87 (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL E OITENTA E SETE REAIS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
0402	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
13.392.1301	2.025	MANUTENÇÃO ATIVIDADES CULTURAIS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.000	3.000	REDUZIDO	91	30.000,00

Código	Secretaria/departamento			
0403	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOTES			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
27.812.2701	2.027	MANUTENÇÃO ATIV. ESPORTIVAS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.000	3.000	REDUZIDO	92	30.000,00

Código	Secretaria/departamento			
0401	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOTES			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
12.361.1201	2.011	MANUTENÇÃO ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.000	3370	REDUZIDO	93	149,87

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 15 de junho de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO Nº 079/2018

Publicação Nº 2434997

DECRETO nº 079/2018

De 19/07/2018

Retifica ementas dos decretos 061, 062 e 063/2018 e da outras providencias.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Considerando inconsistências nos Decretos nº061, 062 e 063/2018, de 15/06/2018,

DECRETA

Art. 1º- Ficam retificadas as ementas dos decretos nº 061, 062 e 063/2018, de 15/06/2018;

I- Número 61/2018, de 15/06/2018, vigora com o seguinte teor:

"Exonera a servidora pública municipal Salete Tome Gaspari exercendo o cargo de Diretor CC-02 e da outras providencias."

II- Número 62/2018, de 15/06/2018, vigora com o seguinte teor:

"Exonera a servidora pública municipal Eliamara Balbinot exercendo o cargo de Diretor CC-02 e da outras providencias."

III- Número 63/2018, de 15/06/2018, vigora com seguinte teor:

"Exonera a servidora pública municipal Fabricia Antunes Paz exercendo o cargo de Diretor CC-02 e da outras providencias."

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 19 de Julho de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO N° 084/2018

Publicação N° 2435001

DECRETO N° 084 /2018

De 20/07/2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretada a utilização do Excesso de arrecadação referente CONVENIO DE REPASSE – vigilância epidemiológica, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, no comparativo do valor da arrecadação, conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 16.023,36 (DEZESSEIS MIL E VINTE E TRES REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

Art. 2º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º, deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Fundo Municipal da saúde de Marema:

Reduzido 21 – UNIÃO

Código	Secretaria/departamento		
1301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA		
funcional	Proj./ativ.	Descrição	
10.304.1001	2.072	MANUTENÇÃO DA SAÚDE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90000	13.83	detalhe esp.	000 16.023,36

Art. 03º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 04º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 20 de julho de 2018

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO N° 088/2018

Publicação N° 2435006

Decreto n. 088/2018

De 01/08/2018

Dispõe sobre a convocação ordinária da Conferencia Municipal da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Adilson Barella, Prefeito Municipal, Marema -SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei e CONSIDERANDO a Ata 076 de Reunião do Conselho Municipal Criança e do Adolescente – CMDCA, realizado no dia 23 de julho de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada ordinariamente a IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com o objetivo de mobilizar os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, crianças, adolescentes e a sociedade para a construção de propostas voltadas para a afirmação do princípio da proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas públicas, fortalecendo as estratégias/ações de enfrentamento às violências e considerando a diversidade.

Art. 2º A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á em Marema, SC, no dia 11 de setembro de 2018 no Centro de Múltiplo uso, com início às 13 horas e encerramento às 17 horas e 30 minutos.

Art. 3º A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como tema "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências" e cinco eixos temáticos: Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social; Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e adolescentes.

Eixo III: Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes; Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes; Eixo V: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Criança e Adolescente.

Art. 4º A Comissão Organizadora será coordenada pelo CMDCA terá composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, definida em Resolução do CMDCA, será responsável pela organização da IV Conferência Municipal.

Parágrafo único. Apoiarão a organização da Conferência unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social, Assessoria de Comunicação / Imprensa e Consultoria Jurídica (ou outras).

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 01 de agosto de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO Nº 089/2018

Publicação Nº 2435007

DECRETO Nº 089 /2018

De 02/08/2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2018, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretada a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente REPASSE – FNDE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PRO-CESSO Nº 23034.002256/2018-052016 - MUNICIPIO DE MAREMA, no valor de R\$ 17.080,00 (Dezessete mil e oitenta reais).

Art. 2º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º, deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 98 – UNIÃO

Código	Secretaria/departamento	
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.361.1201	2.011	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Modalidade	Fonte	Dotação
44.90.00.00	1370	17.080,00

Art. 03º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 04º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Agosto de 2018

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

DECRETO Nº 091/2018

Publicação Nº 2435008

DECRETO Nº 091/2018

15/08/2018

"DECRETA ALTERAÇÕES POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA DO EXERCÍCIO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA - no valor de R\$ 77.000,00 (SETENTA E SETE MIL REAIS), na seguinte programação da despesa:

Código	Secretaria/departamento	
1601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
08.244.0801	2.085	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90.00.00	1.351	77.000,00

Art. 2º - Ppara dar cobertura a dotação, citada no artigo 1º fica anulada a dotação orçamentária no valor de R\$ 77.000,00 (SETENTA E SETE MIL REAIS), na seguinte programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
1601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
08.244.0801	2.085	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade	Fonte	Dotação
31.90.00.00	1.351	02 77.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de agosto de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO Nº 092/2018

Publicação Nº 2435011

DECRETO nº092/2018

De 27/08/2018

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MONICA KNOENER FERREIRA DE MOURA EXERCENDO O CARGO DE CHEFE DE SETOR – CC-06 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

CONSIDERANDO decreto de nomeação 018/2018

DECRETA

Art. 1º - A exoneração da Servidora Pública Municipal MONICA KNOENER FERREIRA DE MOURA na função de CHEFE DE SETOR – CC-06, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema, a partir de 31/08/2018.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de agosto de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO Nº 096/2018

Publicação Nº 2435014

DECRETO nº 096/2018

De 17/09/2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, DO MUNICIPIO DE MAREMA, E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2017 do:

- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA, RECURSO ORDINÁRIO - com valor de 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).

-MUNICIPIO DE MAREMA – CONVENIO TRANSITO CIVIL – COM VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
1601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
08.244.0801	2.085	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.000	3.000	REDUZIDO	14	20.000,00

Código	Secretaria/departamento			
0601	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS.			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
06.181.0601	2.040	MANUTENÇÃO CONVENIO SEGURANÇA PÚBLICA		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.000	3110	REDUZIDO	100	5.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Setembro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO Nº 104/2018

Publicação Nº 2435016

DECRETO nº 0104/2018

De 05/10/2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, DO MUNICIPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2017 do:

- MUNICIPIO DE MAREMA, RECURSOS PRÓPRIOS, com valor R\$ 58.500,00 (Cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
04.123.0401	2.006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
Modalidade	Fonte	Dotação		

33.90.000	3.000	REDUZIDO	90	50.000,00
Código	Secretaria/departamento			
0401	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
12.306.1002	2.010	PROG.SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.000	3.000	REDUZIDO	103	9.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 05 de outubro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO N° 106/2018

Publicação N° 2435019

DECRETO N° 0106/2018

De 05/10/2018

"DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA DO EXERCÍCIO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA no valor de R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento			
1.301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.301.1001	2.070	Manutenção Da Saúde- Atenção Básica		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.00.00	1020	17	5.000,00	

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento			
1.301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.301.1001	2.070	Manutenção Da Saúde- Atenção Básica		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.00.00	1020	11	5.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de outubro de 2018

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

DECRETO Nº 116/2018

Publicação Nº 2435020

Decreto n. 116/2018

De 06/11/2018

HOMOLOGA A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Legislação em Vigor e

CONSIDERANDO ata de Reunião realizada em 23/10/2018,

CONSIDERANDO a indicação pelas respectivas representações,

CONSIDERANDO eleição entre os membros indicados da nova representação,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado a escolha dos membros do Conselho Municipal de Saúde, conforme segue:

REPRESENTANTES DO GOVERNO 25%

Entidade	Representante Titular	Representante Suplente
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO	MERQUIONES BRANCALIONE
DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	SALETE TOMÉ GASPARI	MARILITE MARIA RAMPAZZO MAROSTICA
DEPTO. DE ESPORTES	SIDINEI LUNARDI	FRANCIELE GEREMIA
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	CRISTIANO CERATTO	VITORINO PAGANI
DEPTO. ASSISTÊNCIA SOCIAL	MARISTELA PEREIRA DA SILVA THOME	SIMONE LUNARDI BARELLA
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	ELIAMARA BALBINOT	BRUNA PAGANI

REPRESENTANTES PRESTADORES DE SERVIÇOS 25%

Entidade	Representante Titular	Representante Suplente
PROFISSIONAIS DE SAÚDE	EGIDIO CERATTO	SIDIMARA REGINATTO
DEPTO. VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	LIGIANE MARIA SPEROTTO	MARIA PEROTTO
DEPTO. SAÚDE BUCAL	DANIELA CERATTO MAROSTICA	GLEICI ALINE CUNICO
FARMACIAS	ALINE CRISTINA BORDIGNON	JESSICA XAVIER
AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE	LOURDES ROSALEN CERATTO	NELCI CONCARI BISON
LABORATÓRIOS CONVENIADOS	JULCECLEIA ZANCHIN	CLAIRE NESPOLO PERCIO

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS 50%

Entidade	Representante Titular	Representante Suplente
COMUNIDADE BALIZA	ANDREI JONES MORO	CLAUDETE VENAZI CERATTO
COMUNIDADE DE BARRA DO GOLFO	FRANCIELLE BETTU	JUÇARA APARECIDA CAMPOS CERATTO
COMUNIDADE DE VILA ALEGRE	LUIZ BIASI	ADRIANE CRISTINA ZILLI ZARDO
COMUNIDADE DE BARRA DO CHAPECOZINHO	ADRIANE MARTINI SINISKI	CAMILA ANDRESSA BISON
COMUNIDADE DE CARLOS GOMES	DOMINGOS ROSSONI	SALETE MARIA BENINI
COMUNIDADE DE NOVA UNIÃO	CLEONILCE LURDES GASPARINI MARCHETTI	MARILETE ZATT PERUZZO
COMUNIDADE DE TREZE DE MAIO	FRANCISCO PERUZZO	JUNIOR HERMES POLETTO
SEDE DO MUNICÍPIO	SILVANE BERNARDETE SINISKI FESTNER	ELIZIANE PERIN
COMUNIDADE DE DESPRAIADO	VENILDA KIPERT BARBIERO	DEONICE GATTI MONARETTO
MOVIMENTO SINDICAL	NELCI ZILLI	AGOSTINHO MORO
GRUPO DE IDOSOS	ADELE CARBONERA	DELETA NARDI
ASSOCIAÇÃO VIDA ERVA	LEONICE REBELATTO CORTELINI	NAIR LOURDES RAMPAZZO

DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE GESTÃO 2018/2019		
PRESIDENTE	ELIAMARA BALBINOT	
VICE-PRESIDENTE	NELCI ZILLI	
SECRETÁRIO	DANIELA CERATTO MAROSTICA	

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº116/2018 de 06/11/2018.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Marema-SC, 06 de novembro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO Nº076/2018

Publicação Nº 2434992

DECRETO nº 076/2018

De 15/06/2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2018, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretada a utilização do Excesso de arrecadação referente Recursos de Alienação, MUNICIPIO DE MAREMA, no comparativo do valor da arrecadação, conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 277.600,00 (DUZENTOS E SETE MIL E SEISSENTOS REAIS).

Art. 2º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º, deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 62

Código	Secretaria/departamento			
0601	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERV.HURBANOS			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
15.451.1501	1023	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.000	0189	REDUZIDO	62	277.600,00

Art. 03º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 04º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 15 de Junho de 2018

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO Nº077/2018

Publicação Nº 2434994

DECRETO nº 077/2018

De 18/06/2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, DO MUNICIPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2017 do:

- MUNICIPIO DE MAREMA, RECURSOS VINCULADOS AO SÁLARIO EDUCAÇÃO, com valor R\$ 32.531,85 (TRINTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
0401	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
12.361.1201	2011	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90.000	3360	REDUZIDO	94	23.000,00

Código	Secretaria/departamento			
0401	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS.			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
12.361.1201	2011	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.000	3360	REDUZIDO	95	9.531,85

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Junho de 2018.
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT
Servidora Designada

DECRETO Nº078/2018

Publicação Nº 2434996

DECRETO nº 078/2018
De 12/07/2018

REGULAMENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MAREMA/SC OS CAPÍTULOS III, IV E VI DA LEI FEDERAL Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE QUE TRATA O §3º DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 13.460/2017 e a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º- Regulamentação Modelo da Lei 13.460, de 26 de junho de 2017, aprovada pela Rede de Ouvidorias em sua V Reunião Extraordinária, ao dia 24 de novembro de 2017

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta norma regulamenta, no âmbito Municipal, os capítulos III, IV e VI da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

§1º Sujeitam-se ao disposto nesta norma os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, empresas públicas e de economia mista, controladas direta ou indiretamente pela União e as demais entidades prestadoras de serviços públicos.

§2º Os órgãos e as entidades da administração pública assegurarão ao usuário de serviços públicos o direito à participação na administração pública direta e indireta, bem como a existência de mecanismos efetivos e ágeis de proteção e defesa dos direitos de que trata a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

Art. 2º Para os efeitos desta norma, considera-se:

I – ouvidoria: instância de participação e controle social responsável pelo tratamento das manifestações relativas às políticas e aos serviços públicos prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas à avaliação da efetividade e ao aprimoramento da gestão pública;

II – reclamação: demonstração de insatisfação relativa a [REDE: política ou] serviço público;

III – denúncia: comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;

IV – elogio: demonstração, reconhecimento ou satisfação sobre a política ou o serviço público oferecido ou atendimento recebido;

V – sugestão: proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços públicos;

VI – solicitação: requerimento de adoção de providência por parte da Administração;

VII – identificação: qualquer elemento de informação que permita a individualização de pessoa física ou jurídica;

VIII – decisão administrativa final: ato administrativo mediante o qual órgão ou entidade manifesta-se acerca da procedência ou improcedência de matéria, apresentando solução ou comunicando da sua impossibilidade;

IX – serviços públicos: atividades exercidas pela Administração pública direta indireta, e fundacional ou por particular, mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato, ou convênio.

X – política pública: conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam a assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DAS OUVIDORIAS

Art. 3º As ouvidorias poderão se organizar em forma de sistemas ou redes, com a finalidade de:

I – articular as atividades das ouvidorias públicas;

II – garantir o controle social dos usuários sobre a prestação de serviços públicos;

III – garantir o acesso do usuário de serviços públicos aos instrumentos de participação na gestão e defesa dos direitos; e

IV – garantir a efetiva interlocução entre usuário de serviços públicos e os órgãos e entidades da administração pública.

Art.4º Os cargos dos titulares das ouvidorias serão preferencialmente ocupados por servidores públicos efetivos ou empregados públicos, que possuam nível de escolaridade superior e que tenham certificação em ouvidoria ou experiência comprovada de pelo menos 3 (três) anos em atividades relacionadas ao atendimento ao usuário de serviços públicos.

§1º O cargo de Ouvidor deverá estar diretamente vinculado à autoridade máxima dos órgãos e entidades a que se refere o art. 1º desta norma, ou equivalente.

§ 2º A nomeação e a dispensa dos titulares das ouvidorias deverão ser submetidas, à apreciação do órgão central do sistema, quando exista.

Art. 5º Compete às ouvidorias:

I – promover e atuar diretamente na defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, nos termos da Lei 13.460, de 2017;

II – receber, analisar e responder às manifestações a elas encaminhadas por usuários ou reencaminhadas por outras ouvidorias;

III – exclusivamente, receber, analisar e responder, denúncias e comunicações a que se refere o §2º do art. 14 deste Decreto, recebidas por qualquer canal de comunicação com o usuário de serviços público;

IV – processar informações obtidas por meio das manifestações recebidas e das pesquisas de satisfação realizadas com a finalidade de subsidiar a avaliação dos serviços prestados, em especial para o cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento da Carta de Serviços ao Usuário, de que trata o art. 7º da Lei 13.460, de 2017;

V – monitorar e avaliar periodicamente a Carta de Serviços ao Usuário do órgão ou entidade a que esteja vinculada;

VI – exercer a articulação permanente com outras instâncias e mecanismos de participação e controle social;

VII – produzir e analisar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria realizadas, bem como propor e monitorar a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos;

VIII - atuar em conjunto com os demais canais de comunicação com o usuário de serviços públicos, orientando-os acerca do tratamento de reclamações, sugestões e elogios recebidos; e

IX – exercer ações de mediação e conciliação, bem como outras ações para a solução pacífica de conflitos entre usuários de serviços e órgãos e entidades referidos no §1º do art. 1º desta norma, com a finalidade de ampliar a resolutividade das manifestações recebidas e melhorar a efetividade na prestação de serviços públicos.

Art. 6º Compete ao órgão central do sistema, quando exista:

I – formular e expedir atos normativos, diretrizes e orientações relativas ao correto exercício das competências e atribuições definidas nos Capítulos III, IV e da Lei nº 13.460, de 2017;

II – expedir orientações e diretrizes relativas ao correto exercício das competências e atribuições definidas no Capítulo VI e da Lei nº 13.460, de 2017;

III – monitorar a atuação das unidades de ouvidoria no tratamento das manifestações recebidas;

IV – promover políticas de capacitação e treinamento relacionadas às atividades de ouvidoria e defesa do usuário de serviços públicos;

V – manter sistema informatizado de uso obrigatório que permita o recebimento, a análise e a resposta das manifestações enviadas para as unidades de ouvidoria;

V – definir formulários padrão a serem utilizados pelas unidades de ouvidoria para recebimento de manifestações;

VI – definir metodologias padrão para medição do nível de satisfação dos cidadãos usuários de serviços públicos;

VII – manter base de dados com todas as manifestações recebidas pelas unidades de ouvidoria; e

VIII – sistematizar as informações disponibilizadas pelas unidades de ouvidoria, consolidar e divulgar estatísticas, inclusive aquelas indicativas do nível de satisfação com os serviços públicos prestados, propondo e monitorando a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos.

CAPÍTULO III

DO RECEBIMENTO, ANÁLISE E RESPOSTA DE MANIFESTAÇÕES

Seção I

Das regras gerais para tratamento de manifestações

Art. 7º As Ouvidorias deverão receber, analisar e responder às manifestações em linguagem simples, clara, concisa e objetiva.

§1º Em nenhuma hipótese será recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos desta norma sob pena de responsabilidade do agente público.

§2º A solicitação de certificação da identidade do usuário somente poderá ser exigida excepcionalmente, quando necessária ao acesso a informação pessoal própria ou de terceiros.

§3º É vedado às ouvidorias impor ao usuário qualquer exigência relativa à motivação da manifestação.

§4º É vedada a cobrança de qualquer valor aos usuários referentes aos procedimentos de ouvidoria, ressalvados os custos de reprodução de documentos, mídias digitais, postagem e correlatos.

§5º Está isento de ressarcir os custos a que se referem o parágrafo 4º aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 8º As manifestações serão apresentadas, preferencialmente, em meio eletrônico, por meio do sistema informatizado de que trata o inciso IV do art. 9º desta norma.

§1º Os órgãos e entidades poderão manter sistemas próprios de recebimento e tratamento de manifestações, de forma concomitante ao sistema de que trata o caput, desde que condicionados à transferência eletrônica de dados à base de dados mantida pelo Órgão Central do Sistema.

§ 2º As ouvidorias assegurarão que o acesso ao sistema de que trata o caput esteja disponível na página principal de seus Portais na rede mundial de computadores.

§ 3º Sempre que recebida em meio físico, os órgãos e entidades deverão digitalizar a manifestação e promover a sua inserção imediata no sistema a que se refere o caput.

§ 4º As ouvidorias que receberem manifestações que não se encontrem no âmbito de suas atribuições deverão encaminhá-las para a unidade competente.

Art. 9º As ouvidorias deverão elaborar e apresentar resposta conclusiva às manifestações recebidas no prazo de até trinta dias contados do recebimento da manifestação, prorrogável por igual período, mediante justificativa expressa.

§ 1º Os prazos indicados no caput poderão ser reduzidos em virtude de normas regulamentadoras específicas.

§ 2º Recebida a manifestação, as ouvidorias deverão realizar análise prévia e, caso necessário, encaminhá-la às áreas responsáveis para providências.

§ 3º Sempre que as informações apresentadas pelo usuário forem insuficientes para a análise da manifestação, em até 30 dias a contar do recebimento da manifestação as ouvidorias deverão solicitar ao usuário pedido de complementação de informações, que deverá ser respondido em até 20 dias, sob pena de arquivamento, sem produção de resposta conclusiva.

§ 4º O pedido de complementação de informações interrompe uma única vez o prazo previsto no caput deste artigo, que passará a contar novamente a partir da resposta do usuário, sem prejuízo de complementações supervenientes.

§ 5º As ouvidorias poderão solicitar informações às áreas responsáveis pela tomada de providências, as quais deverão responder dentro do prazo de até vinte dias, contados do recebimento no setor, prorrogáveis por igual período mediante justificativa expressa, sem prejuízo de norma que estabeleça prazo inferior.

Art. 10 As Ouvidorias assegurarão ao usuário a proteção de sua identidade e demais atributos de identificação, nos termos do art. 31 da Lei 12.527, de 2011.

Parágrafo único. A preservação da identidade do manifestante dar-se-á com a proteção do nome, endereço e demais dados de qualificação dos manifestantes que serão documentados separadamente, aos quais serão dispensados o tratamento previsto no caput.

Seção II

Do elogio, da reclamação e da sugestão

Art. 11. O elogio recebido será encaminhado ao agente público que prestou o atendimento ou ao responsável pela prestação do serviço público, bem como às chefias imediatas destes.

Parágrafo único. A resposta conclusiva do elogio conterá informação sobre o encaminhamento e cientificação ao agente público ou ao responsável pelo serviço público prestado e às suas chefias imediatas.

Art. 12. A reclamação recebida será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público.

Parágrafo único. A resposta conclusiva da reclamação conterá informação sobre a decisão administrativa final acerca do caso apontado.

Art. 13. A sugestão recebida será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público que deverá se manifestar acerca da adoção ou não da medida sugerida.

Parágrafo único. Caso a medida sugerida seja adotada, a decisão administrativa final informará acerca da forma e dos prazos de sua implantação, bem como dos mecanismos pelos quais o usuário poderá acompanhar a execução da adoção da medida.

Art. 14. As ouvidorias poderão receber e coletar informações junto aos usuários de serviços públicos com a finalidade de avaliar a prestação de tais serviços, bem como auxiliar na detecção e correção de irregularidades na gestão.

§1º As informações de que trata este artigo não se constituem em manifestações passíveis de acompanhamento pelos usuários de serviços públicos.

§2º As informações que constituam comunicações de irregularidade, sempre que contenham indícios suficientes de relevância, autoria e materialidade, poderão ser apuradas mediante procedimento preliminar de investigação.

Seção III

Das denúncias

Art. 15. A denúncia recebida será tratada caso contenha elementos mínimos descritivos da irregularidade ou indícios que permitam à administração pública chegar a tais elementos.

§1º No caso da denúncia, entende-se por conclusiva a resposta que contenha informação sobre o seu encaminhamento aos órgãos apuratórios competentes, sobre os procedimentos a serem adotados e respectivo número que identifique a denúncia junto ao órgão apuratório, ou sobre o seu arquivamento.

§2º Os órgãos apuratórios administrativos internos encaminharão às ouvidorias o resultado final do procedimento de apuração da denúncia, a fim de dar conhecimento ao manifestante acerca dos desdobramentos de sua manifestação.

§3º As unidades setoriais deverão informar ao órgão central do sistema, quando existente, a ocorrência de denúncia por ato praticado por agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, bem como cargo de empresa pública ou sociedade de economia mista que detenham natureza estratégica.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Junho de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO Nº083/2018

Publicação Nº 2435000

DECRETO nº 083/2018

De 20/07/2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA, E MUNICIPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2017 do:

- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA , RECURSOS PRÓPRIOS, com valor R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS).

- MUNICIPIO DE MAREMA , RECURSOS PRÓPRIOS, com valor R\$ 325.000,00 (TREZENTOS E VINTE E CINCO MIL REAIS).

- MUNICIPIO DE MAREMA , RECURSOS PRÓPRIOS, com valor R\$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento		
1301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
10.304.1001	2.072	MANUTENÇÃO DA SAÚDE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90.000	3.383	REDUZIDO	50.000,00

Código	Secretaria/departamento		
0201	GABINETE DO PREFEITO E DO VICE PREFEITO		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
04.122.0201	2.001	MANUT. DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO E VICE	
Modalidade	Fonte	Dotação	
31.90.000	3.000	REDUZIDO	325.000,00

Código	Secretaria/departamento		
0301	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
04.123.0401	2.006	MANUT. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
Modalidade	Fonte	Dotação	
33.50.000	3.000	REDUZIDO	2.500,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 20 de julho de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO Nº085/2018

Publicação Nº 2435003

DECRETO Nº 85/2018

De 20/07/2018

“DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MAREMA DO EXERCÍCIO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 16.000,00 (DEZESEIS MIL REAIS), nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 34

Código	Secretaria/departamento		
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
12.361.1201	2011	MANUTENÇÃO DAS ATIV.DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90.00.00	13.60		16.000,00

Art. 2º - A suplementação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 33

Código	Secretaria/departamento		
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
12.361.1201	2.011	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUN DAMENTAL	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90.00.00	10.10		10.000,00

Art. 3º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 28

Código	Secretaria/departamento		
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
12.361.1201	2.011	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Modalidade	Fonte	Dotação	
33.90.00.00	13.60		16.000,00

Art. 4º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 2º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 25

Código	Secretaria/departamento		
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
12.361.1201	2.011	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Modalidade	Fonte	Dotação	
31.90.00.00	10.10		10.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de Julho de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

DECRETO Nº093/2020

Publicação Nº 2435012

DECRETO nº 093/2018

De 30/08/2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, DO MUNICÍPIO DE MAREMA, E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2017 do:

- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA, VINCULADO – TRANSFERENCIA SUAS UNIÃO - GBF, com valor R\$ 12.643,79 (DOZE MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento		
1601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
funcional	Proj./ativ.	Descrição	
08.244.0801	2.087	APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90.000	3.352	REDUZIDO	19 12.643,79

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 30 de agosto de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO Nº094/2020

Publicação Nº 2435013

DECRETO Nº 94/2018

De 30/08/2018

"DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DE MAREMA DO EXERCÍCIO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017, e Lei nº 1.159 de 30 de agosto de 2018.

DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias nas modalidades, com valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento			
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Funcional	Proj./ativ.	Descrição		
12.361.1201	2.011	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Modalidade	Fonte	Dotação		
3.3.90.00.00	1.010	Suplementação	Reduzido 27	210.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anulados valores de dotações dentro do orçamento vigente nas dotações a seguir descritas, conforme segue:

Código	Secretaria/departamento			
04.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Funcional	Proj./ativ.	Descrição		
12.361.1201	1.006	AMPL. E REFORMA DA REDE FÍSICA FUNDAMENTAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
4.4.90.00.00	1.010	Anulação de dotação	Reduzido 14	50.000,00
Funcional	Proj./ativ.	Descrição		
12.361.1201	1.007	AQUIS. DE VEÍCULOS, MOVEIS E EQUIPAMENTOS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
4.4.90.00.00	1.010	Anulação de dotação	Reduzido 17	60.000,00
Funcional	Proj./ativ.	Descrição		
12.361.1201	1.008	AMPL. E REFORMA DA REDE FÍSICA INFANTIL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
4.4.90.00.00	1.010	Anulação de dotação	Reduzido 20	100.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Marema/SC, em 30 de agosto de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Chanquerli Fernando Cherobim

Secretário de Administração

DECRETO Nº105/2018

Publicação Nº 2435017

DECRETO n. 105/2018

de 05/10/2018

CEDE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ANA PAULA SEGANGREDO PARA A CIDASC, ATENDENDO DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL n. 561/2002 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal c/c a Lei Municipal n. 561/2002 de 12 de abril de 2002

DECRETA

Art. 1º - Fica a disposição da CIDASC – Companhia Integrada de desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, com ônus para o Município de Marema, a Servidora Pública Municipal ANA PAULA SEGANFREDO (matricula 40) – Agente administrativo (efetiva), para desempenhar suas atividades no Programa de Defesa Sanitária Animal do Município, Fiscalização e o Controle de Trânsito e Inspeção Sanitária Animal, exclusivamente no âmbito do Município de Marema.

Art. 2º - A cedência ora efetuada é feita por prazo indeterminado.

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto 037/2013.

Gabinete do Prefeito em 05 de outubro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO Nº87/2018

Publicação Nº 2435004

DECRETO nº 087/2018

01/08/2018

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, DO MUNICÍPIO DE MAREMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal, de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal e Lei Municipal 1.135/2017 de 07 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2017 Do Município de Marema – Recursos Ordinários, com valor R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS) Fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema.

Código	Secretaria/departamento			
0501	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
20.606.2001	2030	MANUT. DO FUNDO DE DESENV. RURAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90.0000	3000	REDUZIDO	97	100.000,00

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Agosto de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DECRETO Nº 071/2020

Publicação Nº 2435054

DECRETO Nº 071/2020

De 07/04/2020

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO POR 5 (CINCO) DIAS O PRAZO DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO ESSENCIAIS PREVISTO NO ART. 3º DO DECRETO MUNICIPAL 044, DE 18 DE MARÇO DE 2020 E SUAS PRORROGAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente a Lei orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, que prorrogou em 5 (cinco) dias o prazo previsto no Decreto Estadual nº. 515, de 17 de março de 2020, que instituiu regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas os serviços públicos não essenciais em todo o território catarinense, visando a prevenção e enfrentamento à pandemia de Coronavírus (COVID-19);

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado por 5 (cinco) dias o prazo previsto no Art. 3º do Decreto Municipal nº 044, de 18 de março de 2020, nº 047, de 23/03/2020 e 053, de 31/03/2020, que tratam da suspensão das atividades e serviços públicos não essenciais que não puderem ser realizados por meio digital ou regime de trabalho remoto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a contar de 08/04/2020 e vigorará enquanto durar a situação de emergência, nos termos da Lei nº 13.979, de 06/02/2020.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, em 07 de abril de 2020

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4158 DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435060

DECRETO Nº 4158 DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Autoriza o Município de Massaranduba a adotar medidas administrativas para cumprimento Inciso I do § 1º do artigo 48 da LRF, necessário ao cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, em especial o disposto no inciso XVIII do art. 50, e com fundamento no art. 3º do Decreto Estadual nº 515 de 17 de março de 2020 e,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto do Estado nº 515, de 17 de março de 2020, e Decreto Municipal nº 4137, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que desde o dia 17 de março de 2020 está suspenso, em todo território catarinense, pelo período de 30 (trinta) dias, eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina a realização de audiência pública durante a elaboração das leis orçamentárias, com intuito de trazer a sociedade a participação;

CONSIDERANDO que não há regulamentação específica sobre a forma como devam ser realizadas as audiências públicas de competência da Administração Municipal;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes Orçamentárias relativa ao exercício de 2021 deve ser enviada a Câmara de Vereadores até o dia 15.04.2020;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao editar recomendação ao Município, sugeriu que seja realizada através de plataforma que viabilizam a realização de audiência pública sem a exposição de seus participantes aos riscos decorrentes da Pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de definição de regras de participação do público nessa nova formatação de audiência, garantindo assim a possibilidade de eventuais questionamentos, bem como a participação do público em forma ordenada.

DECRETA:

Art. 1º Excepcionalmente, e pelos motivos acima expostos, a Audiência Pública relativa a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício de 2021 ocorrerá de forma virtual, cuja apresentação ficará sob responsabilidade do Secretário de Administração e Finanças, Cirio Martini conforme abaixo especificado:

Endereço para acesso através da Sala Virtual: <https://zoom.us/j/169496078>

Data: 13.04.2020

Horário: 14h00 às 14h40min (20 min de apresentação e 20 min para perguntas através do chat).

Art. 2º A fim de oportunizar a participação da população, será disponibilizado no período compreendido entre 13 a 14.04.2020, o e-mail seafi@massaranduba.sc.gov.br, no qual poderão ser enviadas críticas ou sugestões acerca da proposta apresentada, além do chat para perguntas durante a apresentação da Audiência, entendendo assim, que a participação da população vai auxiliar a Prefeitura a identificar quais as áreas prioritárias, e possibilitar a melhoria constante dos investimentos, proporcionando maior efetividade a gestão pública.

Parágrafo único. Qualquer pessoa poderá enviar as sugestões e críticas, que serão recepcionadas e analisadas pelo setor competente, não havendo caráter deliberativo, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Transparência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 08 de Abril de 2020.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº 4159 DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435270

DECRETO Nº 4159 DE 08 DE ABRIL DE 2020

Prorroga o prazo de pagamento do dos aluguéis da concessão, cessão ou permissão de uso de espaço público dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, em especial o disposto no inciso XVIII do art. 50, e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e;

CONSIDERANDO a edição, pelo governo do Estado, do Decreto n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Território Catarinense, nos termos do COBRADE n. 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece providências;

CONSIDERANDO a edição, pelo Município de Massaranduba, do Decreto nº 4.147, de 20 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Massaranduba e ratifica as medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO os potenciais efeitos danosos à economia local em virtude da suspensão das atividades econômicas em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde;

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido à prorrogação do prazo do vencimento, pagamento do dos aluguéis da concessão, cessão ou permissão de uso de espaço público conforme data eventos abaixo:

JULHO 2020	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
13/07/2020	Vencimento competência 03/2020 (Março 2020)
AGOSTO 2020	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
10/08/2020	Vencimento competência 04/2020 (Abril 2020)
SETEMBRO 2020	
DATA – (PRAZO)	EVENTO – (PROVIDÊNCIA)
14/09/2020	Vencimento competência 05/2020 (Maio 2020)

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 08 de abril de 2020.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

FABIANO SPEZIA
Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

ERRATA - DECRETO Nº 4156 DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435102

DECRETO Nº 4156 DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Altera o Decreto nº 4153, de 2020, para estabelecer novas medidas de enfrentamento da epidemia do Coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, em especial o disposto no inciso XVIII do art. 50, e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020,

DECRETA:

Art. 1º O caput e incisos II e III do Art. 3º do Decreto Municipal nº 4153, de 31 de março de 2020, passam a vigorar com a seguinte

redação:

“Art. 3º Em observância ao disposto no Decreto nº 550, de 07 de abril de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, ficam suspensos:

I -

II - pelo prazo de 05 (cinco) dias, contados de 8 de Abril de 2020, a circulação do serviço público de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;

III - pelo prazo de 05 (cinco) dias, contados de 8 de Abril de 2020, as atividades e os serviços privados não essenciais, nos termos do art. 7º do Decreto Estadual nº 525/2020;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 1º e no art. 8º da Lei nº 13.979, de 2020.

Massaranduba, 08 de Abril de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

FABIANO SPEZIA

Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

JUSTIFICATIVA DA REVOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 49.2020 CONC 49.2020 (PMM)

Publicação Nº 2435345

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 49/2020

Modalidade Concorrência Pública

JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Justificativa de Revogação pertinente ao PROCESSO LICITATÓRIO n.º 49/2020 – Concorrência pública, cujo objeto é a permissão remunerada do direito de uso de espaço público, à pessoa jurídica ou física, a título precário, através da venda de boxes em áreas internas, visando a exclusividade no fornecimento de alimentos no parque de exposições e eventos do Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, durante o período que corresponde à 17ª edição da Fecarroz - Festa Catarinense do Arroz, de 28 de abril a 03 de maio de 2020.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitações Sr. Cirio Martini, neste ato vem apresentar suas considerações para a revogação do Processo Licitatório em epígrafe, pelos motivos abaixo expostos:

DO OBJETO

Trata-se de revogação do procedimento licitatório na modalidade concorrência pública, que teve como objeto a permissão remunerada do direito de uso de espaço público, à pessoa jurídica ou física, a título precário, através da venda de boxes em áreas internas, visando a exclusividade no fornecimento de alimentos no parque de exposições e eventos do Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, durante o período que corresponde à 17ª edição da Fecarroz - Festa Catarinense do Arroz, de 28 de abril a 03 de maio de 2020.

DA SÍNTESE DOS FATOS

Preliminarmente, cabe destacar que o Processo Licitatório em questão teve todos seus atos devidamente publicados, ocorreu em perfeita sintonia com os ditames legais.

A Sessão de Abertura estava prevista para o dia 15 de abril de 2020, porém, em 17 de março de 2020 o Município editou o Decreto 4137/2020, suspendendo a edição da Fecarroz de 2020, em razão da pandemia do COVID-19, ocasião em que também decretou outras medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública causada pelo COVID-19.

Na sequência, o Decreto Estadual 515, de 17 de março de 2020 instituiu quarentena para diversas atividades, e, como consequência, houve edição do Decreto Municipal 4147 de 18 de março de 2020, decretando emergência e novas medidas para o enfrentamento da pandemia.

Assim, tendo em vista as medidas de enfrentamento, e os recentes desdobramentos da pandemia, dentre elas a não previsão de retorno de festejos com aglomeração de público, não faz sentido manter a abertura do presente processo licitatório. E, em razão da proporção que a pandemia está tomando, não há razões para manter o referido edital em vigência, pois não há sequer previsão para nova possível data da realização da festividade.

DAS RAZÕES DA REVOGAÇÃO

Quanto às razões que ensejaram a presente Revogação, é plenamente justificável em razão de fatos notórios de acontecimentos a nível mundial no que tange ao COVID-19.

Dessa forma, oportuno se faz constar a necessidade da revogação do presente processo licitatório, pois a realização do festejo se mostra impraticável, e imprevisível.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade de revogar o presente processo licitatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Cabe ressaltar que a Revogação de uma licitação não decorre da existência de vício ou defeito no processo, mas sim diante da conveniência e da oportunidade administrativa e por motivo de relevante interesse público.

Neste contexto, destacam-se as palavras do professor:

Na revogação, o desfazimento do ato administrativo não decorre de vício ou defeito. Aliás, muito pelo contrário. Somente se alude à revogação se o ato for válido e perfeito: se defeituoso, a Administração deverá efetivar sua anulação. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse sob tutela do Estado... Após praticado o ato, a Administração verifica que o interesse coletivo ou supra-individual poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior. A isso denomina-se revogação. (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 12ª edição, São Paulo, 2008, pág. 614/616).

O ato de revogação de um processo de licitação deve fundamentar-se no que dispõe o art. 49 da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores que prevê o que segue:

Art. 49 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Desta forma, resta a Administração Pública utilizar o instituto da revogação, a fim de rever os seus atos e consequentemente revogá-los, para garantir os fins a que se destina o processo licitatório e os interesses supervenientes e de maior interesse, que, no caso é a saúde pública. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, sumulou o entendimento a respeito, senão vejamos o enunciado da súmula nº 473:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

DAS RECOMENDAÇÕES

Ante ao exposto, e destacando que foram obedecidos todos os pressupostos para a Revogação do presente processo licitatório e para salvaguardar os interesses da Administração, recomenda-se a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito supramencionados, consubstanciando-se nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

Desse modo, diante de toda contextualização fática e documental com base naquilo que foi verificado, para salvaguardar os interesses da Administração, submeto a presente justificativa para análise da autoridade superior para apreciação.

Massaranduba, 09 de abril de 2020.

CIRIO MARTINI

Presidente da Comissão de Licitações

JUSTIFICATIVA DA REVOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 50.2020 CONC 50.2020 (PMM)

Publicação Nº 2435357

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 50/2020

Modalidade Concorrência Pública

JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Justificativa de Revogação pertinente ao PROCESSO LICITATÓRIO n.º 50/2020 – Concorrência pública, cujo objeto é a permissão remunerada de uso de espaço público, à pessoa jurídica, a título precário, visando a exclusividade na realização de voos panorâmicos em helicóptero, durante o período que corresponde à 17ª edição da Fecarroz - Festa Catarinense do Arroz, de 28 de abril a 03 de maio de 2020.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitações Sr. Cirio Martini, neste ato vem apresentar suas considerações para a revogação do Processo Licitatório em epígrafe, pelos motivos abaixo expostos:

DO OBJETO

Trata-se de revogação do procedimento licitatório na modalidade concorrência pública, que teve como objeto a permissão remunerada do direito de uso de espaço público, à pessoa jurídica a título precário, visando a exclusividade na realização de voos panorâmicos em helicóptero, durante o período que corresponde à 17ª edição da Fecarroz - Festa Catarinense do Arroz, de 28 de abril a 03 de maio de 2020.

DA SÍNTESE DOS FATOS

Preliminarmente, cabe destacar que o Processo Licitatório em questão teve todos seus atos devidamente publicados, ocorreu em perfeita sintonia com os ditames legais.

A Sessão de Abertura estava prevista para o dia 15 de abril de 2020, porém, em 17 de março de 2020 o Município editou o Decreto 4137/2020, suspendendo a edição da Fecarroz de 2020, em razão da pandemia do COVID-19, ocasião em que também decretou outras medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública causada pelo COVID-19.

Na sequência, o Decreto Estadual 515, de 17 de março de 2020 instituiu quarentena para diversas atividades, e, como consequência, houve edição do Decreto Municipal 4147 de 18 de março de 2020, decretando emergência e novas medidas para o enfrentamento da pandemia.

Assim, tendo em vista as medidas de enfrentamento, e os recentes desdobramentos da pandemia, dentre elas a não previsão de retorno de festejos com aglomeração de público, não faz sentido manter a abertura do presente processo licitatório. E, em razão da proporção que a pandemia está tomando, não há razões para manter o referido edital em vigência, pois não há sequer previsão para nova possível data da realização da festividade.

DAS RAZÕES DA REVOGAÇÃO

Quanto às razões que ensejaram a presente Revogação, é plenamente justificável em razão de fatos notórios de acontecimentos a nível mundial no que tange ao COVID-19.

Dessa forma, oportuno se faz constar a necessidade da revogação do presente processo licitatório, pois a realização do festejo se mostra impraticável, e imprevisível.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade de revogar o presente processo licitatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Cabe ressaltar que a Revogação de uma licitação não decorre da existência de vício ou defeito no processo, mas sim diante da conveniência e da oportunidade administrativa e por motivo de relevante interesse público.

Neste contexto, destacam-se as palavras do professor:

Na revogação, o desfazimento do ato administrativo não decorre de vício ou defeito. Aliás, muito pelo contrário. Somente se alude à revogação se o ato for válido e perfeito: se defeituoso, a Administração deverá efetivar sua anulação. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse sob tutela do Estado... Após praticado o ato, a Administração verifica que o interesse coletivo ou supra-individual poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior. A isso denomina-se revogação. (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 12ª edição, São Paulo, 2008, pág. 614/616).

O ato de revogação de um processo de licitação deve fundamentar-se no que dispõe o art. 49 da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores que prevê o que segue:

Art. 49 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Desta forma, resta a Administração Pública utilizar o instituto da revogação, a fim de rever os seus atos e consequentemente revogá-los, para garantir os fins a que se destina o processo licitatório e os interesses supervenientes e de maior interesse, que, no caso é a saúde pública. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, sumulou o entendimento a respeito, senão vejamos o enunciado da súmula nº 473:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

DAS RECOMENDAÇÕES

Ante ao exposto, e destacando que foram obedecidos todos os pressupostos para a Revogação do presente processo licitatório e para salvaguardar os interesses da Administração, recomenda-se a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito supramencionados, consubstanciando-se nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

Desse modo, diante de toda contextualização fática e documental com base naquilo que foi verificado, para salvaguardar os interesses da Administração, submeto a presente justificativa para análise da autoridade superior para apreciação.

Massaranduba, 09 de abril de 2020.

CIRIO MARTINI

Presidente da Comissão de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO 15.2020 PP 15.2020 - MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS

Publicação Nº 2435268

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe o Decreto Municipal 3.749/18, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 27/04/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 27/04/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

REABERTURA: PROCESSO LICITATÓRIO 01.2020 PP 01.2020 (FASS) - REGISTRO DE PREÇOS: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA GRUPOS DO SCFV E PAIF

Publicação Nº 2435541

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 - FASS

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), Sr. Armino Sesar Tassi, por meio do Pregoeiro Sr. Círio Martini, em conformidade com as Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, torna público o fim da suspensão do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 - FASS, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADO AOS GRUPOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF), que fora suspenso no dia 19 de março de 2020 (publicação nº 2408670, edição 3085, DOM/SC) em razão da pandemia do COVID-19.

E, considerando o retorno parcial das atividades, torna-se REABERTO o referido certame.

O credenciamento será feito a partir das 09h00min às 09h30min do dia 24 de abril de 2020 e a abertura da sessão será às 09h40min do mesmo dia.

Os envelopes de "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município, na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, nos termos do edital.

O edital completo está disponível para consulta e retirada no site <https://massaranduba.atende.net/>

Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico através dos endereços: licitacao@massaranduba.sc.gov.br; licita@massaranduba.sc.gov.br; camila@massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 09 de abril de 2020.

Círio Martini
Pregoeiro

Ratificado por

Armino Sesar Tassi
Prefeito Municipal de Massaranduba

REABERTURA: PROCESSO LICITATÓRIO 04.2020 PP 04.2020 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS PARA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Publicação Nº 2435505

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020 - FMS

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), Sr. Armino Sesar Tassi, por meio do Pregoeiro Sr. Círio Martini, em conformidade com as Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, torna público o fim da suspensão do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020 - FMS, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AOS CONSULTÓRIOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, que fora suspenso no dia 19 de março de 2020 (publicação nº 2408670, edição 3085, DOM/SC) em razão da pandemia do COVID-19.

E, considerando o retorno parcial das atividades, torna-se REABERTO o referido certame.

O credenciamento será feito a partir das 07h30min às 08h00min do dia 23 de abril de 2020 e a abertura da sessão será às 08h10min do mesmo dia.

Os envelopes de "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município, na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, nos termos do edital.

O edital completo está disponível para consulta e retirada no site <https://massaranduba.atende.net/>

Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico através dos endereços: licitacao@massaranduba.sc.gov.br; licita@massaranduba.sc.gov.br; camila@massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 09 de abril de 2020.

Círio Martini
Pregoeiro

Ratificado por

Armino Sesar Tassi
Prefeito Municipal de Massaranduba

REABERTURA: PROCESSO LICITATÓRIO 05.2020 PP 05.2020 (FMS) - REGISTRO DE PREÇOS: MEDICAMENTOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2435520

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020 - FMS

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), Sr. Armindo Sesar Tassi, por meio do Pregoeiro Sr. Círio Martini, em conformidade com as Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, torna público o fim da suspensão do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020 - FMS, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AOS PACIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, que fora suspenso no dia 19 de março de 2020 (publicação nº 2408670, edição 3085, DOM/SC) em razão da pandemia do COVID-19.

E, considerando o retorno parcial das atividades, torna-se REABERTO o referido certame.

O credenciamento será feito a partir das 14h45min às 15h15min do dia 24 de abril de 2020 e a abertura da sessão será às 15h20min do mesmo dia.

Os envelopes de "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município, na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, nos termos do edital.

O edital completo está disponível para consulta e retirada no site <https://massaranduba.atende.net/>

Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico através dos endereços: licitacao@massaranduba.sc.gov.br; licita@massaranduba.sc.gov.br; camila@massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 09 de abril de 2020.
Círio Martini
Pregoeiro

Ratificado por

Armindo Sesar Tassi
Prefeito Municipal de Massaranduba

REVOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 49.2020 CONC 49.2020 (PMM)

Publicação Nº 2435342

Gabinete do Prefeito
Assunto: Revogação da concorrência pública – Edital 49/2020

REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Acolho as recomendações do Presidente da Comissão de Licitações, ratifico as razões e recomendações apresentadas buscando a revogação e declaro REVOGADO o Processo Licitatório n.º 49/2020 por razões de interesse público devido a pandemia do COVID-19, pautado nos motivos retro citados, com fulcro do artigo 49, caput, lei nº 8.666/93 e Súmula 473 do STF.

Comunique-se o Setor de Licitações e Contratos para tomar as providências cabíveis.

Publique-se e intemem-se.

Massaranduba, 09 de abril de 2020.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal de Massaranduba.

REVOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 50.2020 CONC 50.2020 (PMM)

Publicação Nº 2435356

Gabinete do Prefeito
Assunto: Revogação da concorrência pública – Edital 50/2020

REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Acolho as recomendações do Presidente da Comissão de Licitações, ratifico as razões e recomendações apresentadas buscando a revogação e declaro REVOGADO o Processo Licitatório n.º 50/2020 por razões de interesse público devido a pandemia do COVID-19, pautado nos motivos retro citados, com fulcro do artigo 49, caput, lei nº 8.666/93 e Súmula 473 do STF.

Comunique-se o Setor de Licitações e Contratos para tomar as providências cabíveis.

Publique-se e intimem-se.

Massaranduba, 09 de abril de 2020.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal de Massaranduba.

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO 045-2019 - TERMO ADITIVO 02-2020 - IVAM MOREIRA DA SILVA - PRAZO

Publicação Nº 2435065

TERMO ADITIVO Nº 002/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2019

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2019, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA IVAM MOREIRA DA SILVA - MEI, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa IVAM MOREIRA DA SILVA – MEI, microempreendedor individual, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF, sob nº 30.694.358/0001-22, com sede na Rua Leopoldo Hermes, 49, Bairro Palmeiras, na Cidade de Modelo – SC, neste ato representado por seu titular, o Sr. IVAM MOREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro convivendo em união estável, portador da carteira de identidade nº 3.862.365 e do CPF/MF nº 046.613.399-59, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Hermes, 49, Bairro Palmeiras, na Cidade de Modelo – SC, doravante somente denominado de CONTRATADO, em decorrência do Processo Licitatório nº 002/2019 Pregão Presencial nº 002/2019, Contrato nº 045/2019 de 21/01/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica aditado o contrato nº 045/2019 de 21/01/2019, constante da Cláusula Quarta, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de mais 02 (dois) mês, contados a partir do dia 1º de março de 2020 e terminando em 31/04/2020, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, incisos II e IV da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa,

Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 31 de dezembro de 2019; com o Termo Aditivo nº 001/2019 de 18/12/2019, o prazo foi prorrogado por mais 02 (dois) meses e terminará em 29 de fevereiro de 2020; porém, com este aditivo de 02 (dois) meses o prazo terminará em 31 de abril de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização da administração municipal, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 045/2019 de 21/01/2019.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 27 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	IVAM MOREIRA DA SILVA – MEI Ivam Moreira da Silva Titular - Contratado
--	--

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

CONTRATO 067-2020 - TERMO ADITIVO 01-2020- POSTO MODELO - REVISÃO VALOR REDUÇÃO CORRIGIDO!

Publicação Nº 2435144

TERMO ADITIVO Nº 001/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2020

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2020, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA POSTO MODELO LTDA EPP, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Presidente Vargas, 20, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.511.812/0001-18, neste ato representado por sua Gestora, Senhora BARBARA MILENA GELLER BARON, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa POSTO MODELO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.271, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.314.054/0001-59, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor MARCELO ANTONIO SARTORETTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 2583/2019 – Pregão Presencial nº 066/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Fica aditado o contrato nº 068/2020 de 31.01.2020, constante da Cláusula Primeira, com revisão do valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, nos termos da solicitação apresentada, que fazem parte integrante do presente contrato, sendo o seguinte item:

Preço Atual:

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
10.000	Óleo Diesel S10	3,9750	39.750,00
10.000	Gasolina Comum	4,6070	46.070,00
	Total		85.820,00

Preço Atualizado:

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
10.000	Óleo Diesel S10	3,5900	35.900,00
10.000	Gasolina Comum	4,1500	41.500,00
	Total		77.400,00
	Total Supressão		-8.420,00

Gasolina Comum – Valor da redução do valor de R\$ 0,457 (quarenta e cinco, e sete centavos) por litro – VALOR DO LITRO R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos); Através deste Termo Aditivo, está sendo reduzido em R\$ 0,457 (quarenta e cinco, e sete centavos), passando de R\$ 4,607 para R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos) ao litro da Gasolina Comum.

Diesel S10 – Valor da redução do valor de R\$ 0,385 (trinta e oito, e cinco centavos) por litro – VALOR DO LITRO R\$ 3,59 (três reais e cinquenta e nove centavos); Através deste Termo Aditivo, está sendo reduzido em R\$ 0,385 (trinta e oito, e cinco centavos), passando de R\$ 3,975 para R\$ 3,59 (três reais e cinquenta e nove centavos) ao litro do Diesel S10.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o preço do contrato nº 069/2020 de 31.01.2020, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação apresentada que faz parte integrante do presente contrato, sendo o valor do presente Aditivo corresponde a R\$ -8.420,00 (oito mil, quatrocentos e vinte reais).

Que reduzido do valor original do contrato no valor de R\$ 85.820,00 (oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte reais); e reduzido o valor do presente aditivo de R\$ -8.420,00 (oito mil, quatrocentos e vinte reais), totaliza o valor do Contrato em R\$ 77.400,00 (setenta e sete e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo nº 068/2020 de 31.01.2020.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 09 de abril de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Barbara Milena Geller Baron Gestora - Contratante	POSTO MODELO LTDA EPP Marcelo Antônio Sartoretto Sócio Administrador - Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico		
--	--	--

CONTRATO 068-2020 - TERMO ADITIVO 01-2020- POSTO MODELO - REVISÃO VALOR REDUÇÃO CORRIGIDO!

Publicação Nº 2435145

TERMO ADITIVO Nº 001/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2020

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2020, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA POSTO MODELO LTDA EPP, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa POSTO MODELO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.271, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.314.054/0001-59, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor MARCELO ANTONIO SARTORETTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 2583/2019 – Pregão Presencial nº 066/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Fica aditado o contrato nº 068/2020 de 31.01.2020, constante da Cláusula Primeira, com revisão do valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, nos termos da solicitação apresentada, que fazem parte integrante do presente contrato, sendo o seguinte item:

Preço Atual:

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
30.500	Óleo Diesel S10	3,9750	121.237,50
6.450	Gasolina Comum	4,6070	29.715,15
	Total		150.952,65

Preço Atualizado:

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
30.500	Óleo Diesel S10	3,5900	109.495,00
6.450	Gasolina Comum	4,1500	26.767,50
	Total		136.262,50
	Total Supressão		-14.690,15

Gasolina Comum – Valor da redução do valor de R\$ 0,457 (quarenta e cinco, e sete centavos) por litro – VALOR DO LITRO R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos); Através deste Termo Aditivo, está sendo reduzido em R\$ 0,457 (quarenta e cinco, e sete centavos), passando de R\$ 4,607 para R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos) ao litro da Gasolina Comum.

Diesel S10 – Valor da redução do valor de R\$ 0,385 (trinta e oito, e cinco centavos) por litro – VALOR DO LITRO R\$ 3,59 (três reais e cinquenta e nove centavos); Através deste Termo Aditivo, está sendo reduzido em R\$ 0,385 (trinta e oito, e cinco centavos), passando de R\$ 3,975 para R\$ 3,59 (três reais e cinquenta e nove centavos) ao litro do Diesel S10.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o preço do contrato nº 069/2020 de 31.01.2020, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação apresentada que faz parte integrante do presente contrato, sendo o valor do presente Aditivo corresponde a R\$ -14.690,15 (quatorze mil seiscientos e noventa reais e quinze centavos).

Que reduzido do valor original do contrato no valor de R\$ 150.952,65 (cento e cinquenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos); e reduzido o valor do presente aditivo de R\$ -14.690,15 (quatorze mil seiscientos e noventa reais e quinze centavos), totaliza o valor do Contrato em R\$ 136.262,50 (cento e trinta e seis mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo nº 068/2020 de 31.01.2020.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 09 de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luis Maldaner Prefeito Municipal - Contratante		POSTO MODELO LTDA EPP Marcelo Antônio Sartoretto Sócio Administrador - Contratada
--	--	---

Testemunhas:

Nome:		Nome:
-------	--	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC N° 11.283 - Assessor Jurídico		
--	--	--

DECRETO 113/2020

Publicação Nº 2435333

*Estado de Santa Catarina***MUNICÍPIO DE MODELO**

CNPJ: 83.021.832/0001-11

DECRETO Nº 113/2020 DE 02 DE ABRIL DE 2020**DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA VEGENCIA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

Considerando as disposições do DECRETO Nº 084/2018 DE 05 DE ABRIL DE 2018 e do respectivo Edital 001/2018, em especial em seu item 15.7;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a vigência da validade do Concurso Público nº 001/2018, para provimento de cargos efetivos do município de Modelo/SC, em mais dois anos, acrescido ao prazo estabelecido no Edital de concurso publico 001/2018.

Art. 2º - A relação com os nomes, pontuação e ordem de classificação dos candidatos e respectivos cargos constam no Anexo I, conforme consta como integrante do Decreto 084/2018 de 05/04/2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 02 de abril de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Janice Martini Muller
Secretaria Municipal da Administração

*Estado de Santa Catarina***MUNICÍPIO DE MODELO**

CNPJ: 83.021.832/0001-11

ANEXO I

O **Prefeito Municipal de Modelo-SC**, senhor RICARDO LUIS MALDANER, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público o **RESULTADO DEFINITIVO** do Concurso Público nº 01/2018.

RESULTADO FINAL									
01 - AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL* - MODELO									
INSCRIÇÃO	NOME	PORT	MAT	LEG	CG	CE	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000007	JANICE HENICKA	1,00	1,50	0,75	0,75	4,25	8,25	1º	Classificado
0000001	PATRICIA CANDATEN	1,00	0,75	1,00	0,50	4,50	7,75	2º	Classificado
0000009	SOLANGE DA MOTA	0,75	0,50	0,75	0,25	4,50	6,75	3º	Classificado
0000005	ELIZANGELA GAMBA	0,75	0,25	0,50	0,75	4,50	6,75	4º	Classificado
0000002	MARILENE MANN REOLON	0,50	0,50	0,00	0,50	4,25	5,75	-	Desclassificado
0000004	GABRIELA LUIZA BERGER	0,75	0,50	0,50	0,00	4,00	5,75	-	Desclassificado
0000012	LOURDES DORNHAUSER CENTA	0,00	0,75	0,50	0,25	3,25	4,75	-	Desclassificado
0000006	ELIZETE GAMBA FRANA	0,75	0,25	0,25	0,25	3,00	4,50	-	Desclassificado
0000003	FRANCIELLE OLIVEIRA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado

Modelo - SC, 05 de abril de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

RREO 1 BIM 2020

Publicação Nº 2435097

Página: 1 de 6
09/04/2020 09:23

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	RECEITAS DO ENSINO		RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b)/a)x100
1-RECEITA DE IMPOSTOS	1.757.640,00	1.757.640,00	243.401,80	13,85
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	544.870,00	544.870,00	60.311,67	11,07
1.1.1-IPTU	513.620,00	513.620,00	53.459,14	10,41
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	31.250,00	31.250,00	6.852,53	21,93
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	515.220,00	515.220,00	69.970,65	13,58
1.2.1-ITBI	514.010,00	514.010,00	69.970,65	13,61
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.210,00	1.210,00	-	-
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	425.130,00	425.130,00	56.994,45	13,41
1.3.1-ISS	397.300,00	397.300,00	55.616,65	14,00
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	27.830,00	27.830,00	1.377,80	4,95
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	272.420,00	272.420,00	56.125,03	20,60
2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.453.648,20	16.453.648,20	2.848.226,65	17,31
2.1-Cota-Parte FPM	9.006.110,20	9.006.110,20	1.579.340,77	17,54
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.226.280,20	8.226.280,20	1.579.340,77	19,20
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	400.000,00	400.000,00	-	-
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	379.830,00	379.830,00	-	-
2.2-Cota-Parte ICMS	6.548.769,00	6.548.769,00	1.177.183,87	17,98
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	66.550,00	66.550,00	-	-
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	106.880,00	106.880,00	12.935,39	12,10
2.5-Cota-Parte ITR	16.939,00	16.939,00	28,38	0,17
2.6-Cota-Parte IPVA	708.400,00	708.400,00	78.738,24	11,11
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	18.211.288,20	18.211.288,20	3.091.628,45	16,98

PRONIM RF - Emissão: 09/04/2020 às 9h23min - Duração: 0h00m47seg (2)

Página: 2 de 6
09/04/2020 09:23

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)					R\$ 1,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%(c)=(b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-		
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	517.802,00	517.802,00	42.972,77		8,30
5.1 - Transferências do Salário-Educação	302.500,00	302.500,00	38.482,77		12,72
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-		
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	81.960,00	81.960,00	4.490,00		5,48
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	48.712,00	48.712,00	-		-
5.5 - Outras Transferências do FNDE	84.630,00	84.630,00	-		-
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-		-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	68.000,00	68.000,00	-		-
6.1 - Transferências de Convênios	68.000,00	68.000,00	-		-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-		-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-		-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-		-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	585.802,00	585.802,00	42.972,77		7,34
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%(c)=(b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.143.669,84	3.143.669,84	569.644,97		18,12
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.518.810,04	1.518.810,04	315.888,10		20,80
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.469.507,40	1.469.507,40	235.436,59		16,02
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	10.285,00	10.285,00	-		-
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	-	-	2.587,09		
10.5 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.5)	3.387,40	3.387,40	5,67		0,17
10.6 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.6)	141.680,00	141.680,00	15.747,52		11,11
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.397.370,00	2.397.370,00	368.959,31		15,39
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	2.397.370,00	2.397.370,00	368.959,31		15,39
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-		-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	-		-
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)	-746.299,84	-746.299,84	-200.685,66		26,89

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

PRONIM RF - Emissão: 09/04/2020 às 9h23min - Duração: 0h00m47seg (2)

Página: 3 de 6
09/04/2020 09:23

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.515.350,00	1.515.350,00	164.314,61	10,84	164.314,61	10,84
13.1-Com Educação Infantil	865.150,00	865.150,00	81.869,84	9,46	81.869,84	9,46
13.2-Com Ensino Fundamental	650.200,00	650.200,00	82.444,77	12,68	82.444,77	12,68
14-OUTRAS DESPESAS	900.170,00	900.170,00	140.781,06	15,64	110.256,74	12,25
14.1-Com Educação Infantil	320.150,00	320.150,00	49.221,87	15,37	49.221,87	15,37
14.2-Com Ensino Fundamental	580.020,00	580.020,00	91.559,19	15,79	61.034,87	10,52
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	2.415.520,00	2.415.520,00	305.095,67	12,63	274.571,35	11,37
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			VALOR			
16.1 - FUNDEB 60%			-			
16.2 - FUNDEB 40%			-			
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			-			
17.1 - FUNDEB 60%			-			
17.2 - FUNDEB 40%			-			
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)			-			
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)			VALOR			
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %			274.571,35			
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %			44,53			
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %			29,88			
			25,58			

PRONIM RF - Emissão: 09/04/2020 às 9h23min - Duração: 0h00m47seg (2)

Página: 4 de 6
09/04/2020 09:23

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE			VALOR		R\$ 1,00
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020²							
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Até o Bimestre (e)	%(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	%(h)=(g/d)x100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	2.693.690,00	2.693.690,00	347.042,84	12,88	243.044,85	9,02	
22.1-Creche	650.550,00	650.550,00	135.991,65	20,90	122.988,16	18,91	
22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	242.000,00	242.000,00	41.958,99	17,34	41.958,99	17,34	
22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	408.550,00	408.550,00	94.032,66	23,02	81.029,17	19,83	
22.2-Pré-Escola	2.043.140,00	2.043.140,00	211.051,19	10,33	120.056,69	5,88	
22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	943.300,00	943.300,00	89.132,72	9,45	89.132,72	9,45	
22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.099.840,00	1.099.840,00	121.918,47	11,09	30.923,97	2,81	
23-ENSINO FUNDAMENTAL	2.857.042,00	2.857.042,00	510.002,54	17,85	235.740,32	8,25	
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.230.220,00	1.230.220,00	174.003,96	14,14	143.479,64	11,66	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.626.822,00	1.626.822,00	335.998,58	20,65	92.260,68	5,67	
24-ENSINO MÉDIO	36.300,00	36.300,00	-	-	-	-	
25-ENSINO SUPERIOR	48.400,00	48.400,00	-	-	-	-	
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-	
27-OUTRAS	152.670,00	152.670,00	-	-	-	-	
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	5.788.102,00	5.788.102,00	857.045,38	14,81	478.785,17	8,27	

PRONIM RF - Emissão: 09/04/2020 às 9h23min - Duração: 0h00m47seg (2)

Página: 5 de 6
09/04/2020 09:23

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		-200.685,66
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		-
31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		-
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		-
33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*		-
34-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44i)		-
35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34)*		-200.685,66
36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23) - (35))*		679.470,83
37-PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36)/(3x100))%* - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%*		21,98

OUTRAS INFORMações PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	320.650,00	320.650,00	500,00	0,16	-	-
40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	345.466,00	345.466,00	100.459,87	29,08	-	-
42-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+39+40+41)	666.116,00	666.116,00	100.959,87	15,16	-	-
43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28+42)	6.454.218,00	6.454.218,00	958.005,25	14,84	478.785,17	7,42
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2020		(i)	
44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			-			-
44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			-			-
44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB			-			-

PRONIM RF - Emissão: 09/04/2020 às 9h23min - Duração: 0h00m47seg (2)

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		-	-
46-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		368.959,31	38.482,77
47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		235.656,54	-
47.1 Orçamento do Exercício		235.656,54	-
47.2 Restos a Pagar		-	-
48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		-	-
49-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		133.302,77	38.482,77
50-(+) AUSTES		-	-
50.1 (+) Retenções		-	-
50.2 (-) Valores a recuperar		-	-
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários		-	-
50.4 (+) Conciliação Bancária		-	-
51-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		133.302,77	38.482,77

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Abr/2020, 09h e 23m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
³Caput do artigo 212 da CF/1988.
⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
⁶Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada

Página: 1 de 1
09/04/2020 09:24

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	581.000,00			581.000,00	
DESPESAS		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	(d)	(e)			
Investimentos	6.395.990,00	1.348.155,45	121.032,20		5.047.834,55
Inversões Financeiras	5.755.890,00	1.348.155,45	121.032,20		4.407.734,55
Amortização da Dívida	537.100,00	-	-		537.100,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte	103.000,00	-	-		103.000,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras					
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	6.395.990,00	1.348.155,45	121.032,20		5.047.834,55
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	5.814.990,00	1.348.155,45	-	-	4.466.834,55

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Abr/2020, 09h e 24m.

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

PRONIM CP - Emissão: 09/04/2020 às 9h24min - Duração: 0h00m07seg (2)

Página: 1 de 1

09/04/2020 09:26

PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2020/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)				Em Reais	
						SALDO (c)=(a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-					-	
Receita de Alienação de Bens Móveis	-					-	
Receita de Alienação de Bens Imóveis	-					-	
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	-					-	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	-					-	

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	DESPESAS PAGAS (g)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (i)	SALDO (j)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2019 (i)	2020 (j) = (Ib - (If + Ig))	SALDO ATUAL (k) = (Iii + Iii)
VALOR (III)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Abr/2020, 09h e 26m.

RREO 1 BIM 2020

Publicação Nº 2435100

Página 1 de 5

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.757.640,00	1.757.640,00	243.401,86	13,86
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	544.870,00	544.870,00	60.311,67	11,07
IPTU	513.620,00	513.620,00	53.469,14	10,41
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	31.250,00	31.250,00	6.852,53	21,93
Recita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	515.220,00	515.220,00	69.970,65	13,58
ITBI	514.010,00	514.010,00	69.970,65	13,61
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.210,00	1.210,00	-	-
Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	425.130,00	425.130,00	56.994,45	13,41
ISS	397.300,00	397.300,00	55.616,65	14,00
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	27.830,00	27.830,00	1.377,80	4,95
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	272.420,00	272.420,00	56.125,03	20,60
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.673.818,20	15.673.818,20	2.848.226,65	18,17
Cota-Parte FPM	8.226.280,20	8.226.280,20	1.579.340,77	19,20
Cota-Parte ITR	16.939,00	16.939,00	28,38	0,17
Cota-Parte IPVA	708.400,00	708.400,00	78.738,24	11,11
Cota-Parte ICMS	6.548.769,00	6.548.769,00	1.177.183,87	17,98
Cota-Parte IPI-Exportação	106.890,00	106.890,00	12.893,39	12,10
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	66.550,00	66.550,00	-	-
Desoneração ICMS - LC 87/1996	66.550,00	66.550,00	-	-
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	17.431.458,20	17.431.458,20	3.091.628,45	17,74

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.353.222,00	3.353.222,00	1.138.301,83	33,95	375.624,47	11,20	281.742,16	8,40
Despesas Correntes	3.277.922,00	3.277.922,00	1.130.177,71	34,48	373.742,35	11,40	281.742,16	8,60
Despesas de Capital	75.300,00	75.300,00	8.124,12	10,79	1.882,12	2,50	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	532.400,00	532.400,00	482.032,00	90,54	135.824,00	25,51	130.000,00	24,42
Despesas Correntes	532.400,00	532.400,00	482.032,00	90,54	135.824,00	25,51	130.000,00	24,42
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	10.082,00	10.082,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	10.082,00	10.082,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	99.220,00	99.220,00	15.482,10	15,60	15.482,10	15,60	14.690,10	14,81
Despesas Correntes	99.220,00	99.220,00	15.482,10	15,60	15.482,10	15,60	14.690,10	14,81
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	8.470,00	8.470,00	65,00	0,77	-	-	-	-
Despesas Correntes	8.470,00	8.470,00	65,00	0,77	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	30.580,00	30.580,00	249,80	0,82	249,80	0,82	-	-
Despesas Correntes	30.580,00	30.580,00	249,80	0,82	249,80	0,82	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	3.630,00	3.630,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	3.630,00	3.630,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.037.604,00	4.037.604,00	1.636.130,73	40,52	527.180,37	13,06	426.432,26	10,56

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS			DESPESAS EMPENHADAS (d)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)	
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)			1.636.130,73		527.180,37		426.432,26	
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) ¹			-		-		-	
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) ²			-		-		-	
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) ³			-		-		-	
(e) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII) - XIII - XIV - XV			1.636.130,73		527.180,37		426.432,26	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			-		-		463.744,27	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			-		-		463.744,27	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVII) = (XVI) (d ou e) - XVIII ¹			63.436,10		63.436,10		63.436,10	
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			-		-		-	
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) x 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)			-		17,05		-	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 28 E 28 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				Saldo Final (não aplicado) ¹ (f) = (h - (i ou j))
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Liquidadas (i)	Pagas (j)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2019	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR									
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIIb)	Valor inscrito em RP considerando no Limite (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = (o + q - u)
Empenhos de 2020									
Empenhos de 2019	463.744,27	1.636.130,73	463.744,27	-	-	-	-	-	1.172.386,46
Empenhos de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2016 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")									1.172.386,46
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)									1.172.386,46
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)									-

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (ba) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.822.512,00	2.522.512,00	197.185,60	7,02
Proveniente da União				
Proveniente dos Estados	2.337.592,00	2.337.592,00	197.185,60	8,44
Proveniente de outros Municípios	184.920,00	184.920,00	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	85.910,00	85.910,00	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.608.422,00	2.608.422,00	197.185,60	7,56

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.797.820,00	1.797.820,00	455.616,29	25,34	122.820,13	6,83	79.099,15	4,40

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
Despesas Correntes	1.632.780,00	1.632.780,00	455.616,29	27,90	122.820,13	7,52	79.099,15	4,84	
Despesas de Capital	165.040,00	165.040,00	-	-	-	-	-	-	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	883.250,00	883.250,00	302.854,48	34,29	28.154,45	3,19	22.332,35	2,53	
Despesas Correntes	874.830,00	874.830,00	302.854,48	34,62	28.154,45	3,22	22.332,35	2,55	
Despesas de Capital	8.420,00	8.420,00	-	-	-	-	-	-	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	41.745,00	41.745,00	4.416,10	10,58	1.156,55	2,77	31,20	0,07	
Despesas Correntes	41.175,00	41.175,00	4.416,10	10,73	1.156,55	2,81	31,20	0,08	
Despesas de Capital	570,00	570,00	-	-	-	-	-	-	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	4.840,00	4.840,00	360,00	7,44	360,00	7,44	-	-	
Despesas Correntes	4.840,00	4.840,00	360,00	7,44	360,00	7,44	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	16.577,00	16.577,00	-	-	-	-	-	-	
Despesas Correntes	16.577,00	16.577,00	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.744.232,00	2.744.232,00	763.246,87	27,81	152.491,13	5,56	101.482,70	3,70	

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES								
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	5.151.042,00	5.151.042,00	1.593.918,12	30,94	498.444,60	9,68	360.841,31	7,01

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.415.650,00	1.415.650,00	784.886,48	55,44	163.976,45	11,58	152.332,35	10,76
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	10.082,00	10.082,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	140.865,00	140.965,00	19.898,20	14,12	16.638,65	11,80	14.721,30	10,44
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	13.310,00	13.310,00	425,00	3,19	360,00	2,70	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	30.580,00	30.580,00	249,80	0,82	249,80	0,82	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	20.207,00	20.207,00	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVI) = (XI + XXXIX)	6.781.836,00	6.781.836,00	2.398.377,60	35,38	679.671,50	10,02	527.894,96	7,78
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes*	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVII)	6.781.836,00	6.781.836,00	2.398.377,60	35,38	679.671,50	10,02	527.894,96	7,78

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Abr/2020, 09h e 27m.

Notas:

*Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

*Até o exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (negra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (negra nova).

*Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

RREO 1 BIM 2020

Publicação Nº 2435093

Página: 1 de 1
09/04/2020 09:21

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2019 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2019 (b)									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	128.799,07	121.862,04	-	6.937,03	-	-	-	-	-	6.937,03
PODER EXECUTIVO	-	128.799,07	121.862,04	-	6.937,03	-	-	-	-	-	6.937,03
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CÂMARA DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (II) = (I+II)	-	128.799,07	121.862,04	-	6.937,03	-	-	-	-	-	6.937,03

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Abr/2020, 09h e 21m.

PRONIM CP - Emissão: 09/04/2020 às 9h21min - Duração: 0h00m17seg (2)

RREO 1 BIM 2020

Publicação Nº 2435089

Página 1 de 3

R\$ 1,00

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b", do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.460.143,20	29.460.143,20	3.305.614,60	11,22	3.305.614,60	11,22	26.154.528,60
Receitas Correntes	24.632.044,36	24.632.044,36	3.305.614,60	13,42	3.305.614,60	13,42	21.326.429,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.443.510,00	2.443.510,00	314.200,69	12,86	314.200,69	12,86	2.129.309,31
Impostos	1.757.640,00	1.757.640,00	243.401,80	13,85	243.401,80	13,85	1.514.238,20
Taxas	322.490,00	322.490,00	70.798,89	21,95	70.798,89	21,95	251.691,11
Contribuição de Melhoria	363.380,00	363.380,00	-	-	-	-	363.380,00
Contribuições	193.600,00	193.600,00	32.803,15	16,94	32.803,15	16,94	160.796,85
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	193.600,00	193.600,00	32.803,15	16,94	32.803,15	16,94	160.796,85
Recetta Patrimonial	198.746,00	198.746,00	16.592,85	8,35	16.592,85	8,35	182.153,15
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	6.050,00	6.050,00	-	-	-	-	6.050,00
Valores Mobiliários	190.386,00	190.386,00	5.755,71	3,02	5.755,71	3,02	184.630,29
Demais Receitas Patrimoniais	2.310,00	2.310,00	10.837,14	469,14	10.837,14	469,14	(8.527,14)
Recetta Agropecuária	2.420,00	2.420,00	-	-	-	-	2.420,00
Recetta Industrial	2.420,00	2.420,00	-	-	-	-	2.420,00
Recetta de Serviços	170.601,00	170.601,00	17.660,43	10,35	17.660,43	10,35	152.940,57
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-	-	-	-
Outros Serviços	170.601,00	170.601,00	14.011,77	-	14.011,77	-	(14.011,77)
Transferências Correntes	21.471.397,36	21.471.397,36	3.648,66	2,14	3.648,66	2,14	166.952,34
Transferência da União e de suas Entidades	12.757.090,76	12.757.090,76	2.916.974,05	13,59	2.916.974,05	13,59	18.552.423,31
Transf dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.244.336,60	6.244.336,60	1.526.864,82	11,97	1.526.864,82	11,97	11.230.225,94
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.397.370,00	2.397.370,00	1.023.149,92	16,39	1.023.149,92	16,39	5.221.186,68
Transferências de Pessoas Físicas	72.600,00	72.600,00	368.959,31	15,39	368.959,31	15,39	2.028.410,69
Outras Receitas Correntes	149.350,00	149.350,00	5.383,43	3,60	5.383,43	3,60	143.966,57
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	88.770,00	88.770,00	3.995,88	4,50	3.995,88	4,50	84.774,12
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	60.580,00	60.580,00	977,48	1,61	977,48	1,61	59.602,52
Demais Receitas Correntes	-	-	410,07	-	410,07	-	(410,07)
Receitas de Capital	4.828.098,84	4.828.098,84	-	-	-	-	4.828.098,84
Operações de Crédito	581.000,00	581.000,00	-	-	-	-	581.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	581.000,00	581.000,00	-	-	-	-	581.000,00
Alienação de Bens	552.340,00	552.340,00	-	-	-	-	552.340,00
Alienação de Bens Móveis	222.776,20	222.776,20	-	-	-	-	222.776,20
Alienação de Bens Imóveis	329.563,80	329.563,80	-	-	-	-	329.563,80
Transferências de Capital	3.694.758,84	3.694.758,84	-	-	-	-	3.694.758,84
Transferências da União e de suas Entidades	3.204.068,84	3.204.068,84	-	-	-	-	3.204.068,84
Transf dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	490.690,00	490.690,00	-	-	-	-	490.690,00
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	29.460.143,20	29.460.143,20	3.305.614,60	11,22	3.305.614,60	11,22	26.154.528,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-

Página 2 de 3

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

R\$ 1,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	28.460.143,20	28.460.143,20	3.305.614,60	11,22	3.305.614,60	11,22	26.154.528,60
DEFEIT (VI)*	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DEFEIT (VII) = (V + VI)	28.460.143,20	28.460.143,20	3.305.614,60	11,22	3.305.614,60	11,22	26.154.528,60
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	28.460.143,20	30.879.143,20	7.901.679,41	7.901.679,41	22.977.463,79	2.291.214,32	2.291.214,32	28.587.928,88	1.852.542,75	-
DESPESAS CORRENTES	24.448.253,20	24.253.253,20	6.553.523,96	6.553.523,96	17.699.729,24	2.170.182,12	2.170.182,12	22.083.071,08	1.749.578,20	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.994.972,00	10.980.702,00	1.868.901,29	1.868.901,29	9.111.800,71	1.300.012,19	1.300.012,19	9.680.689,81	1.145.575,96	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	-	-	100.000,00	-	-	100.000,00	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.353.281,20	13.172.551,20	4.684.622,67	4.684.622,67	8.487.928,53	870.169,93	870.169,93	12.302.381,27	604.002,24	-
DESPESAS DE CAPITAL	4.781.990,00	6.395.990,00	1.348.155,45	1.348.155,45	5.047.834,55	121.032,20	121.032,20	6.274.957,80	102.984,55	-
INVESTIMENTOS	4.680.890,00	5.755.890,00	1.348.155,45	1.348.155,45	4.407.734,55	121.032,20	121.032,20	5.634.857,80	102.984,55	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	18.100,00	537.100,00	-	-	537.100,00	-	-	537.100,00	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	103.000,00	103.000,00	-	-	103.000,00	-	-	103.000,00	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	229.900,00	229.900,00	-	-	229.900,00	-	-	229.900,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	28.460.143,20	30.879.143,20	7.901.679,41	7.901.679,41	22.977.463,79	2.291.214,32	2.291.214,32	28.587.928,88	1.852.542,75	-
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	28.460.143,20	30.879.143,20	7.901.679,41	7.901.679,41	22.977.463,79	2.291.214,32	2.291.214,32	28.587.928,88	1.852.542,75	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	28.460.143,20	30.879.143,20	7.901.679,41	7.901.679,41	-	-	-	28.587.928,88	1.455.071,85	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	3.305.614,60	-

Página 3 de 3

R\$ 1,00

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (e-c)			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	No Bimestre	Até o Bimestre (e-f)		
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Abv/2020, 09h e 08m.

1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

RREO 1 BIM 2020

Publicação Nº 2435090

Página: 1 de 3
09/04/202009:17

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		SAÍDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e)=(a-d)			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)				
				(b)	% (b/total b)		(d/Total d)				
DISPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	29.460.143,20	30.873.143,20	7.901.679,41	7.901.679,41	100,00	2.291.214,32	2.291.214,32	100,00			
Legislativa	1.130.000,00	1.130.000,00	95.624,38	95.624,38	1,21	95.624,38	95.624,38	4,17			1.034.375,62
Ação Legislativa	1.130.000,00	1.130.000,00	95.624,38	95.624,38	1,21	95.624,38	95.624,38	4,17			1.034.375,62
Administração	2.714.060,00	2.714.060,00	799.073,44	799.073,44	10,11	319.558,57	319.558,57	13,95			2.394.501,43
Administração Geral	2.105.320,00	2.105.320,00	684.610,19	684.610,19	8,66	266.714,84	266.714,84	11,64			1.838.605,16
Administração Financeira	433.300,00	433.300,00	72.844,92	72.844,92	0,92	32.463,42	32.463,42	1,42			400.836,58
Administração de Receitas	23.540,00	23.540,00	300,00	300,00	0,00	300,00	300,00	0,01			23.240,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	151.900,00	151.900,00	41.318,33	41.318,33	0,52	20.080,31	20.080,31	0,88			131.819,69
Segurança Pública	268.560,00	268.560,00	20.156,55	20.156,55	0,26	7.616,51	7.616,51	0,33			260.943,49
Policimento	96.410,00	96.410,00	12.828,00	12.828,00	0,16	3.621,91	3.621,91	0,16			92.788,09
Defesa Civil	172.150,00	172.150,00	7.328,55	7.328,55	0,09	3.994,60	3.994,60	0,17			168.155,40
Assistência Social	1.893.695,00	1.893.695,00	303.196,40	303.196,40	3,84	68.808,20	68.808,20	3,00			1.824.886,80
Assistência ao Idoso	93.170,00	93.170,00	1.685,00	1.685,00	0,02	550,00	550,00	0,02			92.620,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	314.320,00	314.320,00	21.052,18	21.052,18	0,27	13.182,19	13.182,19	0,58			301.137,81
Assistência Comunitária	1.486.205,00	1.486.205,00	280.459,22	280.459,22	3,55	55.076,01	55.076,01	2,40			1.431.128,99
Saúde	6.781.836,00	6.781.836,00	2.399.377,60	2.399.377,60	30,37	679.671,50	679.671,50	29,66			6.102.164,50
Atenção Básica	5.151.042,00	5.151.042,00	1.593.918,12	1.593.918,12	20,17	498.444,60	498.444,60	21,75			4.652.597,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.415.650,00	1.415.650,00	784.886,48	784.886,48	9,93	163.978,45	163.978,45	7,16			1.251.671,55
Suporte Profilático e Terapêutico	10.082,00	10.082,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			10.082,00
Vigilância Sanitária	140.965,00	140.965,00	19.898,20	19.898,20	0,25	16.638,65	16.638,65	0,73			124.326,35
Vigilância Epidemiológica	13.310,00	13.310,00	425,00	425,00	0,01	360,00	360,00	0,02			12.950,00
Alimentação e Nutrição	30.580,00	30.580,00	249,80	249,80	0,00	249,80	249,80	0,01			30.330,20
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	20.207,00	20.207,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			20.207,00
Educação	6.454.218,00	6.454.218,00	958.005,25	958.005,25	12,12	478.785,17	478.785,17	20,90			5.975.432,83
Ensino Fundamental	3.189.650,00	3.189.650,00	610.962,41	610.962,41	7,73	235.740,32	235.740,32	10,29			2.953.909,68
Ensino Médio	44.300,00	44.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			44.300,00
Ensino Superior	48.400,00	48.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			48.400,00
Educação Infantil	2.980.368,00	2.980.368,00	347.042,84	347.042,84	4,39	243.044,85	243.044,85	10,61			2.737.323,15

PRONIM CP - Emissão: 09/04/2020 às 9h17min - Duração: 0h00m19seg (2)

Página: 2 de 3
09/04/202009:17

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')			FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO					Dotação Inicial		Dotação Atualizada		Despesas Empenhadas		SALDO		Despesas Liquidadas		Saldo		
			(a)		No Bimestre		Até o Bimestre		(b/total b)		(c)=(a-b)		No Bimestre		Até o Bimestre		(d/Total d)		(e)=(a-d)	
Educação de Jovens e Adultos	Educação Especial	183.030,00	8.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.470,00	
	Cultura	377.970,00	377.970,00	15.017,37	15.017,37	15.017,37	15.017,37	0,19	0,19	362.952,63	10.727,04	362.952,63	10.727,04	0,47	0,47	367.242,96	0,00	0,00	183.030,00	
	Difusão Cultural	377.970,00	377.970,00	15.017,37	15.017,37	15.017,37	15.017,37	0,19	0,19	362.952,63	10.727,04	362.952,63	10.727,04	0,47	0,47	367.242,96	0,00	0,00	367.242,96	
	Direitos da Cidadania	73.000,00	73.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,01	0,01	72.500,00	0,00	72.500,00	0,00	0,00	73.000,00	0,00	0,00	73.000,00		
	Administração Financeira	63.000,00	63.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,01	0,01	62.500,00	0,00	62.500,00	0,00	0,00	63.000,00	0,00	0,00	63.000,00		
	Assistência Comunitária	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00		
	Urbanismo	1.739.177,00	2.639.177,00	643.248,73	643.248,73	643.248,73	643.248,73	8,14	8,14	1.995.928,27	156.671,61	1.995.928,27	156.671,61	6,84	6,84	2.482.505,39	0,00	0,00	2.482.505,39	
	Infra-estrutura Urbana	1.685.835,00	2.585.835,00	629.861,64	629.861,64	629.861,64	629.861,64	7,97	7,97	1.955.973,36	156.671,61	1.955.973,36	156.671,61	6,84	6,84	2.429.163,39	0,00	0,00	2.429.163,39	
	Serviços Urbanos	9.242,00	9.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.242,00	0,00	9.242,00	0,00	0,00	9.242,00	0,00	0,00	9.242,00		
	Habitação Urbana	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00		
	Turismo	32.000,00	32.000,00	13.387,09	13.387,09	13.387,09	13.387,09	0,17	0,17	18.612,91	0,00	18.612,91	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00		
	Habitação	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00		
	Habitação Urbana	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00		
	Saneamento	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00		
	Saneamento Básico Urbano	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00		
	Gestão Ambiental	344.650,00	344.650,00	246.849,72	246.849,72	246.849,72	246.849,72	3,12	3,12	97.800,28	29.530,31	97.800,28	29.530,31	1,29	1,29	315.119,69	0,00	0,00	315.119,69	
	Saneamento Básico Urbano	344.650,00	344.650,00	246.849,72	246.849,72	246.849,72	246.849,72	3,12	3,12	97.800,28	29.530,31	97.800,28	29.530,31	1,29	1,29	315.119,69	0,00	0,00	315.119,69	
	Agricultura	2.297.990,00	2.297.990,00	550.339,26	550.339,26	550.339,26	550.339,26	6,96	6,96	1.747.650,74	206.556,76	1.747.650,74	206.556,76	9,02	9,02	2.091.433,24	0,00	0,00	2.091.433,24	
	Recursos Hídricos	76.187,00	76.187,00	7.769,38	7.769,38	7.769,38	7.769,38	0,10	0,10	68.417,62	7.769,38	68.417,62	7.769,38	0,34	0,34	68.417,62	0,00	0,00	68.417,62	
	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	12.100,00	12.100,00	1.235,00	1.235,00	1.235,00	1.235,00	0,02	0,02	10.865,00	0,00	10.865,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00		
Extensão Rural	2.133.903,00	2.133.903,00	501.044,88	501.044,88	501.044,88	501.044,88	6,34	6,34	1.632.858,12	158.497,38	1.632.858,12	158.497,38	6,92	6,92	1.975.405,62	0,00	0,00	1.975.405,62		
Promoção da Produção Agropecuária	75.800,00	75.800,00	40.290,00	40.290,00	40.290,00	40.290,00	0,51	0,51	35.510,00	40.290,00	35.510,00	40.290,00	1,76	1,76	35.510,00	0,00	0,00	35.510,00		
Indústria	23.200,00	542.200,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	0,15	0,15	530.200,00	0,00	530.200,00	0,00	0,00	542.200,00	0,00	0,00	542.200,00			
Promoção Industrial	23.200,00	542.200,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	0,15	0,15	530.200,00	0,00	530.200,00	0,00	0,00	542.200,00	0,00	0,00	542.200,00			
Transporte	2.930.059,20	2.930.059,20	725.090,53	725.090,53	725.090,53	725.090,53	9,18	9,18	2.204.968,67	185.527,07	2.204.968,67	185.527,07	8,10	8,10	2.744.532,13	0,00	0,00	2.744.532,13		
Transporte Rodoviário	2.930.059,20	2.930.059,20	725.090,53	725.090,53	725.090,53	725.090,53	9,18	9,18	2.204.968,67	185.527,07	2.204.968,67	185.527,07	8,10	8,10	2.744.532,13	0,00	0,00	2.744.532,13		
Desporto e Lazer	1.751.028,00	1.751.028,00	933.200,18	933.200,18	933.200,18	933.200,18	11,81	11,81	817.827,82	36.103,07	817.827,82	36.103,07	1,58	1,58	1.714.924,93	0,00	0,00	1.714.924,93		

PRONIM CP - Emissão: 09/04/2020 às 9h17min - Duração: 0h00m19seg (2)

Página: 3 de 3
09/04/202009:17

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/total b)			(d/Total d)	
Turismo	1.044.435,00	1.044.435,00	765.054,15	9,68	279.380,85	0,00	0,00	1.044.435,00
Desporto Comunitário	706.593,00	706.593,00	168.146,03	2,13	538.446,97	36.103,07	36.103,07	670.489,93
Encargos Especiais	408.700,00	408.700,00	200.000,00	2,53	208.700,00	16.034,13	16.034,13	392.665,87
Serviço da Dívida Interna	203.000,00	203.000,00	0,00	0,00	203.000,00	0,00	0,00	203.000,00
Outras Transferências	205.700,00	205.700,00	200.000,00	2,53	5.700,00	16.034,13	16.034,13	189.665,87
Reservas	229.900,00	229.900,00	0,00	0,00	229.900,00	0,00	0,00	229.900,00
Reserva de Contingência	229.900,00	229.900,00	0,00	0,00	229.900,00	0,00	0,00	229.900,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	29.460.143,20	30.879.143,20	7.901.679,41	100,00	22.977.463,79	2.291.214,32	100,00	28.587.928,88

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Abr/2020, 09h e 17m.

PRONIM CP - Emissão: 09/04/2020 às 9h17min - Duração: 0h00m19seg (2)

RREO 1 BIM 2020

Publicação Nº 2435101

Página: 1 de 2
09/04/2020 09:28

Prefeitura Municipal de Modelo - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	29.460.143,20
Previsão Atualizada	29.460.143,20
Receitas Realizadas	3.305.614,60
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-
DESPESAS	
Dotação Inicial	29.460.143,20
Dotação Atualizada	30.879.143,20
Despesas Empenhadas	7.901.679,41
Despesas Liquidadas	2.291.214,32
Despesas Pagas	1.852.542,75
Superávit Orçamentário	1.014.400,28

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	7.901.679,41
Despesas Liquidadas	2.291.214,32

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	19.327.301,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	19.327.301,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	19.327.301,90

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o bimestre
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário	0,00	1.325.454,10	
Resultado Nominal	0,00	1.331.209,81	

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	128.799,07	0,00	121.862,04	6.937,03
<i>Poder Executivo</i>	128.799,07	0,00	121.862,04	6.937,03
<i>Poder Legislativo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Poder Executivo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Poder Legislativo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	128.799,07	0,00	121.862,04	6.937,03

PRONIM CP - Emissão: 09/04/2020 às 9h28min - Duração: 0h00m40seg (2)



Página: 2 de 2
09/04/2020 09:28

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	679.470,83	25%	21,98
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	164.314,61	60%	44,53

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	527.180,37	15%	17,05

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Abr/2020, 09h e 28m.

PRONIM CP - Emissão: 09/04/2020 às 9h28min - Duração: 0h00m40seg (2)

RREO 1 BIM 2020

Publicação Nº 2435091

Página 1 de 2

R\$ 1,00

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Março/2019 a Fevereiro/2020
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Previsão Atualizada 2020
	Setembro/2019	Outubro/2019	Novembro/2019	Dezembro/2019	2019		Total Últimos 12 Meses						
					Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Setembro/2019	Outubro/2019	Novembro/2019	Dezembro/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.677.278,06	1.856.444,99	1.859.371,59	1.628.087,26	1.763.599,09	1.623.898,09	22.246.011,07	27.775.714,20					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.516.121,61	1.569.070,18	1.691.297,76	3.185.582,87	1.760.292,50	2.105.967,07	1.748.407,69	2.443.510,00					
IPTU	100.446,76	103.323,52	80.441,00	185.696,06	146.340,25	167.860,44							
	54.217,33	192.622,25	16.553,97	21.948,30	12.007,43	22.143,57	403.887,05	544.870,00					
ISS	9.571,18	3.691,88	2.984,13	7.835,33	13.719,62	46.592,05							
	23.798,56	22.725,63	30.338,56	28.031,19	28.458,12	28.192,58	421.730,14	425.130,00					
ITBI	44.530,29	27.254,60	33.565,40	97.840,76	28.810,47	28.183,98							
	27.753,62	20.768,00	50.086,30	10.285,26	3.000,00	28.759,96	284.881,63	515.220,00					
IRRF	17.851,59	39.130,49	8.325,76	8.950,00	55.843,15	14.127,50							
	22.214,18	22.863,67	23.002,97	24.964,38	1.094,69	45.093,03	321.479,45	272.420,00					
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.642,08	22.321,07	23.132,05	59.036,30	29.799,56	26.325,47							
	60.558,69	72.766,42	16.016,57	24.053,04	13.629,06	16.362,33	316.429,42	685.870,00					
Contribuições	6.851,62	10.925,47	12.433,66	12.033,67	18.167,45	52.631,44							
	5.464,25	26.047,24	24.911,89	17.104,59	13.842,64	16.555,56	181.116,37	193.600,00					
Recella Patrimonial	3.465,20	13.627,98	13.774,91	13.518,94	16.079,81	16.723,34							
	6.599,44	8.135,11	7.489,54	7.489,54	10.322,44	8.190,90	109.156,37	198.746,00					
Recella Patrimonial	6.941,01	16.451,10	10.775,33	9.563,10	2.485,15	14.107,70							
Rendimentos de Aplicação Financeira	6.559,44	8.115,55	8.135,11	7.489,54	10.322,44	8.190,90	78.812,38	190.386,00					
	6.941,01	7.781,39	5.356,76	4.164,53	2.485,15	3.270,56							
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	30.343,99	8.360,00					
	-	8.669,71	5.418,57	5.418,57	-	-	-	-					
Recella Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-					
Recella Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-					
	-	-	-	-	-	-	-	-					
Recella de Serviços	11.525,63	8.164,49	3.611,65	12.203,85	6.649,07	7.960,82	101.452,27	170.601,00					
Transferências Correntes	8.853,57	4.499,12	10.454,92	9.868,72	6.461,11	11.199,32							
	1.458.839,92	1.479.503,91	1.678.178,48	1.464.370,83	1.652.813,38	1.446.818,50	20.019.235,60	24.615.067,20					
Cota-Parte do FPM	1.393.670,02	1.424.281,96	1.572.518,90	2.959.620,88	1.594.554,55	1.894.064,47							
	586.286,84	571.987,33	734.046,07	578.206,50	790.695,22	577.153,58	8.140.663,70	9.006.110,20					
Cota-Parte do ICMS	513.751,82	472.975,26	641.895,11	1.094.325,20	645.958,94	933.381,83							
	517.095,12	530.404,17	522.067,13	599.815,16	515.989,65	519.600,07	6.532.421,02	6.548.769,00					
Cota-Parte do IPVA	541.131,09	537.496,80	562.542,89	599.095,07	602.597,30	574.586,57							
	44.583,28	49.361,65	54.295,51	39.661,38	47.807,73	42.239,21	474.831,90	708.400,00					
	42.532,40	41.665,04	19.949,90	13.997,86	33.183,25	45.554,99							

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Março/2019 a Fevereiro/2020

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Previsão Atualizada 2020		
	Março/2019		Abril/2019		Maio/2019		Junho/2019		Julho/2019			Agosto/2019	
	Setembro/2019	Outubro/2019	Novembro/2019	Dezembro/2019	Janeiro/2020	Fevereiro/2020	Total Últimos 12 Meses						
Cota-Parte do ITR	-	91,26	106,78	30,72	-	29,72	4.953,15					16.939,00	
Transferências da LC 87/1996	1.052,42	3.377,07	45,39	191,41	-	28,38						66.550,00	
Transferências da LC 61/1989	6.623,58	6.715,08	6.575,31	6.895,64	6.980,59	6.247,70	82.727,42					106.880,00	
Transferências do FUNDEB	7.616,10	6.740,16	7.078,16	8.319,71	4.178,48	8.756,91							
	158.516,38	161.578,20	169.495,98	154.785,01	155.393,32	158.873,15	2.004.661,99					2.397.370,00	
Outras Transferências Correntes	165.705,80	161.237,95	149.170,72	200.936,17	183.472,06	185.487,25							
	145.734,72	159.366,22	191.591,70	174.976,42	135.946,87	142.675,07	2.778.986,42					5.764.049,00	
Outras Receitas Correntes	121.880,39	200.789,68	191.836,73	1.042.755,56	125.164,52	146.268,54	86.642,77					149.350,00	
	6.346,44	2.867,83	8.536,09	17.636,28	21.792,26	3.920,82							
DEDUÇÕES (II)	2.745,05	6.886,50	3.332,70	7.295,37	3.371,63	2.011,80	2.918.709,17					3.143.669,84	
	230.917,59	231.711,71	263.417,94	226.921,71	209.266,28	229.053,83							
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	221.282,85	212.450,66	246.302,09	277.739,54	256.347,69	313.297,28							
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-							
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	230.917,59	231.711,71	263.417,94	226.921,71	209.266,28	229.053,83	2.918.709,17					3.143.669,84	
Outras Deduções criadas pela Entidade	221.282,85	212.450,66	246.302,09	277.739,54	256.347,69	313.297,28							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-III)	1.446.360,47	1.624.733,28	1.595.953,65	1.401.165,55	1.554.332,81	1.394.844,26	19.327.301,90					24.632.044,36	
	1.294.838,76	1.356.619,52	1.444.995,67	2.907.843,33	1.512.944,81	1.792.669,79							
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	-	-	-	-	-							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.446.360,47	1.624.733,28	1.595.953,65	1.401.165,55	1.554.332,81	1.394.844,26	19.327.301,90					24.632.044,36	
	1.294.838,76	1.356.619,52	1.444.995,67	2.907.843,33	1.512.944,81	1.792.669,79							
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.446.360,47	1.624.733,28	1.595.953,65	1.401.165,55	1.554.332,81	1.394.844,26	19.327.301,90					24.632.044,36	
	1.294.838,76	1.356.619,52	1.444.995,67	2.907.843,33	1.512.944,81	1.792.669,79							

RREO 1 BIM 2020

Publicação Nº 2435092

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Página 1 de 2

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	ACIMA DA LINHA	
		Até o Bimestre/2020	
		Receitas Realizadas (a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	24.632.044,36		3.305.614,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.443.510,00		314.200,69
IPTU	544.870,00		60.311,67
ISS	425.130,00		56.994,45
ITBI	515.220,00		69.970,65
IRRF	272.420,00		56.125,03
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	685.870,00		70.798,89
Contribuições	193.600,00		32.803,15
Receita Patrimonial	198.746,00		16.592,85
Aplicações Financeiras (II)	190.386,00		5.755,71
Outras Receitas Patrimoniais	8.360,00		10.837,14
Transferências Correntes	21.471.397,36		2.918.974,05
Cota-Parte do FPM	7.487.300,16		1.263.472,67
Cota-Parte do ICMS	5.079.261,60		941.747,28
Cota-Parte do IPVA	566.720,00		62.990,72
Cota-Parte do ITR	13.551,60		22,71
Transferências da LC 87/1996	56.265,00		-
Transferências da LC 61/1989	106.880,00		10.348,30
Transferências do FUNDEB	2.397.370,00		368.959,31
Outras Transferências Correntes	5.764.049,00		271.433,06
Demais Receitas Correntes	324.791,00		23.043,86
Outras Receitas Financeiras (III)	-		-
Receitas Correntes Restantes	324.791,00		23.043,86
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	24.441.658,36		3.299.858,89
RECEITAS DE CAPITAL (V)	4.828.098,84		-
Operações de Crédito (VI)	581.000,00		-
Amortização de Empréstimos (VII)	-		-
Alienação de Bens	552.340,00		-
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-		-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-		-
Outras Alienações de Bens	552.340,00		-
Transferências de Capital	3.694.758,84		-
Convênios	2.399.548,80		-
Outras Transferências de Capital	1.295.210,04		-
Outras Receitas de Capital	-		-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-		-
Outras Receitas de Capital Primárias	-		-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	4.247.098,84		-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	28.688.757,20		3.299.858,89

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2020					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	24.253.253,20	6.553.523,96	2.170.182,12	1.749.578,20	121.862,04	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	10.980.702,00	1.868.901,29	1.300.012,19	1.145.575,96	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	100.000,00	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.172.551,20	4.684.622,67	870.169,93	604.002,24	121.862,04	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	24.153.253,20	6.553.523,96	2.170.182,12	1.749.578,20	121.862,04	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	6.395.990,00	1.348.155,45	121.032,20	102.964,55	-	-	-
Investimentos	5.755.890,00	1.348.155,45	121.032,20	102.964,55	-	-	-
Inversões Financeiras	537.100,00	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	537.100,00	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	103.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX)	6.292.990,00	1.348.155,45	121.032,20	102.964,55	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	229.900,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	30.676.143,20	7.901.679,41	2.291.214,32	1.852.542,75	121.862,04	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Página 2 de 2

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		1.325.454,10
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2020
		VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		5.755,71
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.331.209,81
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2019	Até o 1º Bimestre
	(a)	(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	-	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	1.887.738,05	3.409.836,83
Disponibilidade de Caixa	1.877.661,34	3.399.418,10
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.006.460,41	3.406.355,13
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	128.799,07	6.937,03
Demais Haveres Financeiros	10.076,71	10.418,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-1.887.738,05	(3.409.836,83)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		1.522.098,78
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		121.862,04
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		-
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		-
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		-
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		-
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		-
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)		1.400.236,74
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)		1.394.481,03
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 09/Abr/2020, 09h e 19m.

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 38/2020

Publicação Nº 2435267

DECRETO Nº 038, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE O REGIME ESPECIAL DE REPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NAS MODALIDADES À DISTÂNCIA; PRESENCIAL E SEMIPRESENCIAL, NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTE CARLO, SC, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DO ANO DE 2020, TOMADAS COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ CONTINUIDADE À ADOÇÃO PROGRESSIVA DE MEDIDAS NOS ÓRGÃOS E NAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao CORONAVÍRUS (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais;

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Monte Carlo estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as últimas informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;

CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO a edição pelo Município de Monte Carlo, dos Decretos Municipais nº 029/2020, de 18 de março de 2020 e nº 31/2020, de 24 de março de 2020;;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A, que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios em baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

CONSIDERANDO o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

CONSIDERANDO que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das Autoridades Sanitárias;

CONSIDERANDO a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá

adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; e de 75% nas outras etapas. CONSIDERANDO que o Parecer CNE/CEB nº 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentações dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública.

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, §3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos Sistemas de Ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

CONSIDERANDO que em aplicação conjugada da Lei nº 11.738/2008 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aquela veio determinar qual a parcela mínima de carga horária do professor deve ser reservada a estudos, planejamento e avaliação.

CONSIDERANDO que o trabalho a distância é realidade e presente no mundo laboral, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e instrumental da informática e das telecomunicações no processo produtivo;

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução CME/SC Nº 001, de 08 de abril de 2020, do Conselho Municipal de Educação, que estabelece normas para o regime especial de atividades escolares no Sistema Municipal de Educação o Município de Monte Carlo, e parte integrante do presente deste decreto e determina as medidas necessárias para reposição do calendário escolar conforme as normas vigentes nesse ato legal. Parágrafo único. As aulas em regime especial, sem a presença ou semipresencial de estudantes ou professores nas dependências escolares, terão início em 13 de abril de 2020.

CAPÍTULO I

DA POSSIBILIDADE DEREGIME DE ENSINO NÃO PRESENCIAL

REGIME HÍBRIDO (PARA REPOSIÇÃO DE AULAS)

Art. 2º. Para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, serão definidas atividades pedagógicas sem a presença, ou semipresencial de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições da Rede Municipal de Ensino pública e educação infantil privadas, da Educação Básica, Profissional pertencentes ao Município de Monte Carlo.

§ 1º Para a recuperação dos dias letivos suspensos o ensino poderá ser ofertado no Ensino Fundamental, AEE (Atendimento Educacional Especializado), EJA a forma não presencial e/ou semipresencial de ensino.

§ 2º Nos termos do § 4º do artigo 32, da Lei nº 9.394/96 (LDB), a forma de Educação a Distância só será utilizada no Ensino Fundamental e Educação Infantil (Pré I e Pré II) e com atividades complementares para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

Art. 3º O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido por 30 (trinta) dias, sendo que prevê: 13 dias considerados recesso a partir de 19 de março de 2020, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias.

§ 1º A oferta da modalidade de ensino a distância para todas as etapas da educação básica e Educação Infantil (Pré I e PRÉII), terá caráter excepcional seguindo normas e decretos do Governador do Estado de Santa Catarina. Podendo ser ampliado por novo período enquanto durar a situação de emergência de saúde pública. E respeitará a carga horária semanal de cada disciplina.

§ 2º Nesse momento de excepcionalidade, as atividades serão únicas para toda a Rede Municipal de Ensino, independente da escola, desenvolvidas por ano e disciplinas.

Art. 4º Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições ou redes de ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

I - planejar e elaborar, com a colaboração e, executadas pelo corpo docente, (art. 13º LDB, inciso II), as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II - divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III - propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.

IV -incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V -zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

VI - o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar;

VII - as direções e coordenação pedagógica apresentarão seus planos de ação, para a Secretária Municipal de Educação, que, como órgão gestor da educação, terá o papel de avaliar e deliberar sobre a pertinência e viabilidade dos planos de ação propostos, em decisão compartilhada com o Conselho Municipal de Educação.

§ 1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2º Quanto a etapa da educação infantil a avaliação obedecerá a caput do art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; deverá ser garantido nas atividades que possam serem desenvolvidas para esta etapa que obedeçam as propostas do Currículo municipal e o Currículo Base do Território Catarinense garantido os, direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária. Especificamente nesta resolução para educação infantil (pré-escolar) (4 e 5 anos).

§ 3º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar desse período, em especial para as classes de alfabetização e anos iniciais.

§ 4º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 5º Para fins de cumprimento da carga horário mínimo previsto na LDB (800 horas), as instituições ou redes de ensino considerarão, o cômputo das horas compostas por atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no inciso anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 6º A realização de atividades não-presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, não excluirá a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não sejam possíveis contemplar às 800 horas previstas em lei, sendo admissível a extensão da jornada escolar.

§ 7º Qualquer proposta de estudo para atividades não-presenciais que demande o uso da internet, deverá considerar as condições de acesso de estudantes à rede. Ou seja, considerar a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartphone com planos de acesso de dados de internet. Tais estudantes não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos (as) docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto do(a) docente, podendo, ainda, tomados os devidos cuidados e precauções, fornecer materiais impressos aos estudantes que não possuem acesso à internet.

Art. 5º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período de regime não presencial

Parágrafo único. Consideram-se de efetivo trabalho escolar, os dias em que forem desenvolvidas atividades regulares de aula ou outras programações didático-pedagógicas, planejadas pela escola desde que contem com a frequência controlada dos alunos e o monitoramento dos professores.

CAPÍTULO II

DA REPOSIÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR PRESENCIAL E SEMIPRESENCIAL

Art. 6º As escolas da rede municipal somente poderão encerrar o ano letivo após o cumprimento dos dias letivos e das horas de aula em que foram suspensas as aulas conforme Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020, e Decretos Municipais nº 029/2020, de 18 de março de 2020 e nº 31/2020, de 24 de março de 2020, assegurando-se para cada etapa de ensino conforme o art.4º da LDB, a todos os alunos do Sistema, o mínimo de dias letivos e horas de aula estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim considerados:

I - 800 horas de efetivo trabalho escolar para os cursos de organização anual;

II - a totalidade da carga horária estabelecida no quadro curricular homologado;

III - para cumprimento do disposto neste artigo deverá ser planejada a reposição da carga horária prevista e não realizada, bem como das aulas previstas e não ministradas, na conformidade do contido na presente norma, podendo, no cômputo das horas, serem acrescidas as aulas realizadas em regime não presencial devidamente registradas.

Art. 7º A reposição de dias letivos e ou carga horária poderá ocorrer ao longo do ano letivo, em horário diverso ao das aulas regulares da classe, podendo também ser realizada na modalidade semipresencial.

§ 1º Constatada a impossibilidade de realizar a reposição de que trata o caput, será programada a reposição da carga horária para feriados ou recessos escolares, obedecida a seguinte ordem de precedência:

I - Recesso escolar de julho;

II - Recesso escolar de dezembro;

III - Férias de janeiro.

§ 2º As reuniões pedagógicas e conselho de classe serão realizadas por videoconferência.

Art. 8º Caberá a todas as instituições da rede escolar do Sistema Municipal de Ensino:

I -efetuar o levantamento por classe e ou por componente curricular do total de dias não trabalhados e aulas não ministradas

II - elaborar, o plano de reposição dos dias letivos e ou da carga horária a serem cumpridos;

III - notificar alunos e pais sobre a necessidade de reposição de dias letivos e ou de aulas, afixando, em local visível, as datas e horários estabelecidos no plano de reposição;

IV - encaminhar o plano de reposição à Secretaria Municipal de Educação para homologação.

Art. 9º O plano de reposição deverá ser formalizado em documento próprio que explicita a situação do calendário escolar, de cada classe e dos respectivos componentes curriculares, de modo a garantir as informações pertinentes e necessárias à análise e aprovação das atividades propostas.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação analisar e aprovar o plano de reposição, quando a reposição de dias letivos implicar alteração do calendário escolar.

Art. 10. Caberá às direções e coordenação pedagógica de cada unidade escolar:

I - acompanhar o desenvolvimento das atividades escolares, verificando a necessidade de reposição de dias letivos e de carga horária;

II - orientar as equipes escolares na elaboração do plano de reposição de dias letivos e ou de aulas;

III - analisar o plano de reposição proposto pela escola, emitindo parecer sobre a sua homologação;

IV - acompanhar a execução das atividades de reposição programadas para cada classe;

V - orientar os procedimentos para os registros referentes às atividades de reposição e à vida escolar dos alunos.

Art. 11. Caberá à Secretaria Municipal de Educação homologar, mediante parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, o plano de reposição da carga horária devida e ou de aulas proposto pela unidade escolar.

Art. 12. A equipe escolar, após a homologação do plano de reposição, procederá às adequações do plano de trabalho definido para o bimestre letivo, de modo a garantir a consecução dos objetivos propostos e o desenvolvimento das atividades curriculares previstas para cada disciplina.

Art. 13. A Secretária Municipal de Educação e o Departamento de Recursos Humanos, em suas respectivas áreas de atuação, poderão, se necessário, expedir instruções complementares para cumprimento do disposto na presente resolução.

Art. 14. As Direções de Ensino poderão resolver os casos específicos de sua unidade, obedecidas as disposições legais desta norma.

CAPÍTULO III

REGULAMENTAÇÃO DA JORNADA DURANTE OS PERÍODOS DE QUARENTENA

Art. 15. Em complementação as medidas estabelecidas nos Decretos Municipais nº 030/2020, de 21 de março de 2020 e nº 31/2020, de 24 de março de 2020, face a edição dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020, e da Resolução CME/SC Nº 001, de 08 de abril de 2020, do Conselho Municipal de Educação, ficam estabelecidas as normativas de que trata o presente Decreto no que diz respeito à regulamentação da jornada dos servidores da educação.

§1º Será atribuída prioridade à modalidade de home office, quando cabível, flexibilizando-se as restrições impostas pelos respectivos regimes de trabalho.

§2º Será autorizado aos agentes públicos, em especial os professores, de acordo com as determinações da Chefia Imediata, ouso da modalidade de home office, inclusive para as atividades não finalísticas da atribuição do cargo, cabendo aos subordinados a adesão a esta espécie, que perdurará durante o período necessário ao enfrentamento da emergência de que trata este Decreto e os Decretos Municipais nº 030/2020, de 21 de março de 2020 e nº 31/2020, de 24 de março de 2020.

1. § 3º Os agentes públicos que permanecerem em home office deverão estar com dispositivo de comunicação (WhatsApp e e-mail) em funcionamento e conectados aos grupos de trabalho virtual, durante os horários normais de expediente.

§4º Os agentes públicos que trabalharem em regime de home office ficarão vinculados às disposições deste Decreto, que serão consideradas, para todos os fins e efeitos, como integrantes do contrato de trabalho e/ou vínculo institucional.

Art. 16. A vinculação precária ao regime de trabalho via home office não constitui direito adquirido do agente público, podendo ser rescindida a qualquer tempo, independentemente de notificação.

§1º O trabalho via home office deverá ser determinado pela Chefia Imediata mediante critérios a serem definidos, inclusive, produtividade.

§2º A vinculação precária ao regime de trabalho via home office não acarretará a incidência de qualquer benefício ao agente público, tampouco será motivo para qualquer indenização, devendo o agente que aderir ao sistema, se munir dos devidos equipamentos, a seu custo, para garantia de comunicação e produtividade estabelecida.

§3º Os serviços realizados durante o sistema de trabalho via home office deverão ser encaminhados para acompanhamento da respectiva Chefia Imediata, no prazo máximo de até 07 (sete) dias, contatos da distribuição da demanda, findo o qual, o agente público deverá retornar ao local de trabalho para receber nova carga de demandas.

§4º Os pontos dos agentes públicos que estiverem em trabalho pelo sistema home office, serão registrados automaticamente, dentro do horário normal de expediente, previsto na carreira, ou na instituição escolar.

Art. 17. A Chefia Imediata poderá convocar agentes públicos para a realização de serviços necessários para atendimento a este decreto inclusive presencial caso seja extremamente necessário.

§ 1º O não atendimento a convocação será considerado como ilícito funcional grave e sujeitará o agente público as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

§2º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, e diante de situações concretas analisadas pela Chefia Imediata, está poderá agir da seguinte forma:

I - Para os serviços públicos considerados essenciais – poderá conceder retirada de férias vencidas, retirada de banco de horas, antecipação de férias (calculadas proporcionalmente), retirada de licenças prêmio vencidas, glosa do período com efetiva compensação em momento posterior.

II - Para os serviços públicos da Secretaria de Educação:

a) Para os servidores do magistério:

i. antecipação do período de recesso;

ii. antecipação das horas atividades (§4º do artigo 2º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008), ou conforme previsto no Plano de Carreira do magistério;

iii. retirada de férias vencidas;

iv. retirada de banco de horas, antecipação de férias (calculadas proporcionalmente);

v. retirada de licenças prêmio vencidas;

vi. para reposição de aulas presenciais conforme ato próprio que regulamentará o calendário escolar;

vii. glosa do período com efetiva compensação em momento posterior, nesta ordem;

b) Para os demais servidores da educação: poderá conceder retirada de férias vencidas, retirada de banco de horas, antecipação de férias (calculadas proporcionalmente), retiradas de licenças prêmio vencidas, glosa do período com efetiva compensação em momento posterior.

Art. 18. Os professores e os especialistas em educação das instituições de ensino, enquanto as aulas estiverem suspensas, terão sua jornada de trabalho transformadas em horas atividades e destinadas para planejamento e aulas na modalidade de ensino que o sistema municipal decidir para reposição das horas efetivamente não ofertadas no ensino para o cumprimento das 800 (oitocentas) horas conforme a legislação federal vigente.

Art. 19. As Chefias Imediatas poderão, adicionalmente, flexibilizar a jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art. 20. O integrante do Quadro do Magistério possui o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições, em razão da qual, além das obrigações previstas em outras normas, deverá:

I- Participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares previstas neste decreto

II - O não-comparecimento e ou participação do docente nos dias de convocação para participar de videoconferências, e atos previstos neste decreto acarretará falta, a conforme o caso, observado o total das horas de duração dos eventos exceção aos dispensados em ato legal.

Art. 21. No caso específico da necessidade de reposição de aulas/dias letivos, por qualquer motivo (suspensão de expediente por ato legal, problemas físicos estruturais da escola, surtos epidêmicos, greves, interdição ou ocupação do prédio escolar por ordem judicial, etc.), será seguindo os seguintes procedimentos que consiste nos seguintes critérios alternativos:

§1º Se o professor teve faltas consignadas, relativamente às aulas não ministradas e aos dias não trabalhados, ele não é obrigado a fazer a reposição correspondente, caso em que será contratado outro docente. Repondo, ele será devidamente remunerado e as faltas poderão ser retiradas, se houver acordo com a Secretaria de Educação.

§2º Se o professor não teve faltas consignadas, ele é obrigado a repor. Não repondo, terá as faltas consignadas nos dias/aulas programados para a reposição, com o correspondente desconto na remuneração. Nenhum professor poderá ser duplamente penalizado pelo mesmo fato, ou seja, duas faltas pela mesma aula ou pelo mesmo dia não trabalhado.

§3º O disposto neste decreto aplicar-se-á, também, aos docentes designados para funções de Direção e coordenação nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 22. Os agentes públicos que chegarem de locais ou países com transmissão comunitária do COVID-19, deverão comunicar à chefia imediata a localidade em que estiveram em data anterior ao retorno previsto para o trabalho, e deverão desempenhar suas atividades via home office, durante 14 (quatorze) dias contados da data de seu retorno.

§1º Os agentes públicos que apresentarem quaisquer sintomas de contaminação durante o período de vigência do presente Decreto e seus aditivos, ficarão afastados com remuneração.

§2º As informações prestadas pelo agente público deverão ser comprovadas documentalmente, devendo ser apresentados atestados médicos, documento de comprovação da viagem, entre outros.

§3º Para que se evitem transtornos à rotina administrativa do Departamento de Recursos Humanos, inclusive, para que se evitem prejuízos na confecção da folha de pagamento do(a) respectivo(a) agente público, orienta-se que os documentos comprobatórios a que se refere o parágrafo anterior, seja encaminhados via remota para um dos seguintes dispositivos:

a) e-mail: rh01@montecarlo.sc.gov.br;

b) e-mail: rh02@montecarlo.sc.gov.br.

Art. 23. O Poder Executivo do poderá disponibilizar link para acesso remoto aos seus agentes públicos, aos arquivos e programas, entre outros quando estiver trabalhando em regime de home office, ficando sob responsabilidade de cada agente usuário a sua correta utilização, vedando-se a publicação de arquivos e informações, sem autorização da respectiva Chefia Imediata.

Art. 24. Para encaminhamento de mensagens de grande conteúdo (acima 5Mb), o interessado poderá encaminhar link com a localização dos documentos em nuvem (Google drive, onedrive, entre outros), sempre fornecendo seu e-mail de contato.

§ 1º O Poder Executivo de Monte Carlo não responderá por eventuais arquivos corrompidos, cabendo ao interessado promover a regularização e disponibilização dos dados no prazo assinalado pela respectiva equipe técnica.

§ 2º O comprovante de recebimento por e-mail enviado pelo interessado valerá como protocolo para os devidos fins e efeitos.

§ 3º Todas as empresas que prestam serviço para o Município, empreendedores e procuradores, deverão, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data da expedição do presente Decreto, informar ao Poder Executivo seus respectivos e-mails, para os quais serão enviados os comunicados, ofícios, taxas, entre outros, valendo-se tal medida como mecanismo de comunicação oficial, abrindo-se os prazos da data da respectiva comunicação de recebimento, ou, não havendo esta no prazo de 24 (vinte e quatro horas), em 01 (um) dia, após a remessa do e-mail.

Art. 25. As Secretarias Municipais poderão, caso necessário, editar atos próprios, em complementação aos termos do presente Decreto, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020, e suas respectivas alterações, Instruções Normativas específicas, entre outros atos cabíveis.

Art. 26. Fica determinado o afastamento temporário de servidores (concursados ou comissionados), sem prejuízo dos vencimentos, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, servidores portadores de doenças respiratórias, cardíacas, hipertensão, diabetes, dentre outras consideradas de grande risco face ao coronavírus (covid-19), observando-se a obrigatoriedade de realização dos trabalhos em home office, quando cabível, nos termos deste Decreto.

Art. 27. As medidas previstas neste Decreto terão vigência vinculada às determinações constantes nos Decretos Municipais nº 029/2020, de 18 de março de 2020 e nº 31/2020, de 24 de março de 2020, e dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Parágrafo único. Os afastamentos de que trata o presente Decreto não implicarão em perda de quaisquer benefícios aos agentes públicos, inclusive auxílio-alimentação.

Art. 28. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2020.

Art. 29. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 09 de abril de 2020.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita de Monte Carlo

PORTARIA 186/2020

Publicação Nº 2435493

PORTARIA Nº 186/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA, o servidor ANILDO CORREA, RG 140.992/SSP SC, investido no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SERÇO PÚBLICO do quadro de pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela lei Complementar 049/2011 de 07 outubro de 2011; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Art. 2º a presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pelo prefeito os cargo de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos na data de 09 de abril de 2020, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 09 de abril de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

Monte Castelo

PREFEITURA

PORTARIAS DE 120/2020 A 149/2020

Publicação Nº 2435238

PORTARIA Nº 120/2020 DE 02 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, a Servidora MICHELLE BERTONCELLO, investida no Cargo de PROFESSORA PEB II, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, ficando revogada Portaria nº 104/2020 de 20 de Fevereiro de 2020, através da qual a mesma foi designada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 02 de Março de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 121/2020 DE 02 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, o Servidor DANILO FERREIRA, investido no Cargo de PROFESSOR PEB II, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, ficando revogada a parte que consta seu nome, da Portaria 072/2020 de 03 de Fevereiro de 2020, através da qual o mesmo foi designado para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 02 de Março de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 122/2020 DE 02 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, a Servidora EUCLAIR REGINA PIRES DE MORAIS, investida no Cargo de PROFESSOR PEB I, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, ficando revogada a Portaria 073/2020 de 03 de Fevereiro de 2020, através da qual a mesma foi designada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 02 de Março de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Março de 2020.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 123/2020 DE 02 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 002/2018 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2019 de 04 de Dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, EUCLAIR REGINA PIRES DE MORAIS, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB I), do Quadro de Pessoal de Provisão Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, onde executará a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia a contar da data de 02 de Março de 2020;

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019, para o Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 124/2020 DE 02 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ANDRIELI MIRIAN POPOVICZ, para exercer o cargo de CHEFE DE SETOR DA CULTURA, do Quadro de Pessoal de Provisão em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, criado pela Lei Municipal Complementar Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "CC-01-A", constante do Anexo VII, Sub-Anexo A, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Março de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 125/2020 DE 02 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I,

VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, a Servidora DEYDRE FRANCISCO GATTI, investida no Cargo de MÉDICA, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, ficando revogada a Portaria 024/2020 de 06 de Janeiro de 2020, através da qual a mesma foi designada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 02 de Março de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Março de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

PORTARIA Nº 126/2020 DE 02 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 115 e119, da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora LEONI GREIN RODRIGUES DA SILVA, investida no Cargo de PROFESSORA (mat.3472/01), do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, com conversão em Abono Pecuniário, nos termos do Artigo 115 da Lei Complementar n.º 001/93 de 26 de Abril de 1993, calculada com base no parágrafo 2º do mesmo Artigo, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 15/07/2014 a 15/07/2019;

Art.2º. Dos 90 (noventa) dias da Licença a que a funcionária faz jus, os mesmos serão transformados em Abono Pecuniário, e pagos em 04 (quatro) parcelas, nos meses de março, abril, maio e junho de 2020;

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Março de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

PORTARIA Nº 127/2020 DE 02 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 101, da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora LEONI GREIN RODRIGUES DA SILVA (mat.3472/01) , investida no Cargo de PROFESSORA, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, Prêmio Especial, nos termos do artigo 101, da Lei Complementar N.º 001/93 de 26 de Abril de 1993.

Art.2º. O pagamento do Premio Especial devido à referida servidora será realizado em favor da mesma, em 04 (quatro) parcelas, nos meses de março, abril, maio e junho de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 128/2020 DE 02 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 002/2018 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2019 de 04 de Dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, JANEFER RODRIGUES, para exercer o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB II), do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, onde executará a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia retroativa a contar da data de 03 de Fevereiro de 2020;

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019, para o Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 129/2020 DE 03 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 002/2018 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2019 de 04 de Dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, PRISCILA REGINA DE PAULA, para exercer o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB II), do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, onde executará a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia a contar da data de 03 de Março de 2020;

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019, para o Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 130/2020 DE 03 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 001/2019 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, DANIELE DOS SANTOS, para exercer o cargo de CUIDADORA, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo VII, da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, onde executará a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia a contar da data de 03 de Março de 2020;

Art. 2º A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 131/2020 DE 06 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, a Servidora SÍLVIA MROSKOWSKI, investida no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, ficando revogada a Portaria 255/2016 de 08 de Junho de 2016, através da qual a mesma foi designada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 06 de Março de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 06 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 06 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 132/2020 DE 06 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, DORVALINA CORREA COSTA, para exercer o cargo de CHEFE DE SETOR DA EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, criado pela Lei Municipal Complementar Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "CC-01-A", constante do Anexo VII, Sub-Anexo A, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, sendo que os

efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia retroativa a partir da data de 05 de Março de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 06 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 06 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 133/2020 DE 06 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor WILSON ALVES RIBEIRO, investido no Cargo de OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS "A", do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 20/02/2019 a 19/02/2020, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário, e o gozo dos 20 (vinte) dias remanescentes ocorrerão entre 01/04/2020 a 20/04/2020;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados ao referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Março de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 06 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 06 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 134/2020 DE 06 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 115 e 119, da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora JANETE DIAS DA SILVA CORDEIRO, investida no Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, com conversão em Abono Pecuniário, nos termos do Artigo 115 da Lei Complementar n.º 001/93 de 26 de Abril de 1993, calculada com base no parágrafo 2º do mesmo Artigo, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 07/03/2014 a 07/03/2019;

Art.2º. Dos 90 (noventa) dias da Licença a que a funcionária faz jus, os mesmos serão transformados em Abono Pecuniário, e pagos em 04 (quatro) parcelas, nos meses de março, abril, maio e junho de 2020;

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 06 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 06 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 135/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, o Servidor EMÍLIO PRESTES DE SOUZA, investido no Cargo de CHEFE DE SETOR DE PATRIMÔNIO, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, ficando revogada a Portaria 429/2017 de 19 de Setembro de 2017, através da qual o mesmo foi nomeado para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 16 de Março de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 16 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 16 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 136/2020 DE 19 DE MARÇO DE 2020

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, o Servidor SAUL FREDERICO, investido no Cargo de SUPERVISOR DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, ficando revogada a Portaria 431/2019 de 01 de Outubro de 2019, através da qual o mesmo foi nomeado para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 19 de Março de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 19 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 19 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 137/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 002/2018 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2019 de 04 de Dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, MARIA GORETI GRANEMANN CARNEIRO, para exercer o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB II), do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, onde executará a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia retroativa a contar da data de 13 de Março de 2020;

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019, para o Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 16 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 16 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração
PORTARIA Nº 138/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 002/2018 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2019 de 04 de Dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, LUANA FERNANDA ALONÇO, para exercer o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB I), do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, onde executará a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia retroativas a contar da data de 13 de Março de 2020;

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019, para o Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 16 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 16 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração
PORTARIA Nº 139/2020 DE 16 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 115 e 119, da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora LUCI PEREIRA DA ROCHA KOASKI, investida no Cargo de MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, com conversão em Abono Pecuniário, nos termos do Artigo 115 da Lei Complementar n.º 001/93 de 26 de Abril de 1993, calculada com base no parágrafo 2º do mesmo Artigo, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 14/03/2015 a 14/03/2020;

Art.2º. Dos 90 (noventa) dias da Licença a que a funcionária faz jus, os mesmos serão transformados em Abono Pecuniário, e pagos em 06 (seis) parcelas, nos meses de março, abril, maio, junho, julho e agosto de 2020;

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 16 de Março de 2020.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 06 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 140/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 110,11,112, e 113 da Lei Complementar Municipal nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora ELANDRA SIMÕES DE LIMA, investida no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO do Poder Executivo Municipal, LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, conforme Artigo 110 da Lei Complementar Municipal nº 001/93 de 26 de Abril de 1993, com eficácia a partir do dia 18 de Março de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 141/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 002/2018 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 02/2018 de 05 de Dezembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, ELAINE ROSCAMP NUNES CORREA, para exercer o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB I), do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, onde executará a Jornada de Trabalho de 10 (dez), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia retroativas a contar da data de 09 de Março de 2020;

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 02/2019, Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 142/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora TEREZINHA APARECIDA ZAPORA MAX DE OLIVEIRA, investida no Cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 15/09/2017 a 14/09/2018, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário, e o gozo dos 20 (vinte) dias remanescentes, 10 (dez) dias ocorreram conforme decreto de férias coletivas, e os 10 (dez) dias remanescentes ocorrerão entre 04/03/2020 a 13/03/2020;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de Março de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;
Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Março de 2020.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 143/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor ADEMIR MENEGAZZO, investido no Cargo de MOTORISTA, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 20/02/2019 a 19/02/2020, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário, e o gozo dos 20 (vinte) dias remanescentes ocorrerão entre 20/03/2020 a 08/04/2020;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados ao referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Março de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;
Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 144/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor ADAMÉSIO LOURENÇO, investido no Cargo de DIRETOR GERAL DE FISCALIZAÇÃO, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 19/02/2017 a 18/02/2018, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, ocorrerá entre 16/03/2020 a 15/04/2020;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados ao referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Março de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;
Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 145/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor LINDOMAR ALVES DA SILVA, investido no Cargo de CHEFE DE SETOR DE OBRAS, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 06/03/2019 a 05/03/2020, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário, e o gozo dos 20 (vinte) dias remanescentes ocorrerão entre 09/03/2020 a 28/03/2020;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados ao referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Março de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 146/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor ANTÔNIO CARLOS MACHADO DE LIMA, investido no Cargo de CONTROLADOR INTERNO, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 02/02/2018 a 01/02/2019, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, 15 (quinze) dias ocorreram conforme decreto de férias coletivas nº 2121 de 21 de Dezembro de 2019, e os 15 (quinze) dias remanescentes ocorrerão entre 23/03/2020 a 06/04/2020;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados ao referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Março de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 147/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI

e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor OSNI TORQUATO, investido no Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 01/05/2018 a 30/04/2019, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário, e o gozo dos 20 (vinte) dias remanescentes ocorrerão conforme acordo interno;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados ao referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Março de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Março de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

PORTARIA Nº 148/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora PERPETA TRINDADE RIBEIRO DE LIMA RUCKL, investida no Cargo de CHEFE DE SETOR DE COMUNICAÇÃO, do Quadro de Pessoal de Provisão em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 01/02/2019 a 31/01/2020, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, 15 (quinze) dias ocorreram conforme decreto de férias coletivas nº 2121 de 21 de Dezembro de 2019, e os 15 (quinze) dias remanescentes ocorrerão entre 16/03/2020 a 30/03/2020;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de Março de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Março de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

PORTARIA Nº 149/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º INDENIZAR o servidor OSNI TORQUATO, investido no cargo de Agente de Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo, do Poder Executivo Municipal, referente ao período de 20 (vinte) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo compreendido entre 01/05/2014 a 30/04/2015;

Art.2º. A Indenização a que se refere esta Portaria, está sendo realizada pela razão de que o Servidor OSNI TORQUATO não gozou o período

de férias de 20 (vinte) dias a que tinha direito, no período aquisitivo especificado no Artigo 1º desta Portaria, e conforme estabelecido no Artigo 1º da Portaria nº 323/2016 de 26 de Agosto de 2016;

Art. 3º .Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 18 de Março de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 18 de Março de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 124/2020

Publicação Nº 2435335

Lei Complementar nº. 124/2020, de 09 de abril de 2020.

ALTERA O ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 1.284 DE 24 DE JUNHO DE 2008.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o anexo III da Lei Municipal nº 1284 de 24 de junho de 2008, referente ao vencimento inicial do médico ginecologista, passando a vigorar:

EMPREGO PÚBLICO	QTDE.	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MENSAL	REQUISITOS BÁSICOS
MÉDICO GINECOLOGISTA	02	Semanal 20h	R\$ 7.609,11	Portador de certificado de conclusão de ensino superior com registro no respectivo Conselho ou Órgão fiscalizador do exercício profissional e comprovante de especialização na área.

Art. 2º - Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de abril de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 1.991/2020

Publicação Nº 2435343

LEI Nº 1.991/2020, de 09 de abril de 2020

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA AUTORIZADO A FIRMAR TERMO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, OBJETIVANDO A FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO PARA O FOMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E DA ÁREA DA SAÚDE. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Morro da Fumaça autorizado a firmar Termo de Parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, objetivando a formação de vínculo de cooperação para o fomento e execução das atividades de interesse público, em especial a execução de programas sociais, educacionais e da área da saúde.

Art. 2º - O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Município e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE deverá discriminar direitos, responsabilidades e obrigações dos signatários, e ser antecedido de procedimento licitatório.

Art. 3º - São cláusulas obrigatórias do Termo de Parceria:

I – do objeto, que deverá conter a especificação detalhada do programa de trabalho proposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE;

II – da estipulação de metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução;

III – da previsão expressa dos critérios, objetivos e avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultados;

IV – da previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando por item as categorias contábeis utilizadas pela Associação e detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal, a serem pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados ou consultores;

V – do estabelecimento das obrigações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, entre as quais a de repassar ao Município, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico de metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões contidas no inciso IV deste artigo;

Art. 4º - Antes da celebração do Termo de Parceria deverá o órgão da administração municipal interessado na assinatura do instrumento verificar:

I - o regular funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE;

II - o exercício, pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de atividades referentes à matéria objeto do Termo de Parceria nos últimos três anos; e

III - se não existe processo administrativo no Ministério da Justiça solicitando o cancelamento da qualificação da entidade.

Art. 5º - A especificação do Programa de Trabalho proposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE será executada mediante aprovação pelo Poder Executivo, nos seguintes termos:

I – identificação do objeto a ser executado;

II – metas a serem atingidas;

III – etapas ou fases de execução;

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – previsão de início e término da execução do objeto.

Art. 6º - A execução do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada pelo órgão da Administração Municipal afeto ao objeto do instrumento, que a qualquer momento poderá requisitar informações e a devida prestação de contas.

Parágrafo Único: Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE.

Art. 7º - A prestação de contas, que deverá ser realizada anualmente e ao término do Termo de Parceria, deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - relatório anual de execução das atividades objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e despesa realizada na execução do termo de parceria;

III - demonstração do resultado final do exercício;

IV - balanço patrimonial;

V - demonstração das origens e aplicações dos recursos;

VI - demonstração das mutações do patrimônio social;

VII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e

VIII - parecer e relatório de auditoria nos termos do artigo 15, se for o caso.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no caput deste artigo, entende-se por Prestação de Contas a comprovação da correta aplicação dos recursos públicos recebidos e do adimplemento do objeto do Termo de Parceria.

Art. 8º - Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria que tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, deverão representar imediatamente ao Tribunal de Contas Estadual e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 9º - Qualquer alteração realizada no estatuto da entidade posteriormente à assinatura do Termo de Parceria deverá ser comunicada imediatamente ao órgão municipal.

Art. 10 - O Termo de Parceria não poderá ser celebrado por período superior ao do exercício fiscal.

Parágrafo Único: Caso o Termo de Parceria termine sem o adimplemento total do objeto ou havendo excedentes financeiros disponíveis com a Associação, poderá o referido Termo ser prorrogado até o adimplemento total ou devolução da verba excedente.

Art. 11 - A movimentação dos recursos destinados ao cumprimento do Termo de Parceria deverá ser feita em conta corrente específica, a ser aberta em instituição financeira indicada pelo Município.

Art.12 - A liberação de recursos para execução do Termo de Parceria deverá ser realizada de acordo com o cronograma apresentado, cabendo-lhe o repasse anual no valor de até R\$ 19.702,80 (Dezenove mil, setecentos e dois reais e oitenta centavos).

Art. 13 - Aplica-se, no que couber ao âmbito municipal, as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2017 e o Decreto Municipal nº 038, de 10 de Fevereiro de 2017.

Art. 14 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 09 de abril de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 1.992/2020

Publicação Nº 2435349

LEI Nº 1.992/2020, de 09 de abril de 2020.

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA AUTORIZADO A FIRMAR TERMO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO CANTINHO DO AMOR, OBJETIVANDO A FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO PARA O FOMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanctiono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Morro da Fumaça autorizado a firmar Termo de Parceria com a Associação Cantinho do Amor, objetivando a formação de vínculo de cooperação para o fomento e execução das atividades de interesse público, em especial a execução de programas sociais.

Art. 2º - O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Município e a Associação Cantinho do Amor deverá discriminar direitos,

responsabilidades e obrigações dos signatários, e ser antecedido de procedimento licitatório.

Art. 3º - São cláusulas obrigatórias do Termo de Parceria:

I – do objeto, que deverá conter a especificação detalhada do programa de trabalho proposto pela Associação Cantinho do Amor;

II – da estipulação de metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução;

III – da previsão expressa dos critérios, objetivos e avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultados;

IV – da previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando por item as categorias contábeis utilizadas pela Associação e detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal, a serem pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados ou consultores;

V – do estabelecimento das obrigações da Associação Cantinho do Amor, entre as quais a de repassar ao Município, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico de metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões contidas no inciso IV deste artigo;

Art. 4º - Antes da celebração do Termo de Parceria deverá o órgão da administração municipal interessado na assinatura do instrumento verificar:

I - o regular funcionamento da Associação Cantinho do Amor;

II - o exercício, Associação Cantinho do Amor de atividades referentes à matéria objeto do Termo de Parceria nos últimos três anos; e

III - se não existe processo administrativo no Ministério da Justiça solicitando o cancelamento da qualificação da entidade.

Art. 5º - A especificação do Programa de Trabalho proposto pela Associação Cantinho do Amor será executada mediante aprovação pelo Poder Executivo, nos seguintes termos:

I – identificação do objeto a ser executado;

II – metas a serem atingidas;

III – etapas ou fases de execução;

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – previsão de início e término da execução do objeto.

Art. 6º - A execução do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada pelo órgão da Administração Municipal afeto ao objeto do instrumento, que a qualquer momento poderá requisitar informações e a devida prestação de contas.

Parágrafo Único: Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Associação Cantinho do Amor.

Art. 7º - A prestação de contas, que deverá ser realizada anualmente e ao término do Termo de Parceria, deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - relatório anual de execução das atividades objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e despesa realizada na execução do termo de parceria;

III - demonstração do resultado final do exercício;

IV - balanço patrimonial;

V - demonstração das origens e aplicações dos recursos;

VI - demonstração das mutações do patrimônio social;

VII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e

VIII - parecer e relatório de auditoria nos termos do artigo 15, se for o caso.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no caput deste artigo, entende-se por Prestação de Contas a comprovação da correta aplicação dos recursos públicos recebidos e do adimplemento do objeto do Termo de Parceria.

Art. 8º - Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria que tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela Associação Cantinho do Amor, deverão representar imediatamente ao Tribunal de Contas Estadual e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 9º - Qualquer alteração realizada no estatuto da entidade posteriormente à assinatura do Termo de Parceria deverá ser comunicada imediatamente ao órgão municipal.

Art. 10 - O Termo de Parceria não poderá ser celebrado por período superior ao do exercício fiscal.

Parágrafo Único: Caso o Termo de Parceria termine sem o adimplemento total do objeto ou havendo excedentes financeiros disponíveis com a Associação, poderá o referido Termo ser prorrogado até o adimplemento total ou devolução da verba excedente.

Art. 11 - A movimentação dos recursos destinados ao cumprimento do Termo de Parceria deverá ser feita em conta corrente específica, a ser aberta em instituição financeira indicada pelo Município.

Art. 12 - A liberação de recursos para execução do Termo de Parceria deverá ser realizada de acordo com o cronograma apresentado, cabendo-lhe o repasse anual no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 13 - Aplica-se, no que couber ao âmbito municipal, as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2017 e o Decreto Municipal nº 038, de 10 de Fevereiro de 2017.

Art. 14 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 09 de abril de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 1.993/2020

Publicação Nº 2435351

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA
Paço Municipal Prefeito Auzilio Frason, Rua 20 de Maio, 100
88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC
CNPJ: 10.598.648/0001-65 - www.morrodafumaca.sc.gov.br
ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI Nº 1.993/2020, de 09 de abril de 2020.

FICA AUTORIZADO O MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA A REPASSAR AO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR – FUMPOM – SC, CNPJ 13.925.994/0001-07, PARA GRUPAMENTO PM MORRO DA FUMAÇA, CONFORME CONVÊNIO Nº 002/2018 (RADIOPATROLHA) OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Para dar cumprimento ao Convênio 002/2018 celebrado entre o Município de Morro da Fumaça e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, objetivando a manutenção do serviço de policiamento ostensivo por intermédio de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar, fica autorizado o Município a repassar ao FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR – FUMPOM – SC, CNPJ 13.925.994/0001-07, os recursos necessários para aquisição de 02 (dois) Espargidores de Pimenta GI 108 OC MAX e 32 munições não letal AM403/P.

Parágrafo Único – Os recursos repassados serão os arrecadados do convênio supra citado, disponíveis em c/c 37.128-9, agência 23.299 Banco do Brasil.

Art. 2º - Para dar suporte ao presente convênio será utilizada seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO – 2.032 – Manutenção do convênio Rádio Patrulha – 4.4.30.00.00.00.00.0109 – Transferências a Estado e Distrito Federal.

Art. 3º A prestação de contas dos valores recebidos se dará na forma da legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em 09 de abril de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 1.994/2020

Publicação Nº 2435352

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA
Paço Municipal Prefeito Auzilio Frason, Rua 20 de Maio, 100
88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC
CNPJ: 10.598.648/0001-65 - www.morrodafumaca.sc.gov.br
ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI Nº 1.994/2020, de 09 de abril de 2020.

FICA AUTORIZADO O CHEFE DO EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito especial no orçamento da Prefeitura de Morro da Fumaça, no valor de R\$3.000,00(Três mil reais) para o exercício de 2020, destinado na aquisição de armamentos para Grupamento PM Morro da Fumaça, conforme convênio 002/2018 de 28 de março de 2018 (radiopatrulha), com a seguinte discriminação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha	
4.4.30.00.00(Rec. 109) – Transferências a Estado e DF	R\$ 3.000,00

Art. 3º - Os recursos destinados à cobertura do disposto no artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação orçamentária abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha	
3.3.90.00.00(Rec. 109) – Aplicações diretas (10)	R\$ 3.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 09 de abril de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico
Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 1.995/2020

Publicação Nº 2435353

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA
Paço Municipal Prefeito Auzilio Frason, Rua 20 de Maio, 100
88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC
CNPJ: 10.598.648/0001-65 - www.morrodafumaca.sc.gov.br
ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI Nº 1.995/2020, de 09 de abril de 2020.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2.020.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais)

Órgão 06: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade 01: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Atividade 2.045: Precatórios, Amortização e Encargos da Dívida

Modalidade de Aplicação: (116) 3.2.90.00.00.00.00.0109 –

Aplicações Diretas R\$ 225.000,00

Atividade 2.045: Precatórios, Amortização e Encargos da Dívida

Modalidade de Aplicação: (118) 4.6.90.00.00.00.00.0109 –

Aplicações Diretas R\$ 240.000,00

Órgão 04: SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

Unidade 01: SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

Atividade 2.020: Manutenção das Atividades de Agricultura

Modalidade de Aplicação: (64) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –

Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

TOTAL R\$ 540.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.
I – Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 05: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP. CULT. TURISMO.

Unidade 01: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP. CULT. TURISMO.

Atividade 1.015: Aquisição de Área, Construção, Reforma e Ampliação de Creches

Modalidade de Aplicação: (97) 4.4.90.00.00.00.00.0184

Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Atividade 1.030: Aquisição de Área, Construção, Reforma e Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: (78) 4.4.90.00.00.00.00.0184

Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Atividade 1.056: Construção de Ginásios de Esportes e Quadras Poliesportivas para as Escolas

Modalidade de Aplicação: (79) 4.4.90.00.00.00.00.0184

Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Atividade 1.058: Aquisição de Laboratórios de Informática para as Escolas

Modalidade de Aplicação: (80) 4.4.90.00.00.00.00.0184

Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade 2.027: Apoio ao Transporte Escolar do Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: (96) 3.3.90.00.00.00.00.0109

Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Atividade 2.029: Manutenção do Ensino Infantil (Pré-escolar)

Modalidade de Aplicação: (104) 4.4.90.00.00.00.00.0184

Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURAE TURISMO

Unidade 02: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO

Atividade 1.018: Construção, Ampliação e Reforma de Ginásios

Modalidade de Aplicação: (1) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –

Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Atividade 1.020: Quadra de Esporte

Modalidade de Aplicação: (2) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –

Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Atividade 1.022: Construção de Academias ao Ar Livre
Modalidade de Aplicação: (3) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 540.000,00

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 09 de abril de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico
Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO N° 61 DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação N° 2435494

DECRETO N° 61 DE 09 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, da Lei nº 3450 de 27/11/2019 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária até o valor de R\$ 311.000,00 (Trezentos e onze mil reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 05 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 63– Saúde, nosso bem maior

2.083 – Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde

Fonte de Recursos – 5002 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

11 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 311.000,00

T O T A L R\$ 311.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 05 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 63– Saúde, nosso bem maior

2.083 – Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde

Fonte de Recursos – 5002 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

18 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 311.000,00

T O T A L R\$ 311.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 09 de abril de 2020.

Emílio Vieira

Prefeito

PORTARIA 1818/2020 - CMAS

Publicação N° 2435159

PORTARIA N ° 1818 DE 09 DE ABRIL DE 2020

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA QUE ESPECIFICA O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 02 de abril de 2020, o Conselho Municipal de Assistência Social, cujos integrantes são os seguintes:

Membros Governamentais:

a) Representantes da Secretaria de Assistência Social:

Titular: Mary Cleide Tambosi

Suplente: Iuli da Cunha Ceschin

b) Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Porfirio Rafael Guillen Duardo

Suplente: Elizama A. Lopes

c) Representantes da Secretaria de Finanças:

Titular: Franciele Justino
Suplente: Márcio Capella

Membros Não Governamentais:

d) Profissionais da área:

Titular: Viviane Pereira da Silva

Suplente: Luisa Carina Gessi Rippel

e) Usuários do Sistema – IVES:

Titular: Jairo Mariano

Suplente: Regiane Gisele da Silva Trindade

f) Prestadores de serviço – APAE:

Titular: Ana Paula de Col Boldori

Suplente: Solange Goreti da Silva dos Santos

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga na íntegra a portaria nº 1106 de 21 de fevereiro de 2020, publicada na Edição nº 3064 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 26 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE ABRIL DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1819 DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435399

PORTARIA Nº 1819 DE 09 DE ABRIL DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço 33/2020 do Pregão Presencial 33/2020 PMN cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (CAMINHÕES, TRATORES, ESCAVADEIRA E EQUIPAMENTOS) COM MOTORISTA E/OU OPERADORES, PARA AUXILIAREM NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 33/2020 PMN.

Fiscal: EDSON INOCENCIO -- (titular)

CARLOS EDUARDO MACHADO -- (suplente)

II - Revogo na íntegra a Portaria nº 1586 de 18 de março de 2020.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE ABRIL DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESOLUÇÃO 01/2020 - CMAS

Publicação Nº 2435131

RESOLUÇÃO 01/2020

Dispõe sobre a aprovação do uso do recurso do IGD/PBF para aquisição de materiais ou equipamentos de EPI.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Extraordinária, realizada dia 07 de abril de 2020, efetuada em plataforma on-line, com instrumento de votação o Google Forms, em virtude do enfrentamento do coronavírus – covid-19. No uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1186 de 19 de Março de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Navegantes – CMAS,

RESOLVE:

Art. 1 - Aprovar o uso do recurso do IGD/PBF para adquirir materiais ou equipamentos (EPI) adequados para proteger os colaboradores.

Art. 2 – Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Navegantes, 07 de abril de 2020.

Jairo Mariano

Presidente do CMAS

Nova Erechim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 54/2020 FÉRIAS SILIANE APARECIDA STANKIEVICZ

Publicação Nº 2435058

PORTARIA Nº 64, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 20 (vinte) dias de Férias para a Servidora Municipal SILIANE APARECIDA STANKIEVICZ, Matrícula 5567/01, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 13.04.2020 a 02.05.2020, referente ao período 05.08.2019 a 04.08.2020.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 09 de abril de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

Nova Veneza

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 11/2020 - FMS

Publicação Nº 2435449

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 11/2020 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público ao conhecimento dos interessados que DISPENSARÁ LICITAÇÃO para a aquisição de medicamentos a serem ofertados nos diversos programas de trabalho existentes na Atenção Básica Municipal, em conformidade com a RENAME.

Contratante:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

CNPJ: 10.485.444/0001-18

Contratado:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC

CNPJ: 13.791.885/0001-36

Valor Global do Contrato:

Até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Recursos orçamentários:

Os recursos orçamentários para fazer realizar a presente correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias n.º: (45) 13.01.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.0737.

Base Legal:

Artigo 24, inciso XXVI da Lei de Licitações n.º 8.666/93, menciona:

Art.24. É dispensável a licitação:

[...]

XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005).

Maiores informações do processo administrativo encontram-se a disposição na Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Nova Veneza.

Nova Veneza, SC, 09 de abril de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 12/2020 - FMS

Publicação Nº 2435450

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 12/2020 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público ao conhecimento dos interessados que DISPENSARÁ LICITAÇÃO para a aquisição de produtos, insumos, procedimentos e serviços médicos, de enfermagem, de fisioterapeutas, de fonoaudiólogos, de psicólogo, entre outros, como também serviços administrativos de saúde para atendimento a demanda da Atenção Básica Municipal.

Contratante:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

CNPJ: 10.485.444/0001-18

Contratado:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC

CNPJ: 13.791.885/0001-36

Valor Global do Contrato:

Até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Recursos orçamentários:

Os recursos orçamentários para fazer realizar a presente correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias n.º: (45) 13.01.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.0737.

Base Legal:

Artigo 24, inciso XXVI da Lei de Licitações n.º 8.666/93, menciona:

Art.24. É dispensável a licitação:

[...]

XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005).

Maiores informações do processo administrativo encontram-se a disposição na Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Nova Veneza.

Nova Veneza, SC, 09 de abril de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATOS 03/2020 - FMS

Publicação N° 2435397

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 24/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: ALEXANDRO MARCIO GOTZINGER ME

Valor : R\$ 81.480,00 (oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 05/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 03/2020

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (10)

Objeto : contratação de serviço de manutenção corretiva e preventiva para equipamentos de informática acrescido do valor de deslocamento do técnico até as Unidades Básicas de Saúde do Município de Nova Veneza, SC.

Contrato N°.: 25/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : R\$ 83.582,30 (oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e dois reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 09/2020

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (09); 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (10)

Objeto : aquisição de produtos de uso e consumo, médico e de enfermagem destinada a rede de Atenção Primária em Saúde Municipal.

Contrato N°.: 26/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: FUFA SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

Valor : R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 09/2020

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (09); 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (10)

Objeto : aquisição de produtos de uso e consumo, médico e de enfermagem destinada a rede de Atenção Primária em Saúde Municipal.

Contrato N°.: 27/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : R\$ 72.683,01 (setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e um centavo)

Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 09/2020

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (09); 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (10)

Objeto : aquisição de produtos de uso e consumo, médico e de enfermagem destinada a rede de Atenção Primária em Saúde Municipal.

Contrato Nº.: 28/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI ME

Valor : R\$ 56.492,68 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos)

Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 09/2020

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (09); 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (10)

Objeto : aquisição de produtos de uso e consumo, médico e de enfermagem destinada a rede de Atenção Primária em Saúde Municipal.

Contrato Nº.: 29/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP

Valor : R\$ 44.565,50 (quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 09/2020

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (09); 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (10)

Objeto : aquisição de produtos de uso e consumo, médico e de enfermagem destinada a rede de Atenção Primária em Saúde Municipal.

Contrato Nº.: 30/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: SAÚDE IMPERIAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

Valor : R\$ 52.790,15 (cinquenta e dois mil, setecentos e noventa reais e quinze centavos)

Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 09/2020

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (09); 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (10)

Objeto : aquisição de produtos de uso e consumo, médico e de enfermagem destinada a rede de Atenção Primária em Saúde Municipal.

Nova Veneza/SC, 09 de Abril de 2020.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Maristela Vitali Cúnico

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATOS 03/2020 - PMNV

Publicação Nº 2435398

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 87/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: SCHMOELLER & CIA LTDA ME

Valor : R\$ 161.515,00 (cento e sessenta e um mil, quinhentos e quinze reais)

Vigência : Início: 02/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : TOMADA DE PREÇO Nº.: 25/2020

Recursos : Dotação: 1.021.4.4.90.00.00.00.00.00 (79); 1.021.4.4.90.00.00.00.00.00 (80)

Objeto : contratação de empresa especializada para a construção da sede recreativa Caravaggio Futebol Clube.

Contrato Nº.: 88/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Vigência : Início: 04/03/2020 Término: 04/03/2025

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 62/2020

Objeto : estabelecimento de obrigações entre o Contratante e o Consórcio Contratado para que este exerça, em proveito e em nome do Contratante, e conforme a colaboração e diretrizes definidas por este, as atividades de regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, no âmbito da área do Município de Nova Veneza – SC.

Contrato Nº.: 89/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: LEONARDO HERMES LEMOS

Valor : R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil)

Vigência : Início: 04/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2020

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (73)

Objeto : contratação de museólogo para atuar 40 horas semanais, desenvolvendo atividades pertinentes à área de atuação, com experiência comprovada na área de Cultura, e como auxiliar administrativo.

Contrato Nº.: 90/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP

Valor : R\$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 04/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2020

Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (108);

Objeto : aquisição de pneus novos conforme demanda para a frota de veículos e máquinas da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos de Nova Veneza, SC.

Contrato Nº.: 91/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: MODELO PNEUS LTDA

Valor : R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 04/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2020

Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (108);

Objeto : aquisição de pneus novos conforme demanda para a frota de veículos e máquinas da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos de Nova Veneza, SC.

Contrato Nº.: 92/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: SANGALETTI AUTOCAR E GUINCHOS LTDA ME

Valor : R\$ 31.300,00 (trinta e um mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 05/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 08/2020

Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (150)

Objeto : aquisição de peças e serviços destinados aos veículos do Corpo de Bombeiros Militar de Forquilha, SC.

Contrato Nº.: 93/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: JANE COSTA MEDEIROS MACHADO AUTO PEÇAS EPP

Valor : R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 05/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2020

Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (68)

Objeto : aquisição de peças e acessórios, bem como contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva, assim como reparos mecânicos e elétricos em geral da máquina de Silagem Pecuária 9004 geração 4 com 4 correias e máquina de Silagem Pecuária série JBL 103878 de responsabilidade da Secretaria de Agricultura de Nova Veneza, SC.

Contrato Nº.: 94/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: VENEZA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Valor : R\$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 05/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2020

Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (101)

Objeto : aquisição de areia limpa para colocação de lajotas e areão para melhoramento das vias públicas do Município de Nova Veneza, SC.

Contrato Nº.: 95/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI EPP

Valor : R\$ 21.238,00 (vinte e um mil, duzentos e trinta e oito reais)

Vigência : Início: 05/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2020

Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (101)

Objeto : aquisição de areia limpa para colocação de lajotas e areão para melhoramento das vias públicas do Município de Nova Veneza, SC.

Contrato Nº.: 96/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

Valor : R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Vigência : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 64/2020

Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (101)

Objeto : promover a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), parte integrante deste instrumento.

Contrato Nº.: 97/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO CARAVAGGIO LTDA ME

Valor : R\$ 128.264,00 (cento e vinte e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais)

Vigência : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2020
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (101)
Objeto : aquisição de lajotas, meio fio e serviços de mão de obra para manutenção das vias públicas do Município de Nova Veneza, SC.
Contrato Nº.: 98/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: FRANCIELI BORGES TARTARI PIETSCH EIRELI
Valor : R\$ 1.884,00 (um mil, oitocentos e oitenta e quatro reais)
Vigência : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2020
Recursos : Dotação: 1.005.3.3.90.00.00.00.00 (01)
Objeto : Aquisição de monitores para a Sede da Prefeitura.
Contrato Nº.: 99/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: FORMCRICIUMA IMPRESSOS GRÁFICOS EIRELI ME
Valor : R\$ 675,00 (setecentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2020
Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (68)
Objeto : aquisição de capa para notas de produtor rural, para uso da Secretaria de Agricultura.
Contrato Nº.: 100/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor : R\$ 310.481,52 (trezentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 10/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : TOMADA DE PREÇO Nº.: 47/2020
Recursos : Dotação: 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (110)
Objeto : contratação de empresa especializada para a repavimentação asfáltica da Rua dos Imigrantes.
Contrato Nº.: 101/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: LIGA AMADORA CRICIUMENSE - LAC
Valor : R\$ 30.450,00 (trinta mil, quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 10/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2020
Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (82)
Objeto : contratação de serviços de arbitragem para as competições promovidas pelo Departamento Municipal de Esportes e nas praças esportivas de Nova Veneza.
Contrato Nº.: 102/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: LIGA ATLÉTICA DA REGIÃO MINEIRA - LARM
Valor : R\$ 19.750,00 (dezenove mil, setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 10/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2020
Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (82)
Objeto : contratação de serviços de arbitragem para as competições promovidas pelo Departamento Municipal de Esportes e nas praças esportivas de Nova Veneza.
Contrato Nº.: 103/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: AFV PRESTADORA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI ME
Valor : R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 10/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2020
Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (86)
Objeto : contratação de mão de obra hidráulica, elétrica, pedreiro e pintor para a manutenção e a realização de melhorias que constantemente serão efetuadas pelo departamento Municipal de Esportes e nas praças esportivas de Nova Veneza.
Contrato Nº.: 104/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: BELLENZIER PNEUS LTDA
Valor : R\$ 198.790,00 (cento e noventa e oito mil, setecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2020
Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (108)
Objeto : aquisição de pneus novos conforme demanda para a frota de veículos e máquinas da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos de Nova Veneza, SC.
Contrato Nº.: 105/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP
Valor : R\$ 3.145,44 (três mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro)

Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2020
Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (108)
Objeto : aquisição de pneus novos conforme demanda para a frota de veículos e máquinas da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos de Nova Veneza, SC.
Contrato Nº.: 106/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: VENEZA TERRAPLANAGEM LTDA ME
Valor : R\$ 179.800,00 (cento e setenta e nove mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2020
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (101)
Objeto : locação de escavadeira hidráulica, trator de esteira e rolo compactador para realização de serviços conforme demanda.
Contrato Nº.: 107/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: TACIANE RONCHI DA SILVA ME
Valor : R\$ 23.120,00 (vinte e três mil, cento e vinte reais)
Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2020
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (101)
Objeto : locação de caminhão caçamba traçado (6X4), para realização de serviços conforme demanda.
Contrato Nº.: 108/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: VENEZA TERRAPLANAGEM LTDA ME
Valor : R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)
Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2020
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (101)
Objeto : locação de caminhão prancha para transporte de máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Contrato Nº.: 109/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: ANGELO BRESSAN ME
Valor : R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
Vigência : Início: 13/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2020
Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)
Objeto : contratação de assistência técnica com a locação das repetidoras de sinal de televisão, compreendendo a manutenção, limpeza e reposição de componentes de retransmissor.
Contrato Nº.: 110/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA SUL CATARINENSE
Valor : R\$ 22.750,00 (vinte e dois mil, setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 18/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2020
Recursos : Dotação: 2.048.3.3.90.00.00.00.00 (62)
Objeto : aquisição de sacas de semente de aveia para o consumo animal e gado leiteiro, destinado ao programa "Pequeno Produtor Assistido" de responsabilidade da Secretaria de Agricultura de Nova Veneza, SC.
Contrato Nº.: 111/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: ANGELINA VOLPATO BAGIO ME
Valor : R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)
Vigência : Início: 18/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2020
Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (68)
Objeto : aquisição de uniformes profissionais para os funcionários da Secretaria de Agricultura de Nova Veneza, SC.
Contrato Nº.: 112/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: ANGELINA VOLPATO BAGIO ME
Valor : R\$ 2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 18/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2020
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (05)
Objeto : Aquisição de uniforme para os Conselheiros Tutelares do município de Nova Veneza, SC.
Contrato Nº.: 113/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: ANGELINA VOLPATO BAGIO ME
Valor : R\$ 2.775,00 (dois mil, setecentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 18/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2020
Recursos : Dotação: 2.064.3.3.90.00.00.00.00 (142)
Objeto : aquisição de uniforme profissionais para os funcionários da FUNDAVE – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Nova Veneza, SC
Contrato Nº.: 114/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Valor : R\$ 2.006.661,75 (dois milhões, seis mil, seiscentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 18/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : TOMADA DE PREÇO Nº.: 58/2020
Recursos : Dotação: 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (114)
Objeto : contratação de empresa especializada para a repavimentação asfáltica Avenida José Ronchi/Antônio Milanez.
Contrato Nº.: 115/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Valor : R\$ 2.479.525,74 (dois milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 19/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : TOMADA DE PREÇO Nº.: 32/2020
Recursos : Dotação: 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (114)
Objeto : contratação de empresa especializada para a pavimentação da Rodovia Imigrante Giuseppe Gava.
Contrato Nº.: 116/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: ISAURO KIRCHNER ME
Valor : R\$ 1.182,20 (um mil, cento e oitenta e dois reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 19/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2020
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (73)
Objeto : a aquisição de alimentos para voluntários que participam durante todo o ano, para a divulgação do município de Nova Veneza em eventos, feiras e festa em diversos municípios de todo o Brasil.
Contrato Nº.: 117/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: MERCEARIA LA GÔNDOLA EIRELI ME
Valor : R\$ 6.544,74 (seis mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 19/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2020
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (73)
Objeto : aquisição de alimentos para voluntários que participam durante todo o ano, para a divulgação do município de Nova Veneza em eventos, feiras e festa em diversos municípios de todo o Brasil.
Aditivo Nº.: 4-271/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: MAGAGNIN & ENRICONI SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA.
Vigência : Início: 12/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 155/2018
Objeto : contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de impressão e fornecimento de serviços que compreenda a instalação de impressoras multifuncionais, software para gerenciamento, monitoramento e controle de processos envolvidos com a impressão de documentos além de todos os consumíveis, toda a manutenção e reparo necessário para o pleno funcionamento dos equipamentos e serviços, exceto papel, a serem utilizadas nas repartições administrativas do Município.

Nova Veneza/SC, 09 de abril de 2020.

Rogério José Frigo
Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N.º 69/2020 - PMNV - DESERTO

Publicação Nº 2435455

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 69/2020 - PR**

Processo Administrativo: 69/2020
Processo de Licitação: 69/2020
Data do Processo: 09/03/2020

Objeto: Contratação de profissional para atuar como professor/monitor de Oficina de danças livres, oferecido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 12 / 2020

Motivo: O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO DEU-SE DESERTO.

Nova Veneza, 8 de Abril de 2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 70/2020 - PMNV - DESERTO

Publicação Nº 2435457

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 70/2020 - PR**

Processo Administrativo: 70/2020
Processo de Licitação: 70/2020
Data do Processo: 09/03/2020

Objeto: Contratação de profissional para atuar como professor/monitor de Oficina de lingua italiana, oferecido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 13 / 2020

Motivo: O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO DEU-SE DESERTO.

Nova Veneza, 8 de Abril de 2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 71/2020 - PMNV - DESERTO

Publicação Nº 2435458

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 71/2020 - PR**

Processo Administrativo: 71/2020
Processo de Licitação: 71/2020
Data do Processo: 09/03/2020

Objeto: Contratação de profissional para atuar como professor/monitor de dança ritmus, oferecido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 14 / 2020

Motivo: O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO DEU-SE DESERTO.

Nova Veneza, 8 de Abril de 2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 72/2020 - PMNV - DESERTO

Publicação Nº 2435459

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 72/2020 - PR**

Processo Administrativo: 72/2020
Processo de Licitação: 72/2020
Data do Processo: 09/03/2020

Objeto: Contratação de profissional para atuar como professor/monitor de música, oferecido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 15 / 2020

Motivo: O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO DEU-SE DESERTO.

Nova Veneza, 8 de Abril de 2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 73/2020 - PMNV - DESERTO

Publicação Nº 2435460

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 73/2020 - PR**

Processo Administrativo: 73/2020
Processo de Licitação: 73/2020
Data do Processo: 09/03/2020

Objeto: Contratação de profissional para atuar como professor/monitor de danças urbanas, oferecido pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 16 / 2020

Motivo: O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO DEU-SE DESERTO.

Nova Veneza, 8 de Abril de 2020

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 55/2020 - PMNV

Publicação Nº 2435393

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA</p> <p>CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 55/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 55/2020 Processo de Licitação: 55/2020 Data do Processo: 27/02/2020</p>
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para o planejamento, divulgação e a realização de concurso público.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 8 de Abril de 2020, às 13:53 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 55/2020, Licitação nº 55/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: O Fornecedor SS1 SERVICOS E ASSESSORIA EM TI LTDA é ex-vencedor do Item 1 do Processo 55/2020, o novo vencedor é: SCHEILA APARECIDA WEISS - ME, pelo motivo: NÃO APRESENTOU A CÓPIA DO CONTRATO DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL AUTENTICADO (CONFORME ITEM 5.1 DO EDITAL).

Participante: 10808 - SCHEILA APARECIDA WEISS - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa especializada para a realização de concurso público.	SRV	1,00	SCHEILA APARECIDA W	0,0000	3.400,00	3.400,00
Total do Participante ----->							3.400,00
Total Geral ----->							3.400,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 8 de Abril de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)

Joana Maccarini Torquato - - Membro

Julia Rodrigues Gava - - Membro

Carlos Luciano Savi - - Membro

Ivone Zocche - - Suplente

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 66/2020 - PMNV

Publicação Nº 2435394

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 66/2020 - PR Processo Administrativo: 66/2020 Processo de Licitação: 66/2020 Data do Processo: 06/03/2020
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de horas de serviço de retroescavadeira para auxiliar o pequeno e medio produtor rural do município.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 9 de Abril de 2020, às 08:43 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 66/2020, Licitação nº 66/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 10697 - FUTURA TERRAPLENAGEM E TRANSPORTE EIRELI - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	RETROESCAVADEIRA 4X4 GABINADA, ANO 2014, MOTOR TURBO, DEVERÁ POSSUIR CONCHAS PARA LIMPEZA RAMPIADA E QUADRADA	HRS	1.000,00	FUTURA	0,0000	120,00	120.000,00
Total do Participante ----->							120.000,00
Total Geral ----->							120.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 9 de Abril de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato - - Membro
Julia Rodrigues Gava - - Membro
Carlos Luciano Savi - - Membro
Ivone Zocche - - Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ROBERTO ROMAGNA - - Representante

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 74/2020 - PMNV

Publicação Nº 2435395

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 74/2020 - PR	
CNPJ:	82.916.826/0001-60	Processo Administrativo:	74/2020
TRAV.	OSVALDO BURIGO, 44	Processo de Licitação:	74/2020
C.E.P.:	88865-000 - Nova Veneza - SC	Data do Processo:	09/03/2020
		Folha: 1/3	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de materiais e equipamentos para o 4º Grupo de Bombeiros Militar de Forquilha.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 9 de Abril de 2020, às 09:34 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 74/2020, Licitação nº 74/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

CNPJ: 82.916.826/0001-60
 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 74/2020 - PR

Processo Administrativo: 74/2020
 Processo de Licitação: 74/2020
 Data do Processo: 09/03/2020

Folha: 2/3

Participante: 11205 - ASAPBRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	<p>BOTA OPERACIONAL MUITI FUNCIONAL Bota em couro, cano médio para uso militar em operações de táticas na cor preta. Couro nobuck graxo hidrofugado(1), de espessura de 20/22 linhas (2,0 a 2,2 mm), dublado com tecido em poliamida. Acolchoamento em Espuma PU e Latex 2mm. (1)Resistência a passagem e absorção de água = DIN EN ISO 5403 = NBR 11122 - Tempo de passagem de água mínimo de 340 minutos. Língua: Couro vestuário hidrofugado 8/10 linhas (0,8 a 1,0mm). BORRACHAS DE PROTEÇÃO DO BICO: Na cor preto de espessura 1,8mm (+/- 1mm). Deve apresentar coloração preto intenso, sem sinais de trincas ou partes azuladas. Dureza(2) de 60 Shore A (mínima), tensão de ruptura(3) de 148Kg/cm2 (mínima) e resistência a abrasão(4) de 64mm3 (mínima). (2)ASTM-D2240 (3)NBR-7462 (4)ISO-4649 CONTRAFORTE: Termoconformável. Composto de resinas termoplásticas de baixo ponto de amolecimento, com aplicação de não-tecidos e adesivo térmico (Hot Melt). PASSADORES E TRAVADORES: Nylon de alta resistência.</p> <p>REBITES: Fabricados em metal (latão) que não enferrujam. FORRAÇÃO:100% poliéster de peso 120gr/m2 (+/-12gr/m2). Deve possuir tratamento antibacteriano íon de prata e tratamento Hidrofilizante. Dublado com Membrana Waterproof Hidrofilica de PES. PALMILHA DE MONTAGEM: Palmilha rígida que consiste em uma lâmina composta por não-tecido impregnado por resinas termofixas. PALMILHA DE CONFORTO: Bi-componente (Espuma PU + EVA) e tratamento anti-bactericida. Densidade EVA: 0,13g/cm2 (+/-0,02) Densidade Espuma: 72,0 kg/m3 (+/-9) CADARÇOS: 100 % Poliéster SOLADO Bi-componente = Borracha + PU (entressola) Borracha estireno - butadieno (SBR) com dureza 60 Shore A (+/-5) densidade 1,16 g/cm3(+/-4), resistência à abrasão DIN 150 mm3 (max.) 130mm3 (min.) Altura Media do Cano: Medida interna padrão de 145 mm (aprox.) a partir da palmilha de conforto. Numeração: 35 a 46</p>	PC	16,00	GUARTELA	0,0000	575,00	9.200,00

Total do Participante -----> 9.200,00

Total Geral -----> 9.200,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 74/2020 - PR**

Processo Administrativo: 74/2020
Processo de Licitação: 74/2020
Data do Processo: 09/03/2020

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 9 de Abril de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng	-	- Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato	-	- Membro
Julia Rodrigues Gava	-	- Membro
Carlos Luciano Savi	-	- Membro
Ivone Zocche	-	- Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

WALMOR NASCIMENTO
- - Representante

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.625 DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435024

DECRETO Nº 2.625 de 09 de Abril de 2020.

Aprova A resolução Nº 01/2020, Que Institui a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar, para definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito do município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Legislação Municipal, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, e a Portaria nº 188 de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde) e do Decreto Municipal nº 2.611/2020.

DECRETA:

Art. 1º – Aprova a Resolução Nº 01/2020 do CAE (Conselho de Alimentação Escolar), que cria a CIAE (Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar) conforme Anexo único.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revoga-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC,
Em 09 de Abril de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se e Aimar Francisco Pavelecini
Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO.

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Institui Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar, para definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, e dá outras providências.

Novo Horizonte, o Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e;

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência pelo Município de Novo Horizonte, por meio do Decreto nº 2.611, inclusive com a suspensão das atividades escolares.

CONSIDERANDO que a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultará em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.987 que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de Recurso próprio aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação; Solange Franzosi

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social; Marcia Nicola Franchini

III - 1 (um) representante do Serviço de Nutrição Escolar; Adrieli Daniel

IV - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação; Anny Lais Bortoluzzi

V - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar; Joleide Terezinha F. Zafari

VI - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social; Ildo Adão da Rosa

VII - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Ritaeli Filippini Santian

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º No prazo de 48h a contar da publicação desta resolução, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazos de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o Serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 3º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, deverão ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade.

2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º Esgotados os gêneros alimentícios em estoque e ainda havendo demanda por parte das famílias que se enquadram nas condições estabelecidas, os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existentes em conta deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios em quantidades definidas pela CIAE e aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§1º A aquisição de que trata o caput deverá ser realizada pelo Setor de Compras do Município.

§2º Deverá ser mantida a aquisição de produtos da agricultura familiar do Município.

Art. 5º A distribuição dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos do PNAE não se confunde com ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo Município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Parágrafo único - Para definição dos critérios de distribuição, a CIAE deve levar em consideração a situação de vulnerabilidade da família do aluno, e ainda as seguintes informações:

I - Se são beneficiários do Bolsa Família;

II - Se recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC);

III - Se estão cadastrados no CADÚnico;

IV - Se os pais ou responsável(s) estão desempregados ou são autônomos;

V - Se o aluno é residente em instituição de acolhimento (abrigos).

Art. 6º A CIAE deve sempre observar as orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 7º A entrega do "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

I - Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;

II - Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal

III - Descrição dos itens que compõem o "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar"

IV - Data de entrega

V - Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Parágrafo único - A CIAE deverá registrar por foto o ato de entrega, e arquivar juntamente com o recibo assinado para os fins de prestação de contas.

Art. 8º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados, ou ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata esta Resolução, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único - Após a utilização, o veículo deverá ser higienizado, seguindo os protocolos sanitários vigentes.

Art. 9º O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte-SC, em 08 de abril de 2020.

Joleide Terezinha Favero Zaffari

Presidente do CAE

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO Nº 51/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2435484

Contrato Nº.: 51/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA

Valor : R\$ 52.707,20 (cinquenta e dois mil setecentos e sete reais e vinte centavos).

Vigência : Início: 09/04/2020 Término: 09/10/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2020

Recursos : 69/2020 - 08.001.26.782.0021.2020.3.3.90.00.00 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA

85/2020 - 08.002.15.452.0020.2023.3.3.90.00.00 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO, CONTEMPLANDO OS ESTUDOS GEOTÉCNICOS, LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO, PROJETOS GEOMÉTRICOS, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO NOS PERÍMETROS URBANO E RURAL, COM MEMORIAIS DESCRITIVO E DE CÁLCULO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, CONFORME DOCUMENTOS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDOS NESTE EDITAL.

Orleans, 09 de Abril de 2020

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

CONVENIO 22 -2020 BOLSAS DE ESTUDO

Publicação Nº 2435471

CONVENIO Nº 22/2020

PROCESSO Nº 54/2020– DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONVENIO DE BOLSAS DE ESTUDO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ORLEANS E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE – FEBAVE

MUNICÍPIO DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua XV de Novembro, nº 282, Bairro Centro, Orleans/SC, CNPJ nº 82.926.544/0001-43, representado por seu Prefeito, Jorge Luiz Koch, doravante denominado de CONVENIENTE, e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, fundação privada, inscrita no CNPJ nº 82.975.236/0001-08, com sede na Rua Miguel Couto, nº 313, Bairro Centro, Orleans/SC, representada pelo Senhor ELCIO WILLEMANN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 506.818.269-91 e RG nº 332.391, doravante denominada de CONVENIADA, firmam o presente convênio nos termos que segue:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo Município, à Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, para concessão de bolsas de estudos, aos alunos carentes e portadores de necessidades especiais, matriculados, no 1º e 2º semestre do ano de 2020, que não usufruam de outras formas de bolsas de estudos, e que a renda per capita familiar não ultrapasse 03 (três), salários mínimos. A previsão legal do convênio está baseada no artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Municipal nº 2.733 de 12 de julho de 2017, Decreto nº 4.125 de 19 de julho de 2017 e Decreto n. 4.744 de 3 de fevereiro de 2020.

Cláusula Segunda – Do valor e da dotação orçamentária

1. Será repassado pelo CONVENIENTE para a CONVENIADA, conforme os termos deste Convênio, o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), pagos em 10 (dez) parcelas mensais, conforme plano de trabalho.
2. As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 06.001 – Secretaria Municipal da Educação – 2.016 – Auxílio Financeiro e Transporte Escolar Universitários – 59.3.3.50.00 – Aplicações Diretas.

Cláusula Terceira – Das obrigações

I – CONVENIENTE:

- a) Assegurar, os recursos financeiros necessários para o cumprimento do convênio, no valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
- b) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, obedecendo ao cronograma de desembolso constante do § 3º do artigo 1º do Decreto nº 4.744/2020.
- c) Efetuar o lançamento dos valores em sua legislação orçamentária;
- d) Cientificar sobre a celebração deste Convênio à Câmara Municipal;
- e) Publicar o extrato do presente instrumento na forma estabelecida pela legislação de regência;
- f) Examinar a prestação de contas dos recursos repassados;
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Convênio, observando se os recursos estão sendo aplicados na execução do objeto conveniado e de conformidade com o plano de aplicação;
- h) Tomar todos os procedimentos legais aplicáveis à espécie.

II – CONVENIADA:

- a) Fazer a prestação de contas dos valores recebidos, na forma estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela legislação aplicável;
- b) Publicar, dar publicidade e receber a documentação prevista para seleção dos beneficiários;
- c) Convocar a comissão técnica de avaliação, constante no artigo 4º do Decreto, para análise da documentação e seleção dos beneficiários;
- d) Após a seleção, encaminhar ao CONVENIENTE, o plano de aplicação do dinheiro repassado constando no mínimo os seguintes itens: Nome completo do beneficiário, cadastro de pessoa física, qual o curso frequentado pelo mesmo.
- e) Planejar, acompanhar, gerenciar, avaliar e controlar as ações a serem desenvolvidas, referente a execução pedagógica, administrativa e financeira dos recursos decorrentes deste convênio;
- f) Promover a divulgação das ações objeto deste Convênio, citando sempre a participação do CONVENIENTE;
- g) Permitir o livre acesso, de servidores devidamente autorizados pelo CONVENIENTE a atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- h) Responsabilizar-se pela administração financeira do Convênio;
- i) Aplicar os recursos financeiros repassados pelo CONVENIENTE exclusivamente na execução do objeto pactuado;
- j) Efetuar a restituição de eventual saldo de recursos para o CONVENIENTE, corrigido monetariamente, no caso de não aplicação dos recursos no objeto deste Convênio, ausência de prestação de contas nos prazos e formas estabelecidas, extinção do projeto, extinção do Instituto ou desistência de beneficiados, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias do evento fático.

Cláusula Quarta – Da prestação de contas

A prestação de contas deverá ser apresentada na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela legislação aplicável a espécie, após 45 (quarenta e cinco dias) do recebimento dos recursos.

Cláusula Quinta – Do prazo de vigência

O presente convênio terá um prazo de vigência até 31 de dezembro de 2020.

Cláusula Sexta – Da rescisão e da denúncia

O CONVENIENTE e a CONVENIADA poderão, a qualquer tempo, denunciar o presente Convênio se não for cumprida qualquer uma de suas cláusulas ou por mútuo acordo.

Considerar-se-á rescindido o presente Convênio no caso de superveniência de Lei que o torne material ou formalmente impraticável.

Na hipótese de rescisão, os recursos já adiantados pela CONVENIENTE à conta deste Convênio, serão devolvidos, corrigidos monetariamente.

Cláusula Sétima - Eleição de Foro

Elegem as partes deste Convênio o Foro de Orleans-SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiada que possa vir a ser.

Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente instrumento de Convênio nº 22/2020 em 3 (três) vias de igual teor, que passam a ser assinados por todos, na presença de testemunhas abaixo subscritas.

Orleans/SC, xxxx de abril de 2020.

_____ Jorge Luiz Koch Prefeito de Orleans	Elcio Willemann Presidente FEBAVE
--	--------------------------------------

Testemunhas:

Nome completo: CPF nº	Nome completo: CPF nº
--------------------------	--------------------------

DECRETO 4768 DE 78 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435468

DECRETO Nº 4768 DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Altera o disposto no Decreto Municipal nº 4.757 de 24 de março de 2020; ratifica os decretos e normativos estaduais vigentes, prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 88, VIII e 103, I, "h", da Lei Orgânica do Município e, ainda:

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 550, de 07 de abril de 2020, que altera o Art. 7º do Decreto n. 525, de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

DECRETA:

Artigo 1º O Artigo 4º do Decreto 4757, de 24 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 4º - De acordo com Decreto Estadual n. 550, de 07 de abril de 2020, ficam: I – PRORROGADAS em 5 (cinco) dias a partir de 08 de abril de 2020, as medidas de SUSPENSÃO: (Não Alterado)

Artigo 2º - Este Decreto ratifica todas as adoções constantes nos regulamentos emanados pelo Governo Federal, Estado de Santa Catarina e seus órgãos que tenham sido publicados até a presente data.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do Art. 1º e no Art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Orleans - SC, 08 de abril de 2020.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário de Administração

EDITAL CHAMAMENTO TEMPORÁRIO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 2435392

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, ficam convocados os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital nº 001/2019, relacionados abaixo, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30hs as 17:30 horas. O presente chamamento, nos termos do item 1.3, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2019, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
EMANUELLA ZOMER COAN	MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 HS

Orleans, 09 de abril de 2020.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PROCESSO Nº60/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2435448

PROCESSO Nº 60/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 27/2020

CONTRATO Nº 50/2020

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAMENTO DE FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DO ALUGUEL SOCIAL.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

CONTRATADA: LEONARDO FERRAREZI BOMBAZAR

VIGÊNCIA: INÍCIO: 09/04/2020 TÉRMINO: 31/12/2020

VALOR TOTAL: R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 Inciso X, da Lei Federal 8.666/93.

DOTAÇÃO: 106/2020 – Manutenção da Assistência Social e Habitação

Orleans - SC, 09 de Abril de 2020

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO N°61/2020 PREFEITURA

Publicação N° 2435525

PROCESSO N° 61/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS N° 28/2020
CONTRATO N° 52/2020
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAMENTO DE FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DO ALUGUEL SOCIAL.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
CONTRATADA: MARLENE LIMA PEREIRA
VIGÊNCIA: INÍCIO: 09/04/2020 TÉRMINO: 31/12/2020
VALOR TOTAL: R\$3.000,00 (três mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 Inciso X, da Lei Federal 8.666/93.
DOTAÇÃO: 106/2020 – Manutenção da Assistência Social e Habitação

Orleans - SC, 09 de Abril de 2020
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 32/2020 - REABERTURA

Publicação Nº 2435039

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PÚBLICA
1ª REPUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Palmitos – SC, Sr. Dair Jocely Enge, Torna Público a reabertura do Processo Licitatório nº 32/2020, na Modalidade: Pregão Presencial nº 17/2020, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA. A data para a entrega dos envelopes e até as 08:30 horas do dia 28/04/2020. Já a abertura ocorrerá às 09:00 horas do dia 28/04/2020. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 9 de Abril de 2020.

PROCESSO 42/2020

Publicação Nº 2435036

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório nº 42/2020. Modalidade: PREGÃO ELETRONICO 01/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, CONVÊNIO MAPA – PLATAFORMA + BRASIL Nº 886906/2019. Data limite para cadastramento da proposta: 27/04/2020 até as 08:30 horas. Data para o início da disputa: 27/04/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 09 de Abril de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 43/2020

Publicação Nº 2435037

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório nº 43/2020. Modalidade: Tomada de Preço 20/2020. Objeto: SERVIÇOS E PEÇAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DA CARREGADEIRA MICHIGAN 55C - 89, DA RETROESCAVADEIRAS JCB, CAMINHÃO BASCULANTE MHD 4007 VTB 813 E DO ROLO WAP 55. Data da entrega dos envelopes: 29/04/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 29/04/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 8 de Abril de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

TP 03/2020

Publicação Nº 2435117

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2020

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 28 de abril de 2020, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PROJETO DE COBERTURA DE RUA EM ESTRUTURA METALICA COM ÁREA TOTAL DE 906,00M², NA RUA ALCIDES ZANIN, CENTRO DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 36270077, de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

O edital estará disponível no site do município de Paraíso/SC,

www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 09 de abril de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL.

TP 04/2020

Publicação Nº 2435246

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2020

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:30 horas do dia 28 de abril de 2020, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO PARA DESLOCAMENTO DE REDE ELÉTRICA NA RUA ALCIDES ZANIN CONFORME NOTA PS Nº 400505711 E RUA GUILHERME JOSE MISSEN CONFORME NOTA PS Nº 400502385 NO CENTRO DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 36270077, de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

O edital estará disponível no site do município de Paraíso/SC,

www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 09 de abril de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL.

Passos Maia

PREFEITURA

018-2020 RECURSO ESTADUAL DE 31-03-2020

Publicação N° 2435380

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Multas de Trânsito

Valor: R\$ 976,67

Destinação: Cofinanciamento de Atenção Básica

Data de liberação: 31/03/2020

Passos Maia – SC, 09 de abril de 2020

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

CONTRATO 021/2020 - PMP

Publicação N° 2435418

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA ILHA MAR NAÚTICA ME PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LOCAÇÃO DE QUADRICICLOS OFF ROAD PARA O MUNICÍPIO DE PENHA.

CONTRATO N° 021/2020 - PMP de 26/03/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 021/2020 - PMP
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2020
HOMOLOGADO EM 26/03/2020

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, n°. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o n°. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n° 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, n°. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ILHA MAR NAÚTICA ME, estabelecida à Rodovia Paulo Stuart Wright, s/n°, Bairro Praia Alegre, na Cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 10.807.971/0001-00, CEP: 88375-000, representada neste ato pelo Sr. ROBLEDO CARNEIRO MATOS PEIXOTO, inscrito no CPF sob o n° 035.707.439-42, representante da empresa (contrato social anexo), residente à Rua Geraldo Cardoso, n° 51, Bairro Nossa Senhora da Paz, na cidade de Balneário Piçarras/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei n° 8.666/93 e alterações, Decreto Estadual 525/2020 e Decreto Municipal 3513/2020 como meio de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19), Justificativa e Solicitação n° 356/2020 da Secretaria de Planejamento Urbano do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O objeto: Contratação da Empresa ILHA MAR NAÚTICA ME, para prestação de serviços especializados de Locação de 03 Quadriciclos off road para auxiliar a Polícia Militar na fiscalização da orla marítima do Município de Penha, em razão do Decreto Estadual 525/2020 e Decreto Municipal 3513/2020 como meio de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19), para atender à solicitação n° 356/2020 da Secretaria de Planejamento Urbano.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	LOCAÇÃO DE 03 QUADRICICLOS OFF ROAD	Unidade	30	R\$ 1.080,00	R\$ 32.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 32.400,00 (Trinta e dois mil e quatrocentos reais).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) do mês subsequente aos serviços prestados, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Planejamento Urbano, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.2 - Os pagamentos serão realizados por meio de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica);

2.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei n°

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade: 07 – Departamento de Trânsito

Código da Dotação: 15.07.2.050.3.3.90.39.27.00.00.00 (59/2020)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do

CONTRATANTE.**CLÁUSULA SEXTA**

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, iniciar o fornecimento dos serviços, objeto deste instrumento, após recebimento de Autorização de Fornecimento e ou assinatura da Ordem de Serviço emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, compreendendo à Contratada:
a) Fornecer todos materiais e/ou ferramentas inerentes e necessários à execução dos serviços;

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir a perfeita execução dos serviços, não sendo aceito aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento, eficiência e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta de pessoal, materiais ou equipamentos que sejam necessários à execução dos serviços não poderão ser alegadas como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento dos serviços, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA

10- As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11- Caso a vencedora venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12– O fornecimento dos serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados por responsável da Secretaria de Planejamento Urbano, a quem caberá fiscalização com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14- Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17- Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19- As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 26 de Março de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Contratante

ILHA MAR NAÚTICA ME

ROBLEDO CARNEIRO MATOS PEIXOTO Contratado

TESTEMUNHAS

Nome Completo:

Nome Completo:

CPF nº.:

CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO A. CRIVELTTI

Controle Interno

Matricula nº 11230

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2020 - PMP

Publicação Nº 2435462

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 020/2020 – PMP

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2020 – PMP

Contrato: 019/2020 - PMP

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI

Objeto: Contrato de prestação de serviços pelo Consórcio CIM - AMFRI, amparado pela Lei Municipal nº 3003/2018, para adesão dos



seguintes programas: Manutenção das Atividades, Adesão ao SISBI/AMFRI, Gestão do Centro de Inovação Regional, Sistema de Transporte Coletivo Regional, Manutenção e Conservação das Rodovias, Centro de Qualificação da Gestão e Formação de Lideranças Educacionais, Serviço de Orientação e Ação Jurídica às Secretarias Municipais de Educação, Gestão Associada de Serviços Públicos na Área da Cultura, Estudo Técnico Social Ambiental e Sistema de Indicadores de Planejamento Estratégico Territorial e Sócio Ambiental, conforme solicitação nº 319/2020 da Secretaria de Administração, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital.

Valor: R\$ 121.682,67 (cento e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos)

Dotação Orçamentária:

Órgão: 5 - Secretaria de Administração

Unidade: 01 - Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.71.70.01.00.00.00 - Aplicações Diretas (8/2020)

Vigência do contrato: 10 (dez) meses

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93 e alterações, Justificativa, Lei nº 3003/2018 e Solicitação nº 319/2020 da Secretaria de Administração do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

Penha/SC, 09 de março de 2020.

João Luiz Demantova – Diretor Executivo.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA - Gestor

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2020 - PMP

Publicação Nº 2435474

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 021/2020 – PMP

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2020 – PMP

Contrato: 021/2020 - PMP

Contratado: ILHA MAR NAÚTICA ME

Objeto: Contratação da Empresa ILHA MAR NAÚTICA ME, para prestação de serviços especializados de locação de quadriciclos off road para auxiliar a Polícia Militar na fiscalização da orla marítima do município de Penha, em razão do decreto estadual 525/2020 e decreto municipal 3513/2020 como meio de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19), para atender à solicitação nº 356/2020 da Secretaria de Planejamento Urbano.

Valor: R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)

Dotação Orçamentária:

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade: 07 - Departamento de Trânsito

Elemento: 3.3.90.39.27.00.00.00 - Aplicações Diretas (59/2020)

Vigência do contrato: 30 (trinta) dias

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações, Justificativa, Decreto Estadual 525/2020 e Decreto Municipal 3513/2020 e Solicitação nº 356/2020 da Secretaria de Planejamento Urbano, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

Penha/SC, 26 de março de 2020.

ROBLEDO CARNEIRO MATOS PEIXOTO – Representante Legal.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA - Gestor

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435355

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Institui Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar, para definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Recurso Próprio aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica da Rede Municipal de Ensino de Penha/SC, e dá outras providências.

Viviane Narsira Soares Leite, Secretária de Educação de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e;

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência pelo Município Penha/SC, por meio do Decreto nº 3.507/2020 e 3.508/2020, inclusive com a suspensão das atividades escolares.

CONSIDERANDO que a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultará em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.987/2020 que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de Recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Recurso próprio aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica da Rede Municipal de Ensino de Penha/

SC, RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

- I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social;
- III - 1 (um) representante do Serviço de Nutrição Escolar;
- IV - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- V - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- VI - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social;
- VII - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VIII – 1 (um) representante do Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Penha/SC;
- IX - 1 (um) Representante da vigilância Sanitária;
- X – 1 (um) Representante da vigilância Epidemiológica;
- XI – 1 (um) Representante dos Diretores das Unidades Escolares;
- XII – 1 (um) Representante do Departamento de licitação e compras.

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Recurso Próprio, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º No prazo de 48h a contar da publicação desta resolução, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazos de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o Serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 3º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, deverão ser montados “Kits Emergenciais de Alimentação Escolar”, seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade.

2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º Esgotados os gêneros alimentícios em estoque e ainda havendo demanda por parte das famílias que se enquadram nas condições estabelecidas, os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existentes em conta poderão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios em quantidades definidas pela CIAE e aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§1º A aquisição de que trata o caput deverá ser realizada pelo Setor de Compras do Município.

§2º Deverá ser mantida a aquisição de produtos da agricultura familiar do Município.

Art. 5º A distribuição dos “Kits Emergenciais de Alimentação Escolar” adquiridos com recursos do PNAE e Recurso Próprio não se confunde com ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pela Rede Municipal do Ensino de Penha/SC, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Parágrafo único - Para definição dos critérios de distribuição, a CIAE deve levar em consideração a situação de vulnerabilidade da família do aluno, e ainda as seguintes informações:

- I – Se são beneficiários do Bolsa Família;
- II – Se recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC escola);
- III – Se estão cadastrados no CADÚnico;
- IV – Se os pais ou responsável(s) estão desempregados ou são autônomos;
- V – Se o aluno é residente em instituição de acolhimento (abrigos).

Art. 6º A CIAE deve sempre observar as orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 7º A entrega do “Kits Emergenciais de Alimentação Escolar” se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

- I – Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;
- II – Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal
- III – Descrição dos itens que compõem o “Kits Emergenciais de Alimentação Escolar”
- IV – Data de entrega

V – Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Parágrafo único – A CIAE deverá registrar por foto o ato de entrega, e arquivar juntamente com o recibo assinado para os fins de prestação de contas.

Art. 8º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados, ou ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata esta Resolução, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único – Após a utilização, o veículo deverá ser higienizado, seguindo os protocolos sanitários vigentes.

Art. 9º O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 08 de abril de 2020

Viviane Narsira Soares Leite

Secretária Municipal de Educação

Pescaria Brava

PREFEITURA

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2020 – FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2020 FMS

Publicação Nº 2435241

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2020 – FMS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso XIII - Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ Nº. 17.710.115/0001-72

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL – CNPJ Nº. 03.354.241/0001-27

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 06/2020 FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 01/2020 FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS, E APOIO OPERACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO, PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE, PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE, PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA DE INDICADORES, RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO SISTEMA DIGISUS - MÓDULO PLANEJAMENTO, POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, COM MODELO DE CUIDADOS ATRAVÉS DE TREINAMENTOS DA EQUIPE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA.

VIGÊNCIA: 13/04/2020 À 31/12/2020

VALOR: R\$ 168.276,00 (CENTO E SESSENTA E OITO MIL, DUZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2020 – FMS NOVA DATA DE ABERTURA

Publicação Nº 2435328

MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2020 – FMS

NOVA DATA DE ABERTURA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, informa a nova data de abertura de licitação: 23/04/2020 às 8hs.

O presente Processo Licitatório - modalidade Pregão Presencial tipo menor preço por lote, visa à eventual CONTRATAÇÃO POR REGISTO DE PREÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, DIGITADOR E ZELADOR, A SEREM REALIZADOS SOB A FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PESCARIA BRAVA/SC, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos. Licitação regida nos termos das Leis Federais nº. 10.520/02 e 8.666/93 e da Lei Complementar nº. 123/06. Informações poderão ser obtidas através do fone: (048) 3647-6312 - Setor de Licitações e no endereço de e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br (site: www.pescariabrava.sc.gov.br) ou diretamente na Sede administrativa: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 09 de abril de 2020.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 FMS CREDENCIAMENTO Nº 04/2020 FMS

Publicação Nº 2435132

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 FMS

CREDENCIAMENTO Nº 04/2020 FMS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, informa que será realizado processo de compra na modalidade Credenciamento - CR Nº. 04/2020 FMS – objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA E/OU FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE CLÍNICA, DE ACORDO COM A PROGRAMAÇÃO DE ATENDIMENTOS E PRE MARCAÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. O SERVIÇO SERÁ PRESTADO NAS UBS DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA - SC. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações. O período de inscrições inicia-se em 13/04/2020 e encerra-se às 13h00min do dia 31/12/2020. A documentação necessária para o Credenciamento será recebida para análise na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava/SC, das 07h00min às 13h00min, localizada na Rodovia SC 437, KM 08, Bairro Centro, CEP 88.798-000, Pescaria Brava/SC. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações, e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br.

Pescaria Brava, 09 de abril de 2020.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pinhalzinho

PREFEITURA

073

Publicação Nº 2435135

DECRETO Nº 073/2020, DE 06 DE ABRIL DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso I do artigo 14 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, espécie Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 58.208,65 (cinquenta e oito mil duzentos e oito reais e sessenta e cinco centavos) destinados a suplementar as seguintes Atividades:

11.001.0010.0301.0023.2063 – ATENÇÃO BÁSICA

NNAT.DESP.	FRECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VVALOR
43390000	00.1.38.0076	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	557.526,21

06.001.0012.0365.0025.2028 – ENSINO INFANTIL - CRECHE

NNAT.DESP.	FRECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VVALOR
43390000	00.1.37.0058	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	6682,44

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, Espécie Suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte de recurso o valor de R\$ 58.208,65 (cinquenta e oito mil duzentos e oito reais e sessenta e cinco centavos) provenientes do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, apurado no exercício financeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 06 de abril de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

074

Publicação Nº 2435136

DECRETO Nº 074/2020, DE 06 DE ABRIL DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 20.172,40 (vinte mil cento e setenta e dois reais e quarenta centavos) no seguinte projeto/atividade do Orçamento Municipal abaixo:

11.001.0010.0302.0023.2064 – ATENDIMENTO DE MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33930000	0.1.02.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	20.172,40

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º, ficam anulados R\$ 20.172,40 (vinte mil cento e setenta e dois reais e quarenta centavos) na dotação orçamentaria no seguinte Projetos/Atividade:

11.001.0010.0302.0023.2064 – ATENDIMENTO DE MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.02.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	20.172,40

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho – SC, 06 de abril de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra
Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

075

Publicação Nº 2435137

DECRETO Nº 075/2020, de 06 de abril de 2020
DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE PAGAMENTO DOS DÉBITOS DOS MUTUÁRIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente;

CONSIDERANDO a edição, pelo governo do Estado, do Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Território Catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece providências;

CONSIDERANDO a edição, pelo governo do Estado, do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências; CONSIDERANDO a edição, pelo governo do Estado, do decreto nº 535, de 30 de março de 2020, que estabelece novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências.

CONSIDERANDO a edição, pelo nosso Município, do Decreto nº 066, de 24 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município e ratifica as medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição, pelo nosso Município, do Decreto nº 72, de 01 de Abril de 2020, Fica declarada situação de emergência em todo o território do Município de Pinhalzinho, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19

CONSIDERANDO os potenciais efeitos danosos à economia local em virtude da suspensão das atividades econômicas em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado em 90 (noventa) dias o prazo de pagamento das parcelas com vencimento nos meses de abril, maio e junho de 2020, contados a partir de seu vencimento original, sem a incidência de juros e multa, podendo ser utilizado os boletos já emitidos para o pagamento no prazo da prorrogação.

Parágrafo único. A prorrogação que trata o caput não inclui as parcelas dos meses seguintes do exercício de 2020, considerando que deverão ser pagas todas as parcelas lançadas para o corrente ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho/SC, 06 de Abril de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento
Registrado e Publicado em data supra:
Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

076

Publicação Nº 2435139

DECRETO Nº 076/2020, DE 06 DE ABRIL DE 2020
"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 1º da Lei Municipal No 2.656/2020 de 06/04/2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no seguinte projeto/atividade do Orçamento Municipal abaixo:

08.001.0008.0244.0016.2041 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na dotação orçamentaria no seguinte Projeto/Atividade:

01.001.0001.0031.0001.2001 – LEGISLAR E FISCALIZAR

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho – SC, 06 de abril de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

AVISO CONCURSO 001-2020 - PROJETOS ESPORTIVOS E ARTÍSTICO-CULTURAIS SUSPENSÃO

Publicação N° 2435141

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE CREDENCIAMENTO N° 001/2020

Objeto: SELECIONAR PROJETOS ESPORTIVOS E ARTÍSTICO-CULTURAIS QUE TENHAM A FINALIDADE DE POTENCIALIZAR AÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO.

VALQUIRIA ASTRIGI, pregoeira designada pelo Decreto n. 182/2019, TORNA PÚBLICO conforme especificações abaixo:

Comunicamos aos interessados que ficam suspensos, sine die, todos os atos deste certame. Comunicamos ainda, que os novos atos serão oportunamente divulgados pelos meios oficiais.

Informações complementares pelo fone (49) 3366-6614 ou e-mail compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br

Pinhalzinho/SC, dia 09 de abril de 2020.

Valquiria Astrigi

Pregoeira

AVISO CREDENCIAMENTO 001-2020 - ACADEMIA DE GINASTICA BOMBEIROS MILITAR - REVOGAÇÃO

Publicação N° 2435148

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO – SC

AVISO DE REVOGAÇÃO CREDENCIAMENTO N° 001/2020

VALQUIRIA ASTRIGI, pregoeira designada pelo Decreto n. 182/2019, TORNA PÚBLICO conforme especificações abaixo:

Fica REVOGADO por interesse público, nos termos do item 10.1 do Edital Convocatório, O CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACADEMIA DE GINASTICA DOTADAS DE EQUIPAMENTOS DE MUSCULAÇÃO, ESTEIRAS, BICICLETAS, ETC, SOB SUPERVISÃO DE PROFESSOR DEVIDAMENTE HABILITADO, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Pinhalzinho/SC.

Informações complementares pelo fone (49) 3366-6614 ou e-mail compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br

Pinhalzinho/SC, dia 09 de abril de 2020.

VALQUIRIA ASTRIGI

Pregoeira

Ponte Serrada

PREFEITURA

SUSPENSÃO DE LICITAÇÕES REFERENTE EDITAIS 28/2020 E 29/2020

Publicação N° 2435262

COMUNICADO: SUSPENSÃO DE LICITAÇÕES

CONSIDERANDO, o Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina em que avaliando o cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19, bem como a identificação de transmissão comunitária em franca expansão, na região Sul do Estado, decide restringir drasticamente a circulação de pessoas;

CONSIDERANDO, o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 do Governo do Estado do Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual 525 de 23 de Março de 2020 Governo do Estado do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual 535 de 30 de Março de 2020 Governo do Estado do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual 550 de 07 de Abril de 2020 Governo do Estado do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, as previsões do Decreto Municipal nº 236 de 18 de Março de 2020;

CONSIDERANDO, as previsões do Decreto Municipal nº 240 de 23 de Março de 2020;

CONSIDERANDO, as previsões do Decreto Municipal nº 241 de 24 de Março de 2020;

CONSIDERANDO, as previsões do Decreto Municipal nº 248 de 01 de Abril de 2020;

CONSIDERANDO, as previsões do Decreto Municipal nº 263 de 08 de Abril de 2020;

O Departamento de Licitações torna público que decide SUSPENDER os certames referentes aos Editais de Pregão Presencial nº 28/2020 e 29/2020 pelo prazo de indeterminado, quando a nova data de abertura será divulgada na forma da Lei.

Setor de Compras e Licitações

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 023/2020 - PMPB - REPUBLICADO

Publicação Nº 2435022

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço - Nº 023/2020 - PMPB - REPUBLICADO

Tipo de licitação: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de óleos lubrificantes destinados à manutenção da frota mecanizada da Secretaria de Transportes e Obras do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 12h00min do dia 27/04/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 12h30min do dia 27/04/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao2@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 13 de Abril de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 949/2020

Publicação Nº 2435535

DECRETO Nº 949, de 09 de abril de 2020.

Altera o Decreto nº 939, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de infecção humana pelo novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e considerando que é obrigação do Poder Público adotar medidas sensatas para combater a pandemia, levando sempre em consideração as orientações da Organização Mundial de Saúde - OMS,

DECRETA:

Art. 1º Insere o artigo 6º-E ao Decreto Municipal nº 939, de 18 de março de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 6º-E Todas as Instituições Financeiras e congêneres, Casas Lotéricas e demais estabelecimentos autorizados a funcionar, instalados no Município de Porto União, durante seu horário de expediente ficam obrigados, a partir da publicação deste Decreto, a disponibilizar no mínimo um funcionário, ou quantos se fizerem necessários, para dar cumprimento ao determinado na Instrução Normativa nº 001, de 20 de março de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde, anexa, devendo garantir o distanciamento mínimo entre as pessoas (1,5m), tanto do lado interno quanto do lado externo das referidas instituições, sempre quando ocorrer filas para os respectivos atendimentos, a fim de evitar aglomerações.

§ 1º O descumprimento da obrigação mencionada no caput sujeitará ao infrator as sanções penais cabíveis, incluindo a cassação do Alvará de Funcionamento.”

§ 2º Para as agências bancárias o horário a que se refere o caput do artigo deverá ser das 09 h às 18h.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e perdurará por prazo indeterminado, podendo as medidas serem reavaliadas a qualquer momento.

Porto União (SC), 09 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 520/2020 - RH

Publicação Nº 2435110

PORTARIA Nº 520, 27 de março de 2020.

Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas no âmbito Municipal, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humana e detecção do contágio comunitário pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto Nº 939, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Médico Plantonista se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 27 de março de 2020 a 26 de março de 2021, ou até a realização de concurso público municipal e/ou enquanto perdurar a situação de emergência no município em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, TAINA JURITI FEIJO PINTO, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda dos serviços essenciais em decorrência da situação de emergência no município, pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Pronto Atendimento Municipal - PAM, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 27 de março de 2020.b

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 521/2020 - RH

Publicação Nº 2435111

PORTARIA Nº 521, 27 de março de 2020.

Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas no âmbito Municipal, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humana e detecção do contágio comunitário pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto Nº 939, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Médico Plantonista se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 27 de março de 2020 a 26 de março de 2021, ou até a realização de concurso público municipal e/ou enquanto perdurar a situação de emergência no município em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, MAURA DAVID, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda dos serviços essenciais em decorrência da situação de emergência no município pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Pronto Atendimento Municipal - PAM, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 27 de março de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 522/2020 - RH

Publicação Nº 2435112

PORTARIA Nº 522, 27 de março de 2020.

Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas no âmbito Municipal, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humana e detecção do contágio comunitário pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto Nº 939, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Médico Plantonista se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 27 de março de 2020 a 26 de março de 2021, ou até a realização de concurso público municipal e/ou enquanto perdurar a situação de emergência no município em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, FRANCELLI SPERANDIO GRAVINA, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da

Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda dos serviços essenciais em decorrência da situação de emergência no município pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Pronto Atendimento Municipal - PAM, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 27 de março de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 582/2020 - RH

Publicação Nº 2435125

PORTARIA Nº 582, de 06 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 20022150.1.00020/13-4, datada de 23 de outubro de 2013, da servidora ZILDA LEONI FARBER, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, junto ao Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais – IMPRESS, do período correspondente a 4.469 dias, ou seja, 12 (doze) anos, 02 (dois) meses e 29 (vinte e nove) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento

- 14/03/1977 a 28/02/1978 – Município de Porto União 00a 11m 15d
- 01/03/1978 a 18/12/1978 – Secretaria de Estado da Administração 00a 09m 18d
- 01/03/1979 a 18/12/1979 – Secretaria de Estado da Educação 00a 09m 18d
- 24/05/1985 a 19/12/1985 – Secretaria de Estado da Educação 00a 06m 26d
- 21/02/1995 a 29/12/1995 – Município de Porto União 00a 10m 09d
- 03/03/1997 a 19/12/1997 – Município de Porto União 00a 09m 17d
- 03/02/1998 a 19/12/1998 – Município de Porto União 00a 10m 17d
- 17/02/1999 a 20/12/1999 – Município de Porto União 00a 10m 04d
- 14/02/2000 a 20/12/2000 – Município de Porto União 00a 10m 07d
- 01/02/2001 a 16/04/2001 – Município de Porto União 00a 02m 16d
- 17/04/2001 a 20/12/2001 – Município de Porto União 00a 08m 04d
- 08/03/2003 a 30/12/2003 – Secretaria de Estado da Educação 00a 09m 23d
- 02/08/2004 a 01/09/2004 – Secretaria de Estado da Educação 00a 01m 00d
- 15/09/2004 a 14/10/2004 – Município de Porto União 00a 01m 00d
- 18/10/2004 a 17/12/2004 – Município de Porto União 00a 02m 00d
- 14/02/2005 a 12/08/2005 – Município de Porto União 00a 05m 29d
- 01/03/2005 a 18/12/2005 – Secretaria de Estado da Educação 00a 04m 06d

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 583/2020 - RH

Publicação Nº 2435113

PORTARIA Nº 583, de 06 de abril de 2020.

Dispões sobre suspender Gratificação de Função de Gestão de Coordenador Geral dos Núcleos de Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto nº 939, de 18 de março de 2020, que Declara situação de emergência no Município de Porto União e define sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de infecção humana pelo novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação

básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o Ofício nº 081/20, de 1º de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 1º de abril 2020, a Portaria nº 172, de 08 de fevereiro de 2018, que concede Gratificação de Função de Gestão de Coordenador Geral dos Núcleos de Educação Infantil, à servidora DULCIMAR NEIDE SONNESTRAHL, enquanto perdurar a suspensão das aulas, considerando a situação de emergência no município em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2020.

Porto União (SC), 06 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 584/2020 - RH

Publicação Nº 2435115

PORTARIA Nº 584, de 06 de abril de 2020.

Dispõe sobre suspender Gratificação de Função de Gestão de Coordenador Geral dos Núcleos de Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto nº 939, de 18 de março de 2020, que Declara situação de emergência no Município de Porto União e define sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de infecção humana pelo novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o Ofício nº 081/20, de 1º de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 1º de abril 2020, a Portaria nº 442, de 01 de março de 2017, que concede Gratificação de Função de Gestão de Supervisor Geral de Educação Infantil, à servidora GICELI APARECIDA GONCALVES, enquanto perdurar a suspensão das aulas, considerando a situação de emergência no município em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2020.

Porto União (SC), 06 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 585/2020 - RH

Publicação Nº 2435116

PORTARIA Nº 585, de 06 de abril de 2020.

Dispõe sobre suspender Gratificação de Função de Gestão de Coordenador Geral dos Núcleos de Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto nº 939, de 18 de março de 2020, que Declara situação de emergência no Município de Porto União e define sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de infecção humana pelo novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o Ofício nº 081/20, de 1º de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 1º de abril 2020, a Portaria nº 587, de 12 de junho de 2018, que concede Gratificação de Função de Gestão de Supervisor Geral do Ensino Fundamental, à servidora SILMARA DE FÁTIMA AMARANTE BUENO, enquanto perdurar a suspensão das aulas, considerando a situação de emergência no município em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2020.

Porto União (SC), 06 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 586/2020 - RH

Publicação Nº 2435118

PORTARIA Nº 586, de 06 de abril de 2020.

Dispões sobre suspender Gratificação de Função de Gestão de Coordenador Geral dos Núcleos de Educação Infantil.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto nº 939, de 18 de março de 2020, que Declara situação de emergência no Município de Porto União e define sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de infecção humana pelo novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o Ofício nº 081/20, de 1º de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 1º de abril 2020, a Portaria nº 643, de 05 de julho de 2018, que concede Função Gratificada, como Responsável pelos Conselhos, à servidora SILVIA APARECIDA ROIEK CORREA, enquanto perdurar a suspensão das aulas, considerando a situação de emergência no município em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus a 1º de abril de 2020.

Porto União (SC), 06 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 587/2020 - RH

Publicação Nº 2435119

PORTARIA Nº 587, de 07 de abril de 2020.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, VERIDIANA EMANUELY ROBERTO SCHUCK, aprovada em 31º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio (GA), do Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 588/2020 - RH

Publicação Nº 2435120

PORTARIA Nº 588, de 07 de abril de 2020.

Nomear condicionalmente candidata aprovada através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Decreto nº 939, de 18 de março de 2020, que Declara situação de emergência no Município de Porto União e define sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de infecção humana pelo novo Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR CONDICIONALMENTE, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, JANETE ALVES DE ASSUNÇÃO, aprovada em 17º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, do quadro de pessoal do Magistério desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º O ingresso da servidora acima mencionada apenas se completará com nova Portaria e com a posse do exercício no cargo de Professor Docente Educação Infantil, na data do retorno das aulas, que encontram-se suspensas em razão da situação de emergência no município em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 589/2020 - RH

Publicação Nº 2435121

PORTARIA Nº 589, de 07 de abril de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de LIRIANA VANESSA CALDAS, matrícula 2221201, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 590/2020 - RH

Publicação Nº 2435122

PORTARIA Nº 590, de 08 de abril de 2020.

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato nº 215/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 215/2019, de CIRLENE MARTINS VEZARO, no período de 08 de abril a 06 de maio de 2020, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora Luciana Caus de Moraes, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Unidade Sanitária de Santa Cruz do Timbó, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 591/2020 - RH

Publicação Nº 2435124

PORTARIA Nº 591, de 08 de abril de 2020.
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir 08 de abril de 2020, referente ao período aquisitivo de abril/2014 a abril/2019, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora NEUSA FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01 do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de abril de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 010/2020/CMAS - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO RECURSO DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Publicação Nº 2435056

RESOLUÇÃO Nº 010/2020/CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho do recurso do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS destinado ao Fundo Municipal de Assistência Social do município de Pouso Redondo/SC para o exercício de 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pouso Redondo – SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em conformidade com a Reunião Plenária Extraordinária realizada virtualmente no dia 07 de abril de 2020, registrada na Ata nº 97/2020, segundo prevê a Lei Municipal nº 1.362/95 de 20 de setembro de 1995, e,

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.435 de 06 de julho de 2011 que “Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social”.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que institui a Política Nacional de Assistência Social.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.

CONSIDERANDO a Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006, do CNAS, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais, no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os Benefícios Eventuais, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

CONSIDERANDO a Resolução nº 39, de 9 de dezembro de 2010, do CNAS, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais, no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política Pública de Saúde.

CONSIDERANDO o Lei 17.819/2019, do FEAS/SC, que dispõe ser condição para o recebimento dos repasses a efetiva instituição e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, de composição paritária entre governo e sociedade civil, Plano Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social com orientação e controle dos respectivos CMAS.

CONSIDERANDO a Resolução da CIB 03 de março 2020 que dispõe sobre a pactuação do cofinanciamento no exercício 2020, critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - FEAS/SC, para os Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais.

CONSIDERANDO a situação de emergência em saúde pública no Estado de Santa Catarina, conforme os Decretos nº 507/2020, nº 509/2020, nº 515/2020 e nº 521/2020, as determinações da Secretaria de Estado da Saúde (SES), bem como o Plano de Contingência para Resposta as Emergências em Saúde Pública.

CONSIDERANDO que os benefícios eventuais da assistência social, previstos no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, integram o conjunto de proteções da Política de Assistência Social e, neste sentido, inserem-se no processo de reordenamento de modo a garantir o acesso a proteção social ampliando e qualificando as ações protetivas.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.733/2018 de 04 de dezembro de 2018 que estabelece e cria critérios orientadores para regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública municipal de assistência social, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 07/2018 de 26 de outubro de 2018, que dispõe sobre o processo de reordenamento e estabelece critérios dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social no município de Pouso Redondo/SC.

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 002/2020 de 06 de março de 2020, que dispõe sobre a inclusão de itens na composição de benefício eventual na modalidade de vulnerabilidade temporária – auxílio alimentação no âmbito da Política de Assistência Social no município de Pouso Redondo/SC.

CONSIDERANDO a reunião de Mesa Diretora realizada virtualmente no dia 07 de abril de 2020 para apreciação e deliberação do cofinanciamento estadual 2020 "ad referendum".

CONSIDERANDO que, entre outras ações, o controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, por unanimidade, o Plano de Trabalho do recurso do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, sendo destinado para execução de Benefícios Eventuais referente ao exercício 2020.

Art. 2º - A presente resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Pouso Redondo, 07 de abril de 2020.

Maikel Verdi

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 011/2020

Publicação Nº 2434965

PORTARIA N.º 011/2020 DE 01.04.2020

Prorroga os efeitos da Portaria nº 09, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos e trabalho remoto dos serviços da Câmara Municipal de Pouso Redondo/SC, em razão da declaração de situação de emergência no Estado de Santa Catarina e Decreto Municipal e estabelece outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL POUSO REDONDO/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara e pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o Decreto Estadual nº 535, de 30 de março de 2020, que altera o Decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências;

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar, a partir de 01 de abril de 2020, pelo prazo de 07 (sete) dias, os efeitos da Portaria nº 09, de 18 de março de 2020.

Art. 2º - Ficam suspensos os prazos regimentais até o dia 07 de abril de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de abril de 2020.

Pouso Redondo/SC, 01 de abril de 2020.

GEOVANI MOTTA

LAURI RIBEIRO GARCIA

Presidente da Câmara

Vice-Presidente

SAMUEL FCº DA ROCHA HOFENAS DEODATO BINI

1º Secretário 2º Secretário

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI

Diretor de Secretaria

PORTARIA 012/2020

Publicação Nº 2435538

CÂMARA DE VEREADORES DE POUSO REDONDO

Rua Querino Ferrari, 93 - Bairro Boa Vista

CNPJ 05.559.537/0001-00 - Fone/Fax 47 3545 2050

89.172-000 - POUSO REDONDO - S C

PORTARIA Nº 012/2020 de 01.04.2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR FÁBIO ALVES DE CAMPOS E DÁ PROVIDÊNCIAS.

GEOVANI MOTTA, Presidente da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e no que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Câmara:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor desta Câmara, Senhor FÁBIO ALVES DE CAMPOS –, na função de Chefe de Gabinete, pelo período de gozo de 01/04/20 a 20/04/20, conforme recibos de férias em anexo.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, em 01 de abril de 2020.

GEOVANI MOTTA
Presidente da Câmara

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI
Diretor de Secretaria

PORTARIA 013/2020

Publicação N° 2435539

PORTARIA N.º 013/2020 DE 08/04/2020

Prorroga os efeitos da Portaria nº 09, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos e trabalho remoto dos serviços da Câmara Municipal de Pouso Redondo/SC, em razão da declaração de situação de emergência no Estado de Santa Catarina e Decreto Municipal e estabelece outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL POUSO REDONDO/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara e pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, que altera o art. 7º do Decreto nº 525, de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, a partir de 08 de abril de 2020, pelo prazo de 05 (cinco) dias, os efeitos da Portaria nº 09, de 18 de março de 2020.

Art. 2º - Ficam suspensos os prazos regimentais até o dia 12 de abril de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor no dia 08 de abril de 2020.

Pouso Redondo/SC, 08 de abril de 2020.

GEOVANI MOTTA	LAURI RIBEIRO GARCIA
Presidente da Câmara	Vice-Presidente

SAMUEL FCº DA ROCHA HOFENAS	DEODATO BINI
1º Secretário	2º Secretário

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI
Diretor de Secretaria

Praia Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 019/2020

Publicação Nº 2435191

DECRETO Nº 019/2020

Adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, no uso das atribuições que lhes confere o art. 83, VII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

Considerando o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 14, de 24 de março de 2020, que declarou situação de emergência em saúde pública,

DECRETA:

Art. 1º Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 14, de 24 de março de 2020, que declarou situação de emergência em saúde pública ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I – Concessão de licença prêmio de até 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos com direito à fruição do benefício, sem prejuízo da remuneração mensal, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

II - Concessão de férias coletivas de 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, comissionados e contratados temporariamente – ACTs, com direito à fruição, abrangendo os servidores das Secretarias Municipais Administração e Finanças, Educação e Cultura, Obras e Desenvolvimento Urbano, Turismo e Esportes, Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

III - Concessão de férias normais de 30 (trinta) dias aos servidores efetivos comissionados e contratados temporariamente – ACTs, com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

IV–Concessão de férias antecipadas de 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, comissionados e contratados temporariamente – ACTs, com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias, individuais ou coletivas, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas nos incisos do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde;

III - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

§ 3º Qualquer das hipóteses previstas nos incisos I, II e III deste artigo, somente poderão ser aplicadas aos profissionais da educação após o término do prazo do adiamento do recesso escolar, estabelecido no Art. 5º, §1º do Decreto Municipal nº 14, de 24 de março de 2020.

§ 4º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas coletivas ou individuais normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 5º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 6º A licença prêmio, as férias coletivas ou individuais normais e antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 2º Os servidores públicos municipais de que tratam os incisos II e III do §2º do art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Tele trabalho (home office).

§ 1º Considera-se Tele trabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Tele trabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Tele trabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Tele trabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º O Tele trabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde, nos órgãos de fiscalização, na Defesa Civil e nos serviços de acolhimento, observado o disposto no § 3º.

§ 6º As Secretarias Municipais deverão apresentar à Secretaria Municipal de Administração até o dia 03 de Abril de 2020, a relação dos servidores sujeitos à modalidade de Tele trabalho.

§ 7º A alteração de que trata o caput será notificada ao servidor público municipal com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 8º Na hipótese de o servidor público municipal não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do Tele trabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância:

I – o Poder Executivo Municipal poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de autorização de uso, que poderá ser encaminhado digitalmente, e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza vencimental; ou

II - na impossibilidade do oferecimento do regime de comodato de que trata o inciso I, o período da jornada normal de trabalho será computado como tempo de trabalho à disposição da Administração Pública Municipal.

§ 9º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

§ 10. Os servidores municipais submetidos ao Tele trabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 3º Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Municipal nº 14, de 24/03/2020, fica facultado ao Município:

I -designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;

II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 4º Para os servidores públicos em atividade que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, fica estabelecido que as perícias deverão ser agendadas como perícia documental.

§ 1º O agendamento deverá ser realizado por telefone pelas chefias imediatas dos servidores e, na sequência, encaminhar por meio eletrônico para o e-mail rh@praiagrande.sc.gov.br a cópia do atestado, somente nos casos de síndromes gripais (não sendo necessário o original), acrescido do nome, matrícula, lotação e Secretaria a que está vinculado.

§ 2º O atestado médico deverá conter: nome completo do servidor, data de emissão, período de afastamento, carimbo e assinatura do profissional médico.

§3º O servidor deverá observar o prazo máximo de 24 horas do afastamento ao trabalho para enviar o mesmo.

Art. 5º O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas de 24 de março de 2020 até a data de entrada em vigor deste Decreto é considerado como ponto facultativo.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 02 de Abril de 2020.

Praia Grande – SC, 08 de Abril de 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

VARNER DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 065/2020

Publicação Nº 2435138

DECRETO Nº. 065/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS, ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETULIO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada e suplementada a destinação de recursos, sob a codificação 28001 – Recursos de Doações, no valor de R\$ 15.930,00 (quinze mil, novecentos e trinta reais), na forma que segue:

ÓRGÃO	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	090	Saúde para todos
ATIVIDADE	2025	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
DESPESA	4.4.90	Aplicações diretas
FONTE DE RECURSO	28001	Recursos de Doações 15.930,00
TOTAL		15.930,00

Art. 2º. Para fazer frente as despesas mencionadas no Artigo 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	090	Saúde para todos
ATIVIDADE	2025	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	28001	Recursos de Doações 15.930,00
TOTAL		15.930,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 07 DE ABRIL DE 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 066/2020

Publicação Nº 2435140

DECRETO Nº. 066/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar, por conta do superávit financeiro verificado no exercício de 2019, a destinação de recursos sob a codificação 33509 – Índice de Gestão Descentralizada - IGD, no valor de R\$ 5.292,85 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	110	Vida com Qualidade
ATIVIDADE	2030	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	33509	Índice de Gestão Descentralizada - IGD 5.292,85

TOTAL	5.292,85
-------	----------

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 07 DE ABRIL DE 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 54/2020

Publicação N° 2435480

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 29/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 54/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, PARA VEICULAÇÃO NA FORMA IMPRESSA, (JORNAIS E REVISTAS), NA FORMA DIGITAL (REDES SOCIAIS), POR MEIO DE IMPRENSA FALADA (RÁDIOS FM) E IMPRENSA TELEVISIVA PARA TRANSMISSÃO DE PROGRAMA INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, SECRETARIAS E AUTARQUIA. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 24/04/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 09 de abril de 2020

NELSON VIRTUOSO - Prefeito

Quilombo

PREFEITURA

AVISO PREGÃO RP 33/2020

Publicação Nº 2435279

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº: 33/2020

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2020

Tipo: Menor Preço

Regime de Execução: Indireta

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA DE ROMPEDOR HIDRÁULICO ACOPLADO À ESCAVADEIRA E MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM LÂMINA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO E DENTRO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL DE QUILOMBO-SC.

Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 24/04/2020.

Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 24/04/2020.

A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br

Quilombo, 09 de abril de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Rio do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA 8459

Publicação Nº 2435307

PORTARIA Nº 8459 DE 06 DE ABRIL DE 2020

"NOMEIA FLAVIO MALIKOSKI PARA O CARGO DE CHEFE DE GABINETE"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei nº 1720/2007 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FLÁVIO MALIKOSKI, CPF 023.255.929-52, para o cargo de CHEFE DE GABINETE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 06 de abril de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

CIENTE

FLÁVIO MALIKOSKI

PORTARIA 8460

Publicação Nº 2435308

PORTARIA Nº 8460 DE 09 DE ABRIL DE 2020

"Altera Horário de Trabalho"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 30 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR o horário de expediente do Servidor JANUARIO VOERINGER, matrícula 6700-01, ocupante do cargo em efetivo de auxiliar administrativo, sendo o horário de início as 19h e término as 22h, até 30 de abril de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 09 de abril de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2020/FMS

Publicação Nº 2435157

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008/2020/FMS

Pregão Presencial Nº 55/2019/FMS

Validade: 12 meses

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A, neste ato representado por ALLAN MARCELO PIERIN	05.912.018/0001-83
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por MAIELE KREMER	03.612.312/0004-97
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP, neste ato representado por MAIARA DALRI	26.554.718/0001-13
CARLA MACHADO DE SOUZA, neste ato representado por BRUNA CELIA RODRIGUES BELLANDA	09.525.628/0001-85
PRÓ-VIDA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP, neste ato representado por RONI BROILO	03.889.336/0001-45
MAYCON WILL EIRELI EPP, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	18.712.730/0001-80
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por MARCO AURELIO MILL-NITZ	20.978.588/0001-60
EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, neste ato representado por FERNANDO CALDART	26.325.797/0001-90

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 451169 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
11	Dieta elementar em pó, 100% de aminoácidos livres, com no mínimo 95% de maltodextrina e 100% de lipídios de origem vegetal, nutricionalmente completa, adicionada de vitaminas e minerais, para uso oral e enteral. Isento de glúten, sacarose e sem lactose adicionada. Indicada para lactentes e crianças de primeira infância (desde o nascimento), portadoras de alergia à proteína do leite de vaca, à soja e em casos de má absorção. Lata com 400g.	LATA	NEOCATE LCP	500,00000	R\$129,0000	R\$64.500,0000
12	Dieta elementar em pó, 100% de aminoácidos livres, 100% de maltodextrina e 100% de lipídios de origem vegetal, nutricionalmente completa, adicionada de vitaminas e minerais, e que permita o uso como nutrição exclusiva enteral. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Indicada para lactentes e crianças de a partir de um ano de idade portadoras de alergia à proteína do leite de vaca, à soja e em casos de má absorção. Lata com 400g.	LATA	NEO ADVANCE	360,00000	R\$198,0000	R\$71.280,0000
Total do Fornecedor:						R\$135.780,0000
Total Geral dos Itens:						R\$135.780,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$135.780,00 (cento e trinta e cinco mil, setecentos e oitenta reais) Rio do Sul (SC), 02 de Março de 2020 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
MAIELE KREMER

CONTRATADA
SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
CPF: 619.127.609-59
Secretária Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2020/FMS

Publicação Nº 2435160

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº009/2020/FMS

Pregão Presencial Nº 55/2019/FMS

Validade: 12 meses

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A, neste ato representado por ALLAN MARCELO PIERIN	05.912.018/0001-83
NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por MAIELE KREMER	03.612.312/0004-97
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP, neste ato representado por MAIARA DALRI	26.554.718/0001-13
CARLA MACHADO DE SOUZA, neste ato representado por BRUNA CELIA RODRIGUES BELLANDA	09.525.628/0001-85
PRÓ-VIDA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP, neste ato representado por RONI BROILO	03.889.336/0001-45
MAYCON WILL EIRELI EPP, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	18.712.730/0001-80
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por MARCO AURELIO MILLNITZ	20.978.588/0001-60
EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, neste ato representado por FERNANDO CALDART	26.325.797/0001-90

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 2928507 - LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP							
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total	
24	Módulo de lipídeos contendo 100% triglicérides de cadeia média para nutrição oral ou enteral, sem sabor, inodoro. Indicado para situações de má absorção e onde o paciente não tolera ou não digere convenientemente as gorduras comuns. Cotação por mililitro. Cotação por mililitro (ml).	ML	MCT - VITA-FOR	25.000,00	R\$0,17	R\$4.250,00	
Total do Fornecedor:						R\$4.250,00	
Total Geral dos Itens:						R\$4.250,00	
1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais)							
Rio do Sul (SC), 02 de Março de 2020							
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP MAIARA DALRI CONTRATADA							

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
CPF: 619.127.609-59
Secretária Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2020/FMS

Publicação Nº 2435161

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº010/2020/FMS

Pregão Presencial Nº 55/2019/FMS

Validade: 12 meses

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A, neste ato representado por ALLAN MARCELO PIERIN	05.912.018/0001-83
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por MAIELE KREMER	03.612.312/0004-97
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP, neste ato representado por MAIARA DALRI	26.554.718/0001-13
CARLA MACHADO DE SOUZA, neste ato representado por BRUNA CELIA RODRIGUES BELLANDA	09.525.628/0001-85
PRÓ-VIDA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP, neste ato representado por RONI BROILO	03.889.336/0001-45
MAYCON WILL EIRELI EPP, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	18.712.730/0001-80
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por MARCO AURELIO MILLNITZ	20.978.588/0001-60
EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, neste ato representado por FERNANDO CALDART	26.325.797/0001-90

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 29873240 - CARLA MACHADO DE SOUZA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
9	Fórmula hipoalergênica em pó, com 100% de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada (peptídeos e aminoácidos livres), com ácidos graxos de cadeia longa - LcPufas (DHA e ARA) e nucleotídeos. Isento de sacarose, frutose e glúten. Indicada para lactentes e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e/ou de soja, com sintomas de leve a moderada sem quadros diarreicos. Fórmula que permita o uso oral e enteral. Cotação por grama.	Gr.	APTAMIL PEPTI	60.000,00000	R\$0,1600	R\$9.600,0000
14	Dieta em pó, para uso oral e enteral, nutricionalmente completa, hipercalórica, indicada para crianças de 0 a 12 meses. Conter mix de fibras prebióticas (GOS/FOS), nucleotídeos e ácidos graxos de cadeia longa - LcPufas (DHA e ARA). Isenta de sacarose. Lata com no mínimo 400g.	LATA	INFATRINI DANONE	120,00000	R\$134,0000	R\$16.080,0000
Total do Fornecedor:						R\$25.680,0000
Total Geral dos Itens:						R\$25.680,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$25.680,00 (vinte e cinco mil e seiscentos e oitenta reais)

Rio do Sul (SC), 02 de Março de 2020

CARLA MACHADO DE SOUZA
BRUNA CELIA RODRIGUES BELLANDA
CONTRATADA
SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
CPF: 619.127.609-59
Secretária Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2020/FMS

Publicação Nº 2435162

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº011/2020/FMS

Pregão Presencial Nº 55/2019/FMS

Validade: 12 meses

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A, neste ato representado por ALLAN MARCELO PIERIN	05.912.018/0001-83
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por MAIELE KREMER	03.612.312/0004-97
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP, neste ato representado por MAIARA DALRI	26.554.718/0001-13
CARLA MACHADO DE SOUZA, neste ato representado por BRUNA CELIA RODRIGUES BELLANDA	09.525.628/0001-85
PRÓ-VIDA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP, neste ato representado por RONI BROILO	03.889.336/0001-45
MAYCON WILL EIRELI EPP, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	18.712.730/0001-80
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por MARCO AURELIO MILLNITZ	20.978.588/0001-60
EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, neste ato representado por FERNANDO CALDART	26.325.797/0001-90

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 29876583 - PRÓ-VIDA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
22	Módulo de proteína (alto valor biológico) para dieta oral ou enteral em pó, com no mínimo 90% de caseinato de cálcio ou 100% de proteína do soro do leite. Isento de sabor, de boa solubilidade. Cotação por grama.	Gr.	NUTERAL	30.000,00	R\$0,17	R\$5.100,00
Total do Fornecedor:						R\$5.100,00
Total Geral dos Itens:						R\$5.100,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$5.100,00 (cinco mil e cem reais)

Rio do Sul (SC), 02 de Março de 2020

PRÓ-VIDA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP
RONI BROILO
CONTRATADA

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
CPF: 619.127.609-59
Secretária Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2020/FMS

Publicação Nº 2435163

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº012/2020/FMS

Pregão Presencial Nº 55/2019/FMS

Validade: 12 meses

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A, neste ato representado por ALLAN MARCELO PIERIN	05.912.018/0001-83
NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por MAIELE KREMER	03.612.312/0004-97
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP, neste ato representado por MAIARA DALRI	26.554.718/0001-13
CARLA MACHADO DE SOUZA, neste ato representado por BRUNA CELIA RODRIGUES BELLANDA	09.525.628/0001-85
PRÓ-VIDA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP, neste ato representado por RONI BROILO	03.889.336/0001-45
MAYCON WILL EIRELI EPP, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	18.712.730/0001-80
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por MARCO AURELIO MILLNITZ	20.978.588/0001-60
EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, neste ato representado por FERNANDO CALDART	26.325.797/0001-90

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31526454 - MAYCON WILL EIRELI EPP

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Fórmula infantil de partida em pó (0 - 6 meses) com proteínas lácteas e enriquecida com ferro, contendo probióticos e/ou prebióticos, DHA, ARA e nucleotídeos. Lata com no mínimo 400g.	LATA	Nan Comfor 1 / Nestlé	360,00000	R\$16,5000	R\$5.940,0000
2	Fórmula infantil de seguimento em pó (6 - 12 meses) com proteínas lácteas e enriquecida com ferro, contendo probióticos e/ou prebióticos, DHA, ARA e nucleotídeos. Lata com 800g.	LATA	NAN COMFOR 2	360,00000	R\$32,0000	R\$11.520,0000
3	Fórmula infantil de partida em pó (0 - 6 meses) com proteínas lácteas e enriquecida com ferro. Nutricionalmente completo. Lata com no mínimo 400g...	LATA	Nestogeno 1 / Nestlé	960,00000	R\$14,5000	R\$13.920,0000
4	Fórmula infantil de seguimento em pó (6 - 12 meses) com proteínas lácteas e enriquecida com ferro. Nutricionalmente completo. Lata com no mínimo 400g...	LATA	NESTOGENO 2/NESTLE	360,00000	R\$13,5000	R\$4.860,0000
5	Fórmula infantil para recém-nascidos pré-termo e/ou em situações de alto risco, com proteínas lácteas, enriquecida com ferro e contendo DHA, ARA. Nutricionalmente completo. Lata com no mínimo 400g.	Lta.	NESTLE/PRE NAN	120,00000	R\$27,0000	R\$3.240,0000
6	Fórmula infantil em pó, de partida e seguimento, à base de proteína isolada de soja e enriquecida com ferro. Indicada para a alimentação de lactentes desde o nascimento, com intolerância à lactose ou alergia à proteína do leite de vaca; ou em situações em que for indicado retirar o leite de vaca da dieta.	Gr.	Nan Soja / Nestlé	48.000,00000	R\$0,0500	R\$2.400,0000
7	Fórmula infantil em pó isenta de lactose, de partida e seguimento, para lactentes desde o nascimento até 12 meses. Indicada para lactentes com intolerância à lactose. Lata com no mínimo 400g.	LATA	NAN SL/ NESTLÉ	240,00000	R\$23,5000	R\$5.640,0000
8	Fórmula infantil em pó, de partida e seguimento, especial anti-regurgitação, para lactentes desde o nascimento até 12 meses, com composição específica para condições de refluxo gastroesofágico. Cotação por grama.	Gr.	Nan Espessar / Nestlé	80.000,00000	R\$0,0300	R\$2.400,0000

10	Dieta semi-elementar e hipoalergênica em pó, à base de proteína do leite extensamente hidrolisada (caseína ou soro do leite), garantindo alta eficácia nos tratamentos de alergia à proteína do leite de vaca e/ou soja com quadros diarreicos e síndromes de má absorção. Nutricionalmente completo, para uso oral e enteral, até um ano de idade. Apresentar baixa osmolaridade. Isento de lactose, sacarose, frutose e glúten. Lata com no mínimo 400g.	LATA	Alfaré / Nestlé	360,00000	R\$86,2000	R\$31.032,0000
13	Alimento para suplementação em pó, para uso oral e enteral, para crianças de 3 a 10 anos de idade, polimérico, para diluição normocalórica ou hipercalórica, nutricionalmente completo, acrescido de vitaminas e minerais. Indicado para prevenção de desnutrição e recuperação do estado nutricional, bem como em situações onde há baixa ingestão de nutrientes. Isento de lactose e glúten. Sem sabor. Lata a partir de 380g.	LATA	Nutren Junior / Nestlé	250,00000	R\$60,0000	R\$15.000,0000
16	Suplemento hiperprotéico líquido contendo de arginina, zinco, selênio, vitamina C, A e E. Indicado para a cicatrização de úlceras de pressão e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Isento de glúten. Cotação por mililitro. Embalagem com no máximo 250 ml.	ML	NOVASOURCE PROLINE	54.000,00000	R\$0,1000	R\$5.400,0000
17	Fórmula líquida nutricionalmente completa, uso oral, hipercalórica (2,0 a 2,4kcal/ml) e hiperprotéico, que forneça alto aporte de nutrientes em pequeno volume. Isento de lactose e glúten. Indicado para pessoas desnutridas ou em risco nutricional, pré e pós operatório, pacientes com restrição de volume e necessidade calórica aumentada. Sabores variados. Cotação por mililitro. Embalagem com no máximo 250 ml.	ML	NUTREN 2.0	48.000,00000	R\$0,1000	R\$4.800,0000
Total do Fornecedor:						R\$106.152,00
Total Geral dos Itens:						R\$106.152,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$106.152,00 (cento e seis mil, cento e cinquenta e dois reais)

Rio do Sul (SC), 02 de Março de 2020

MAYCON WILL EIRELI EPP
LUIZ F. SEBOLD
CONTRATADA
SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
CPF: 619.127.609-59
Secretária Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2020/FMS

Publicação Nº 2435166

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº013/2020/FMS

Pregão Presencial Nº 55/2019/FMS

Validade: 12 meses

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A, neste ato representado por ALLAN MARCELO PIERIN	05.912.018/0001-83
NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por MAIELE KREMER	03.612.312/0004-97
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP, neste ato representado por MAIARA DALRI	26.554.718/0001-13
CARLA MACHADO DE SOUZA, neste ato representado por BRUNA CELIA RODRIGUES BELLANDA	09.525.628/0001-85
PRÓ-VIDA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP, neste ato representado por RONI BROILO	03.889.336/0001-45

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MAYCON WILL EIRELI EPP, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	18.712.730/0001-80
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por MARCO AURELIO MILLNITZ	20.978.588/0001-60
EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, neste ato representado por FERNANDO CALDART	26.325.797/0001-90

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31630905903 - NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
15	Alimento para suplementação em pó, para uso oral e enteral, para crianças de 3 a 10 anos de idade, para uso oral ou enteral, polimérico, para diluição normocalórica ou hipercalórica, nutricionalmente completo, acrescido de vitaminas e minerais. Indicado para prevenção de desnutrição e recuperação do estado nutricional, bem como em situações onde há baixa ingestão de nutrientes. Isento de lactose e glúten. Sabor baunilha. Cotação por grama	Gr.	Trophic Infant, 800g - Prodiet	168.000,00000	R\$0,0600	R\$10.080,0000
19	Suplemento nutricional em pó, para uso oral e enteral, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (com proteína de soja ou do soro do leite e/ou caseinato de potássio/cálcio) e que permita diluição hipercalórica/hiperprotéica. Com adição de vitaminas e minerais. Conter mix de fibras. Isento de glúten e sem lactose adicionada. Sem sabor e/ou sabor baunilha. Indicada para manutenção ou recuperação do estado nutricional de adultos e idosos. Cotação por grama.	Gr.	Immax, 350g - Prodiet	120.000,00000	R\$0,1000	R\$12.000,0000
20	Dieta em pó, composta por proteína vegetal (soja), para uso oral ou enteral, polimérica, nutricionalmente completa, para auxiliar no controle glicêmico. Normocalórica (1,0 kcal/ml); normolipídica e normoprotéica. Isenta de lactose e sacarose. Presença de fibras. Cotação por grama.	Gr.	Trophic Fiber 800g - Prodiet	288.000,00000	R\$0,0600	R\$17.280,0000
21	Módulo de fibras, para uso oral ou enteral, composto por mix de fibras solúveis e insolúveis. Isento de sacarose. Sem sabor. Cotação por grama.	Gr.	Enterfiber, 400g - Prodiet	172.000,00000	R\$0,1200	R\$20.640,0000
23	Módulo de carboidratos fonte de oligossacarídeos (100% maltodextrina), para nutrição oral ou enteral, sem sabor e isento de aditivos. Indicado para aumento e melhoria do aporte energético. Lata com no mínimo 400g.	LATA	Carboch, 400g - Prodiet	50,00000	R\$14,8000	R\$740,0000
Total do Fornecedor:						R\$60.740,0000
Total Geral dos Itens:						R\$60.740,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$60.740,00 (sessenta mil, setecentos e quarenta reais)

Rio do Sul (SC), 02 de Março de 2020

NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
MARCO AURELIO MILLNITZ
CONTRATADA

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
CPF: 619.127.609-59
Secretária Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2020/FMS

Publicação Nº 2435168

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº014/2020/FMS

Pregão Presencial Nº 55/2019/FMS

Validade: 12 meses

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na TUIUTI Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001-55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A, neste ato representado por ALLAN MARCELO PIERIN	05.912.018/0001-83
NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por MAIELE KREMER	03.612.312/0004-97
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP, neste ato representado por MAIARA DALRI	26.554.718/0001-13
CARLA MACHADO DE SOUZA, neste ato representado por BRUNA CELIA RODRIGUES BELLANDA	09.525.628/0001-85
PRÓ-VIDA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP, neste ato representado por RONI BROILO	03.889.336/0001-45
MAYCON WILL EIRELI EPP, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	18.712.730/0001-80
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por MARCO AURELIO MILLNITZ	20.978.588/0001-60
EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, neste ato representado por FERNANDO CALDART	26.325.797/0001-90

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31630907683 - EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
18	Complemento nutricional lácteo em pó, enriquecido com vitaminas, minerais e proteína. Indicado para situações em que há aumento das necessidades desses nutrientes, tais como: crescimento, desgaste físico ou mental e má alimentação de forma geral. Preparo instantâneo. Sabores variados. Cotação por grama.	Gr.	MEGA-MIX	120.000,00000	R\$0,0400	R\$4.800,0000
25	Módulo para espessar ou gelificar alimentos, frios ou quentes, a base de maltodextrina e/ou amido de milho. Pode ser adicionado de gomas e geleificantes (xantana/tara/guar). Indicado para pacientes com disfagia. Isento de glúten. Cotação por grama.	Gr.	ESPESSA MIX	12.000,00000	R\$0,0600	R\$720,0000
Total do Fornecedor:						R\$5.520,0000
Total Geral dos Itens:						R\$5.520,0000

0.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$5.520,00 (cinco mil quinhentos e vinte reais).

Rio do Sul (SC), 02 de Março de 2020

EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA
FERNANDO CALDART
CONTRATADA

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

CPF: 619.127.609-59

Secretária Municipal de Saúde

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020

Publicação Nº 2435518

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, através da Secretaria de Infraestrutura, que fará realizar na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução indireta do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para a execução da ponte e suas cabeceiras ligando os bairros Bela Aliança - Navegantes, em Rio do Sul/SC conforme projeto básico e demais anexos deste edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei 123/2006 e alterações posteriores, Código Civil Brasileiro e demais legislações aplicáveis à matéria.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, no Departamento de Licitações do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos poderão fazê-lo pelo site: www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento - licitações ou pelos endereços eletrônicos: jose.deola@riodosul.sc.gov.br / franciele.lippel@riodosul.sc.gov.br

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 08h00min do dia 14/05/2020, devendo ser protocolados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal.

A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 08h30min do dia 14/05/2020, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 08 de abril de 2020.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

DANIEL PASA
Secretário de Infraestrutura

DECRETO N. 8.961, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435501

DECRETO Nº 8.961, de 09 de abril de 2020.

“TRANSFERE O FERIADO MUNICIPAL ALUSIVO À EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI,

CONSIDERANDO que a atividade econômica industrial, comercial e de prestação de serviços, no âmbito do Município de Rio do Sul, está suspensa, total ou parcialmente, desde o dia 18 de março do corrente ano, em razão dos Decretos Estaduais que determinaram medidas de prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública, decorrente pandemia causada pelo COVID-19,

DECRETA:

Art. 1º. Fica transferido o feriado de 15 de abril de 2020, alusivo à emancipação político-administrativa do Município de Rio do Sul (Dia do Município), para o dia 01 de maio de 2020, considerando-se, portanto, o dia original do feriado como de trabalho normal, no âmbito do Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
09 de abril de 2020.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DISPENSA DE LICITAÇÃO 056/2020

Publicação Nº 2435492

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2020

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Infraestrutura e por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS PRINCESA ISABEL, DOM PEDRO II E DA ESTRADA SÃO BENTO, EM RIO DO SUL/SC.

Contratada: GEOMAPA ENGENHARIA LTDA

Valor: R\$32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais).

Vigência: até 31 de dezembro de 2020.

Dotação Orçamentária: 86.07.2043.3390.3905 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso I, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Inciso II e III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 08 de abril de 2020
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 04/2020 - CMAS DE 09 DE ABRIL 2020

Publicação Nº 2435537

Resolução Nº 04/2020

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Rio do Sul – SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal Complementar Nº 413, de 21 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação do SUAS, ou seja, o Conselho Municipal de Assistência Social de Rio do Sul – CMAS, e

CONSIDERANDO o cenário atual de emergência decorrente do Coronavírus (COVID 19);

CONSIDERANDO a urgência e emergência da Política Municipal de Assistência Social receber tais recursos financeiros;

CONSIDERANDO a orientação nº 01/2020 do CEAS/SC e a Recomendação da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, a secretaria executiva dos conselhos de direitos e de políticas públicas reordenou as atividades que seriam presenciais deste conselho e organizou com os conselheiros integrantes das Comissão de Políticas Públicas e Legislação e Comissão de Finanças a avaliação do Plano de Trabalho do Município de Rio do Sul para o cofinanciamento Estadual;

CONSIDERANDO efetivar o cumprimento das atribuições do Controle Social e dos tramites para a aprovação das pautas e encaminhamento para as plenárias;

CONSIDERANDO o parecer dos conselheiros integrantes das comissões de finanças e de políticas públicas e legislação do CMAS, que avaliaram o plano de trabalho para o cofinanciamento estadual elaborado pela Gestão da Política Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a serem transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS referente ao ano de 2020 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Parágrafo único: O valor previsto do cofinanciamento pactuado pelo Estado para o município de Rio do Sul é de R\$ 99.489,75 para a proteção social básica.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Rio do Sul, 09 de abril de 2020.

EMILYN MENDES ROSA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

RESUMO DO ADITIVO Nº 011/2020

Publicação Nº 2435126

4º TERMO ADITIVO Nº 011/2020 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 223/2018, REFERENTE À CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO TABOÃO E SANTA RITA ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA B&P CONSTRUTORA EIRELI EPP.

Aos cinco (05) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa B&P CONSTRUTORA EIRELI EPP, estabelecida na Rua Índio Pereira Ramos, 85, Bairro Pinheiros, no município de Otacílio Costa/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.05.006/0001-51, ora denominada CONTRATADA, representada pelo, Representante Legal, Sr. Adriani Muniz Boaventura, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 136/2018, e no Contrato original de Serviço

e Fornecimento de Material nº 223/2018, datado de 10 de dezembro de 2018, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º, Inciso VI, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através do solicitação da fiscalização de serviços públicos datada de 02 de março de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, a contar de 06 de março de 2020 até 03 de junho de 2020, conforme o Memorando nº 027/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

B&P CONSTRUTORA EIRELI EPP
Adriani Muniz Boaventura
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO Nº 015/2020

Publicação Nº 2435096

1º TERMO ADITIVO Nº 015/2020 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 238/2019, REFERENTE À EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS DA ESTRADA BOM FIM – TRECHO I, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Aos seis (06) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A., estabelecida na Rua Francisco Martinhago, 258 – Mina do Mato, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP 88.810-500, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.665.141/0001-50, ora denominada CONTRATADA, representada pelo Representante Legal, Sr. Ademir Locks, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 157/2019, e no Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 238/2019, datado de 10 de setembro de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º, Inciso III, V e VI do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através do solicitação da fiscalização de serviços públicos, recebida em 03 de março de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar de 09 de março de 2020 até 05 de agosto de 2020, conforme o Memorando nº 028/2020/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Sr. Ademir Locks
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO Nº 021/2020

Publicação Nº 2435078

2º TERMO ADITIVO Nº 021/2020 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 259/2019, REFERENTE AO REMANESCENTE DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS: ESTRADA QUINTINOS – LOTE 1, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Aos dezenove (19) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, doravante denominada "Contratada", estabelecida à Avenida Evaldo Prim, nº 645, Distrito Industrial, no município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, CEP 88.400-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.624.323/0001-06, representada neste ato pelo Sr. Heinz Kurtz (Sócio-Administrador), Carteira de Identidade nº 1.226.153-0, CPF nº 438.772.069-72, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência Pública nº 168/2019, e no Contrato original de Prestação de Serviço e Fornecimento de Materiais nº 259/2019, datado de 05 de novembro de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º, Inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Solicitada através do Memorando Nº 033/2020 da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 03 de abril de 2020 e encerrando em 18 de maio de 2020, conforme Memorando Nº 033/2020 da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Sr. Heinz Kurtz
CONTRATADA
Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO CONTRATO Nº 001/2020

Publicação Nº 2435286

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 001/2020

Tomada de Preço Nº 188/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construtora Grabowski LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para execução de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, pavimentação dos passeios em paver e sinalização viária da Rua Gustav Hasse, no Bairro Bela Aliança, em Rio do Sul/SC

Valor: R\$ 1.289.402,78 (um milhão duzentos e oitenta e nove mil quatrocentos e dois reais e setenta e oito centavos);

Prazo de Vigência: 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura.

Recurso: 86.02.1036.4490.5198 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 06 de janeiro de 2020.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

Rio dos Cedros

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2020 FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO - TERMO DE REVOGAÇÃO

Publicação Nº 2435456

TERMO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público para conhecimento dos interessados que fica totalmente REVOGADO o processo licitatório nº 25/2020.

A presente revogação se dá em função dos decretos nº 3037/2020 e nº 3039/2020 que complementa procedimentos e medidas de prevenção e combate ao Coronavírus (COVID-19), devendo o referido processo licitatório ser convertido e republicado em forma de Pregão Eletrônico.

Ficam os referidos interessados intimados do inteiro teor desta revogação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109, alínea "c" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Publique-se e encaminhe-se os autos ao Setor de Licitações para as providências de estilo.

Rio dos Cedros (SC), 09 de Abril de 2020.
Marildo Domingos Felippi
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020 FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇO DESTINADO AO FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S-10 E ÓLEO DIESEL COMUM (S-500) DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL - TERMO DE REVOGAÇÃO

Publicação Nº 2435461

TERMO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇO DESTINADO AO FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S-10 E ÓLEO DIESEL COMUM (S-500) DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público para conhecimento dos interessados que fica totalmente REVOGADO o processo licitatório nº 29/2020.

A presente revogação se dá em função dos decretos nº 3037/2020 e nº 3039/2020 que complementa procedimentos e medidas de prevenção e combate ao Coronavírus (COVID-19), devendo o referido processo licitatório ser convertido e republicado em forma de Pregão Eletrônico.

Ficam os referidos interessados intimados do inteiro teor desta revogação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109, alínea "c" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Publique-se e encaminhe-se os autos ao Setor de Licitações para as providências de estilo.

Rio dos Cedros (SC), 09 de Abril de 2020.

Marildo Domingos Felippi
Prefeito

Rio Fortuna

PREFEITURA

DECRETO 016/2020, DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435273

DECRETO Nº 016/2020
(De 09 de abril de 2020)

"ADOA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LINDOMAR BALLMANN, Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 71, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020;

Considerando o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 08, de 17 de março de 2020, e seguintes que decretaram medidas para combate à pandemia do coronavírus;

DECRETA

Art. 1º. Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 08, de 17 de março de 2020, e seguintes, que adotaram medidas para combate à pandemia do coronavírus, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I – Concessão de licença prêmio aos servidores efetivos com direito à fruição do benefício, sem prejuízo da remuneração mensal, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

II - Concessão de férias coletivas aos servidores efetivos e comissionados com direito à fruição, abrangendo os servidores das Secretarias Municipais de Administração, Planejamento e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

III - Concessão de férias normais aos servidores efetivos e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

IV – Concessão de férias antecipadas aos servidores efetivos, comissionados, e contratados temporariamente, com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias, individuais ou coletivas, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas nos incisos do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais para enfrentamento da pandemia;

III - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

§ 3º Qualquer das hipóteses previstas nos incisos I, II e III deste artigo, somente poderão ser aplicadas aos profissionais da educação após o término do prazo do adiantamento do recesso escolar, estabelecido no Decreto Municipal nº 08/2020, de 17 de março de 2020.

§ 4º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas coletivas ou individuais normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 5º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 6º A licença prêmio, as férias coletivas ou individuais normais e as antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 2º. Os servidores públicos municipais de que tratam os incisos II e III do § 2º do art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Teletrabalho (home office).

§ 1º Considera-se Teletrabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º O Teletrabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde, Secretaria de Assistência Social, nos órgãos de fiscalização e na Defesa Civil.

§ 10. Os servidores municipais submetidos ao Teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 3º. Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), fica facultado ao Município:

I - designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;

II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 4º. O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas de 17 de março de 2020, data da expedição do Decreto nº 08/2020, até a data de entrada em vigor deste Decreto, é considerado como ponto facultativo, excetuando-se o pessoal de magistério, para os quais houve a antecipação do recesso escolar de julho, na forma do art. 8º, §2º do Decreto Municipal nº 08/2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Fortuna/SC, 09 de abril de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças e Publicado no Mural Municipal aos nove dias do mês de abril de 2020.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020 FMS

Publicação Nº 2435309

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo de Licitação FMS nº 005/2020

Pregão Presencial FMS nº 004/2020

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h30min, do dia 28 de abril de 2020, no Auditório da Antiga Unidade Básica de Saúde, localizado na Rua Padre Rademacker, nº 195, próximo ao Hospital de Rio Fortuna, PREGÃO PRESENCIAL visando à AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VEÍCULO AUTOMÓVEL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, pelo telefone (48) 3653-1122, no site oficial do Município, no endereço www.riofortuna.sc.gov.br, ou solicitar por e-mail: licitacoes@riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna/SC, 09 de abril de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020

Publicação Nº 2435134

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020

OBJETO: Contratação de prestação de serviços, com fornecimento de materiais, para a reconstrução de uma ponte de concreto armado, popularmente conhecida como "Ponte do Mitão", na localidade de Alto Rio Pequeno, divisa entre os municípios de Rio Fortuna e Grão Pará.

VENCEDOR: CELSO DE BONA DA SILVA EPP

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 288.476,83 (duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e três centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 04/03/2020

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 04/03/2020

Rio Fortuna/SC, 04 de março de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 043/2020

OBJETO: Contratação de prestação de serviços, com fornecimento de materiais, para a reconstrução de uma ponte de concreto armado, popularmente conhecida como "Ponte do Mitão", na localidade de Alto Rio Pequeno, divisa entre os municípios de Rio Fortuna e Grão Pará.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: CELSO DE BONA DA SILVA EPP

VALOR: R\$ 288.476,83 (duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e três centavos)

DATA DO CONTRATO: 04/03/2020

VIGÊNCIA: de 04/03/2020 até 04/01/2020

Rio Fortuna/SC, 04 de março de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Rio Rufino

PREFEITURA

1º ADENDO AO PREGÃO ELETRONICO Nº 02/2020

Publicação Nº 2435311

1º ADENDO AO EDITAL PREGÃO ELETRONICO 02/2020
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Referente ao Pregão Eletrônico Nº 02/2020, a data inicial de cadastramento de proposta ficará a partir do dia 09/04/2020 as 13:00 horas, até o dia 16/04/2020 as 17:00 horas

RIO RUFINO, 09 DE ABRIL DE 2020
CLEITON MENEZES ARCENIO
PREGOEIRO

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 14/2020

Publicação Nº 2435080

Estado De Santa Catarina - Município de Rodeio - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 14/2020 - menor preço. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para elaboração de projeto de iluminação pública com luminárias tipo led e a locação de ativos de equipamentos de iluminação pública que deverão ser instalados, operados e mantidos pela Licitante no Parque de Iluminação Pública do Município de Rodeio - SC, com versão da titularidade dos equipamentos para o Município ao final do prazo da locação, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e nos seus anexos. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 24/04/2020. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 09 de abril de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 15/2020

Publicação Nº 2435083

Estado De Santa Catarina - Município de Rodeio - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 15/2020 - menor preço. Objeto: contratação de pessoa jurídica para execução de obras e serviços para adequação da infraestrutura do sistema de iluminação pública do município de rodeio, objetivando promover a disseminação dos conceitos e procedimentos referentes à conservação de energia, eficiência energética e otimização energética de equipamentos, incluindo o fornecimento de materiais, obedecidas as normas do termo de convênio nº 010 pee Celesc 2019, termo de ajuste de projeto 001 pee Celesc 2020 e do diagnóstico energético para a iluminação pública celebrado com a Celesc e a chamada pública pee Celesc 001/2018, todos partes integrantes do presente edital de licitação. Fim da entrega de propostas: às 11h00min do dia 24/04/2020. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 09 de abril de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA N° 113-A

Publicação N° 2434968

PORTARIA N° 113-A, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2020 PARA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável: RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Especial do Processo Seletivo n° 001/2020, Edital n° 008 de 28 de fevereiro de 2020, para acompanhar a execução de processo seletivo e a posterior contratação por necessidade temporária e excepcional.

Art. 2º Fazem parte da Comissão:

I - Presidente: Josias Paulo Pasin

II - Secretário: Aline Bazzo

III - Membro: Paulo Sartorel

IV - Suplente: Cristiane Zavarize Francisco

Parágrafo Único. Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 3º A Comissão fará a análise dos recursos e poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário.

Art. 4º As despesas decorrentes desta portaria correrão à conta do Orçamento Vigente.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 28 de fevereiro de 2020.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

TERMO ADITIVO N.º 002 CT N° 0021/2018

Publicação N° 2434970

TERMO ADITIVO N.º 002

CT N° 0021/2018

O presente Termo Aditivo modifica em comum acordo entre as partes interessadas o Contrato de Trabalho N° 0021/2018, sendo de um lado o Município de Salto Veloso/SC, neste ato representado pela Prefeita ANA ROSA ZANELA, denominado CONTRATANTE, e de outro lado LAURIANE SARITA MATTE, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de um profissional para o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), fica prorrogado o prazo para o encerramento do presente contrato de trabalho até a data de 02 de agosto de 2020, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, conforme previsto na Clausula VIII do Contrato de Trabalho N° 0021/2018.

Amparo Legal: artigo 2º, inciso IX, da Lei nº. 1.516/2014.

Justificativa: Prorrogação do contrato se justifica conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de um profissional para atuar no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), até realização de novo concurso público.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Trabalho em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 01 de abril de 2020.

Ana Rosa Zanela Lauriane Sarita Matte

CONTRATANTE CONTRATADA

Robinson Andrei Gotardo

Advogado – OAB/SC 31.370

Matrícula 1.207

TESTEMUNHAS:

Eduardo Akio Yamamoto
CPF 072.790.249-04

Karol Camargo Duarte
CPF: 107.810.639-81

TERMO ADITIVO N.º 002 CT N° 0022/2019

Publicação N° 2434973

TERMO ADITIVO N.º 002
CT N° 0022/2019

O presente Termo Aditivo modifica em comum acordo entre as partes interessadas o Contrato de Trabalho N° 0022/2019, sendo de um lado o Município de Salto Veloso/SC, neste ato representado pela Prefeita ANA ROSA ZANELA, denominado CONTRATANTE, e de outro lado ROSANGELA WARTHA, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo para o encerramento do presente contrato de trabalho até a data de 11 de junho de 2020, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, conforme previsto na Clausula VIII do Contrato de Trabalho N° 0022/2019.

Amparo Legal: artigo 2º, inciso V, da Lei nº. 1.516/2014.

Justificativa: Prorrogação do contrato se justifica em razão de substituição de servidora efetiva transitoriamente afastada de suas funções decorrente de licença para tratamento de saúde, Dirlei Catarina Ariatti Nunes, Auxiliar de Limpeza, nomeada para o cargo pela Portaria nº. 160/2015, de 05 de março de 2015.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Trabalho em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 03 de março de 2020.
Ana Rosa Zanela Rosangela Wartha
CONTRATANTE CONTRATADA

Robinson Andrei Gotardo
Advogado – OAB/SC 31.370
Matrícula 1.207

TESTEMUNHAS:

Eduardo Akio Yamamoto
CPF: 072.790.249-04

João Paulo da Silva
CPF: 049.552.459-00

TERMO ADITIVO N.º 002 CT N° 0025/2019

Publicação N° 2434972

TERMO ADITIVO N.º 002
CT N° 0025/2019

O presente Termo Aditivo modifica em comum acordo entre as partes interessadas o Contrato de Trabalho N° 0025/2019, sendo de um lado o Município de Salto Veloso/SC, neste ato representado pela Prefeita ANA ROSA ZANELA, denominado CONTRATANTE, e de outro lado MARINICE FATIMA ALONCIO, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo para o encerramento do presente contrato de trabalho até a data de 12 de junho de 2020, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, conforme previsto na Clausula VIII do Contrato de Trabalho N° 0025/2019.

Amparo Legal: artigo 2º, inciso III, da Lei nº. 1.516/2014.

Justificativa: Prorrogação do contrato se justifica em razão de vacância de cargo, não havendo concurso público em vigência, por até 12 (doze) meses;

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Trabalho em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 12 de março de 2020.
Ana Rosa Zanela Marinice Fatima Aloncio
CONTRATANTE CONTRATADA

Robinson Andrei Gotardo
Advogado – OAB/SC 31.370
Matrícula 1.207

TESTEMUNHAS:

Eduardo Akio Yamamoto
CPF: 072.790.249-04

João Paulo da Silva
CPF: 049.552.459-00

TERMO ADITIVO N.º 003 CT N° 0017/2018

Publicação N° 2434974

TERMO ADITIVO N.º 003
CT N° 0017/2018

O presente Termo Aditivo modifica em comum acordo entre as partes interessadas o Contrato de Trabalho N° 0017/2018, sendo de um lado o Município de Salto Veloso/SC, neste ato representado pela Prefeita ANA ROSA ZANELA, denominada CONTRATANTE, e de outro lado MARINA WERNER, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de um profissional para o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), fica prorrogado o prazo para o encerramento do presente contrato de trabalho até a data de 13 de agosto de 2020, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, conforme previsto na Clausula VIII do Contrato de Trabalho N° 0017/2018.

Amparo Legal: artigo 2º, inciso IX, da Lei nº. 1.516/2014.

Justificativa: Prorrogação do contrato se justifica conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de um profissional para atuar no NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), até realização de novo concurso público.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Trabalho em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 01 de abril de 2020.

Ana Rosa Zanela
CONTRATANTE

Marina Werner
CONTRATADA

Robinson Andrei Gotardo
Advogado – OAB/SC 31.370
Matrícula 1.207

TESTEMUNHAS:

Eduardo Akio Yamamoto
CPF 072.790.249-04

Karol Camargo Duarte
CPF: 107.810.639-81

TERMO ADITIVO N.º 004 CT N° 0001/2019

Publicação N° 2434975

TERMO ADITIVO N.º 004
CT N° 0001/2019

O presente Termo Aditivo modifica em comum acordo entre as partes interessadas o Contrato de Trabalho N° 0001/2019, sendo de um lado o Município de Salto Veloso/SC, neste ato representado pela Prefeita ANA ROSA ZANELA, denominada CONTRATANTE, e de outro lado GABRIELA VERÔNICA DE OLIVEIRA, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo para o encerramento do presente contrato de trabalho até a data de 08 de junho de 2020, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, conforme previsto na Clausula VIII do Contrato de Trabalho N° 0001/2019.

Amparo Legal: artigo 2º, inciso V, da Lei nº. 1.516/2014.

Justificativa: Prorrogação do contrato se justifica em função de substituição à servidora efetiva transitoriamente afastada de suas funções decorrente de licença para tratamento de saúde, servidora Maria do Carmo Tasca Nava, auxiliar de limpeza nomeada para o cargo pela portaria nº DP 0067/2008 de 15 de fevereiro de 2008.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Trabalho em duas vias, de igual teor e forma, na

presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 31 de março de 2020.

Ana Rosa Zanela
CONTRATANTE

Gabriela Verônica de Oliveira
CONTRATADA

Robinson Andrei Gotardo
Advogado – OAB/SC 31.370
Matrícula 1.207

TESTEMUNHAS:

Eduardo Akio Yamamoto
CPF: 072.790.249-04

João Paulo da Silva
CPF: 049.552.459-00

Santa Cecília

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.362, DE 08 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435447

Estado de Santa Catarina

Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.362, DE 08 DE ABRIL DE 2020

"ESTABELECE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA O CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA COM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DECORRENTES DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando os Decretos Municipais, que dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Considerando a necessidade imprescindível do equilíbrio fiscal das contas públicas em 2020, tanto as do sistema orçamentário, como as do sistema financeiro, bem como a evidente tendência de queda da atividade econômica e da arrecadação municipal, em decorrência das restrições impostas para conter o avanço da pandemia do CORONAVÍRUS (COVID-19),

DECRETA:

Art. 1º Ficam reduzidos em 50% (cinquenta por cento) os subsídios da Prefeita e do Vice-Prefeito Município de Santa Cecília.

Art. 2º A redução a que se refere o Artigo 1º deste Decreto, se dará pelo período de 60 (sessenta dias).

Parágrafo único. O valor glosado dos subsídios deverá ser revertido ao Fundo Municipal de Saúde do Município e utilizado na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e implementação de ações de enfrentamento ao COVID-19.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01/04/2020.

Santa Cecília, 08 de Abril de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 08 de Abril de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 018/2020

Publicação Nº 2435463

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020– REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, materiais de limpeza e correlatos, destinados à manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas e Secretaria de Saúde, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br; site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 13h30min do dia 28/04/2020.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 13h30min do dia 28/04/2020

Santa Cecília, 09 de Abril de 2020.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 019/2020

Publicação Nº 2435465

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020– REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de semente de Aveia Preta Certificada, selecionada, acondicionada em embalagens de 40 Kg, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br; site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h30min do dia 29/04/2020.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h30min do dia 29/04/2020.

PREGÃO PRESENCIAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18-E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

Santa Cecília, 09 de Abril de 2020.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 175/2019

Publicação Nº 2435478

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 175/2019

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, solteira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.665.141/0001-50, com sede na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, na cidade de Criciúma-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 537.723-4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 376.562.959-68, com endereço profissional na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, na cidade de Criciúma-SC, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 175/2019, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 175/2019, para até a data de 20/07/2020, conforme disposto na Cláusula Terceira do referido Contrato e em observância ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 175/2019, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 20 de março de 2020.
MUNICÍPIO DE SANTA
Pelo Contratante

CECÍLIA SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EDITAL DE ABERTURA CONCURSO PUBLICO 01/2020

Publicação Nº 2435123

O Município de SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao CONCURSO PÚBLICO n.º 01/2020, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal n.º 10/2009, Lei Complementar Municipal n.º 11/2010, demais legislações atinentes e de acordo com as disposições deste Edital. Cargos: Contador Geral; Farmacêutico; Médico; Odontólogo; Professor de Ensino Fundamental Língua Estrangeira - Espanhol; Fiscal de Obras e Posturas; Técnico em Enfermagem; Técnico em Higiene Dentária ; Agente de Manutenção e Conservação; Operador de Escavadeira Hidráulica; Operador de Pá Carregadeira; Operador de Retroescavadeira. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 15 de abril a 15 de maio de 2020 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico www.nbsprovas.com.br. Provas: As provas serão aplicadas no dia 31 de maio de 2020 (prova escrita e prova prática). O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município Santa Terezinha do Progresso (SC), no site www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br bem como no site da empresa organizadora www.nbsprovas.com.br. Santa Terezinha do Progresso (SC), 13 de abril de 2020. Sr. DERLI FURTADO. Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº137/2020 – DE 01 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435277

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº137/2020 – DE 01 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Pública Municipal ANA RAQUEL BRITES DE OLIVEIRA para o Cargo em Comissão.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 01 de abril de 2020, a Servidora ANA RAQUEL BRITES DE OLIVEIRA, para o Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, Grupo/Categoria 6, Código 06.03, Nível CC-4, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Junho de 2015, e alterações posteriores, com Lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com carga horária de dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº138/2020 – DE 02 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435285

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº138/2020 – DE 02 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Pública Municipal SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON, Aprovada em Concurso Público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar Nº 009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal Nº 782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público Nº 001/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 02 de abril de 2020, a Servidora SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON, para ocupar o Cargo Efetivo de ENFERMEIRO, Grupo 05 (Técnico Científico - TEC), Nível 54, Código 05.08, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público Nº 001/2019, com carga horária de 40 Horas Semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 02 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº139/2020 – DE 02 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435289

FICAM SUSPENSOS OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ABAIXO LISTADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a recente confirmação dos primeiros casos de infecção pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Estado de Santa Catarina;

Considerando que as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos são consideradas mais vulneráveis às consequências da infecção pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) pela Organização Mundial de Saúde (OMS);

Considerando o disposto na Lei Federal nº 6.259/1975, segundo a qual a autoridade sanitária é obrigada a adotar, prontamente, as medidas indicadas para o controle de doença transmissível, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente (art. 12), bem como que, em tais situações, as pessoas físicas e as entidades públicas ou privadas ficam sujeitas ao controle determinado pela autoridade sanitária (art. 13);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n. 8.078, de 1990, especialmente os artigos 6º, I e V; 39, V; 51, IV, § 1º, I, II, III, bem como art. 36, III da Lei Federal n. 12.529, de 2011, que versa sobre "Infrações da Ordem Econômica" e ainda com fulcro nos incisos I, II, III, IV, V, XI, XII do art. 5º da Lei Complementar n. 189, de 2005;

Considerando que houve a paralisação das aulas da Rede Estadual de Ensino por 30 dias, a partir de 19 de março de 2020;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19; Considerando as últimas informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;

Considerando que os contratos abaixo mencionados não podem ser executados de forma remota, home office ou sem a participação ou atendimento presencial do público externo.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensos os contratos administrativos abaixo listados diante da atual situação do Coronavírus (COVID-19) e da impossibilidade de execução do serviço sem que haja o comprometimento das medidas de controle do vírus, mencionadas nos Decretos Estaduais 515/2020, 525/2020 e 535/2020:

PRESTADOR	CONTRATO ADMINISTRATIVO/ADITIVO
DANIEL PELINSON 06033082958	CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS Nº. 03/2018 e aditivos
STUDIO M PILATES E FISIOTERAPIA LTDA	CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS Nº. 19/2018 e aditivos
SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2020
DOUGLAS ANTONIO VIEIRA 098.508.969-57	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2019 e aditivos
JOSE ANTONIO TOAZZA	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2020
CLEUNICE BOTTEGA FRANZOSI - ME	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2019 e aditivos
RUDINEI VALCARENGHI	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2019 e aditivos
LUIZ ALBERTO MIOTTO – ME	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2019 e aditivos
ITALVINO LUIS VANZO & CIA LTDA	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2019 e aditivos
COOPERATIVA DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS E DE PROFISSIONAIS EM DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTAL DE SANTA CATARINA – UNEAGRO/SC	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2016 e aditivos

Art. 2º. Os contratos não mencionados no artigo anterior ficam mantidas a sua execução diante da possibilidade da realização do serviço de forma remota, home office ou que não haja a necessidade de participação ou atendimento ao público.

Art. 3º Os prestadores de serviços serão comunicados da possibilidade da retomada da execução do contrato administrativo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 02 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº140/2020 – DE 02 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435291

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, AFETADAS POR ESTIAGEM – 1.4.1.1.0. CONFORME IN/MI02/2016.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

A estiagem prolongada, provocada pela redução das precipitações pluviométricas, que atinge o Município desde 25 de novembro de 2019, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo grau de vulnerabilidade socioeconômico do município e pelo despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre, aliado aos prejuízos nos serviços de abastecimento de água, comprometendo as reservas hidrológicas, a capacidade de captação e distribuição do sistema de abastecimento de água;

O longo período de estiagem que acoberta este município, devido a redução das precipitações pluviométricas, que agrava ainda mais os problemas sociais e econômicos, gerando ao município e a Administração Municipal a necessidade de adotar medidas emergenciais que minimizam tais problemas;

A estiagem provocada pela redução das precipitações pluviométricas que atingem o município desde 25 de Novembro de 2019, causando drástica redução no volume de águas de rios, córregos, mananciais, fontes de águas deste município, sendo que muitos já se encontram sem água;

Que a irregularidade significativa e a má distribuição de chuva no território do município são insuficientes para a reposição dos mananciais, comprometendo o abastecimento para o consumo humano, bem como o consumo animal;

Como consequências deste desastre resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto; A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem – 1.4.1.1.0, conforme IN/MI nº 02/2016.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para toda a área deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário afetado.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 4º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Santiago do Sul/SC, 02 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

TIAGO DE PARTIS

Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº141/2020 – DE 02 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435292

Adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do Coronavírus;

Considerando o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020;

Considerando o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 127/2020, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência;

DECRETA:

Art. 1º Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 127, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I – Concessão de férias coletivas, aos servidores efetivos e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

II - Concessão de férias normais aos servidores efetivos, temporários e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

III – Concessão de férias antecipadas aos servidores efetivos, temporários e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias, individuais ou coletivas, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas nos incisos do caput deste artigo:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde;

II - os servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme disposto no Decreto Municipal nº 127/2020 de 18 de março de 2020;

III - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município.

§ 3º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas coletivas ou individuais normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 4º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 5º As férias coletivas ou individuais normais e as antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 2º Os servidores públicos municipais de que tratam os incisos II e III do § 2º do art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Teletrabalho (home office).

§ 1º Considera-se Teletrabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do Coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º O Teletrabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde e nos órgãos de fiscalização, observado o disposto no § 2º.

§ 6º A alteração de que trata o caput será notificada ao servidor público municipal com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 7º Na hipótese de o servidor público municipal não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do Teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância:

I – o Poder Executivo Municipal poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de autorização de uso, que poderá ser encaminhado digitalmente, e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza vencimental; ou
II - na impossibilidade do oferecimento do regime de comodato de que trata o inciso I, o período da jornada normal de trabalho será computado como tempo de trabalho à disposição da Administração Pública Municipal.

§ 8º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

§ 9º Os servidores municipais submetidos ao Teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 3º Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), fica facultado ao Município:

I - designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;
II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 4º Para os servidores públicos em atividade que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, fica estabelecido que as perícias deverão ser agendadas como perícia documental.

§ 1º O agendamento deverá ser realizado por telefone pelas chefias imediatas dos servidores e, na sequência, encaminhar por meio eletrônico a cópia do atestado, somente nos casos de síndromes gripais (não sendo necessário o original), acrescido do nome, matrícula, lotação e Secretaria a que está vinculado.

§ 2º O atestado médico deverá conter: nome completo do servidor, data de emissão, período de afastamento, carimbo e assinatura do profissional médico.

§3º O servidor deverá observar o prazo máximo de 24 horas do afastamento ao trabalho para enviar o mesmo.

Art. 5º O período de suspensão das atividades compreendido entre as datas 18/03/2020 até 07/04/2020, é considerado como ponto facultativo.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 02 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº144/2020 – DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435295

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município Santiago do Sul, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e;

DECRETA:

Art. 1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Santiago do Sul/SC, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual n. 550/2020, de 07 de abril de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 05 (cinco) dias contados de 08 de abril de 2020, as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º. Ficam mantidas as disposições dos Decretos n. 127/2020 e n. 131/2020 que não contrariem o contido no presente Decreto.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 07 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº142/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435293

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 15.805,57 (Quinze mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta e sete centavos), conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.076 – Atendimento de Média e Alta Complexidade

Atividade: 2.076 – Atendimento de Média e Alta Complexidade

Natureza da Despesa: 3.3.90.00-DR 0.3.38 – Aplicações diretas (84) R\$ 182,69
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-DR 0.3.38 – Aplicações diretas (84) R\$ 622,88

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade
Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes
Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-DR 0.3.02 - Aplicações Diretas (18).....R\$ 15.000,00

Fls.1/2

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior serão provenientes do superávit financeiro na fonte de recursos 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde–SUS/União/Ação Detalhada: Atenção à Saúde da População para Procedimentos no MAC, no Valor de R\$ 182,69; Repasses do SUS/União/Ação: MAC/Rede Cegonha R\$ 622,88 valores estes disponíveis na conta bancária nº.33.586-X Ag.1393-5 Bco.do Brasil S/A e recursos do superávit financeiro – exercícios anteriores na fonte de recursos 0.3.02 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde, no valor de R\$ 15.000,00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.
Registrado e Publicado em data supra. ULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo
Coord.de Depto.Sec.Administração

DECRETO Nº143/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435294

DECRETO Nº143/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0004 – Administração Geral
Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral
Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral
Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas.(185) R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.

Registrado e Publicado em data supra.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo
Coord.de Depto.Sec.Administração

PORTARIA N°069/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação N° 2435302

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N°069/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.
Concede férias a Servidora Pública Municipal AISLAN KERLI CENI.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar N°009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal AISLAN KERLI CENI, ocupante do Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (Quinze) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de fevereiro de 2018 a 31 de janeiro de 2019, para Gozo de 08 de abril de 2020 a 22 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA N°070/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação N° 2435305

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N°070/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal CAMILA LAZARIN.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar N°009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CAMILA LAZARIN, ocupante do Cargo de NUTRICIONISTA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 09 de março de 2019 à 08 de março de 2020 à serem Gozadas no período de 07 de abril de 2020 à 06 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº071/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435372

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº071/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Concede férias a Servidora Pública Municipal CLAUDETE MOLLOSI COMIN.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CLAUDETE MOLLOSI COMIN, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, Lotada na Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 à serem Gozadas no período de 07 de abril de 2020 a 06 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº072/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435373

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº072/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Concede Férias ao Servidor Público Municipal CRISTIANDREI SILVA GONÇALVES.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal CRISTIANDREI SILVA GONÇALVES, ocupante do Cargo de PSICÓLOGO, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 19 de Março de 2019 à 18 de Março de 2020 à serem Gozadas no período de 07 de abril de 2020 a 06 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº073/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435374

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº073/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal FERNANDO PAGLIARI.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal FERNANDO PAGLIARI, ocupante do Cargo de ASSESSOR DE SECRETARIA, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 13 de fevereiro de 2019 a 12 de fevereiro de 2020 à serem Gozadas no período de 07 de abril de 2020 à 06 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº074/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435375

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº074/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal IVETE TEREZINHA PIAIA TOAZZA, ocupante do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2020 à serem Gozadas no período de 07 de abril de 2020 a 21 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº075/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435376

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº075/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.
Concede férias ao Servidor Público Municipal JORGE LUIS PEREIRA DOS SANTOS

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal JORGE LUIS PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRAS, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018, para Gozo de 07 de abril de 2020 a 06 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº076/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435377

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº076/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal JURACI PIVA.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal JURACI PIVA, ocupante do Cargo de VIGIA, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de dezembro de 2018 à 30 de novembro de 2019 à serem Gozadas no período de 07 de abril de 2020 à 06 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA N°077/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação N° 2435378

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N°077/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.
Concede férias à Servidora Pública Municipal MARCIA TREVISOL PEREIRA.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar N°009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal MARCIA TREVISOL PEREIRA, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 a 31 de janeiro de 2020 à serem Gozadas no período de 07 de abril de 2020 a 06 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA N°078/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação N° 2435383

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA N°078/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal VALDECIR ANTONIO SARETTO.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar N°009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal VALDECIR ANTONIO SARETTO, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 04 de agosto de 2018 à 03 de agosto de 2019 à serem Gozadas no período de 08 de abril de 2020 à 07 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº079/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435384

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº079/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.
Concede férias ao Servidor Público Municipal VANDERLEI PAULO BACKES.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal VANDERLEI PAULO BACKES, ocupante do Cargo de ADVOGADO, Lotado na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, 30 (trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de junho de 2018 a 31 de maio de 2019, para Gozo de 08 de abril de 2020 até 07 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº080/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435385

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº080/2020 – DE 06 DE ABRIL DE 2020.
Concede férias a Servidora Pública Municipal DANIELA CRISTINA MENEGUZZI.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Considerando o atual cenário de Saúde pública referente o Coronavírus (COVID-19), bem como diante a paralisação das atividades não essenciais do município.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal DANIELA CRISTINA MENEGUZZI, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, Lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 15 (Quinze) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020, para Gozo de 08 de abril de 2020 até 22 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2020.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº081/2020 – DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435388

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº081/2020 – DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON, ocupante do Cargo de ENFERMEIRO, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 03 (três) dias, ou seja, do dia 07 de abril de 2020 a 09 de abril de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 07 de abril de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 06/2020 – DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435498

PORTARIA Nº 06/2020 – DE 08 DE ABRIL DE 2020.

DISPOE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DURANTE O PERÍODO DA VIGÊNCIA DO DECRETO ESTADUAL N. 515, DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO ESTADUAL 525 DE 23 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO ESTADUAL 535, DE 30 DE MARÇO DE 2020, DECRETO ESTADUAL 550, DE 07 DE ABRIL DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNALDO ZAT, Presidente da Câmara de Vereadores de Santiago do Sul Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, amparado no artigo 31, inciso II e IV, da Lei Orgânica do Município e artigo 215, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Santiago do Sul Estado de Santa Catarina;

Considerando o crescente aumento de casos de infecção pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus, e, ao mesmo tempo, destacou a possibilidade real de a mesma ser controlada, mediante adoção de mecanismos de prevenção, informação e combate eficaz à doença;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus e Portaria 454 de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo pela Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 506, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo território catarinense e impõe o regime de quarentena;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência da saúde pública;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 535, de 30 de março de 2020, que estabelece novas regras de enfrentamento da epidemia do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 550, de 07 de abril de 2020, que Altera o art. 7º do Decreto nº 525, de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam suspensas todas as atividades da Câmara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, pelo período de 05 (cinco) dias, a contar de 08 de abril de 2020, em cumprimento ao Decreto Estadual 550, de 07 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 08 de abril de 2020.

Arnaldo Zat

Presidente

Registrada e publicada em data supra.

Sidinei Moreira Pereira

Diretor Legislativo

Santo Amaro da Imperatriz

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2020

Publicação Nº 2435127

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2020

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de assistência à saúde, em conformidade com a Lei n. 9.656 de 03 de junho de 1998, na segmentação Ambulatorial Hospitalar com Obstetrícia em Acomodação Coletiva, com preço mensal por usuário inscrito e coparticipação de 30% em consultas, exames e terapias, registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) limitado a R\$ 190,00 (cento e noventa reais) com atendimento e cobertura abrangendo a região da Grande Florianópolis e utilizando-se de profissionais, clínicas, hospitais e laboratórios próprios, contratados ou referenciados, sob a forma de Plano Privado de Assistência à Saúde.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, inscrita no CNPJ: 80674252/0001-35, situada na Rua Frei Fidêncio Feldmann, 374 - 1º Andar, Centro, CEP 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz/SC.

CONTRATADA: UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, inscrita no CNPJ n. 77.858.611/0001-08, Registro da Operadora na ANS nº 360.449, Classificação: Cooperativa Médica, situada na Rua Dom Jaime Câmara, nº. 94, CEP. 88.015-120, Bairro: Centro, Florianópolis/SC.

VALOR: A contratante pagará a título de mensalidade, por beneficiário, os valores constantes na tabela abaixo:

FAIXA ETÁRIA	2 a 4 VIDAS	5 a 10 VIDAS	11 a 30 VIDAS	31 a 99 VIDAS
0 a 18	176,15	155,01	139,51	132,54
19 a 23	213,12	187,55	168,79	160,35
24 a 28	255,41	224,76	202,29	192,17
29 a 33	299,44	263,51	237,16	225,30
34 a 38	352,26	309,99	278,99	265,04
39 a 43	399,85	351,87	316,68	300,85
44 a 48	452,67	398,35	358,52	340,59
49 a 53	561,86	494,44	444,99	422,74
54 a 58	716,87	630,85	567,76	539,37
59 ou +	1.021,62	899,02	809,12	768,67

Totalizando uma mensalidade de 33 (trinta e três) vidas com o valor de R\$ 12.244,76 (doze mil duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos) mensais.

DURAÇÃO DO CONTRATO: O contrato terá prazo de vigência mínima de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme a lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2020.

Santo Amaro da Imperatriz, 12 de março de 2020.

VALDIR PEDRO DA SILVA

Presidente

PORTARIA 13/2020

Publicação Nº 2435167

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PORTARIA Nº 13, DE 08 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE CONTENÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais,

CONSIDERANDO a orientação do Ministério da Saúde no sentido de que seja evitada a reunião com qualquer número de pessoas, em virtude da alta probabilidade de contágio pelo vírus COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual 550, de 7 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Suspender por mais 5 (cinco) dias as atividades do Poder Legislativo no Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

Parágrafo único. Findo o prazo estipulado no caput deste artigo, será realizada nova avaliação, tomando como base as disposições emitidas pelos órgãos sanitários das esferas municipal, estadual e federal.

Art. 2º Ficam mantidos os prazos dos artigos 2º e 3º da portaria 09/2020

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 08 de abril de 2020.

VALDIR PEDRO DA SILVA
Presidente

PORTARIA 14/2020

Publicação Nº 2435171

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PORTARIA Nº 14, DE 08 DE ABRIL DE 2020

CONCEDE O EXERCÍCIO DE FÉRIAS À SERVIDORA AURINEIDE BESEN PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias anuais no período de 13 a 27 de abril de 2020 à servidora AURINEIDE BESEN PEREIRA, conforme o disposto na Portaria n. 12/2020.

Parágrafo único: O período acima contempla o período aquisitivo 2019/2020 (12 de abril, data-base), gozando-se 15 (quinze) dias deste período de férias, ficando assim remanescentes 15 (quinze) dias deste período a serem gozados em período mais oportuno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo-se ao período alcançado.

Santo Amaro da Imperatriz, 08 de abril de 2020.

VALDIR PEDRO DA SILVA
Presidente

PORTARIA 15/2020

Publicação Nº 2435172

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PORTARIA Nº 15, DE 08 DE ABRIL DE 2020

CONCEDE O EXERCÍCIO DE FÉRIAS À SERVIDORA DANIELE PIZONI FELTRIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias anuais antecipadas no período de 13 a 27 de abril de 2020 à servidora DANIELE PIZONI FELTRIN, conforme o disposto na Portaria n. 12/2020.

Parágrafo único: O período acima contempla o período aquisitivo 2019/2020 (17 de setembro, data-base), gozando-se 15 (quinze) dias deste período de férias, ficando assim remanescentes 15 (quinze) dias deste período a serem gozados em período mais oportuno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo-se ao período alcançado.

Santo Amaro da Imperatriz, 08 de abril de 2020.

VALDIR PEDRO DA SILVA
Presidente

PORTARIA 16/2020

Publicação Nº 2435177

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PORTARIA Nº 16, DE 08 DE ABRIL DE 2020

CONCEDE O EXERCÍCIO DE FÉRIAS À SERVIDORA GABRYELLA HORSTMANN MENGARDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias anuais antecipadas no período de 13 a 27 de abril de 2020 à servidora GABRYELLA HORSTMANN MENGARDA, conforme o disposto na Portaria n. 12/2020.

Parágrafo único: O período acima contempla o período aquisitivo 2019/2020 (10 de setembro, data-base), gozando-se 15 (quinze) dias deste período de férias, ficando assim remanescentes 15 (quinze) dias deste período a serem gozados em período mais oportuno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo-se ao período alcançado.

Santo Amaro da Imperatriz, 08 de abril de 2020.

VALDIR PEDRO DA SILVA

Presidente

PORTARIA 17/2020

Publicação Nº 2435184

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PORTARIA Nº 17, DE 08 DE ABRIL DE 2020

CONCEDE O EXERCÍCIO DE FÉRIAS AO SERVIDOR REINALDO MAIA VIZCARRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias anuais antecipadas no período de 13 a 27 de abril de 2020 ao servidor REINALDO MAIA VIZCARRA, conforme o disposto na Portaria n. 12/2020.

Parágrafo único: O período acima contempla o período aquisitivo 2019/2020 (12 de setembro, data-base), gozando-se 15 (quinze) dias deste período de férias, ficando assim remanescentes 15 (quinze) dias deste período a serem gozados em período mais oportuno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo-se ao período alcançado.

Santo Amaro da Imperatriz, 08 de abril de 2020.

VALDIR PEDRO DA SILVA

Presidente

PORTARIA 18/2020

Publicação Nº 2435204

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PORTARIA Nº 18, DE 08 DE ABRIL DE 2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, SEM PREJUÍZO DA REMUNERAÇÃO, À SERVIDORA MARCIA ROZENEI DUARTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença Prêmio, sem prejuízo da remuneração, à servidora MARCIA ROZENEI DUARTE pelo período de 13 a 27 de abril de 2020, conforme o preceituado no artigo 139 da Lei Ordinária nº 852/1991 e Portaria nº 12/2020.

Parágrafo único: O período acima contempla o período aquisitivo relativo aos anos de 1995-2000 (25 de setembro, data-base), gozando-se, inicialmente, 15 (quinze) dias de licença, ficando assim remanescentes 55 (cinquenta e cinco) dias a serem gozados em período mais oportuno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo-se ao período alcançado.

Santo Amaro da Imperatriz, 08 de abril de 2020.

VALDIR PEDRO DA SILVA

Presidente

PORTARIA 19/2020

Publicação Nº 2435218

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PORTARIA Nº 19, DE 08 DE ABRIL DE 2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, SEM PREJUÍZO DA REMUNERAÇÃO, À SERVIDORA DANIELA CRISTINE TURNES BRUGGEMANN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença Prêmio, sem prejuízo da remuneração, à servidora DANIELA CRISTINE TURNES BRUGGEMANN pelo período de 13 a 27 de abril de 2020, conforme o preceituado no artigo 111 da Lei Complementar nº 009/2002 e Portaria nº 12/2020.

Parágrafo único: O período acima contempla o período aquisitivo relativo aos anos de 1999-2004 (10 de maio, data-base), gozando-se, inicialmente, 15 (quinze) dias de licença, ficando assim remanescentes 15 (quinze) dias a serem gozados em período mais oportuno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo-se ao período alcançado.

Santo Amaro da Imperatriz, 08 de abril de 2020.

VALDIR PEDRO DA SILVA
Presidente

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1744/2020

Publicação Nº 2435404

DECRETO Nº 1744, DE 9 DE ABRIL DE 2020.

ADOA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020, além dos recentes Decretos nº 535, de 30 de março de 2020, e nº 550, de 07 de abril de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 1723, de 30 de março de 2020, que decretou situação de emergência na cidade de São Bento do Sul, além dos Decretos nº 1710/2020, 1715/2020, 1720/2020 e 1724/2020, os quais já haviam adotado medidas de enfrentamento à emergência decorrente do combate ao COVID-19,

DECRETA:

Art. 1º Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das medidas para combate à pandemia do coronavírus ficam sujeitos à concessão de medidas administrativas, na seguinte ordem:

I – Concessão de licença prêmio, sem prejuízo da remuneração mensal, a contar de 26 de março de 2020.

II – Caso não possuam direito a licença-prêmio, o período deverá ser descontado de férias vencidas e/ou saldo de banco de horas, a contar de 26 de março de 2020.

III – Caso não possuam férias vencidas e/ou saldo de banco de horas, o período deverá ser considerado antecipação de férias, a contar de 26 de março de 2020, especialmente aos ACTs.

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas nos incisos do artigo 1º deste Decreto:

I - os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença por motivo de doença em pessoa da família;

II - os servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais ou de suporte a essas atividades, conforme disposto no Decreto Municipal 1710/2020, 1713/2020, 1715/2020 e 1720/2020;

III - os servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais a cargo do Município.

§ 3º Os servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação deverão observar ato de gestão próprio expedido pela Secretaria Municipal de Educação, após ouvido o Conselho Municipal de Educação, observado o adiantamento do recesso escolar, na forma dos artigos 11 e 12 do Decreto Municipal nº 1710/2020, obedecido ainda o prazo definido no Decreto Estadual nº 509/2020.

§ 4º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, acrescida do adicional de férias, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 5º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de licença ou férias que foram eventualmente concedidas ou antecipadas ao servidor.

Art. 2º Os servidores públicos municipais de que tratam os incisos II e III do § 2º do art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, poderão permanecer em Teletrabalho (home office) durante os prazos de suspensão dos serviços públicos, observados os critérios estabelecidos no artigo 4º do Decreto nº 1741/2020.

Art. 3º Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), nos termos da legislação municipal e estadual vigentes e aplicáveis, fica facultado ao Município:

I - designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;

II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 4º Para os servidores públicos em atividade que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, fica estabelecido que as perícias deverão ser agendadas como perícia documental.

§ 1º O agendamento deverá ser realizado por telefone pelas chefias imediatas dos servidores e, na sequência, encaminhar por meio eletrônico para o e-mail rosaner@saobentodosul.sc.gov.br a cópia do atestado, somente nos casos de síndromes gripais (não sendo necessário o original), acrescido do nome, matrícula, lotação e Secretaria a que está vinculado.

§ 2º O atestado médico deverá conter: nome completo do servidor, data de emissão, período de afastamento, carimbo e assinatura do profissional médico.

§ 3º O servidor deverá observar o prazo máximo de 24 horas do afastamento ao trabalho para enviar o mesmo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de abril de 2020.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1745/2020

Publicação Nº 2435440

DECRETO Nº 1745, DE 9 DE ABRIL DE 2020.

INSTITUI O PROGRAMA "SÃO BENTO SOLIDÁRIA", EM PARCERIA COM AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL E COM A POLÍCIA CIVIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que aprovou o PDL 88/20 enviado pelo Governo Federal, que reconheceu o estado de calamidade pública no país em decorrência do SARS-CoV-2/COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 509/2020 e o Decreto Estadual nº 515/2020, este último que declarou situação de emergência no Estado de Santa Catarina em decorrência da pandemia do SARS-CoV-2/COVID-19, determinando ainda o fechamento de todas as atividades não essenciais pelo prazo de 7 dias;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo 01.4/2020, de 20 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020, além dos recentes Decretos nº 535, de 30 de março de 2020, e nº 550, de 07 de abril de 2020;

CONSIDERANDO as disposições dos Decretos Municipais nº 1710/2020, 1713/2020, 1715/2020, 1716/2020, 1717/2020 e 1720/2020, os quais editam regras locais e condutas neste momento de combate à pandemia, inclusive com a suspensão dos serviços públicos e privados não essenciais;

CONSIDERANDO a paralisação das atividades comerciais e a redução das atividades industriais, com a primeira medida anunciada no dia 17 de março de 2020, ocasionando situação adversa ao crescimento da economia local e consequentemente aumento de casos de vulnerabilidade social;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1723/2020, que declara a situação de emergência na cidade de São Bento do Sul, em decorrência do SARS-CoV-2/COVID-19;

CONSIDERANDO a participação efetiva e a articulação da campanha em conjunto com as Promotorias de Justiça e com a Polícia Civil, ambas atuantes na Comarca de São Bento do Sul;

CONSIDERANDO o período excepcional vivenciado e principalmente diante do princípio da solidariedade, estampado no artigo 3º da Constituição Federal, norma de eficácia plena,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no Município de São Bento do Sul o programa "São Bento Solidária", com os seguintes objetivos:

I - Fornecer auxílio às pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade decorrente da quarentena provocada pela pandemia do coronavírus (COVID-19);

II - Fomentar o comércio local.

Parágrafo único. O prazo de duração da campanha será, inicialmente, de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com a arrecadação recebida para suprir o atendimento das pessoas cadastradas.

Art. 2º O programa será mantido inteiramente por meio de doações recebidas da sociedade civil e o auxílio de que trata o inciso I do art. 1º poderá ser feito de duas formas:

I – Por meio de recebimento de produtos alimentícios não perecíveis, de higiene pessoal e de limpeza;

II – Por meio de doações em dinheiro para habilitar a compra de alimentos nos comércios da cidade.

Art. 3º As doações em dinheiro poderão ser feitas por meio de depósito na seguinte conta bancária:

Conta Corrente nº 00071008-7

Agência 0628

Operação 006

Caixa Econômica Federal

Titular: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

CNPJ: 86.051.398.0001/00

Parágrafo único. A conta bancária será destinada unicamente à movimentação relacionada ao programa "São Bento Solidária" e ao final da campanha deverá ser prestado contas à sociedade dos valores arrecadados.

Art. 4º As doações de produtos alimentícios não perecíveis, de higiene pessoal e de limpeza poderão ser feitas da seguinte forma:

I - Entrega dos donativos diretamente na Polícia Civil, na entrada da Prefeitura Municipal e no Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper, locais em que haverá posto de coleta;

II - Caso o doador esteja impossibilitado de levar os donativos nos postos de coleta, deverá entrar em contato telefônico com o número 199 e será destacado um servidor, devidamente identificado e paramentado com EPI, que deverá utilizar veículo próprio da Administração Pública Municipal para recolher a doação.

Art. 5º Poderão ser beneficiados pelo programa "São Bento Solidária":

I - Trabalhadores informais que perderam sua fonte de renda devido à restrição de atividades econômicas e trabalhadores formais eventualmente demitidos (indústria e comércio).

II - Pessoas portadoras de doenças crônicas e que não tenham possibilidade financeira ou a tenham de forma muito reduzida.

III - Pessoas carentes cuja situação financeira tenha sido agravada pela pandemia e que os programas assistenciais governamentais não sejam suficientes para proporcionar condições mínimas de subsistência digna, desde que haja parecer da Secretaria Municipal de Assistência Social indicando a necessidade do benefício.

Art. 6º Para participar do programa "São Bento Solidária" o usuário deverá preencher os seguintes requisitos:

I - Comprovação de que exercia atividade remunerada até 16 de março de 2020.

II - Para os doentes crônicos, atestado ou declaração médica / receituário farmacológico e comprovante de rendimentos ou então declaração de que não possui renda.

III - Preenchimento de cadastro prévio, na forma do inciso I do art. 7º deste Decreto.

IV - Declaração de que nenhum outro membro do grupo familiar tenha outra fonte de renda ativa ou havendo outra fonte de renda essa seja inferior a R\$ 300,00 (trezentos reais) por pessoa/mês.

§ 1º O benefício a ser concedido é por núcleo familiar.

§ 2º O fornecimento do auxílio será suspenso pelo desrespeito às regras de controle sanitário ou cometimento de qualquer conduta criminosa.

Art. 7º Para receber o auxílio derivado das arrecadações o interessado deverá seguir o seguinte procedimento:

I - A pessoa deve entrar em contato com a Defesa Civil através dos telefones 3634-1055 ou 199, ou pelo e-mail saobentosolidaria@saobentodosul.sc.gov.br, para fazer o cadastro;

II - Após realizado o cadastro, a pessoa será orientada a encaminhar por WhatsApp (telefone 9-9908-3847), ou pelo e-mail saobentosolidaria@saobentodosul.sc.gov.br, ou em casos excepcionais, de forma presencial, os seguintes documentos:

a) Cópia do RG, do comprovante de residência, alguma forma de comprovação de que exercia atividade remunerada até o dia 16/03/2020, indicando o local onde era exercida e contato do responsável pelo local, indicação dos demais membros da família (que residem no mesmo local), indicando o nome, data de nascimento e CPF (ou RG se não tiver CPF) e se trabalham e qual a renda adquirida. Para os doentes crônicos deverá ser incluído o atestado ou a declaração médica / receituário farmacológico e o comprovante de rendimentos.

b) Com o recebimento da documentação e após a análise realizada pela Assistente Social designada, deverá ser elaborada uma planilha, por ordem de chegada do deferimento do pedido, com o nome, contato telefônico e o endereço do beneficiado, e a Defesa Civil promoverá a entrega do auxílio.

Parágrafo único. A entrega do auxílio deverá obedecer a seguinte ordem:

I – Destinação de 1 kit contendo alimentos, produtos de higiene pessoal e de limpeza, em quantidade necessária para atender a necessidade mensal do usuário;

II – Caso estejam esgotados os kits de alimentos ou a quantidade arrecadada não atenda a necessidade do usuário, deverá ser providenciada a entrega de cartão pré-carregado com o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), que seja aceito no comércio local, destinado unicamente à compra de alimentos, produtos de higiene pessoal e limpeza.

§ 1º Caso a Assistente Social indique, por escrito, que o usuário ou integrante da família possua alguma restrição alimentar ou necessite de produto específico na alimentação, a ordem declinada nos incisos deste artigo poderá ser invertida.

§ 2º Os beneficiários deverão ser orientados sobre o uso dos créditos: somente gêneros alimentícios, de higiene pessoal e de limpeza (bebidas alcoólicas e cigarros são proibidos), sob pena de perdimento do benefício por parte do usuário.

Art. 8º A duração do auxílio deverá perdurar durante o período de necessidade do usuário e condicionada à arrecadação de donativos.

Art. 9º O interessado que recebe auxílio de programas do Governo Federal ou Estadual, ou que eventualmente já receba auxílio da Secretaria Municipal de Assistência Social, não poderá integrar o programa "São Bento Solidária", salvo no caso previsto no inciso III do artigo 5º.

Art. 10 A operacionalização do programa "São Bento Solidária", no âmbito da Prefeitura Municipal, deverá ser feita pela Defesa Civil em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 11 O Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul promoverá a campanha de arrecadação, que contará com a divulgação do material pela Polícia Civil e pelas Promotorias de Justiça da Comarca.

Art. 12 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 10406/2020

Publicação N° 2435174

PORTARIA N° 10406, DE 9 DE ABRIL DE 2020.

Exonera diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 9 de abril de 2020, MARCELO HUBEL, do cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 9 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA N° 10407/2020

Publicação N° 2435179

PORTARIA N° 10407, DE 9 DE ABRIL DE 2020.

Nomeia Secretário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei n° 4203/2019,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 9 de abril de 2020, MARCELO HUBEL, no cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 9 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIAS N° 10364/2020 E 10397/2020

Publicação N° 2435486

Considerando que houve equívoco no envio dos arquivos das portarias, seguem as portarias para republicação,

PORTARIA N° 10364, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública municipal ELIANA COELHO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo n° 20024050.1.00052/18-1, de 20 anos, 2 meses e 26 dias, conforme documentação anexa ao Processo n° 5768/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 10397, DE 8 DE ABRIL DE 2020.

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 41/2003, c/c o artigo 40, § 3º, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 103/2019, e artigo 34, da Lei Municipal n° 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 6 de abril de 2020, aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à segurada ELIANA COELHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 3, Nível I, Classe C, matrícula n°

38376, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 4591/2020, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir 6 de abril de 2020.

São Bento do Sul, 8 de abril de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 044/2020

Publicação Nº 2435433

DECRETO Nº 044/2020, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA QUARENTENA, ACATA AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO ESTADUAL E RETOMA AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 53, VI da Lei Orgânica Municipal, e ainda,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 24 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 535, de 30 de março de 2020, que dispôs sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense, DECRETA:

Art. 1º Em cumprimento ao Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, fica prorrogado por mais 5 (cinco) dias o prazo de que trata o Art. 1º do Decreto Municipal nº 040, de 24 de março de 2020, a contar do dia 08 de abril de 2020 até o dia 12 de abril de 2020.

Art. 2º Acata-se no âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 550, de 07 de abril de 2020, e da Lei Nacional nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Ficam retomadas a partir de 13/04/2020 as atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais que estavam suspensas por determinação do Decreto Municipal nº 037, de 18 de março de 2020 e, Decreto Municipal n. 040 de 24 de março de 2020.

Art. 4º Todos os agentes públicos estão obrigados a atender e, ao mesmo tempo, incentivar os munícipes a cumprirem as seguintes condições e cuidados:

I - Disponibilizar álcool gel 70% nas recepções, salas de espera, sanitários, áreas operacionais, e refeitórios, orientando e estimulando a sua utilização pelos servidores públicos e pelas pessoas a serem atendidas;

II - Caso o estabelecimento disponha de sala de espera, esta poderá ser utilizada com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade, mantendo distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

III - As Secretarias/Departamentos devem padronizar e realizar procedimentos que garantam a higienização contínua dos locais de uso das pessoas, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, entre outros;

IV - Cada servidor deverá realizar suas atividades de forma individualizada;

V - Caso a atividade necessite de mais de um servidor ao mesmo tempo e a distância entre eles for inferior a 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros), ambos deverão usar máscaras descartáveis durante esta atividade, substituindo-as a cada duas horas (se o serviço em conjunto se estender por este tempo ou mais), descartando-as ao seu término.

VI - Manter ventiladas, dentro do possível, as áreas utilizadas para as atividades, tanto administrativas quanto operacionais;

VII - Quando o serviço for prestado em domicílio ou serviço externo, as regras de segurança para proteção de contaminação pelo coronavírus devem ser respeitadas.

VIII - As Secretarias Municipais deverão organizar suas atividades internas de forma que os servidores possam manter distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre eles durante os processos de teleatendimento;

IX - O recebimento de mercadorias deve ser organizado de forma que os fornecedores possam manter distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre eles e entre os trabalhadores do estabelecimento;

X - Deve ser oferecido álcool gel 70% aos entregadores que devem ser orientados a higienizar as mãos antes e depois das entregas;

XI - As Secretarias Municipais/Departamentos deverão adotar medidas internas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho, priorizando o afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento;

XII - Servidores que realizarem atividades de higienização de ambientes devem utilizar equipamentos de proteção individual - (EPIs), apropriados para a execução do trabalho;

XIII - Todos os servidores deverão higienizar as mãos antes e ao final das atividades;

XIV - As pessoas atendidas deverão ser questionadas se apresentam sintomas respiratórios ou se estão em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19 e, em caso positivo, não deverá ser prestado atendimento;

XV - Os munícipes atendidos devem ser orientados a informar ao servidor que o atendeu caso venham a ter resultados positivos para a COVID-19;

XVI - Manter as atividades com os cuidados de higienização das mãos, uso de álcool gel, distanciamento, etiqueta da tosse, limpeza e ventilação dos ambientes;

XVII - Servidores que executarem atendimentos a pessoas que vierem a positivar para os testes de COVID-19 deverão imediatamente parar os atendimentos, informar o fato às autoridades sanitárias do seu município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades;

XVIII - Caso o servidor positivo para COVID-19 deverá avisar imediatamente as pessoas que atendeu, informar o fato às autoridades sanitárias do seu município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades;

XIX - Os sanitários/banheiros devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool gel 70%;

XX - Para os servidores públicos que realizam suas atividades em consultórios ou salas fechadas, tipo escritórios:

a) organizar a agenda de modo a ampliar o intervalo entre atendimentos, reduzindo o número de pessoas nestes ambientes;

b) os atendimentos deverão ser realizados de forma individual, veda a presença de mais de uma pessoa na sala de espera;

c) disponibilizar álcool gel nas salas de espera e nas salas de atendimento, nas áreas de saída, devendo haver orientação para a utilização;

d) realizar a higienização contínua do estabelecimento, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimões, interruptores, elevadores, balanças, banheiros, lavatórios, entre outros;

e) ao realizar o agendamento, a pessoa deverá ser questionada se apresenta sintomas respiratórios e se está em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19, ficando proibido o atendimento de pessoas sintomáticas ou em período de quarentena nestas atividades;

f) deve ser dado atendimento preferencial a idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes, sendo garantindo fluxo ágil a fim de que estas pessoas permaneçam o mínimo de tempo possível no estabelecimento;

g) o servidor deverá higienizar as mãos antes e ao final das atividades e usar EPIs de acordo com a assistência prestada;

h) manter todas as áreas ventiladas, inclusive os refeitórios de trabalhadores e locais de descanso, caso existam, devendo ser evitadas aglomerações;

i) os servidores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada cliente ou após usarem banheiro;

j) os servidores que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário constantes nos Decretos 037, de 18 de março de 2020 e 040, de 24 de março de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data 08 de abril de 2020.

São Carlos/SC, em 09 de abril de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2020 - ADM

Publicação Nº 2435365

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	048/2020 RP. 017/2020 – ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas.:	SCS COMERCIO LTDA – ME; ROBERTO MISTURA - ME
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR E REPELENTE DE INSETOS PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE SERVIDORES DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, FUNDAÇÃO CULTURAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC.
Valor :	R\$46.900,00 (quarenta e seis mil e novecentos reais)
Vigência :	08/04/2021
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2020/2021.
SAO CARLOS/SC, 08 DE ABRIL DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2020 - ADM

Publicação Nº 2435366

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	049/2020 RP. 018/2020 – ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas.:	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTAS BÁSICAS) PARA ATENDER FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA ATENDIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL.
Valor :	R\$30.549,60 (TRINTA MIL QUINHENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
Vigência :	08/04/2021
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2020/2021.
SAO CARLOS/SC, 09 DE ABRIL DE 2020.	

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2020 - FCSC

Publicação N° 2435441

Estado de Santa Catarina	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato N°:	001/2020 - FCSC – 2º TERMO ADITIVO
Contratante:	FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
Contratada:	IPM SISTEMAS LTDA
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E PRÁTICAS PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE GESTÃO PÚBLICA, PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DE TODOS OS SETORES ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO PLATAFORMAS DE ATENDIMENTO TÉCNICO AOS USUÁRIOS, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO LEGAL. ACRÉSCIMO DO MÓDULO FOLHA DE PAGAMENTO - FCSC.
Valor Aditado:	R\$ 2.735,00 (dois mil setecentos e trinta e cinco reais)
Dotação:	2.038.3390.00 - 00 – 5/2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO CULTURAL;
Licitação:	Pregão Presencial nº 096/2019 – ADM
SAO CARLOS, 01 DE ABRIL DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

PORTARIA 063/2020

Publicação N° 2435278

PORTARIA N° 063/2020

"AUTORIZA SERVIDOR MUNICIPAL A MOVIMENTAR CONTA BANCÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica Autorizado o Sr. RONALDO GUILHERME ZEFERINO, inscrito no CPF sob nº: 630.924.099-49, Servidor Público Municipal, matrícula nº: 3481, ocupante do cargo de Subdiretor no Departamento de Juventude Esporte e Lazer, a movimentar, emitir cheques, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, receber e fazer transferências, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP, solicitar saldos e extratos, emitir comprovantes, efetuar transferências por meio eletrônico da conta corrente nº: 16.514-X, ag: 1395-1, Banco do Brasil S/A, de São Carlos, em nome do MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, inscrito no CNPJ sob nº 82.945.718/0001-15.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Abril de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

Registre-se e
Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 010/2020 II

Publicação Nº 2435410

No dia 09 de abril de 2020, às 08:45 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório FMS n. 010/2020, Modalidade Tomada de Preços n. 003/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA, conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recurso. A participante foi comunicada, porém, não se fez presente. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 – Proposta de Preços da proponente habilitada, sendo que esta apresentou o valor mensal de R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais). A proposta da licitante foi declarada válida por cumprir com todos os requisitos editalícios, sendo a proponente CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA ANA KELLY LTDA, declarada VENCEDORA do presente certame. Fica aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. A presente ata será publicada no Diário Oficial do Municípios. Nada mais

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.301/2020

Publicação Nº 2435063

DECRETO Nº 3.301, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal Interino de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil Reais) ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, do corrente exercício, de conformidade com o Inciso IV do Art. 9º da Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020, combinado com o Inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

001 - Fundo Municipal de Saúde

2117- Manutenção Saúde Bucal

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações diretas

03380400 - Atenção Básica Saúde Bucal R\$ 400.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 400.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior com a fonte de Recurso 03380400 - Atenção Básica Saúde Bucal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 11 de março 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo
Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.301, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

A presente suplementação tem por finalidade a reprogramação da aplicação dos recursos de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior com as fontes de Recurso 03380400 - Atenção Básica Saúde Bucal, com abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil Reais) para atender a execução de ações de serviços públicos em saúde nos atendimentos realizados através da Saúde Bucal.

São Francisco do Sul – SC, 11 de março 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 3.302/2020

Publicação Nº 2435067

DECRETO Nº 3.302, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal Interino de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco - FUCISF
002 – Departamento de Cultural
2099 - Manutenção dos Eventos Culturais
33000000000000000000 - Despesas correntes
33300000000000000000 – Outras Despesas Correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 15.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação da seguinte dotação orçamentária.

16 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco - FUCISF
002 – Departamento de Cultural
2099 - Manutenção dos Eventos Culturais
33000000000000000000 - Despesas correntes
33300000000000000000 – Outras Despesas Correntes
33350000000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
01000000 - Recursos ordinários R\$15.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 11 de março 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo
Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.302, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

A presente suplementação tem por escopo adequar o orçamento da Fundação Cultural Ilha de São Francisco, a fim de atender as despesas relacionadas à manutenção dos eventos culturais.

São Francisco do Sul – SC, 11 de março 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

PORTARIA Nº 16.346/2020

Publicação Nº 2435321

PORTARIA nº 16.346, de 17 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a CI nº 009/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR por 90 (noventa) dias o prazo para conclusão dos Processos de Tomada de Contas Especial:

I - nº 4/2019, instaurado por meio da Portaria nº 15.919, de 29 de agosto de 2019, com a finalidade de fatos de eventual dano, apurando a responsabilidade, quantificar dano (caso houver), e obter o ressarcimento (caso configurada a responsabilidade subjetiva) no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, concernentes a reconhecimento de dívida com a empresa F.C.N.ME, CNPJ nº 21.597.352/0001-46, Processos nº 2358/2017 e nº 4525/2017, de fevereiro e março de 2017, nos valores de R\$ 13.246,00 (treze mil, duzentos e quarenta e seis Reais) e R\$ 20.167,60 (vinte e seis mil, cento e sessenta e sete Reais e sessenta centavos), respectivamente;

II – nº 5/2019, instaurado por meio da Portaria nº 15.920, de 29 de agosto de 2019, com a finalidade de apurar fatos de eventual dano, apurando a responsabilidade, quantificar dano (caso houver), e obter o ressarcimento (caso configurada a responsabilidade subjetiva) no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, uma vez que constatado o dever de ressarcir terceiros por dano causado no veículo particular GM/VECTRA GLS, Placa BOT 0742, em decorrência dos serviços de roçada realizados por servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com o Boletim de Ocorrência nº 00458-2018-0000396 e Processo 2557/2018, de 31 de janeiro de 2018;

III – nº 6/2019, instaurado por meio da Portaria nº 15.921, de 29 de agosto de 2019, com a finalidade de apurar fatos de eventual dano, apurando a responsabilidade, quantificar dano (caso houver), e obter o ressarcimento (caso configurada a responsabilidade subjetiva) no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, uma vez que constatado o dever de ressarcir terceiros por dano causado no veículo particular PEU-GEOT/207 ESCAPADE, Placa ARP 5595, em decorrência dos serviços de roçada realizados por servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com o Boletim de Ocorrência nº 02044-2018-00326 e Processo 3195/2018, de 7 de fevereiro de 2018, e;

PORTARIA nº 16.346, de 17 de março de 2020.

IV - nº 7/2019, instaurado por meio da Portaria nº 15.922, de 29 de agosto de 2019, com a finalidade de apurar fatos de eventual dano, apurando a responsabilidade, quantificar dano (caso houver), e obter o ressarcimento (caso configurada a responsabilidade subjetiva) no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, uma vez que constatado o dever de ressarcir terceiros por dano causado no veículo particular VW/POLO 1.6, Placa AXW 8001, ocasionado por uma Máquina pertencente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de acordo com o Boletim de Ocorrência 020-2018-00469 e Processo nº 5462/2018, de 8 de março de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 27 de fevereiro de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 17 de março de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.377/2020

Publicação Nº 2435188

PORTARIA nº 16.377, de 6 de abril de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 4 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul, e o art. 67 da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Fiscal dos Contratos abaixo discriminados, para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos contratos, na forma e condições seguintes:

I - CONTRATOS:

MODALIDADE PRO-CESSO	EMPRESA	CNPJ	OBJETO
Tomada de Preços nº 182/2019	C & M Pavimentação Ltda	24.246.048/0001-42	"Contratação de empresa especializada para execução de obra de repavimentação dos passeios, denominado como Rota Acessível no Centro Histórico (trecho 01) neste Município devidamente descritas no Projeto Executivo e Memorial Descritivo, de acordo com as exigências, quantidades e especificações constantes do Edital..."

Tomada de Preços nº 190/2019	Habitar Engenharia e Construções	26.465.528/0001-20	"Contratação de empresa para execução da obra de restauro do Mercado Público Municipal, conforme especificações constantes nos Projetos, Memorial Descritivo, Orçamento e Cronograma, neste Município, conforme Anexo III, de acordo com as exigências, quantidades e especificações constantes do Edital..."
Tomada de Preços nº 231/2019.	CR Artefatos de Cimento Ltda.	01.650.178/0001-40	"Contratação de empresa especializada para a implantação e requalificação de Passeios Públicos com acessibilidade na Avenida Dr. Nereu Ramos - bairro Rocío Grande, neste Município, devidamente descritas no Projeto Executivo e Memorial Descritivo, de acordo com as exigências quantidades e especificações constantes do Edital..."
Concorrência Pública nº 012/2020	Empreiteira de Mão de Obra Adrimar Eireli	03.574.370/0001-20	"Contratação de empresa especializada para obra de Reforma e Revitalização na Orla da Praia do Ervino (Trecho 01) no município de São Francisco do Sul, devidamente descritas no projeto Executivo e Memorial Descritivo, de acordo com as exigências, quantidades e especificações constantes do Edital..."

II - SERVIDOR DESIGNADO:

FISCAL	
SERVIDOR:	Mayra de Freitas Szpisjak Mendes
CARGO:	Diretora Técnica de Projetos
MATRÍCULA:	7872348
LOTAÇÃO:	Gestão Municipal de Convênios

Art. 2º Os serviços de Fiscal de Contrato são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de abril de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA nº 16.377, de 6 de abril de 2020.

PORTARIA Nº 16.378/2020

Publicação Nº 2435195

PORTARIA nº 16.378, de 9 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR SABRINA RIBEIRO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 075.985.079-88, do cargo em comissão de Coordenadora do PROCON, nível CC01, da Secretaria Municipal de Atendimento ao Cidadão, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 9 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 9 de abril de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.379/2020

Publicação Nº 2435202

PORTARIA nº 16.379, de 9 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 024.910.049-50, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora do PROCON, nível CC01, da Secretaria Municipal de Atendimento ao Cidadão, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 9 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 9 de abril de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.380/2020

Publicação Nº 2435210

PORTARIA nº 16.380, de 9 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o art. 8º da Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e considerando a vacância do cargo de Secretário Municipal de Atendimento ao Cidadão,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 024.910.049-50, Coordenadora do PROCON, nível CC01, para exercer INTERINAMENTE o cargo de Secretária Municipal de Atendimento ao Cidadão, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 9 de abril de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.381/2020

Publicação Nº 2435213

PORTARIA nº 16.381, de 9 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o art. 8º da Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e considerando a vacância do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR TAIANE BITTENCOURT DE OLIVEIRA FURTADO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 066.506.319-90, Gerente Financeiro, nível CC02, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para exercer INTERINAMENTE o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 9 de abril de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.382/2020

Publicação Nº 2435214

PORTARIA nº 16.382, de 9 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o art. 8º da Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e considerando a vacância do cargo de Diretor Presidente da Fundação Cultural de São Francisco do Sul - FUCISF,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR CAMILA CRISTINA SILVA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 021.507.619-20, Coordenadora de Patrimônio Material, nível CC01, da Fundação Cultural Ilha de São Francisco - FUCISF, para exercer INTERINAMENTE o cargo de Diretora Presidente da Fundação Cultural de São Francisco do Sul - FUCISF, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 9 de abril de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

São João Batista

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 008/FMS/2020

Publicação N° 2435154

Extrato do Contrato n° 008/FMS/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 08.361.788/0001-73;

Contratado: Dihol Distribuidora Hospitalar Ltda, inscrito no CNPJ n.º 26.792.580/0001-90;

Processo Licitatório 008/FMS/2020 – Dispensa n° 001/FMS/2020;

Objeto: Aquisição de 1.000 (um mil) unidades de testes rápidos para detectar o Covid-19, destinado ao Fundo Municipal de Saúde;

Valor global: R\$ 53.800,80 (cinquenta e três mil oitocentos reais e oitenta centavos);

Despesa/Projeto: (48) 3.3.90.30.35.00.00.00.00.00; (74) 3.3.90.30.35.00.00.00.00.00;

Data da assinatura: 09/04/2020; Vigência contratual: 90 (noventa) dias.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 022 DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435264

DECRETO Nº 022 DE 09 DE ABRIL DE 2020

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1865 de 03 de dezembro 2019 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 21.038,42 (vinte e um mil, trinta e oito reais e quarenta e dois centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2022 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE E EQUIPES DE PROGRAMAS

DE SAÚDE BÁSICA

3.3.90.00.00.00.00.0090 – Aplicações Diretas R\$ 21.038,42

TOTAL R\$ 21.038,42

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recurso vinculado do SUS – Sistema Único de Saúde – Coronavírus (COVID 19), verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 09 de abril de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO N° 6725/2020

Publicação N° 2435075

DECRETO N° 6.725, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

"HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 001/2020."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei n° 083/2019, - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal 3.265/2006, Lei Complementar 023/2019, Lei Complementar 053/2016 e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2020, do Município de São José do Cedro – SC, antes dos recursos, conforme segue:

CARGO TÉCNICO DE ENFERMAGEM – ESF

Nº	Candidato	Situação Inscrição
1	Ivonete Pinto Toigo	HOMOLOGADA
2	Adriane Carla Donel	HOMOLOGADA
3	Rayane Faustino Faria	HOMOLOGADA

Art. 2º. Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2020, do Município de São José do Cedro – SC.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 DE ABRIL DE 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO N° 6726/2020

Publicação N° 2435077

DECRETO N° 6.726, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 001/2020, ANTES DOS RECURSOS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei n° 083/2019, - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Municipal 3.265/2006, Lei Complementar 023/2019, Lei Complementar 053/2016 e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado Preliminar antes dos recursos, relativo ao Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2020 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

Técnico de Enfermagem ESF								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	ESP	GRA	FEP	FAP	Total	Class.
001	Ivonete Pinto Toigo	27/11/1972	0,00	0,00	0,00	5,58	5,58	1º
003	Rayane Faustino Faria	01/08/1992	0,00	0,00	0,00	4,00	4,00	2º
002	Adriane Carla Donel	01/06/1996	0,00	0,00	0,00	3,08	3,08	3º

* ESP: Especialização em Enfermagem e áreas afins; GRA: Graduação em Enfermagem e áreas afins; FEP: Tempo que exerceu a função na Esfera Pública; FAP: Tempo que exerceu a função na Área Privada.

Art. 2º. Os candidatos terão os dias 09 e 10 de abril de 2020 para interposição de recursos, juntamente ao Departamento de Pessoal,

através do e-mail folha@prefcedro.sc.gov.br, devidamente escritos e fundamentados.

Art. 3º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 DE ABRIL DE 2020.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6727/2020

Publicação Nº 2435442

DECRETO Nº 6.727, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

“REVOGA EFEITOS DO DECRETO Nº 6.688, DE 12 DE MARÇO DE 2020, QUE CONCEDIA GRATIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 6.688, de 12 de março de 2020, que concedia gratificação a Servidor Público Municipal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2020.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 09 de abril de 2020.
ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 216/2020

Publicação Nº 2435243

PORTARIA Nº 216/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 12, I, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora pública municipal, Débora Pagno, ocupante do cargo efetivo de Contador, matrícula nº 3010, e o chefe do executivo Municipal, Antônio Plínio de Castro Silva, matrícula nº 2744, para serem os responsáveis pela movimentação das contas do município junto a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sicoob São Miguel – SICOOB.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de abril de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de abril de 2020.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 217/2020

Publicação Nº 2435244

PORTARIA Nº 217/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o contrato temporário da servidora pública municipal Flavia da Silva dos Santos, admitida para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, neste Município, no período de 01 de abril a 18 de dezembro 2020, em substituição a titular da vaga, Raquel Lazzari, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Em caso de retorno da titular da vaga o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 218/2020

Publicação Nº 2435245

PORTARIA Nº 218/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 190, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, à servidora pública municipal, Sandra Dall'Alba Rhoden, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, matrícula nº 3419, no período de 02 de abril a 28 de setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de abril de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 219/2020

Publicação Nº 2435247

PORTARIA Nº 219/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor público municipal, Giovani Luiz Sasso, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 2529, referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018, para serem gozadas no período de 02 a 16 de abril de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de abril de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 220/2020

Publicação Nº 2435248

PORTARIA Nº 220/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor público municipal, Fabiano Rodrigo Mayer Schmidt, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 2672, referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 a 29/02/2020, para serem gozadas no período de 07 a 21 de abril de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de abril de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 221/2020

Publicação Nº 2435249

PORTARIA Nº 221/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Eliane Collett Sasso, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Dentista, matrícula nº 3377, referente ao período aquisitivo de 11/05/2019 a 10/05/2020, para serem gozadas no período de 07 a 21 de abril de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de abril de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 222/2020

Publicação Nº 2435250

PORTARIA Nº 222/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidor público municipal, Jeferson Luiz Welter, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 2774, referente ao período aquisitivo de 21/01/2018 a 20/01/2019, para serem gozadas no período de 06 de abril a 05 de maio de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de abril de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 223/2020

Publicação Nº 2435252

PORTARIA Nº 223/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Artigo 69º, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Designar, a partir de 01 de abril de 2020, o servidor público municipal, Elandir João Zanardi, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, matrícula nº 3184, como Gestor do FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 224/2020

Publicação Nº 2435253

PORTARIA Nº 224/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Artigo 69º, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Designar, a partir de 01 de abril de 2020, a servidora pública municipal, Idene Pauli, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, matrícula nº 2772, como Gestora do FMS (Fundo Municipal de Saúde).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de abril de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2020 - FMS

Publicação Nº 2435473

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 015/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VENTILADOR PULMONAR, VISANDO EQUIPAR, DE MODO IMEDIATO, A ESTRUTURA DA FUTURA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE SERÁ UTILIZADA COMO HOSPITAL DE CAMPANHA EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA COMO MEDIDA DE COMBATE AO COVID-19.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ: 11.359.214/0001-75

CONTRATADA: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 32.421.421/0001-82

VALOR TOTAL: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D – (3/2020) 13.01.10.302.4506.1.096.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0105 - Construção e Equipamentos da Unidade de Pronto Atendimento - Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da data de assinatura do Contrato até 30 de abril de 2020, com a possibilidade de prorrogação, observando o período máximo de 180 dias conforme dispõe o art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de Abril de 2020.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2020, DE 09 DE ABRIL DE 2020 - ICSSL.

Publicação Nº 2435257

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2020, DE 09 DE ABRIL DE 2020 - ICSSL.

RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº 005/2020.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Objeto: CONSIDERANDO a declaração de PANDEMIA pela OMS - Organização Mundial de Saúde da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2); CONSIDERANDO o artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que determinou a suspensão dos serviços públicos estaduais e municipais, não essenciais, em todo o território catarinense, o que ocasionou certo "esvaziamento" dos prédios públicos; CONSIDERANDO que a PANDEMIA pela OMS - Organização Mundial de Saúde da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), é caso de força maior, portanto excludente de responsabilidade contratual, com fulcro no art. 393, do Código Civil. CONSIDERANDO o cancelamento da Feira Efaíslo, sem data pré-definida para realização; CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela, da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e decisão favorável do Executivo Municipal, quanto a necessidade de rescindir o contrato, nº 005/2020 (originário art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE DOIS ESPETÁCULOS INFANTIS NA DATA DE 05 DE ABRIL DE 2020, TENDO INÍCIO ÀS 15 HORAS. OS SHOWS DEVERÃO EM CONJUNTO POSSUIR DURAÇÃO DE 60 MINUTOS E FARÃO PARTE DA GRADE DE SHOWS DA EFAISLO);

Data de Assinatura: 09/04/2020.

Signatários: RAFAEL CALEFFI (Prefeito Municipal).

PORTARIA Nº 522 , DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435181

PORTARIA Nº 522 , DE 09 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e alteração pela Lei Complementar nº 240 de 02 de Julho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal ANDREIA CRISTINA DA CRUZ, ocupante de cargo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº37505, no período de 08 de abril de 2020 a 05 de agosto de

2020, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de abril de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de abril de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020

PORTARIA Nº 523, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435178

PORTARIA Nº 523, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Revogar, a portaria nº 450, de 01 de abril de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de abril de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 524, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435212

PORTARIA Nº 524, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, considerando o disposto no artigo art. 21-A., da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com redação determinada pela Lei Federal nº 13.987, de 07 de abril de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para compor a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar - CIAE, conforme a Resolução nº 01, de 09 de abril de 2020, da Secretaria Municipal de Educação:

I - Kelly Schvanz Rossetti, CPF nº 052.610.639-57, Nutricionista, representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - Itamar Fernandes, CPF nº 460.709.079-49, Assistente Social, representante da Secretaria Municipal Assistência Social;

III - Caroline Aparecida Lazzarin, CPF nº 082.997.649-39, Nutricionista, representante do Serviço de Nutrição Escolar;

IV - Angela Mari Giroto, CPF nº 009.480.999-25, Professora, representante do Conselho Municipal de Educação;

V - Simone Aparecida Liesch, CPF nº 063.483.099-67, representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

VI - Carla Rodrigues de Andrade, CPF nº 030.897.449-29, Analista Administrativo, representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

VII - Elise Leopoldino, CPF nº 037.967.129-83, Psicóloga, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de abril de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 525, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Publicação Nº 2435263

PORTARIA Nº 525, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Designa membros para atuação no processo de celebração de Termo de Fomento, visando a transferência de recursos financeiros.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros a seguir relacionados, para atuarem no processo de Chamamento Público nº 002/2020 e posterior celebração de Termo de Fomento, visando a transferência de recursos financeiros, oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, da seguinte forma:

I - Comissão de Monitoramento e Avaliação: com a atribuição de monitorar e avaliar a parceria a ser concretizada; formada pelos membros abaixo designados, com as seguintes atribuições:

- a) dar apoio técnico para as entidades beneficiadas;
- b) realizar vistorias;
- c) homologar o relatório técnico do monitoramento e avaliação da parceria realizada;
- d) intermediar o acompanhamento da parceria pelos Conselhos de Políticas Públicas, controle interno, externo e controle social.

1. Membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

- 1.1. Nivo Ede Mallmann, ocupante do cargo Assistente Social, matrícula nº 1921/01;
- 1.2. Nádia Gava Bolzan, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3113/01;
- 1.3. Sarah Carolina dos Santos, ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula nº 3707/01.

II - Gestora da Parceria: Simone Battistel, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, matrícula nº 3448/02, agente público responsável pela gestão da parceria, com as seguintes atribuições:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) realizar vistorias;
- c) informar ao Prefeito Municipal acerca da existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos bens públicos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- d) emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, com dados do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 2º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros designados no art. 1º desta Portaria não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de abril de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 09 DE ABRIL DE 2020 - SME

Publicação Nº 2435220

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

Institui Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar, para definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, e dá outras providências.

ALEX CLEIDIR TARDETTI, Secretário Municipal de Educação de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e;

CONSIDERANDO o estado de pandemia reconhecido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a declaração do estado de calamidade pública, pelo Congresso Nacional, que aprovou o Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020; declaração de situação de emergência pelo Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020 e pelo Decreto Municipal nº 6.646, de 20 de março de 2020; ambos em razão da pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO o artigo 3º, do Decreto Municipal nº 6.637 de 2020, que determinou a suspensão das aulas e demais atividades extracurriculares, em todas as escolas, cursos profissionalizantes, escolas de idiomas e atividades afins, da rede pública e da rede privada, em âmbito municipal;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultará em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos;

CONSIDERANDO a edição da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020 que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, por conta do PNAE, aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social;

III - 1 (um) representante do Serviço de Nutrição Escolar;

IV - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;

V - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

VI - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

VII - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º No prazo de 48h a contar da publicação desta resolução, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazos de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o Serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 3º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, deverão ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade.

§2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º Esgotados os gêneros alimentícios em estoque e ainda havendo demanda por parte das famílias que se enquadram nas condições estabelecidas, os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existentes em conta deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios em quantidades definidas pela CIAE e aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§1º A aquisição de que trata o caput deverá ser realizada pelo Setor de Compras do Município.

§2º Deverá ser mantida a aquisição de produtos da agricultura familiar do Município.

Art. 5º A distribuição dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos do PNAE não se confunde com ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo Município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Parágrafo único - Para definição dos critérios de distribuição, a CIAE deve levar em consideração a situação de vulnerabilidade da família do aluno, e ainda as seguintes informações:

I – Se são beneficiários do Bolsa Família;

II – Se recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC);

III – Se estão cadastrados no CADÚnico;

IV – Se os pais ou responsável(s) estão desempregados ou são autônomos;

V – Se o aluno é residente em instituição de acolhimento (abrigos).

Art. 6º A CIAE deve sempre observar as orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 7º A entrega do "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

I – Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;

II – Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal

III – Descrição dos itens que compõem o "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar"

IV – Data de entrega

V – Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Parágrafo único – A CIAE deverá registrar por foto o ato de entrega, e arquivar juntamente com o recibo assinado para os fins de prestação de contas.

Art. 8º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados, ou ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata esta Resolução, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único – Após a utilização, o veículo deverá ser higienizado, seguindo os protocolos sanitários vigentes.

Art. 9º O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de abril de 2020.

ALEX CLEIDIR TARDETTI

Secretário Municipal de Educação

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA N. 0054/2020

Publicação Nº 2435371

PORTARIA Nº 0054/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações, e,

CONSIDERANDO o memorando interno nº 133/2020 da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, protocolado sob nº 4864/2020, o qual indica servidor para fiscalização de contrato.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora GISABEL LÚCIA HERMES, portadora da matrícula funcional n. 22002901, ocupante do cargo de Engenheira Civil, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento de empresa para prestação de serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para reforma e ampliação do Posto de Saúde Central, localizado na Rua Waldemar Rangrab esquina com a Rua John Kennedy, Centro de São Miguel do Oeste, oriundo do seguinte Processo Licitatório:

I – Processo Licitatório nº 0008/2020, Tomada de Preço nº 0001/2020, Contrato nº 0016/2020.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 08 de Abril de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Duany Schenkel

Advogada Assessora

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0598/2020

Publicação Nº 2435255

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0598/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º THAIS JALINE SIPPET COSTA, ocupante do cargo de Técnico em Administrativo, servidor contratada, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 08 de abril de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de abril de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0599/2020

Publicação N° 2435256

PORTARIA SGPT/DDP N° 0599/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora THAIS JALINE SIPPERT COSTA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 060.763.479-02, RG 5268112 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 09 de abril de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular do cargo referido no artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de abril de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 18/2018 - WILLIAN E ARTHUR INFORMÁTICA

Publicação N° 2435431

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 18/2018

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte Termo Aditivo do Contrato 18/2018.

DO OBJETO: Fica reconhecida a suspensão contratual dos serviços objetos do presente contrato pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 18 de março de 2020, motivada por necessidade e interesse da Administração Pública, em razão da suspensão das sessões legislativas no referido período.

DO VALOR: Pelo princípio do interesse público e das regras do contrato, o pagamento dos serviços referentes ao período de suspensão do contrato administrativo, deverão ser proporcionais aos serviços prestados no referido mês de execução.

EMPRESA: WILLIAN & ARTHUR INFORMÁTICA LTDA

São Miguel do Oeste/SC, 06 de abril de 2020.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2017 - RÁDIO PROGRESSO

Publicação Nº 2435432

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 06/2017

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte Termo Aditivo do Contrato 06/2017.

DO OBJETO: Fica determinada a suspensão contratual dos serviços objetos do presente contrato pelo prazo de 03 (três) meses, a contar de 02 de abril de 2020, motivada por necessidade e interesse da Administração Pública, em razão da aplicação da legislação eleitoral.

DO VALOR: Pelo princípio do interesse público e das regras do contrato, os pagamentos dos serviços referentes ao período de suspensão do contrato administrativo deverão automaticamente serem suspensos pelo respectivo período.

EMPRESA: RADIO PROGRESSO DE DESCANSO LTDA

As demais Cláusulas constantes do Contrato Original permanecem inalteradas e em pleno vigor.

São Miguel do Oeste/SC, 06 de abril de 2020.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores.

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2017 - RÁDIO PEPERI

Publicação Nº 2435428

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 05/2017

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte Termo Aditivo do Contrato 05/2017.

DO OBJETO: Fica reconhecida a suspensão contratual dos serviços objetos do presente contrato pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 18 de março de 2020, motivada por necessidade e interesse da Administração Pública, em razão da suspensão das sessões legislativas no referido período.

DO VALOR: Pelo princípio do interesse público e das regras do contrato, o pagamento dos serviços referentes ao período de suspensão do contrato administrativo, deverão ser proporcionais aos serviços prestados no referido mês de execução.

EMPRESA: SOCIEDADE RÁDIO PEPERI LTDA

São Miguel do Oeste/SC, 06 de abril de 2020.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores.

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2017 - RÁDIO PEPERI

Publicação Nº 2435430

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 05/2017

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte Termo Aditivo do Contrato 05/2017.

DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a redução do valor contratual no importe de 11% (onze por cento) por acordo comum entre as partes, motivada por necessidade e interesse da Administração Pública, em razão da aplicação da legislação eleitoral.

DO VALOR: Em comum acordo as partes decidem realizar a redução do valor contratual, o novo valor passa a ser de R\$1.960,71 (um mil e novecentos e sessenta reais e setenta e um centavos) mensais.

EMPRESA: SOCIEDADE RÁDIO PEPERI LTDA

São Miguel do Oeste/SC, 06 de abril de 2020.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores.

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 030/2020-- PL 060/2020 - GENUIR

Publicação Nº 2435147

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 023/2020
Pregão Presencial nº 030/2020
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Genuir Franco de Lima 02064580964, CNPJ nº. 13.828.551/0001-90, estabelecida na rua Bruno Selbach, nº 530, bairro Niterói, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Genuir Franco de Lima, brasileiro, empresário, RG nº. 3.781.021, CPF nº. 020.645.809-64, residente e domiciliado na rua Bruno Selbach, nº 530, bairro Niterói, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 030/2020, de Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviço mensal (mão de obra) de ajardinamento das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil do Município de Seara, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 21.600,00, são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 09/04/2020, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 08/04/2021.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 030/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 09/04/2020.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Genuir Franco de Lima
Genuir Franco de Lima 02064580964
Contratada

SUSPENSÃO PROCESSO LICITATÓRIO 069/2020

Publicação Nº 2435495

Processo Licitatório nº 069/2020
Suspensão do edital de pregão presencial nº 037/2020 - RP

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 069/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 037/2020, datado de 13/04/2020, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços com máquinas e equipamentos pesados.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo de licitação constatou-se a necessidade de suspensão da tramitação do feito, considerando a disseminação do vírus COVID-19 pelos estados do Brasil, bem como divergências da contagem de prazos com dias de não expediente ao público.

Diante de tal prospecto, optou-se por suspender a data de abertura do aludido processo até decisão acerca da condução do presente processo licitatório e designação de nova data para apreciação das propostas de preços.

Dessa forma, a licitação em epígrafe fica suspensa até deliberação acerca da adoção de medidas para seu prosseguimento.

Publique-se.
Seara, SC, aos 09 dias do mês de abril de 2020.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

SUSPENSÃO PROCESSO LICITATÓRIO 070/2020

Publicação N° 2435497

Processo Licitatório nº 070/2020

Suspensão do edital de pregão presencial nº 038/2020 - RP

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 070/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 038/2020, datado de 13/04/2020, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviço de roçada mecanizada das margens da rodovia que dá acesso ao distrito de nova Teutônia e limpeza de sarjetas.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo de licitação constatou-se a necessidade de suspensão da tramitação do feito, considerando a disseminação do vírus COVID-19 pelos estados do Brasil, bem como divergências da contagem de prazos com dias de não expediente ao público.

Diante de tal prospecto, optou-se por suspender a data de abertura do aludido processo até decisão acerca da condução do presente processo licitatório e designação de nova data para apreciação das propostas de preços.

Dessa forma, a licitação em epígrafe fica suspensa até deliberação acerca da adoção de medidas para seu prosseguimento.

Publique-se.

Seara, SC, aos 09 dias do mês de abril de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 030/2020-- PL 060/2020 - GENUIR

Publicação Nº 2435149

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 60/2020 Licitação: 30/2020 - PR Fornecedor: 11135 - GENUIR FRANCO DE LIMA - ME Data da Homologação: 09/04/2020									
1	333400986	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM AJARDINAMENTO DAS ESCOLAS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE DO MUNICÍPIO DE SEARA, COM OS SERVIÇOS DE: SERVIÇO DE LIMPEZA DOS PÁTIOS INTERNOS E EXTERNOS; SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E PREPARAÇÃO DE CANTEIROS DIVERSOS; SERVIÇO DE PODA DE ARVORES E ARBUSTOS; SERVIÇO DE CORTE DE GRAMA E LIMPEZA DE JARDINS, CONFORME ANEXO 6 DO PRESENTE CERTAME.		MES	12,000	0,0000	1.800,0000	21.600,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					12,000			21.600,00	

Seara, 9 de Abril de 2020.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 060/2020

Publicação N° 2435150

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2020 - PR Processo Administrativo: 38/2020 Processo de Licitação: 60/2020 Data do Processo: 02/03/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 60/2020
b) Licitação Nr.: 30/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 09/04/2020
e) Data da Adjudicação: 09/04/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL (MÃO DE OBRA) DE AJARDINAMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SEARA - SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

GENUIR FRANCO DE LIMA - ME (11135)

1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM AJARDINAMENTO DAS ESCOLAS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE DO MUNICÍPIO DE SEARA, COM OS SERVIÇOS DE: SERVIÇO DE LIMPEZA DOS PÁTIOS INTERNOS E EXTERNOS; SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E PREPARAÇÃO DE CANTEIROS DIVERSOS; SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES E ARBUSTOS; SERVIÇO DE CORTE DE GRAMA E LIMPEZA DE JARDINS. CONFORME ANEXO 6 DO PRESENTE CERTAME.	MES	12,00	0,0000	1.800,00	21.600,00
---	-----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 21.600,00

Total Geral: 21.600,00

Seara, 9 de Abril de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

CNPJ: 83.024.505/0001-13
AV ANITA GARIBALDI, 371
C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 30/2020 - PR**

Processo Administrativo: 38/2020
Processo de Licitação: 60/2020
Data do Processo: 02/03/2020

Folha: 2/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.221.3.3.90.00.00.00.00.00 (68), 2.223.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.225.3.3.90.00.00.00.00.00 (107),
2.224.3.3.90.00.00.00.00.00 (119)

Seara, 9 de Abril de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 061/2020

Publicação Nº 2435106

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2020 - PR Processo Administrativo: 41/2020 Processo de Licitação: 61/2020 Data do Processo: 03/03/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Pregoeiro(a) Municipal, Sr(a) LUIZ DALAGO JUNIOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 61/2020
b) Licitação Nr.: 31/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data da Adjudicação: 18/03/2020 Sequência: 0
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DO MUNICÍPIO EM IMPRENSA RADIOFÔNICA E SERVIÇOS PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS DO MUNICÍPIO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL.

					(em Reais R\$)	
f) Fornecedores e Itens Adjudicados:					Unid.	Total do Item
		Qtde	Descto (%)	Preço Unitário		
<u>EDITORA BELOS MONTES LTDA - ME (8386)</u>						
2	DIVULGAÇÃO DE AVISOS, ATOS OFICIAIS, INFORMAÇÕES E EVENTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SEARA, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, COM TIRAGEM SEMANAL, COM PUBLICAÇÕES COLORIDAS, EM CENTÍMETROS COLUNA.	CM	8.000,00	0,0000	11,45	91.600,00
3	DIVULGAÇÃO DE AVISOS, ATOS OFICIAIS, INFORMAÇÕES E EVENTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SEARA, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, COM TIRAGEM SEMANAL, COM PUBLICAÇÕES EM PRETO E BRANCO, EM CENTÍMETROS COLUNA.	CM	2.500,00	0,0000	6,60	16.500,00
Total do Fornecedor:						108.100,00
<u>RADIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA (6153)</u>						
1	CONTRATAÇÃO DE MINUTOS DE DIVULGAÇÃO DE AVISOS, ATOS OFICIAIS, PROMOÇÕES E EVENTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO, EM IMPRENSA RADIOFÔNICA. OBS: AS DIVULGAÇÕES SERÃO DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	MIN	4.000,00	0,0000	27,80	111.200,00
Total do Fornecedor:						111.200,00
Total Geral:						219.300,00

Seara, 18 de Março de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro

Claisnei André Vani - Pregoeiro

Tais Cristina Dreon - Pregoeira

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

CNPJ: 83.024.505/0001-13
AV ANITA GARIBALDI, 371
C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2020 - PR**

Processo Administrativo: 41/2020
Processo de Licitação: 61/2020
Data do Processo: 03/03/2020

Folha: 2/2

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.214.3.3.90.00.00.00.00.00 (1), 2.213.3.3.90.00.00.00.00.00 (47), 2.215.3.3.90.00.00.00.00.00 (71)

Seara, 18 de Março de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro

Claisnei André Vani - Pregoeiro

Taís Cristina Dreon - Pregoeira

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 077/2020

Publicação Nº 2435476

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2020 - PR
	Processo Administrativo: 54/2020 Processo de Licitação: 77/2020 Data do Processo: 26/03/2020

Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Pregoeiro(a) Municipal, Sr(a) LUIZ DALAGO JUNIOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 77/2020
b) Licitação Nr.: 42/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data da Adjudicação: 09/04/2020 Sequência: 0
e) Objeto da Licitação SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL.

					(em Reais R\$)	
f) Fornecedores e Itens Adjudicados:		Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>FARINA & CIA. LTDA. (6182)</u>						
1	GASOLINA COMUM - Marca: IPIRANGA	LTS	150.000,00	0,0000	3,34	501.000,00
2	OLEO DIESEL S10 - Marca: IPIRANGA	LTS	175.000,00	0,0000	3,19	558.250,00
3	OLEO DIESEL S 500 - Marca: IPIRANGA	LTS	500.000,00	0,0000	3,14	1.570.000,00
					Total do Fornecedor:	2.629.250,00
					Total Geral:	2.629.250,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.218.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.203.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.280.3.3.90.00.00.00.00.00 (6), 2.276.3.3.90.00.00.00.00.00 (23), 2.289.3.3.90.00.00.00.00.00 (25), 2.278.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.216.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.220.3.3.90.00.00.00.00.00 (51), 2.221.3.3.90.00.00.00.00.00 (68), 2.223.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.225.3.3.90.00.00.00.00.00 (107), 2.224.3.3.90.00.00.00.00.00 (119), 2.240.3.3.90.00.00.00.00.00 (128), 2.251.3.3.90.00.00.00.00.00 (159), 2.256.3.3.90.00.00.00.00.00 (184), 2.269.3.3.90.00.00.00.00.00 (230), 2.262.3.3.90.00.00.00.00.00 (250)

Seara, 9 de Abril de 2020.

Luiz Dalago Júnior - Pregoeiro

Claisnei André Vani - Pregoeiro

Tais Cristina Dreon - Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 060/2020

Publicação Nº 2435152

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA</p> <p>CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 38/2020 Processo de Licitação: 60/2020 Data do Processo: 02/03/2020</p>
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 60/2020
b) Licitação Nr.: 30/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 09/04/2020
e) Objeto da Licitação: SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL (MÃO DE OBRA) DE AJARDINAMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SEARA - SC.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Desc.to (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	-------------	----------------	---------------

GENUIR FRANCO DE LIMA - ME (11135)

1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM AJARDINAMENTO DAS ESCOLAS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE DO MUNICÍPIO DE SEARA, COM OS SERVIÇOS DE: SERVIÇO DE LIMPEZA DOS PÁTIOS INTERNOS E EXTERNOS; SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E PREPARAÇÃO DE CANTEIROS DIVERSOS; SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES E ARBUSTOS; SERVIÇO DE CORTE DE GRAMA E LIMPEZA DE JARDINS. CONFORME ANEXO 6 DO PRESENTE CERTAME.	MES	12,00	0,0000	1.800,00	21.600,00
---	---	-----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 21.600,00

Total Geral: 21.600,00

Seara, 9 de Abril de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 061/2020

Publicação Nº 2435103

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2020 - PR Processo Administrativo: 41/2020 Processo de Licitação: 61/2020 Data do Processo: 03/03/2020 Folha: 1/1
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 61/2020
b) Licitação Nr.: 31/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/03/2020
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DO MUNICÍPIO EM IMPRENSA RADIOFÔNICA E SERVIÇOS PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS DO MUNICÍPIO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	-------------	----------------	---------------

EDITORA BELOS MONTES LTDA - ME (8386)

2	DIVULGAÇÃO DE AVISOS, ATOS OFICIAIS, INFORMAÇÕES E EVENTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SEARA, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, COM TIRAGEM SEMANAL, COM PUBLICAÇÕES COLORIDAS, EM CENTIMETROS COLUNA.	CM	8.000,00	0,0000	11,45	91.600,00
3	DIVULGAÇÃO DE AVISOS, ATOS OFICIAIS, INFORMAÇÕES E EVENTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SEARA, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, COM TIRAGEM SEMANAL, COM PUBLICAÇÕES EM PRETO E BRANCO, EM CENTIMETROS COLUNA.	CM	2.500,00	0,0000	6,60	16.500,00
Total do Fornecedor:						108.100,00

RADIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA (6153)

1	CONTRATAÇÃO DE MINUTOS DE DIVULGAÇÃO DE AVISOS, ATOS OFICIAIS, PROMOÇÕES E EVENTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO, EM IMPRENSA RADIOFÔNICA. OBS: AS DIVULGAÇÕES SERÃO DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	MIN	4.000,00	0,0000	27,80	111.200,00
Total do Fornecedor:						111.200,00
Total Geral:						219.300,00

Seara, 18 de Março de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 077/2020

Publicação Nº 2435477

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA</p> <p>CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 54/2020 Processo de Licitação: 77/2020 Data do Processo: 26/03/2020</p>
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 77/2020
b) Licitação Nr.: 42/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 09/04/2020
e) Objeto da Licitação: SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

(em Reais R\$)					
Unid.	Quantidade	Descto. (%)	Preço Unitário	Total do Item	

FARINA & CIA. LTDA. (6182)

1	GASOLINA COMUM - Marca: IPIRANGA	LTS	150.000,00	0,0000	3,34	501.000,00
2	OLEO DIESEL S10 - Marca: IPIRANGA	LTS	175.000,00	0,0000	3,19	558.250,00
3	OLEO DIESEL S 500 - Marca: IPIRANGA	LTS	500.000,00	0,0000	3,14	1.570.000,00
Total do Fornecedor:						2.629.250,00
Total Geral:						2.629.250,00

Seara, 9 de Abril de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 091/2020 DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435196

DECRETO Nº 091/2019, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

"PRORROGA LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Municipal nº 498/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado a licença sem remuneração, a pedido, à Servidora Pública Municipal ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI, matriculada sob nº 986, ocupante do cargo efetivo de Professora I, nível 220, do Grupo II-MEG, 20 horas semanais,, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Esta licença compreende o período de 11 de abril de 2020 a 10 de abril de 2021 (01 ano).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 09 de abril de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 092/2020 DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435361

DECRETO Nº 092/2020, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTIANE MARTINI, APROVADA NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município; o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei nº 498/2001; Lei Complementar nº 038/2018 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado estabilidade a Servidora abaixo relacionada, por ter atingido a média de pontos exigidos nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no artigo nº 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, do Município de Serra Alta/SC.

NOME DO SERVIDOR	CARGO	CARGA HORÁRIA
CRISTIANE MARTINI	PSICOLOGA	20 Horas Semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 09 de abril de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020

Publicação Nº 2435283

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA AUTO POSTO SERRA ALTA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE FORNECIMENTO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A Empresa AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA com sede na(o) Av. Dom Pedro II, 436-A, centro deste Município de Serra Alta/SC inscrita no CNPJ sob o nº 03.336.373/0001-26, neste ato representada por seu representante legal Senhor Márcio José Argenta, portador do CPF nº 023.731.509-21 e RG 12C- 2.545.474-9/SSP/SC.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 057/2019, homologado em 02/01/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, Lei 10.520/2002 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar o Item "2.1 da Cláusula Segunda – Do Preço e condições de pagamento" relativo ao contrato nº 002/2020, com fundamentação legal no artigo 65, da Lei de Licitações nº 8.666/93, e nos termos da Cláusula Terceira do Reajustamento que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

2.1 - A CONTRATANTE a partir da presente data pagará a CONTRATADA, pela aquisição do combustível, objeto deste Contrato, o preço proposto de R\$ 3,70 (Três reais e setenta centavos) o litro de GASOLINA COMUM, havendo uma SUPRESSÃO de R\$ 0,80 (Oitenta centavos) por litro em relação ao valor vigente do contrato inicial que era de R\$ 4,50 (Quatro reais e cinquenta centavos) e passará a ser R\$ 3,14 (Três reais e quatorze centavos) o valor do litro de ÓLEO DIESEL S-500, havendo uma SUPRESSÃO de R\$ 0,67 (Sessenta e sete centavos) por litro em relação ao valor vigente do contrato inicial que era de R\$ 3,81 (Três reais e oitenta e um centavos).

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a redução de valor nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor da GASOLINA COMUM e do ÓLEO DIESEL S-500, verificado nas notas fiscais de compra do fornecedor que seguem em anexo, como se na íntegra estivesse.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 002/2020, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Serra Alta - SC, 09 de Abril de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal
Contratante

AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA
MÁRCIO JOSÉ ARGENTA
Representante Legal
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

TESTEMUNHAS:
EDERSON CERIZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

PEDRINHO DALL'AGNOL
CPF: 867.238.129-72
Sec. de Saúde

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2020

Publicação Nº 2435281

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2020

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ- FILIAL SERRA ALTA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE FORNECIMENTO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU, inscrita no CNPJ sob nº 83.220.723/0043-82, com sede na Av. Dom Pedro II, nº 120, centro, Município de Serra Alta, neste ato representada pelo seu presidente Senhor Arno Pandolfo, portador do CPF nº 182.692.659-34 e RG 12R/616.613/SSP/SC.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 057/2019, homologado em 02/01/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, Lei 10.520/2002 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar o Item "2.1 da Cláusula Segunda – Do Preço e Condições de Pagamento" relativo ao contrato nº 003/2020, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

2.1- A CONTRATANTE a partir da presente data pagará a CONTRATADA, pela aquisição do combustível, objeto deste Contrato, o preço proposto de R\$ 3,46 (Três reais e quarenta e seis centavos) o litro do ÓLEO DIESEL S-10, havendo uma SUPRESSÃO de R\$ 0,43 (Quarenta e três centavos)" por litro em relação ao valor do contrato inicial que era R\$ 3,89 (Três reais e oitenta e nove centavos).

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a redução de valor nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor do ÓLEO DIESEL S-10, verificado nas notas fiscais de compra do fornecedor que seguem em anexo, como se na íntegra estivesse.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 003/2020, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Serra Alta - SC, 09 de abril de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal
Contratante

COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL
ARNO PANDOLFO
Presidente
Representante Legal
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

TESTEMUNHAS:
EDERSON CERIZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

PEDRINHO DALL'AGNOL
CPF: 867.238.129-72
Sec. de Saúde

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 062/2020

Publicação Nº 2435337

DECRETO Nº 062 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor ZÊNIO CARDOSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2464, de 12 de dezembro 2019, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 162.400,00 (cento e sessenta e dois mil e quatrocentos reais e noventa e um centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.024 – Atendimento da Saúde Básica

3.3.70.00.00.00.00.000070 – Aplicações Diretas R\$ 162.400,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta provável excesso financeiro da Fonte 70.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 07 de abril de 2020.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

DECRETO Nº. 063/2020

Publicação Nº 2435338

DECRETO Nº 063, DE 09 DE ABRIL DE 2020

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA MANTER O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19), INSTITUI A COMISSÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990;

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020 e o disposto no Decreto Municipal nº 048, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública (ou que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus);

Considerando a perspectiva de aumento dos gastos e de redução da receita, ante a diminuição da atividade econômica, em decorrência do enfrentamento ao Coronavírus;

Considerando a necessidade de adoção de medidas de contenção de despesas, inclusive, para que se possa dar prioridade as despesas com a saúde;

Considerando a necessidade de adoção de medidas de manutenção da receita;

Considerando a necessidade da correção de desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas;

Considerando que o equilíbrio da execução orçamentária é exigência da qual a Administração não pode se afastar e em tempos de gastos extraordinários e recursos escassos, a correta aplicação dos recursos públicos se mostra ainda mais importante;

Considerando que, inobstante o art. 65, da LRF preveja a suspensão dos prazos constantes dos arts. 23, 31 e 70, mediante reconhecimento da declaração de emergência ou calamidade pública pelo Poder Legislativo, em nível Estadual ou Federal, o replanejamento das contas públicas é medida que se impõe;

Considerando que o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização são pontos fundamentais da Lei de Responsabilidade

Fiscal;

Considerando as orientações do TCE/SC, editadas em 27/03/2020, diante da situação de calamidade pública e de emergência Estadual e Municipais, declarados em razão do coronavírus, inclusive, no sentido de que enquanto durarem os efeitos do Decreto nº 18.332/2020, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, aplica-se o disposto no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n. 101/2000):

I - Os municípios estão dispensados do atingimento dos resultados fiscais fixados pelas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como de proceder à limitação de empenho prevista no artigo 9º da Lei Complementar n. 101/2000.

II - Está suspensa a contagem de prazo para recondução ao limite máximo de despesas com pessoal, previsto no artigo 20 da Lei Complementar n. 101/2000, para os municípios que extrapolaram ou vierem a extrapolar o referido limite.

Considerando que encontram-se suspensas:

I - as sanções previstas nos Parágrafos 3º e 4º do artigo 23 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, aos municípios que tenham extrapolado o limite máximo com despesas de pessoal antes da vigência ou enquanto durarem os efeitos do decreto de calamidade pública, e que não venham a cumprir as regras de recondução das despesas de pessoal aos referidos limites, ainda que o descumprimento venha a ocorrer no primeiro quadrimestre do ano corrente (no qual seria aplicável a regra do último ano de mandato).

II - as sanções decorrentes do eventual descumprimento do limite máximo da dívida consolidada, previsto no artigo 31 da Lei Complementar Federal n. 101/2000.

Considerando a decisão proferida nos autos da ADIN 5367, do STF, em que restou afastada a incidência dos artigos 14, 16, 17 e 24 da LRF, restando por consequência, afastada a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação do Covid-19, para os Municípios que decretarem situação de calamidade pública.

DECRETA

Art. 1º. Ficam vedadas, exceto para os casos e serviços essenciais estabelecidos nos Decretos nº 048, de 18 de março de 2020 e Decreto nº 051, de 24 de março de 2020 ao enfrentamento do coronavírus:

I - a nomeação, contratação ou qualquer forma de admissão de pessoal para o serviço público municipal;

II - a concessão de vantagens, adicionais, gratificações ou quaisquer outros acréscimos pecuniários;

III - a realização e pagamento de serviços ou horas extraordinárias;

IV - a participação de servidores em eventos, congressos, seminários, etc., que impliquem em pagamento de inscrições, diárias ou indenização de despesas, inclusive de deslocamento;

V - a locação de novos imóveis.

Art. 2º. Para fins de redução de despesas, poderão ser adotadas as seguintes medidas administrativas:

I - concessão de licença prêmio aos servidores efetivos;

II - concessão de férias coletivas aos servidores efetivos e comissionados;

III - concessão de férias normais, aos servidores efetivos e comissionados, atualizando-se o número de férias que porventura já se encontrem vencidas;

IV - concessão de férias antecipadas aos servidores efetivos com período aquisitivo incompleto, exceto, aos servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde, aos servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme disposto no Decreto Municipal nº 048, de 18 de março de 2020 e aos servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município;

V - adoção do trabalho na modalidade teletrabalho (home office);

VI - adoção de horário especial de expediente, que passará a ser 07:00 às 13:00 horas, a partir do dia 13 de abril de 2020, exceto Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

VII - reestruturação e revisão dos cargos comissionados, das funções gratificadas e de outras gratificações de natureza eventual;

VIII - desvinculação dos servidores já aposentados pelo Regime Geral da Previdência, com fundamento na EC nº 103/2019;

IX - realização de alterações de contratos e instrumentos congêneres para readequação de prazos, reequilíbrio econômico financeiro, suspensão ou até extinção contratual, nos termos das orientações do TCE, emitidas em 27/03/2020;

X - verificação das disposições contratuais, identificando a possibilidade de suspensão total ou parcial, nos casos de serviços prestados em caráter continuado;

XI - realizar compra coletiva, envolvendo a participação de distintas unidades da federação, como por exemplo, os consórcios públicos, com o propósito de gerar economia de escala e assim obter preços mais vantajosos, desde que atendidos os critérios estabelecidos para realização das licitações compartilhadas e emitidas pelo TCE/SC, em 27/03/2020;

XII - aderir a atas de registro de preços de outro órgão — “carona” — mesmo que de outra esfera de poder (municipal, estadual ou federal),

obedecidas as condições do Prejulgado 1895, eis que a utilização do “carona” pode se mostrar vantajosa, tanto economicamente como para a qualidade, eficiência e efetividade da aquisição ou contratação;

XIII - racionalizar o consumo de água, energia elétrica, telefonia (fixa e móvel), correios e a utilização de máquinas e equipamentos nas Secretarias Municipais;

XIV - contingenciar a aquisição de materiais de consumo, salvo aqueles de necessidade, a critério dos Secretários, notadamente quanto ao volume;

XV - racionalizar despesas próprias com consultoria técnica;

XVI - racionalizar a liberação dos materiais de almoxarifado, a critério dos Secretários.

XVII - revisar as viagens a serem empreendidas com veículos oficiais, de representação ou não, independentemente da quilometragem, exceto os casos necessários ao enfrentamento ao coronavírus;

XVIII - renegociar as locações de imóveis vigentes;

XIX - suspender e não implantar novos projetos que resultem em aumento de despesa, salvo situações extraordinárias e projetos necessários de TI;

XX - suspender o pagamento do auxílio-transporte, enquanto perdurar o regime diferenciado de trabalho remoto;

XXI - suspender as cessões de pessoal para outros Órgãos, salvo se não houver ônus para o Município e excluídos os servidores da área da saúde.

Art. 3º. Para fins de prevenção dos servidores e funcionários públicos municipais e população em geral serão exigidos as seguintes medidas de higiene e segurança:

I - passa a ser obrigatória a utilização de mascaras de proteção individual a ser fornecido pelo município, para todos os servidores públicos municipais que prestarem atendimento ao público.

II - fornecimento de álcool 70 por cento, para funcionários e população em geral, em todos órgãos públicos municipais

Art. 4º. Para fins de manutenção da receita, poderão ser adotadas as seguintes medidas administrativas:

I - disponibilização de equipe do município para auxiliar as pequenas empresas na captação de recursos junto às instituições financeiras e referentes aos benefícios concedidos pelo Governo Federal;

II - realização de campanhas de conscientização da população, no sentido de que a aquisição de produtos e serviços locais, vai refletir no movimento financeiro e consequentemente na receita municipal;

III - prorrogação do prazo para pagamento dos tributos municipais, mediante lei autorizativa, em cumprimento ao princípio da legalidade e da indisponibilidade dos créditos públicos;

IV - ampliação da realização das compras públicas junto às micro e pequenas empresas incentivando sua sustentabilidade, colaborando para a estabilidade da economia local e preservando o emprego e a renda de seus cidadãos, devendo-se observar o disposto no capítulo V da Lei Complementar n. 123/2006, que estabelece tratamento diferenciado e simplificado nas aquisições públicas para as micro e pequenas empresas;

V - levantamento acerca do número de trabalhadores autônomos existentes no Município, com objetivo de auxiliá-los no acesso as iniciativas do Governo Federal, como o Coronavoucher;

VI - reavaliar todas as previsões orçamentárias do Município, vez que é necessário prever a intensidade do impacto e o desequilíbrio das contas públicas.

Art. 5º. Mesmo durante a situação de emergência, da excepcionalidade da situação, as prestações de contas e a transparência dos atos são medidas que se impõem, em cumprimento às Leis de Acesso à Informação, de Transparência e especialmente aos arts. 48 e seguintes da LRF.

Art. 6º. Fica instituída a Comissão de Controle e Acompanhamento dos Gastos Públicos, com a incumbência de acompanhar as ações de contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental.

§ 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Controle e Acompanhamento dos gastos Públicos:

I - (...) – Secretária de Finanças e Administração;

II - (...) – Controlador Interno;

III - (...) – Procurador do Município;

IV - (...) – Contador

V – (...) - Coordenador de Planejamento;

§ 2º. A Comissão vai estabelecer um cronograma de trabalho e ao final apresentar um relatório conclusivo sobre as ações executadas para dar cumprimento ao presente Decreto acompanhado de proposta dos ajustes que entender necessários para assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Decretos Estadual e Municipal que declararam situação de emergência ou calamidade pública.

Município de Sombrio, 09 de abril de 2020.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 009/2020**

Publicação Nº 2435173

**DECRETO LEGISLATIVO nº 009/2020, de 08 de abril de 2020.**

“FICA PRORROGADA A SUSPENSÃO DOS TRABALHOS NA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Sombrio, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe os Artigos 44 e 45 do Regimento Interno,

Considerando as determinações governamentais com a finalidade de reduzir a proliferação do “Coronavírus”;

Considerando os termos do Decreto Estadual nº 550/2020;

Considerando a necessidade da continuidade mínima das atividades legislativas, com a realização de Sessões Extraordinárias eventualmente convocadas para o período de suspensão;

Considerando a orientação das autoridades públicas para que não haja aglomeração em locais públicos, neste incluindo o Plenário da Câmara Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Permanece suspenso, até o dia 12/04/2020, o expediente interno e externo da Câmara Municipal de Sombrio.

Art. 2º - As sessões extraordinárias convocadas nesse período deverão, em caráter excepcional, ser realizadas de forma virtual através de aplicativo de reunião para dispositivo móvel com transmissão de vídeo e som, cuja orientação de instalação e funcionamento será fornecida aos Edis e demais servidores pela Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal.

Art. 3º - Para todos os fins e efeitos os dias de suspensão dos trabalhos da Câmara Municipal de Sombrio, iniciados no dia 19/03/2020 e enquanto perdurar a determinação de isolamento social parcialmente estabelecida pelo Decreto Estadual nº 507/2020 e seguintes, serão considerados como ponto facultativo, bem como a ausência da presença física dos servidores como falta justificada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando mantidas as demais determinações do Decreto Legislativo nº 005/2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 08 de abril de 2020.

FERNANDO DA SILVA PEREIRA

Presidente

Registrado e Publicado na data supra.

JAIRO ADRIANO FREITAS
1º Secretário

Sul Brasil

PREFEITURA

151/2020

Publicação Nº 2435386

DECRETO Nº.151, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA QUARENTENA, ACATA AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO ESTADUAL E RETOMA AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao disposto no inciso VI, artigo 41, da Lei Orgânica Municipal, e ainda, CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº.525, de 24 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº.535, de 30 de março de 2020, que dispôs sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense,

DECRETA:

Art. 1º Em cumprimento ao Decreto Estadual nº.525, de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº.550, de 07 de abril de 2020, fica prorrogado por mais 5 (cinco) dias o prazo de que trata o art.1º do Decreto Municipal nº.141, de 31 de março de 2020, a contar do dia 08 de abril de 2020 até o dia 12 de abril de 2020.

Art. 2º Acata-se no âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº.525 de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº.550, de 07 de abril de 2020, e da Lei Nacional nº.13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Ficam retomadas a partir de 13/04/2020 as atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 às 17:30, que estavam suspensas e alteradas por determinação dos Decretos Municipais nº.130, de 18 de março de 2020 e 146, de 01 de abril de 2020.

Art. 4º Todos os agentes públicos estão obrigados a atender e, ao mesmo tempo, incentivar os munícipes a cumprirem as seguintes condições e cuidados:

I - Disponibilizar álcool gel 70% nas recepções, salas de espera, sanitários, áreas operacionais, e refeitórios, orientando e estimulando a sua utilização pelos servidores públicos e pelas pessoas a serem atendidas;

II - Caso o estabelecimento disponha de sala de espera, esta poderá ser utilizada com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade, mantendo distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

III - As Secretarias/Departamentos devem padronizar e realizar procedimentos que garantam a higienização contínua dos locais de uso das pessoas, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, entre outros;

IV - Cada servidor deverá realizar suas atividades de forma individualizada;

V - Caso a atividade necessite de mais de um servidor ao mesmo tempo e a distância entre eles for inferior a 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros), ambos deverão usar máscaras descartáveis durante esta atividade, substituindo-as a cada duas horas (se o serviço em conjunto se estender por este tempo ou mais), descartando-as ao seu término.

VI - Manter ventiladas, dentro do possível, as áreas utilizadas para as atividades, tanto administrativas quanto operacionais;

VII - Quando o serviço for prestado em domicílio ou serviço externo, as regras de segurança para proteção de contaminação pelo coronavírus devem ser respeitadas.

VIII - As Secretarias Municipais deverão organizar suas atividades internas de forma que os servidores possam manter distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre eles durante os processos de teleatendimento;

IX - O recebimento de mercadorias deve ser organizado de forma que os fornecedores possam manter distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre eles e entre os trabalhadores do estabelecimento;

X - Deve ser oferecido álcool gel 70% aos entregadores que devem ser orientados a higienizar as mãos antes e depois das entregas;

XI - As Secretarias Municipais/Departamentos deverão adotar medidas internas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho, priorizando o afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento;

XII - Servidores que realizarem atividades de higienização de ambientes devem utilizar equipamentos de proteção individual - (EPIs), apropriados para a execução do trabalho;

XIII - Todos os servidores deverão higienizar as mãos antes e ao final das atividades;

XIV - A pessoa atendida deverá ser questionada se apresenta sintomas respiratórios ou se está em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19 e, em caso positivo, não deverá ser prestado atendimento;

XV - Os munícipes atendidos devem ser orientados a informar ao servidor que o atendeu caso venham a ter resultados positivos para a COVID-19;

XVI - Manter as atividades com os cuidados de higienização das mãos, uso de álcool gel, distanciamento, etiqueta da tosse, limpeza e ventilação dos ambientes;

XVII - Servidores que executarem atendimentos a pessoas que vierem a positivar para os testes de COVID-19 deverão imediatamente parar os atendimentos, informar o fato às autoridades sanitárias do seu município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades;

XVIII - Caso o servidor positivo para COVID-19 deverá avisar imediatamente as pessoas que atendeu, informar o fato às autoridades sanitárias do seu município e se manter em quarentena, em conformidade com as orientações destas autoridades;

XIX - Os sanitários/banheiros devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool gel 70%;

XX - Para os servidores públicos que realizam suas atividades em consultórios ou salas fechadas, tipo escritórios:

- a) organizar a agenda de modo a ampliar o intervalo entre atendimentos, reduzindo o número de pessoas nestes ambientes;
 - b) os atendimentos deverão ser realizados de forma individual, veda a presença de mais de uma pessoa na sala de espera;
 - c) disponibilizar álcool gel nas salas de espera e nas salas de atendimento, nas áreas de saída, devendo haver orientação para a utilização;
 - d) realizar a higienização contínua do estabelecimento, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimões, interruptores, balanças, banheiros, lavatórios, entre outros;
 - e) ao realizar o agendamento, a pessoa deverá ser questionada se apresenta sintomas respiratórios e se está em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19, ficando proibido o atendimento de pessoas sintomáticas ou em período de quarentena nestas atividades;
 - f) deve ser dado atendimento preferencial a idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes, sendo garantindo fluxo ágil a fim de que estas pessoas permaneçam o mínimo de tempo possível no estabelecimento;
 - g) o servidor deverá higienizar as mãos antes e ao final das atividades e usar EPIs de acordo com a assistência prestada;
 - h) manter todas as áreas ventiladas, inclusive os refeitórios de trabalhadores e locais de descanso, caso existam, devendo ser evitadas aglomerações;
 - i) os servidores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada cliente ou após usarem banheiro;
 - j) os servidores que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica.
- Art. 4º Fica revogado as disposições são em contrário em especial ao Decreto Municipal nº.146, de 01 de abril de 2020.
- Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, 07 de abril de 2020.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

Timbé do Sul

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 01/2020 INSTITUI COMISSÃO INTERSETORIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESTINAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES DAS E

Publicação Nº 2435025

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Institui Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar, para definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, e dá outras providências.

Suzete Stecanella Savi, Secretária de Educação de Timbé do Sul/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e;

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência pelo Município de Timbé do Sul, por meio do Decreto nº 57, de 18 de Março de 2020, inclusive com a suspensão das atividades escolares.

CONSIDERANDO que a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultará em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.987, de 07 de Abril de 2020, que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de Recurso próprio aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

Elias Donadel

I – representante da Secretaria Municipal de Educação;

Luciana Florêncio André

II - representante da Secretaria Municipal Assistência Social;

Barbara Pizzolo Tramontim Cristiano

III -representante do Serviço de Nutrição Escolar;

Marilene Marchesine Manente

IV - representante do Conselho Municipal de Educação;

Debora Beatriz Stecanella Melo

V - representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

Gigliola Olivio Cirimbelli

VI -representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

Jéssica Caroline Mayer

VII - representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§2º A CIAE se destitui imediatamente, após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º No prazo de 48h a contar da publicação desta resolução, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazos de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o Serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 3º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, deverão ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade.

2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º Esgotados os gêneros alimentícios em estoque e ainda havendo demanda por parte das famílias que se enquadram nas condições estabelecidas, os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existentes em conta deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios em quantidades definidas pela CIAE e aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§1º A aquisição de que trata o caput deverá ser realizada pelo Setor de Compras do Município.

§2º Deverá ser mantida a aquisição de produtos da agricultura familiar do Município.

Art. 5º A distribuição dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos do PNAE não se confunde com ações da

Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo Município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Parágrafo único - Para definição dos critérios de distribuição, a CIAE deve levar em consideração a situação de vulnerabilidade da família do aluno, e ainda as seguintes informações:

I – Se são beneficiários do Bolsa Família;

II – Se recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC);

III – Se estão cadastrados no CADÚnico;

IV – Se os pais ou responsável(s) estão desempregados ou são autônomos;

V – Se o aluno é residente em instituição de acolhimento (abrigos).

Art. 6º A CIAE deve sempre observar as orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 7º A entrega do “Kits Emergenciais de Alimentação Escolar” se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

I – Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;

II – Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal

III – Descrição dos itens que compõem o “Kits Emergenciais de Alimentação Escolar”

IV – Data de entrega

V – Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Parágrafo único – A CIAE deverá registrar por foto o ato de entrega, e arquivar juntamente com o recibo assinado para os fins de prestação de contas.

Art. 8º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados, ou ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata esta Resolução, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Parágrafo único – Após a utilização, o veículo deverá ser higienizado, seguindo os protocolos sanitários vigentes.

Art. 9º O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de abril de 2020

Suzete Stecanella Savi

Secretária Municipal de Educação

Timbó

PREFEITURA

PORTARIA NO 1956, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2435530

PORTARIA No 1956, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Retifica a Portaria n° 1840, de 30 de janeiro do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Retificar a Portaria n° 1840, de 30 de janeiro do corrente, incluindo-se a nomeação da seguinte Servidora, aprovada no Concurso Público n° 02/2018:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Fundo Municipal de Educação)	
....
Cargo: Professor C-10 Professor de Ciências Jornada Semanal: 40h/s	
NOME	CPF
...	...
...	...
Cargo: Professor C-10 Professor de Ciências Jornada Semanal: 20h/s	
NOME	CPF
Schirley Pasquali	054.090.199-70
....	

Parágrafo Único. Ficam ratificados todos os demais termos da Portaria n° 1840, de 30 de janeiro do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de março de 2020; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

REPUBLICAÇÃO RGF 2º SEMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2435155



MUNICÍPIO DE TIMBO - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Poder: Executivo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
LIQUIDADAS														
Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.904.397,36	6.381.034,68	6.385.953,54	6.489.786,05	6.495.668,33	8.773.989,90	7.352.463,06	6.591.726,97	6.791.056,02	6.973.380,99	10.305.156,05	8.434.318,41	86.078.931,96	0,00
Pessoal Ativo	3.860.384,90	5.452.680,62	5.299.954,69	5.386.787,55	5.389.783,59	7.088.917,27	5.666.467,92	5.460.004,76	5.649.734,72	5.811.338,10	8.579.332,79	7.245.395,83	70.890.882,74	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.071.161,40	4.424.014,82	4.258.892,68	4.360.026,52	4.372.517,84	6.030.691,65	4.568.772,54	4.346.689,22	4.532.734,16	4.671.558,59	6.580.525,40	5.877.634,33	57.095.219,15	0,00
Obrigações Patronais	771.534,69	1.022.245,58	1.031.068,35	1.016.309,67	1.010.881,23	1.047.611,03	1.081.399,12	1.096.080,76	1.102.975,71	1.119.924,60	1.969.780,41	1.339.075,76	13.608.874,91	0,00
Benefícios Previdenciários	17.888,81	6.422,22	10.003,66	10.451,36	6.384,52	10.614,59	16.296,26	17.234,78	14.024,85	19.854,91	28.926,98	28.685,74	186.788,68	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.043.812,46	1.128.354,06	1.083.598,85	1.101.798,50	1.104.684,74	1.680.992,63	1.684.795,14	1.124.222,21	1.129.501,90	1.138.402,89	1.706.903,26	1.161.812,58	15.088.879,22	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	955.152,93	1.008.874,03	994.857,66	1.005.929,22	1.008.538,53	1.527.206,68	1.020.324,71	1.020.302,76	1.025.582,45	1.034.571,47	1.552.914,83	1.057.893,13	13.212.148,40	0,00
Pensões	88.659,53	119.480,03	88.741,19	95.869,28	96.146,21	153.785,95	664.470,43	103.919,45	103.919,45	103.831,42	153.988,43	103.919,45	1.876.730,82	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	2.400,00	1.200,00	1.200,00	4.080,00	1.200,00	7.500,00	11.820,00	23.640,00	19.020,00	27.110,00	99.170,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.082.706,22	1.128.354,06	1.132.419,72	1.201.549,42	1.173.123,93	1.750.327,18	1.836.192,49	1.219.819,65	1.235.435,96	1.376.353,77	1.806.000,58	1.265.005,67	16.207.288,65	0,00
Indeniza, por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	4.919,25	0,00	3.810,45	0,00	0,00	3.760,72	622.727,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	635.218,02	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	44.077,07	34.333,05	3.175,58	3.143,03	3.516,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.245,61	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.077.786,97	1.128.354,06	1.084.332,20	1.167.216,37	1.169.948,35	1.743.423,43	1.209.948,01	1.219.819,65	1.235.435,96	1.376.353,77	1.806.000,58	1.265.005,67	15.483.825,02	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.821.691,14	5.452.680,62	5.253.533,82	5.288.236,63	5.322.544,40	7.023.662,72	5.516.270,57	5.371.907,32	5.555.620,66	5.597.027,22	8.499.155,47	7.169.312,74	69.871.643,31	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR													% SOBRE A RCL AJUSTADA
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	150.000,00													-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	160.070.642,35													-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	69.871.643,31													43,65
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	86.438.146,87													54,00
LIMITE PREVIDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,30%	82.116.239,53													51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	77.794.332,18													48,60

FONTE: Sistema Alende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE TIMBO. Emissão: 08/04/2020, às 10:51:20.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR		% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		160.220.642,35		-	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		150.000,00		-	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		160.070.642,35		-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)		69.871.643,31		43,65	
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%		86.438.146,87		54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,30%		82.116.239,53		51,30	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%		77.794.332,18		48,60	

Identificador: WPR3.141101-29766-QBG-324042563 - Emitido por: RODRIGO DALL'ONDER SPANIO

Pág 1 / 2



Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

Poder: Executivo

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL							
		Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte		
2º Semestre		Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte		
	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP Excedente (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)
Limite Máximo (a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							% DTP (i)
							0,00

¹ DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

JORGE AUGUSTO KRUGER
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRETÁRIA FAZENDA E ADM.

RODRIGO DALL'ONDER SPANIOL
Analista Contábil

CHRISTIANE M. PELLIN FIAMONCINI
Controlador Interno

identificador: WPR3141101-29766-QBG-324042563 - Emitido por: RODRIGO DALL ONDER SPANIOL

Pág 2 / 2



MUNICÍPIO DE TIMBO - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ 1,00	
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	Até 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.486.521,54	24.181.165,64	38.497.034,01
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	22.562.499,48	23.257.143,58	38.133.319,75
Empréstimos	22.562.499,48	23.257.143,58	38.133.319,75
Internos	22.562.499,48	23.257.143,58	38.133.319,75
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	924.022,06	924.022,06	363.714,26
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	32.049.541,10	43.671.095,28	35.268.678,68
Disponibilidade de Caixa ¹	32.042.353,65	43.652.395,10	35.016.643,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	34.224.204,82	44.046.119,98	36.268.572,14
(-) Restos a Pagar Processados	2.181.851,17	393.724,88	1.251.928,51
Demais Haveres Financeiros	7.187,45	18.700,18	252.035,05
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	(8.563.019,56)	(19.489.929,64)	3.228.355,33
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	145.217.069,29	154.791.636,99	160.220.642,35
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	16,17	15,62	24,03
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(5,90)	(12,59)	2,01
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	174.260.483,15	185.749.964,39	192.264.770,82
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	156.834.434,83	167.174.967,95	173.038.293,74

Identificador: WPR3151101-29786-VSV-324043083 - Emitido por: RODRIGO DALL ONDER SPANOL

Pág 1 / 3



MUNICÍPIO DE TIMBO - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até 1º Semestre	Até 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	86.553.839,12	86.553.839,12	112.817.415,29
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	366.918,67	1.025.433,16	385.196,60
RP NÃO-PROCESSADOS	6.242.128,53	1.531.947,53	14.257.995,32
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE TIMBO. Emissão: 08/04/2020, às 10:59:33.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOTA:

Identificador: WPR3151101-29786-VSV-324043063 - Emitido por: RODRIGO DALL ONDER SPANOL

Pág 2 / 3



MUNICÍPIO DE TIMBO - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
Exercício em que o ente excedeu o limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
Quadrimestre/Semestre			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (0,25* c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (e-c)	(i)	(j) = (i-a)	(k) = (a)	(l)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JORGE AUGUSTO KRUGER
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRETÁRIA FAZENDA E ADM.

RODRIGO DALL'ONDER SPANIOL
Analista Contábil

CHRISTIANE M. PELLIN FIAMONCINI
Controlador Interno

Identificador: WPR3151101-29786-VSV-324043063 - Emitido por: RODRIGO DALL'ONDER SPANIOL

Pág 3 / 3



MUNICÍPIO DE TIMBO - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até 1º Semestre	Até 2º Semestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	145.217.669,29	154.791.636,99	160.220.642,35
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	31.947.755,24	34.054.160,14	35.248.541,32
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 22%)	28.752.979,72	30.648.744,13	31.723.687,19

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até 1º Semestre	Até 2º Semestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE TIMBO. Emissão: 08/04/2020, às 11:03:07.

NOTA:

JORGE AUGUSTO KRUGER
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRETARIA FAZENDA E ADM.

RODRIGO DALL'ONDER SPANIOL
Analista Contábil

CHRISTIANE M. PELLIN FIAMONCINI
Controlador Interno

Identificador: WPR3161101-29766-BJU-324043312 - Emitido por: RODRIGO DALL'ONDER SPANIOL

Pág 1 / 1



MUNICIPIO DE TIMBO - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No 2º Semestre	Até 2º Semestre (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	2.352.153,30	3.724.684,14
Interna	2.352.153,30	3.724.684,14
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (I)	2.352.153,30	3.724.684,14
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	2.352.153,30	3.724.684,14

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	160.220.642,35	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	25.635.302,78	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	23.071.772,50	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	11.215.444,96	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No 2º Semestre	Até 2º Semestre (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE TIMBO. Emissão: 08/04/2020, às 11:13:00.

¹ Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA:

JORGE AUGUSTO KRUGER
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRETÁRIA FAZENDA E ADM.

RODRIGO DALL'ONDER
SPANIOL
Analista Contábil

CHRISTIANE M. PELLIN
FIAMONCINI
Controlador Interno



MUNICÍPIO DE TIMBO - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) * (g) = (a)-(b)-(c)-(d)-(f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) * (h) = (g) - (h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Demais Obrigações Financeiras							
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)	(c)	(d)					
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	18.231.645,70	861,80	535.416,78	78.778,48	254.156,19	0,00	17.362.432,45	3.442.130,23	0,00	13.920.302,22	
Recursos Ordinários	18.231.645,70	861,80	535.416,78	78.778,48	254.156,19	0,00	17.362.432,45	3.442.130,23	0,00	13.920.302,22	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	127.482.031,89	0,00	715.649,93	211.839,78	131.040,41	0,00	126.423.501,77	10.525.484,33	0,00	115.898.017,44	
Recursos Vinculados a Educação	2.087.804,53	0,00	47.613,02	0,00	0,00	0,00	2.040.191,51	35.552,08	0,00	2.004.639,43	
Recursos Vinculados a Saúde	1.695.525,76	0,00	98.657,31	0,00	0,00	0,00	1.596.868,45	1.852,00	0,00	1.595.016,45	
Transfêrencias do FUNDEB	6.375.599,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.375.599,69	1.347.043,40	0,00	5.028.556,29	
Outros Recursos Vinculados a Educação	769.483,80	0,00	170.514,27	0,00	0,00	0,00	598.969,53	211.248,38	0,00	387.721,15	
Recursos Vinculados a Educação - Saúde	1.980.806,64	0,00	30.207,76	0,00	0,00	0,00	1.950.598,88	238.404,09	0,00	1.712.194,79	
Outros Recursos Vinculados a Saúde	397.160,14	0,00	22.311,51	64.377,60	0,00	0,00	310.471,03	31.475,76	0,00	278.995,27	
Recursos Vinculados à Assistência Social	109.244.322,80	0,00	3.690,50	0,00	130.470,41	0,00	109.110.161,89	371,96	0,00	109.109.789,93	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	71.214,94	0,00	0,00	53.503,79	0,00	0,00	17.711,15	7.817.943,98	0,00	(7.800.232,83)	
Recursos Vinculados a Educação e à Saúde	313.238,57	0,00	0,00	46.284,12	0,00	0,00	266.954,45	137.704,13	0,00	129.250,32	
Recursos Vinculados a Bens/Ativos	4.546.875,02	0,00	342.655,56	47.674,27	570,00	0,00	4.155.975,19	703.888,55	0,00	3.452.086,64	
TOTAL (III) = (I + II)	145.713.677,59	861,80	1.251.066,71	290.618,26	385.196,60	0,00	143.785.934,22	13.967.614,56	0,00	129.818.319,66	

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE TIMBO. Emissão: 08/04/2020, às 11:22:53.

* Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

NOTA:

JORGE AUGUSTO KRUGER
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRETARIA FAZENDA E ADM.

RODRIGO DALL'ONDER SPANOL
Analista Contábil

CHRISTIANE M. PELLIN FIAMONCINI
Controlador Interno

Identificador: WPR3181101-29786-NLB-32044499 - Emitido por: RODRIGO DALL'ONDER SPANOL

Pág 1 / 1



MUNICIPIO DE TIMBO - SC
 Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE
GESTÃO FISCAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Semestre Julho-Dezembro

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ 2º SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	160.220.642,35
Receita Corrente Líquida Ajustada	160.070.642,35

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	69.871.643,31	43,65
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	86.438.146,87	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	82.116.239,53	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	77.794.332,18	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	3.228.355,33	2,01
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	192.264.770,82	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	35.248.541,32	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	25.635.302,78	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	11.215.444,96	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	13.930.485,92	129.818.319,66

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE TIMBO. Emissão: 08/04/2020, às 15:45:17.

NOTA:

JORGE AUGUSTO KRUGER
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRETÁRIA FAZENDA E ADM.

RODRIGO DALL'ONDER
SPANIOL
Analista Contábil

CHRISTIANE M. PELLIN
FIAMONCINI
Controlador Interno

Timbó Grande

PREFEITURA

CONTRATO 14/2020

Publicação N° 2435439

MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO LICITATÓRIO 10/2020
CONTRATO 14/2020

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que firmou contrato com a empresa LG ALPHA SERVIÇOS EIRELI no valor de R\$ 562.874,49 (Quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), com o objetivo de realizar obra de pavimentação com lajotas sextavadas de concreto em trechos das ruas Porfírio Mariano e Manoel Batistas dos Santos.

Timbó Grande, 9 de abril de 2020.
Ari José Galeski
Prefeito Municipal

Três Barras

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 691/2020

Publicação N° 2435240

PORTARIA N° 0691/2020

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO, DA CÂMARA DE VEREADORES DE TRÊS BARRAS-SC.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, estado de Santa Catarina, Vereador FABIANO JOSÉ MENDES, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a Comissão Especial para supervisionar e acompanhar a realização do Concurso Público para o cargo de Controlador Interno da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC.

Artigo 2º. Fica constituída a Comissão encarregada de supervisionar e acompanhar a realização do Concurso Público, para o provimento do cargo CONTROLADOR INTERNO, existente no quadro da Câmara Municipal, ficando designados para sua composição os seguintes servidores:

PRESIDENTE: ERNANI WOGGINAKI JÚNIOR – TÉCNICO LEGISLATIVO.

SECRETÁRIO: JOEL DA CRUZ – GERENTE DE PATRIMÔNIO E INFORMÁTICA.

MEMBRO: JOEL ANTONIO VOIGT - GESTOR LEGISLATIVO E CONTÁBIL.

Artigo 3º. Fica autorizada a respectiva Comissão a adotar todas as providências necessárias à realização do concurso público, bem como fiscalizar, supervisionar e analisar os atos da Empresa Contratada, tomando decisões quanto a eventuais recursos interpostos, mediante parecer prévio emitido pela referida Empresa.

Artigo 4º. O processo relativo ao concurso reger-se-á pelas disposições do Edital, cabendo à Comissão decidir sobre os casos eventualmente omissos em conjunto com a Empresa Contratada para realizar o certame.

Artigo 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, 9 de abril de 2020.

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 10 de abril de 2020

Joel Antonio Voigt Gestor
Legislativo e Contábil

Fabiano José Mendes

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 274/2020, DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435323

DECRETO Nº 274/2020, DE 09 DE ABRIL DE 2020.

ADOTA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 45, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais nº 515 de 17 de março de 2020, nº 521 de 19 de março de 2020 e o nº 525 de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Prejulgado nº 1664 do TCE/SC;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 251 de 19 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública,

DECRETA:

Art. 1º Os servidores públicos municipais afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 248 de 18 de março de 2020, Decreto Municipal nº 251 de 19 de março de 2020, que decretou situação de emergência para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia do coronavírus, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I – Concessão de licença prêmio de até 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos com direito à fruição do benefício, sem prejuízo da remuneração mensal, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

II - Concessão de férias normais de até 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, contratados e comissionados com direito à fruição, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

III – Concessão de férias coletivas aos servidores efetivos, contratados e comissionados;

IV – Concessão de férias antecipadas de até 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos, contratados e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão.

§ 1º Os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde, serão priorizados para o gozo de férias, individuais ou coletivas, nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ficam excluídos das hipóteses elencadas do caput deste artigo os servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde.

§ 3º O Secretário da Pasta poderá aplicar os incisos I e II do caput deste artigo, desde que justificadamente:

I - aos servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme disposto no Decreto Municipal nº 254 de 25 de março de 2020;

II - aos servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do

Município.

§ 4º Qualquer das hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º incisos I e II deste artigo, somente poderão ser aplicadas aos profissionais da educação após o término do prazo do adiantamento do recesso escolar, estabelecido no Decreto Municipal nº 254 de 25 de março de 2020.

§ 5º O pagamento da remuneração das férias, sejam elas individuais normais ou antecipadas, concedidas durante a vigência da situação de emergência, poderá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da respectiva fruição, facultado ao Município efetuar o pagamento do terço constitucional até o dia 20 de dezembro de 2020.

§ 6º O rompimento do vínculo jurídico, antes do implemento integral do período aquisitivo de férias, autoriza o Município a compensar/descontar das verbas rescisórias o valor equivalente aos dias de férias que foram eventualmente antecipadas ao servidor.

§ 7º A licença prêmio, as férias individuais normais e as antecipadas poderão ser suspensas, a qualquer tempo, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, no interesse do serviço público ou em decorrência da revogação da situação de emergência.

Art. 2º Os servidores públicos municipais de que tratam os incisos I e II do § 3º do art. 1º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Teletrabalho (home office).

§ 1º Considera-se Teletrabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do Coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Tele trabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º O Tele trabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde, nos órgãos de fiscalização, na Defesa Civil e nos serviços de acolhimento, observado o disposto no § 3º.

§ 6º As Secretarias Municipais deverão apresentar à Secretaria Municipal de Administração até o dia 20 de abril de 2020, a relação dos servidores sujeitos à modalidade de Teletrabalho.

§ 7º A alteração de que trata o caput será notificada ao servidor público municipal com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 8º Na hipótese de o servidor público municipal não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do Teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância:

I – o Poder Executivo Municipal poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de autorização de uso, que poderá ser encaminhado digitalmente, e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza vencimental.

§ 9º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

§ 10 Os servidores municipais submetidos ao Teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 3º Para os servidores públicos em atividade que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndrome Gripal, fica estabelecido que o envio deverá ser realizado por meio eletrônico para o e-mail <juridico.rh@treviso.sc.gov.br>, somente nos casos de síndromes gripais (não sendo necessário o original).

§ 1º O atestado médico deverá conter: nome completo do servidor, data de emissão, período de afastamento, carimbo e assinatura do profissional médico.

§ 2º O servidor deverá observar o prazo máximo de 24 horas do afastamento ao trabalho para enviar o mesmo.

Art. 4º Fica determinado que os servidores da Administração Pública Direta e Indireta deverão retomar suas atividades com os cuidados necessários, inclusive com 50% (cinquenta por cento) da equipe em cada turno de trabalho.

§ 1º O turno de trabalho previsto no caput deste artigo corresponde ao horário das 08 às 12 (1º turno) e das 13 às 17 horas (2º turno).

§ 2º Cada Secretaria deverá ajustar sua equipe de trabalho, sendo indispensável o rodízio de servidores em cada turno, evitando aglomeração de pessoas, mantendo o número mínimo de efetivos para atendimento presencial ao público interno e externo em cada setor.

§ 3º Não se aplica ao caput deste artigo os servidores lotados na Secretaria de Saúde, Educação, Assistência Social, Obras e Agricultura.

§ 4º Excetuam-se a regra do § 3º aqueles servidores que desempenham sua função no Paço Municipal.

§ 5º Os servidores que não comprovarem a realização da jornada de trabalho em um dos turnos de trabalho previsto no caput deste artigo, salvo por motivo justificado, será considerada como falta injustificada.

§ 6º Aqueles servidores que possuem jornada de trabalho reduzida devem cumprir sua jornada de trabalho nos moldes do caput deste artigo, não reduzindo sua carga horária por consequência dos turnos de trabalho previsto nesse Decreto.

§ 7º Os setores que possuem número reduzido de servidores deverão cumprir sua jornada normal, priorizando o atendimento e o funcionamento normal da Administração Pública.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de 09 de abril de 2020.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 09 de abril de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 10 de abril de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

LEI 2093

Publicação Nº 2435287

LEI 2093 DE 09 DE ABRIL DE 2020.
PROMOVE ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO ANUAL DE 2020.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar na seguinte dotação orçamentária da Unidade Gestora PREFEITURA MUNICIPAL:

§ 1º - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Elemento	Projeto/Atividade	Fonte de Recurso	Valor R\$
4.4.90.00.00.00.00.00.0117	05.001- Departamento de Serviços Urbanos	03.50.0000	275.500,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar na seguintes dotações orçamentárias da Unidade Gestora FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

§ 1º - Secretaria da Saúde

Elemento	Projeto/Atividade	Fonte de Recurso	Valor R\$
4.4.90.00.00.00.00.00.0117	07.001- Departamento de Atenção Básica	03.50.0000	108.334,60

Art. 3º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata os artigos anterior, serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit Financeiro do Exercício Anterior (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.32/64) R\$ 275.000,00

Superávit Financeiro do Exercício Anterior (art. 43, §1º, inciso II da Lei 4.32/64) R\$ 108.334,60

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2020.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

LEI 2094

Publicação Nº 2435306

LEI Nº 2094 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE UNIDADE RESIDENCIAL NO LOTEAMENTO POPULAR ERVINO JOSÉ DA CUNHA.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de titularidade de unidade residencial no Loteamento Ervino José da Cunha, localizado na Rua Heinz M-Iler, Bairro Vila Nova, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 20.760, com área territorial de 260,00 m² (duzentos e sessenta metros quadrados), com edificação de uma residência em alvenaria com área de 36,00 m² (trinta e seis metros quadrados), em favor dos promitentes compradores Sr. IVAN LEOPOLDO SEIDE, portador do CPF sob nº 310.989.599-49 e RG sob nº 8/R-2.898.824 SSP/SC e IOLITA SEIDE, portadora do CPF sob nº 846.115.029-53 e RG sob nº 7/R-1.892.000 SSP/SC.

Art. 2º - A transferência da titularidade é motivada pela quitação integral do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel nº FMH-019/98, firmado junto ao Fundo Municipal de Habitação de Trombudo Central.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei 2076 de 09 de outubro de 2019, revogando-se demais

disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2020.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

LEI 2095

Publicação Nº 2435314

LEI Nº 2095 DE 09 DE ABRIL DE 2020.
AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE UNIDADE RESIDENCIAL NO LOTEAMENTO POPULAR ERVINO JOSÉ DA CUNHA.
GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de titularidade de unidade residencial no Loteamento Ervino José da Cunha, localizado na Rua Heinz M-Iler, Bairro Vila Nova, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 20.766, com área territorial de 260,00 m² (duzentos e sessenta metros quadrados), com edificação de uma residência em alvenaria com área de 36,00 m² (trinta e seis metros quadrados), em favor dos promitentes compradores Sr. RICARDO GLIXINSKI, portador do CPF sob nº 294.717.109-87 e RG sob nº 10/R- 689.031 e Sra. RINCAT GLIXINSKI, portadora do CPF sob nº 826.836.389-49 e RG sob nº 7/R-1.429.196.

Art. 2º - A transferência da titularidade é motivada pela quitação integral do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel nº FMH-006/98, firmado junto ao Fundo Municipal de Habitação de Trombudo Central.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2020.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

LEI 2096

Publicação Nº 2435319

LEI Nº 2096 DE 09 DE ABRIL DE 2020.
AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE UNIDADE RESIDENCIAL NO LOTEAMENTO POPULAR ERVINO JOSÉ DA CUNHA.
GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de titularidade de unidade residencial no Loteamento Ervino José da Cunha, localizado na Rua Heinz M-Iler, Bairro Vila Nova, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 20.752, com área territorial de 260,00 m² (duzentos e sessenta metros quadrados), com edificação de uma residência em alvenaria com área de 36,00 m² (trinta e seis metros quadrados), em favor da promitente compradores Sra. ASTA FRANZ, portadora do CPF sob nº 674.999.109-20 e RG sob nº 7/R-1.890.795.

Art. 2º - A transferência da titularidade é motivada pela quitação integral do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel nº FMH-018/98, firmado junto ao Fundo Municipal de Habitação de Trombudo Central.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2020.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

LEI 2097

Publicação Nº 2435327

LEI Nº 2097 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE UNIDADE RESIDENCIAL NO LOTEAMENTO POPULAR ERVINO JOSÉ DA CUNHA. GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de titularidade de unidade residencial no Loteamento Ervino José da Cunha, localizado na Rua Heinz M-Iler, Bairro Vila Nova, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 20.769, com área territorial de 260,00 m² (duzentos e sessenta metros quadrados), com edificação de uma residência em alvenaria com área de 36,00 m² (trinta e seis metros quadrados), em favor da promitente compradora Sra. ROSA MORAIS MARCELINO, portadora do RG sob nº 3.693.385.

Art. 2º - A transferência da titularidade é motivada pela quitação integral do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel nº FMH-007/98, firmado junto ao Fundo Municipal de Habitação de Trombudo Central.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2020.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

LEI 2098

Publicação Nº 2435329

LEI Nº 2098 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE UNIDADE RESIDENCIAL NO LOTEAMENTO POPULAR ERVINO JOSÉ DA CUNHA. GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de titularidade de unidade residencial no Loteamento Ervino José da Cunha, localizado na Rua Heinz M-Iler, Bairro Vila Nova, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 20.762, com área territorial de 260,00 m² (duzentos e sessenta metros quadrados), com edificação de uma residência em alvenaria com área de 36,00 m² (trinta e seis metros quadrados), em favor da promitente compradora Sra. ENI DA SILVA, portadora do CPF sob nº 518.117.669-00 e RG sob nº 1.039.152-5.

Art. 2º - A transferência da titularidade é motivada pela quitação integral do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel nº FMH-002/98, firmado junto ao Fundo Municipal de Habitação de Trombudo Central.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2020.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

LEI 2099

Publicação Nº 2435331

LEI Nº 2099 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE UNIDADE RESIDENCIAL NO LOTEAMENTO POPULAR ERVINO JOSÉ DA CUNHA. GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de titularidade de unidade residencial no Loteamento Ervino José da Cunha, localizado na Rua Heinz M-ller, Bairro Vila Nova, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 20.764, com área territorial de 260,00 m² (duzentos e sessenta metros quadrados), com edificação de uma residência em alvenaria com área de 36,00 m² (trinta e seis metros quadrados), em favor da promitente compradora Sra. ANELISE VAN DEN BOOM, portadora do CPF sob nº 775.076.309-00 e RG sob nº 2.625.904.

Art. 2º - A transferência da titularidade é motivada pela quitação integral do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel nº FMH-027/98, firmado junto ao Fundo Municipal de Habitação de Trombudo Central.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2020.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

LEI 2100

Publicação Nº 2435336

LEI Nº 2100 DE 09 DE ABRIL DE 2020.

AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE UNIDADE RESIDENCIAL NO LOTEAMENTO POPULAR ERVINO JOSÉ DA CUNHA. GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de titularidade de unidade residencial no Loteamento Ervino José da Cunha, localizado na Rua Heinz M-ller, Bairro Vila Nova, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 20.763, com área territorial de 260,00 m² (duzentos e sessenta metros quadrados), com edificação de uma residência em alvenaria com área de 36,00 m² (trinta e seis metros quadrados), em favor dos promitentes compradores Sra. LUCIMARA VIEIRA, portadora do CPF sob nº 006.944.859-00 e RG sob nº 3.869.828 e Sr. CLAUDIOMIRO MUNIZ DA COSTA.

Art. 2º - A transferência da titularidade é motivada pela quitação integral do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel nº FMH-026/98, firmado junto ao Fundo Municipal de Habitação de Trombudo Central.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2020.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO Nº 105/2020 AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 04/2020

Publicação Nº 2435151

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
PROCESSO Nº 105/2020
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 04/2020

O Município de Tunápolis -SC, torna público para ciência dos interessados que, a partir da data da publicação deste extrato de publicação referente o edital, estão abertas as inscrições para Credenciamento DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU COOPERATIVA DE CRÉDITO, VISANDO SUBSIDIAR POR PARTE DO MUNICÍPIO, OS JUROS DE FINANCIAMENTOS DE EMPRESAS ATRAVÉS DO PROGRAMA PRÓ-EMPRESA, CONFORME LEI Nº 1429 DE 07 DE ABRIL DE 2020 nos termos da Lei Municipal 1.328/2017, de 13 de Outubro de 2017, observadas as regras de licitação estabelecidas pela Lei 8.666/93, sendo que os envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta poderão ser entregues na Sede da Prefeitura Municipal de Tunápolis, na Rua João Castilho, 111. Eventuais dúvidas ou lacunas contidas neste Edital serão resolvidas com base na interpretação das disposições da Lei 8.666/93 e Lei Municipal 1.328/2017, de 13 de Outubro de 2017 alterada.

1. DO OBJETO

1.1 - CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU COOPERATIVA DE CRÉDITO, VISANDO SUBSIDIAR POR PARTE DO MUNICÍPIO, OS JUROS DE FINANCIAMENTOS DE EMPRESAS ATRAVÉS DO PROGRAMA PRÓ-EMPRESA, SUBSIDIANDO DIRETAMENTE PARA AS EMPRESAS OS JUROS DOS FINANCIAMENTOS TOMADOS, ATÉ O LIMITE DO PERCENTUAL DE 1,00% (UM CENTO), CONFORME LEI Nº 1429 DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Poderão participar deste credenciamento todas as Instituições Financeiras e/ou Cooperativas de Crédito, sendo que o Município somente habilitará propostas até o limite do percentual de 1,00% (um cento) de juro ao mês, desclassificando todas as propostas acima desse percentual, podendo se credenciar a partir do dia 13 de abril de 2020.

Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento(AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis – SC., sito na Rua João Castilho, nº111 no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:15 hrs às 17:15 hrs, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 13 de abril de 2020.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 21/2020

Publicação Nº 2434978

DECRETO Nº 021/20, de 08 de Abril de 2020.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECLARADA.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 52, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO QUE:

Considerando os Decretos nº 507, 515, 521, 525 e 535 do Governo do Estado de Santa Catarina e os Decretos Municipais nº 11, 13, 14, 15 e 16 de 2020.

DECRETA

Art. 1º. Fica reiterada a existência de situação anormal provocada por emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do COVID-19, no âmbito do Município de Turvo, sendo ratificadas as medidas dispostas nos Decretos Municipais nº 11, 13, 14, 15 e 16 de 2020, no que forem compatíveis com as medidas a seguir determinadas e definidas.

Art. 2º. Para enfrentamento da emergência de saúde pública, o Município adere às determinações contidas no Decreto nº 550 do Governo do Estado de Santa Catarina, no que forem compatíveis à atividade administrativa e à competência do Município.

Art. 3º. No que toca à Administração Pública Municipal e à Manutenção dos seus Serviços Essenciais, reiteram-se as determinações do Decreto Municipal nº 17/2020, ficando suspensas, pelo prazo de 05 (cinco) dias, a partir de 08 de Abril de 2020, todas as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 4º. Ficam suspensos, até 12.04.2020, os processos administrativos em trâmite na Administração Municipal, bem como seus prazos, publicações, intimações e sessões de julgamento, com exceção de procedimentos que envolvam a resolução de demandas necessárias ao enfrentamento da presente situação de emergência, vinculados aos serviços considerados essenciais pelo Município de Turvo e pelo Estado de Santa Catarina.

Art. 5º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo - SC, 08 de Abril de 2020.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

Urubici

PREFEITURA

DECRETO Nº 2537/2020

Publicação Nº 2435499

DECRETO Nº 2537/2020

ALTERA O DECRETO Nº 2523, DE 2020, PARA ESTABELECEER NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici/SC, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 50, IV da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual de Santa Catarina nº 550, de 07 de abril de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) em todo o Estado,

DECRETA:

Art. 1º O art. 9º do Decreto nº 2523, de 24 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

I – de 19 (dezenove) dias:

.....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 8º de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Urubici/SC, em 07 de abril de 2020.

Antônio Zilli

Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 31/20

Publicação Nº 2435515

DECRETO Nº 31, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 46, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos n. 14, 15 e 16, que implementaram ações, no âmbito do Município Urussanga, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que foi declarada situação de emergência no Município de Urussanga, por meio do Decreto nº 16, de 24 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 7 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 550, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública.

DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º, I, do Decreto no 15, de 18 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
I – PRORROGADAS em 5 (cinco) dias, a partir de 8 de abril de 2020, as medidas de SUSPENSÃO:
..... ” (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 07 de abril de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos sete dias do mês de abril de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT

Agente Administrativo

DECRETO Nº 32/20

Publicação Nº 2435517

DECRETO Nº 32 DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre horário de funcionamento de supermercados e mercados, complementando medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), revoga o Decreto 18 de 26 de março de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 46, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado a não abertura aos domingos, por tempo indeterminado, até disposição contrária, de Mercados e Supermercados, situados no Município de Urussanga.

Art. 2º Devem os estabelecimentos relacionados neste decreto, sem prejuízo do cumprimento das demais medidas contidas na nota técnica 020/2020 da Secretária do Estado da Saúde:

I. disponibilizar em pontos estratégicos, sempre que possível, dispensers com álcool em gel 70% para higienização das mãos como na entrada, nos corredores e balcões de caixa para uso dos clientes e funcionários, e próximo a área de manipulação de alimentos para os funcionários;

II. fornecer no local de trabalho, a seus colaboradores, luvas, máscaras, álcool gel e outros equipamentos e orientações necessárias, para a prevenção ao COVID-19;

III. limitar a entrada de pessoas em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos relacionados a esse decreto, limitando ainda o acesso a uma pessoa por família, de preferência fora do grupo de risco, sem prejuízo das demais medidas para prevenção ao contágio do COVID-19.

IV. organizar as filas nos balcões de caixa de modo a manter distância mínima de segurança de 1,5 metros entre os clientes.

V. Intensificar a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequentemente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como mesas, maçanetas, balcões, corrimões, interruptores, elevadores, balanças, banheiros, entre outros, principalmente carrinhos e cestinhas;

VI. Orientar seus clientes a realizar a higienização das mãos, utilizando o lavatório e posteriormente o álcool em gel, evitar conversas, tossir ou espirrar sobre os alimentos e produtos e seguir as demais etiquetas de prevenção.

Art. 3º O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas nos Decretos 14, 15, 16 e 17, todos de março de 2020, no que não forem conflitantes.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 18 de 26 de março de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor nesta data, com prazo indeterminado, até disposição contrária.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 08 de abril de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT

Agente Administrativo

ERRATA DA LEI Nº 2.923, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2435485

Errata da publicação da Lei Nº 2.923, de 31 de março de 2020, publicada em 01 de abril de 2020 decorrente de erro formal.

LEI Nº 2.923, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

Concede revisão geral anual e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º É concedido, a título de revisão geral anual sobre as remunerações, salários, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e dos servidores da Fundação Ambiental Municipal de Urussanga – FAMU, exceto os profissionais do Magistério Público Municipal, o percentual correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2019 e abril/2020, a incidir a partir de 1º de maio de 2020.

Parágrafo único. Fica concedido aos servidores mencionados no caput deste artigo, o percentual de ganho real de 1 % (um por cento), a incidir a partir de 1º de abril de 2020.

Art. 2º É concedido, a título de revisão geral anual sobre as remunerações, salários, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos profissionais do Magistério Público Municipal o percentual 12,84% (doze virgula oitenta e quatro por cento), a incidir a partir de 1º de abril de 2020, sem a incidência de percentual retroativo.

Art. 3º Fica concedido aos agentes políticos do Município, a título de revisão geral anual, o percentual correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2019 e abril/2020, a incidir a partir de 1º de maio de 2020.

Art. 4º Fica mantido aos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e dos servidores da Fundação Ambiental Municipal de Urussanga - FAMU, o piso mínimo salarial (40 horas/semanais) no valor de R\$ 1.201,74 (um mil duzentos e um real e setenta e quatro centavos), acrescidos do percentual correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2019 e abril/2020, a incidir a partir de 1º de maio de 2019, a serem pagos até 30 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. A diferença entre o piso mínimo e o primeiro nível da tabela de níveis salariais será paga como "Complemento de Salário", aos que dele fazem jus, não refletindo sobre os demais níveis da tabela, os quais receberão o reajuste inflacionário e ganho real conforme o artigo 1º da presente lei.

Art. 5º Fica mantido abono indenizatório no valor de R\$ 196,00 (cento e noventa e seis reais), a cada servidor dos Poderes Executivo e Legislativo, dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e dos servidores da Fundação Ambiental Municipal de Urussanga - FAMU, quando do gozo de férias, acrescidos do percentual correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2019 e abril/2020, vigorando de 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021, limitado a um abono por servidor.

§ 1º Caso o servidor tenha direito ao gozo de férias no período concessivo do abono, e por necessidade imperiosa da administração não venha a gozá-la, o valor do abono deverá ser pago até abril de 2021.

§ 2º O servidor que for demitido ou pedir demissão e não tiver direito a férias integrais fará jus ao abono de que trata esta lei de forma proporcional, na razão de 1/12 por mês trabalhado.

§ 3º O servidor que possuir afastamento ao serviço superior a 180 dias não fará jus ao abono de que trata o caput.

Art. 6º Aos servidores estatutários inativos (aposentados e pensionistas), fica mantido o recebimento de abono no valor de R\$ 196,00 (cento e noventa e seis reais), acrescidos do percentual correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2019 e abril/2020, a incidir a partir de 1º de maio de 2019, a serem pagos até 30 de dezembro de 2020.

Art. 7º As horas extras prestadas aos sábados, domingos e feriados, serão pagas observando o disposto na Constituição Federal.

§1º Quando da prestação de horas extras, estas deverão ser pagas em pecúnia, podendo haver a compensação de horas mediante anuência

do servidor.

§2º Aos motoristas da Educação vinculados ao transporte escolar e aos motoristas de ambulância, vinculados a Secretaria de Saúde, serão pagos 80 horas extras por mês a 50% e mais 40 horas noturnas.

Art. 8º A Regência de Classe, devida aos professores que preencham os requisitos legais, será no percentual de 10% (dez por cento) de seu respectivo salário base.

Art. 9º Fica assegurada a participação do Sindicato na elaboração do edital do processo seletivo dos ACTs, bem como na escolha de vagas dos classificados.

Art. 10. O vale alimentação concedido aos servidores efetivos de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), será reajustado pelo percentual correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2019 e abril/2020, a incidir a partir de 1º de maio de 2020;

§ 1º Fica concedido aos servidores não efetivos da Secretaria de Obras e aos não efetivos a quem era fornecido almoço na garagem municipal, auxílio-alimentação no mesmo valor do caput deste artigo;

§ 2º Em razão do disposto no § 1º deste artigo, não será fornecida auxílio-alimentação in natura aos referidos servidores.

Art. 11. O vale-feira, no valor de R\$ 15,00 (quinze reais), concedido mensalmente a todos os servidores e categorias, por meio de cupom mensal, acumulável, a ser usado na aquisição de produtos na Feira Municipal, será reajustado pelo o percentual correspondente ao acumulado do INPC do período compreendido entre maio/2019 e abril/2020, a incidir a partir de 1º de maio de 2019.

Art. 12. O Município de Urussanga deverá fornecer os equipamentos de proteção, individuais ou coletivos, em conformidade com os laudos de engenharia e segurança do trabalho.

Art. 13. O servidor que posterior o cumprimento de sua jornada habitual de trabalho, permanecer em sua residência aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço, por ordem de seu superior hierárquico, fará jus ao Adicional de Sobreaviso a razão de 1/3 (um terço) da remuneração/hora normal.

Art. 14. A regulamentação e limites regime de sobreaviso serão feitos estabelecidos por Decreto, com a participação do Sindicato.

Art. 15. Os motoristas de ambulância da Secretaria de Saúde que se deslocarem do Município de Urussanga, sem pernoite, terão direito a receberem:

a) 15% da diária nos deslocamentos para a região a AMREC/AMESC/AMUREL;

b) 25% nos deslocamentos para Florianópolis e demais regiões de SC não previstas na alínea anterior;

c) 30% da diária nos deslocamentos para outros Estados da Federação.

Parágrafo único. Sempre que o deslocamento exigir pernoite, deverá ser seguida a regra geral do Decreto que regulamente a concessão de diárias aos servidores municipais.

Art. 16. Os motoristas da Secretaria de Educação que se deslocarem dentro do Município terão direito a abono indenizatório no valor de R\$ 26,25/dia aos que laborarem até as 23h30min e de R\$ 36,77/dia aos que efetuam transportes de estudantes as universidades/faculdades.

Parágrafo único. O benefício concedido por este artigo não se incorpora à remuneração do servidor para qualquer efeito legal, e não comporá nenhuma base de cálculo para qualquer outra vantagem.

Art. 17. Aos motoristas da Secretaria de Educação que laborarem extraordinariamente nos finais de semana, além do direito de receberem os percentuais previstos no art. 16, terão direito as horas-extras efetivamente trabalhadas, com o acréscimo de 50% no sábado e de 100% no domingo.

Art. 18. O Município de Urussanga permitirá a liberação de servidores no mínimo uma vez por mês para participar de formação específica proporcionada pelo SISERP que servirá para a progressão funcional.

Art. 19. O Município de Urussanga efetuará o pagamento das remunerações de seus servidores até o último dia do mês em curso.

Art. 20. Fica permitida a antecipação a todos os trabalhadores 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, na folha de pagamento do mês de junho.

Art. 21. O Município repassará ao SISERP as verbas relativas a convênios, mensalidades e outros, até 72 (setenta e duas horas) após o pagamento das primeiras folhas aos servidores.

Art. 22. As despesas inerentes à execução desta lei correm a expensas de dotações de pessoal do orçamento vigente dos Poderes Executivo e Legislativo, do SAMAE e da FAMU.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2020, com vigência até 30 de abril de 2021.

Paço Municipal Lydio de Brida, 31 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT

Agente Administrativo

Videira

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2020 - FMS

Publicação Nº 2435453

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2020 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2020 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 08/04/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇO DE LIMPEZA E ESTANQUEIDADE DA REDE DE GASES MEDICINAIS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.400,00 (Seis mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTO: Artigos 24, IV, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 08 de abril de 2020.
EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2020 - FMS

Publicação Nº 2435451

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2020 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2020 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 09/04/2020.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DE TECIDO A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE PARA A PREVENÇÃO DO COVID-19.

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTO: Artigos 24, IV, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 08 de abril de 2020.
EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 004/2020 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2435489

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004/2020

Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Videira, SC, para fins de cumprimento das 800 horas no ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

O Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Videira – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 1º e 3º da Lei 163/91, Art 23, Inciso XIII do Sistema Municipal de Ensino e Lei nº 048 de 8 de Agosto de 2007 do Regimento Interno.

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais,

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Videira estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as últimas informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;

CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da constituição federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.(Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018)

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios e o III baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

CONSIDERANDO que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 934 de 2020, a qual estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentações dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública.

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as

atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

CONSIDERANDO que, nem todas as famílias possuem acesso às redes de internet e aos recursos digitais para auxiliarem seus filhos na realização de atividades à distância.

RESOLVE:

Art. 1º - As instituições educacionais, sejam essas de educação infantil ou de ensino fundamental pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino realizarão a reposição das horas aulas por via de atividades complementares não presenciais e da reorganização do calendário escolar.

Parágrafo único – Para fins de cumprimento da carga horária as atividades escolares poderão se estender ao recesso escolar de julho, recesso escolar de dezembro e férias de janeiro, caso haja necessidade.

Art. 2º - As atividades complementares só serão ofertadas após a retomada das atividades presenciais nas instituições de educação infantil e de ensino fundamental. Tal medida se justifica em função da necessidade de garantir o direito à educação e à aprendizagem a todos os educandos, podendo assim o ensino à distância, nesse momento de suspensão das atividades escolares, acirrar as desigualdades educacionais.

Parágrafo único - Para a realização das atividades complementares poderão ser utilizados recursos digitais. Aos alunos que não tiverem acesso, cabe à escola disponibilizar as condições e o espaço para que esses realizem tais atividades.

Art. 3º - Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma de atividade complementar.

Art. 4º - Para fins de organização da reposição do calendário escolar, excepcionalmente, neste ano de 2020, a Medida Provisória 934/20 suspende a obrigatoriedade de escolas cumprirem a quantidade mínima de dias letivos em razão da pandemia de Covid-19, ficando essas obrigadas apenas a cumprirem as 800 horas de efetivo trabalho escolar.

Art. 5º - Para fins de cumprimento da carga horária mínimo previsto na LDB, ou seja das 800 horas, as instituições ou redes de ensino considerarão, o cômputo das horas compostas por atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no artigo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

Art. 6º – As escolas da rede municipal somente poderão encerrar o ano letivo após o cumprimento das horas de aula em que foram suspensas as aulas conforme Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020 assegurando-se para cada etapa de ensino:

a.1). 800 horas de efetivo trabalho escolar para os cursos de organização anual

a.2). A totalidade da carga horária estabelecida no quadro curricular.

a.3). Para cumprimento do disposto neste artigo deverá ser planejada a reposição da carga horária prevista e não realizada, bem como das aulas previstas e não ministradas. Podendo no cômputo das horas serem computadas as atividades complementares devidamente registradas.

Art. 7º – A reposição da carga horária poderá ocorrer ao longo do ano letivo, em horário diverso ao das aulas regulares da classe.

Parágrafo único – Constatada a impossibilidade de realizar, no decorrer dos trimestres letivos, a reposição de que trata o caput, será programada a reposição da carga horária para feriados ou recesso escolares. As reuniões pedagógicas, conselho de classe e exames serão realizadas no sábado.

Art. 8º - Caberá a todas as instituições da rede escolar do Sistema Municipal de Ensino:

I. Efetuar o levantamento por classe e ou por componente curricular do total de horas aulas não ministradas

II. Elaborar, o plano de reposição da carga horária a ser cumprida;

III. Notificar alunos e pais sobre a necessidade de reposição de dias letivos e ou de aulas, afixando, em local visível, as datas e horários estabelecidos no plano de reposição;

IV. Estudar o currículo do município e considerar na reposição da carga horária, atividades que estejam voltadas para as aprendizagens essenciais de cada ano de escolarização.

V. Encaminhar o plano de reposição à Secretaria Municipal de Educação para homologação.

Art. 9º – O plano de reposição deverá ser formalizado em documento próprio que explicita a situação do calendário escolar, de cada classe e dos respectivos componentes curriculares, de modo a garantir as informações pertinentes e necessárias à análise e aprovação das atividades propostas.

Parágrafo único – Caberá à Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação analisar e aprovar o plano de reposição, bem como acompanhar e avaliar o cumprimento das atividades.

Art. 10 – Caberá às direções e orientadores educacionais de cada unidade escolar:

- I. acompanhar a execução das atividades de reposição programadas para cada classe;
- II. orientar os procedimentos para os registros referentes às atividades de reposição e à vida escolar dos alunos.

Art. 11 – A equipe escolar, após a homologação do plano de reposição, procederá às adequações do plano de trabalho definido para o trimestre, de modo a garantir a consecução dos objetivos propostos e o desenvolvimento das atividades curriculares previstas para cada componente curricular.

Art. 12 – A Secretária Municipal de Educação poderá, se necessário, expedir instruções complementares para cumprimento do disposto na presente resolução.

Art. 13 – Os casos específicos de sua unidade, serão analisados pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, obedecidas as disposições legais e desta Resolução.

Ar. 14 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lucimere Tonello
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Witmarsum

PREFEITURA

EXTRATO 10/2020 - LEILÃO - NOVA DATA

Publicação N° 2435045

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2020
LEILÃO PÚBLICO N° 001/2020

O município de WITMARSUM, SC, com sede na Rua 7 de Setembro, n° 1520, Centro, Witmarsum, SC, CEP 89.157/000, inscrito no CNPJ/MF sob n° 83.102.442/0001-76, Telefone (47) 3358 1300, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 horas do dia 30 de ABRIL de 2020, tendo como local na CASA DA CIDADANIA, localizado na Rua Willy Pett, n° 29, Centro, WITMARSUM, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 e SR. ROGER WENNING, matrícula AARC/340, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORAMOSLEILOES.COM.BR ou WWW.LEILOADOR.COM.BR ou WWW.WITMARSUM.SC.GOV.BR ou ainda pelos telefones Fone (47) 3358 1300 na Prefeitura ou (47) 3525 4742 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Witmarsum (SC), em 09 de abril de 2020.
CESAR PANINI
PREFEITO MUNICIPAL DE WITMARSUM

EXTRATO 18/2020 - ASSESSORIA SAUDE

Publicação N° 2435040

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 18/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2020

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 23/04/2020, às 14:15 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, n°1520, Centro, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE WITMARSUM. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1300.

Witmarsum/SC, em 09 de abril de 2020.
CESAR PANINI
Prefeito Municipal

DECRETO 30/2020

Publicação Nº 2435042

DECRETO 30/2020**Abre crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de onze mil, trezentos e sessenta e três reais e seis centavos, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s) orçamentária(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2019	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	11.363,06
Valor Total:	11.363,06

11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2019	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	4.700,00
Valor Total:	4.700,00

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por Excesso de Arrecadação através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
01383400	CORONAVÍRUS (COVID-19) - PAB
01060100	Transferências Tribunal de Justiça - COVID 19

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 3 de abril de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO ATA RP 0053/2020

Publicação Nº 2435032

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0053/2020

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê

Detentor da Ata: Inviolável Segurança 24 Horas Ltda

Objeto: Prestação de Serviços de Segurança desarmada e uniformizada, no Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, durante o período de realização da FEMI 2020, Pré e Pós o evento, com fornecimento de mão de obra especializada.

Quantidade estimada de horas: 8.000

Valor: R\$ 27,00 por hora

Vigência: até 31/12/2020

Xanxerê-SC, 06 de abril de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

PORTARIA 145-2020

Publicação Nº 2435185

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 145/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC – em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 23.03.2020 a 21.04.2020 a Servidora Pública Municipal, a Sra. KLAUDIA RENATA DE ARAUJO, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 3.343.859 e CPF nº 022.627.559-06, nomeada conforme Decreto AM 204/08 e reenquadrada para o cargo de EDUCADORA SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0001155/2020, datado de 18/03/2020.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2015 a 08.06.2018: 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 23.03.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Março de 2020.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 146-2020

Publicação Nº 2435187

PORTARIA Nº 146/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Srª. ADRIANA ALVES DE ANDRADES, pelo período de 13.04.2020 a 12.05.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04.04.2018 a 03.04.2019;
O Sr. FIORINDO LAVANDOSKI, pelo período de 17.04.2020 a 16.05.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 12.04.2019 a 11.04.2020;
A Srª. JANDIRA MARIA ARNO, pelo período de 13.04.2020 a 12.04.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03.11.2018 a 02.11.2019;
A Srª. MARINEZ MARIA ZANCANARO, pelo período de 08.04.2020 a 07.05.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 24.03.2019 a 23.03.2020;
A Srª. RAQUEL PEREIRA DE CAMARGO pelo período de 13.04.2020 a 12.05.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06.03.2019 a 05.03.2020;
O Sr. WILSON ELEUTERIO TELLES, pelo período de 03.04.2020 a 02.05.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02.04.2019 a 01.04.2020;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 18 de Março 2020.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 147-2020

Publicação N° 2435189

PORTARIA N° 147/2020

EXONERAR A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91, Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR, a pedido a partir de 18.03.2020, a Servidora Pública Municipal, Sra. DANIELLE ZABOT, brasileira, residente e domiciliado nesta cidade, portadora do RG nº 3.197.978, CPF nº 986.374.019-53, nomeada conforme Decreto Municipal nº AM 206/03, no cargo de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 001156/2020 datado de 18.03.2020.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a exoneração a partir de 18.03.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Março de 2020.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 148-2020

Publicação N° 2435190

PORTARIA N° 148/2020

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 26.03.2020 a 04.04.2020 ao Servidor Público Municipal o Sr. JOÃO RICARDO DACROCE BORTOLI, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 3.451.314 e CPF nº 008.518.039-46, nomeado conforme Decreto Municipal nº AM 199/08, no cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Políticas Ambientais.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 1157/2020 datado de 18.03.2020.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 09.06.2015 a 08.06.2018 = 10 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 26.03.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de Março de 2020.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 149-2020

Publicação Nº 2435192

PORTARIA Nº 149/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sra. EUNICE SOZO, pelo período de 15.04.2020 a 14.05.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11.01.2019 a 10.01.2020;

A Sra. EVANDRA CAMARA, pelo período de 07.04.2020 A 21.04.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 08.05.2018 a 07.05.2019;

A Sra. JACIRA DE OLIVEIRA MALMANN, pelo período de 06.04.2020 a 05.05.2020, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09.06.2018 a 08.06.2019;

A Sra. LUANA AGNOLETTI REIS pelo período de 06.04.2020 a 20.04.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 24.01.2018 a 23.01.2019;

A Sra. FRANCIELE MENIN, pelo período de 06.04.2020 a 20.04.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 11.04.2019 a 10.04.2020;

O Sr. GUSTAVO VIVAN GUARNIERI, pelo período de 06.04.2020 a 20.04.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 15.09.2018 a 14.09.2019;

A Sra. LUCIANE MARIA BANDEIRA JARDIN, pelo período de 06.04.2020 a 20.04.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 28.03.2019 a 27.03.2020;

O Sr. RUBENS SILVA AMOEDO, pelo período de 06.04.2020 a 20.04.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01.08.2018 a 11.12.2019;

A Sra. TAMARA CARLA TRIACA, pelo período de 06.04.2020 a 20.04.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 12.12.2018 a 11.12.2019;

A Sra. FERNANDA EBERS, pelo período de 06.04.2020 a 20.04.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021;

A Sra. LUCIANA CAMILOTTI, pelo período de 06.04.2020 a 20.04.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 12.12.2018 a 11.12.2019;

A Sra. MARILENE ZAFFARI, pelo período de 06.04.2020 a 20.04.2020, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 19.01.2020 a 18.01.2021;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 150-2020

Publicação Nº 2435194

PORTARIA Nº 150/2020

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 03.04.2020 a 02.05.2020 a Servidora Pública Municipal a Sra. DANIELA RIBEIRO DOS SANTOS MENEGUZZI, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 4.035.607 e CPF nº 005.902.269-83, nomeada conforme Decreto Municipal nº BLB 281/2011, no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 1177/2020 datado de 03.04.2020.
A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 01.12.2014 a 30.11.2017 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 03.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 151-2020

Publicação Nº 2435197

PORTARIA Nº 151/2020
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 03.04.2020 a 02.05.2020 a Servidora Pública Municipal a Sra. ELIZANGELA RAMOS STVEKMANN, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 3.232.121 e CPF nº 892.909.259-49, nomeada conforme Decreto Municipal nº AM 195/2007, no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 1176/2020 datado de 03.04.2020.
A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 03.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 152-2020

Publicação Nº 2435199

PORTARIA Nº 152/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 03.04.2020 a 02.05.2020 a Servidora Pública Municipal a Sra. SALETE FIORENTIN, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 3.208.191 e CPF nº 897.914.289-72, nomeada conforme Decreto Municipal nº AM 251/2007, no cargo de ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 1182/2020 datado de 03.04.2020.
A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
09.06.2009 a 08.06.2012 = 20 dias
09.06.2012 a 08.06.2015 = 10 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 03.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 153-2020

Publicação Nº 2435201

PORTARIA Nº 153/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 06.04.2020 a 05.05.2020 ao Servidor Público Municipal o Sr. LUIZ ALBERTO BAGGIO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 900.159 e CPF nº 400.806.099-53, nomeado conforme Decreto Municipal nº JB 376/94, no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 1184/2020 datado de 03.04.2020.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

03.04.2006 a 24.07.2006 = 06 dias

25.07.2006 a 08.06.2008 = 18 dias

09.06.2009 a 08.06.2012 = 06 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 03.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 154-2020

Publicação Nº 2435203

PORTARIA Nº 154/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 06.04.2020 a 05.05.2020 ao Servidor Público Municipal o Sr. MARCIO KORNDORFER MONTEIRO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 1039506991 e CPF nº 623.121.890-20, nomeado conforme Decreto Municipal nº AM 158/02, no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 1183/2020 datado de 03.04.2020.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 15 dias

09.06.2012 a 08.06.2015 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 03.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 155-2020

Publicação Nº 2435206

PORTARIA Nº 155/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.04.2020 a 27.04.2020 (20 dias) ao Servidor Público Municipal o Sr. CARLOS MARTARELLO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 1.692.520 e CPF nº 511.833.319-91, nomeado pelo Decreto nº AM 094/03, para o cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL MÉDIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 10.03.2018 a 09.03.2019 = 20 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 156-2020

Publicação Nº 2435207

PORTARIA Nº 156/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.04.2020 a 07.05.2020 (30 dias) à Servidora Pública Municipal Sra. ROSANGELA APARECIDA CAMPOS CRUZ, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.829.355 e CPF nº 814.239.269-00, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 125/03, para o cargo de ESCRITURÁRIA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 17.03.2019 a 16.03.2020 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 157-2020

Publicação Nº 2435208

PORTARIA Nº 157/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.04.2020 a 07.05.2020 (30 dias) ao Servidor Público Municipal Sr. FRANCISCO DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 1.650.932 e CPF nº 430.188.319-34, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM

158/08, para o cargo de CARPINTEIRO, com 40 quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 08.07.2015 a 07.07.2016 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 158-2020

Publicação Nº 2435209

PORTARIA Nº 158/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.04.2020 a 07.05.2020 (30 dias) ao Servidor Público Municipal Sr. VALDECIR DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 1.651.334 e CPF nº 430.188.239-15, nomeado pelo Decreto Municipal nº BLB 184/11, para o cargo de CARPINTEIRO, com 40 quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 15.10.2015 a 14.10.2016 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 159-2020

Publicação Nº 2435211

PORTARIA Nº 159/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.04.2020 a 07.05.2020 (30 dias) à Servidora Pública Municipal Sra. GIOVANA MARIA WEBER ZANDONA, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.786.153 e CPF nº 761.065.869-34, nomeada pelo Decreto Municipal nº JB 71/94, designada para exercer a função comissionada de Diretora de transparência e Controle Social, através do Decreto Municipal 166/2019.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 15.05.2017 a 14.05.2018 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 160-2020

Publicação Nº 2435216

PORTARIA Nº 160/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.04.2020 a 07.05.2020 (30 dias) ao Servidor Público Municipal Sr. DANIEL STRADA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 4.244.976 e CPF nº 085.188.519-55, nomeado pelo Decreto Municipal nº EM 175/18, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 13.03.2017 a 12.03.2018 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 161-2020

Publicação Nº 2435217

PORTARIA Nº 161/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.04.2020 a 07.05.2020 (30 dias) ao Servidor Público Municipal Sr. LUIZ FERNANDO ASSIS DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 5.145.237-2 e CPF nº 737.731.409-59, nomeado pelo Decreto Municipal nº BLB 331/10, para o cargo de MEDICO VETERINÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Políticas Ambientais.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 17.12.2017 a 16.12.2018 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 162-2020

Publicação Nº 2435219

PORTARIA Nº 162/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 08.04.2020 a 07.05.2020 (30 dias) ao Servidor Público Municipal Sr. MARLON CESAR DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 4.738.940 e CPF nº 049.465.269-19, nomeado pelo Decreto Municipal

nº BLB 210/09, para o cargo de PINTOR DE LETREIROS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 03.03.2018 a 02.03.2019 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 163-2020

Publicação Nº 2435221

PORTARIA Nº 163/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 08.04.2020 a 07.05.2020 ao Servidor Público Municipal Sr. DANIEL PEREIRA, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 616.851 e CPF nº 386.984.989-49, nomeado conforme Decreto Municipal nº AM 074/06, no cargo de AGENTE FISCAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 09 dias

09.06.2012 a 08.06.2015 = 21 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 08.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 03 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 164-2020

Publicação Nº 2435222

PORTARIA Nº 164/2020

DESIGNAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES NO CONSELHO TUTELAR

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91.

RESOLVE

DESIGNAR O Servidor Público Municipal Sr. ADRIANO BRUSCHI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 3.209.785 e CPF n.º 892.898.709-15, nomeado pelo Decreto Municipal nº 038/2020, no cargo de MOTORISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação para exercer suas funções de Motorista no Conselho Tutelar.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 05 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 165-2020

Publicação Nº 2435224

PORTARIA Nº 165/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 08.04.2020 a 22.04.2020 a Servidora Pública Municipal Sra. TEREZINHA DELFES DA CRUZ, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 1.696.187 e CPF nº 526.277.809-72, nomeada conforme Decreto Municipal nº AM 242/08, no cargo de COZINHEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
09.06.2015 a 08.06.2018 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 08.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 06 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 166-2020

Publicação Nº 2435225

PORTARIA Nº 166/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 06.04.2020 a 03.05.2020 (30 dias) à Servidora Pública Municipal Sra. CLECI DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.695.553 e CPF nº 656.022.269-15, nomeada pelo Decreto Municipal nº JB 580/94, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 01.12.2018 a 30.11.2019 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 06 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 167-2020

Publicação Nº 2435226

PORTARIA Nº 167/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 06.04.2020 a 05.05.2020 a Servidora Pública Municipal Sra. VERA SONIA SANTOS, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 2.721.506 e CPF nº 893.238.079-15, nomeada conforme Decreto Municipal nº AM 082/02, no cargo de ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2012 a 08.06.2015 = 15 dias

09.06.2015 a 08.06.2018 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 06.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 06 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 168-2020

Publicação Nº 2435227

PORTARIA Nº 168/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 06.04.2020 a 05.05.2020 a Servidora Pública Municipal Sra. DANIELA SGUISSARDI INVITTI, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 3.232.896 e CPF nº 019.707.449-95, nomeada conforme Decreto Municipal nº AM 157/02, no cargo de CIRURGIÃ DENTISTA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2015 a 08.06.2018 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 06.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 06 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 169-2020

Publicação Nº 2435228

PORTARIA Nº 169/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 06.04.2020 a 05.05.2020 a Servidora Pública Municipal Sra. IVONETE SCANAGATTA BUSATTA, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 2.425.111 e CPF nº 019.339.459-66, nomeada conforme Decreto Municipal nº BLB 210/10, no cargo de ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

01.06.2013 a 31.05.2016 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 06.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 06 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 170-2020

Publicação N° 2435229

PORTARIA N° 170/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 06.04.2020 a 20.04.2020 a Servidora Pública Municipal Sra. VIVIANE CLAUSEN, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 4.791.267-7 e CPF nº 958.963.410-91, nomeada conforme Decreto Municipal nº AM 179/07, no cargo de ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
09.06.2015 a 08.06.2018 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 06.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 06 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 171-2020

Publicação N° 2435232

PORTARIA N° 171/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 06.04.2020 a 05.05.2020 a Servidora Pública Municipal Sra. EMILIA FRANZIELE LOPES, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 4.757.428 e CPF nº 068.022.349-55, nomeada conforme Decreto Municipal nº AJG 133/15, no cargo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
01.06.2010 a 31.05.2013 = 15 dias
01.06.2013 a 31.05.2016 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 06.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 06 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 172-2020

Publicação Nº 2435233

PORTARIA Nº 172/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 08.04.2020 a 07.05.2020 ao Servidor Público Municipal Sr. CEZAR DADIA SAMPAIO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 2007910819 e CPF nº 273.468.380-68, nomeado conforme Decreto Municipal nº JB 311/94, no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 05.07.1999 a 07.07.2004 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 08.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 07 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 173-2020

Publicação Nº 2435235

PORTARIA Nº 173/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 13.04.2020 a 27.04.2020 a Servidora Pública Municipal Sra. MICHELE LORENZETTO OLTRAMARI, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 3.451.640 e CPF nº 006.302.149-80, nomeada conforme Decreto Municipal nº AM 342/07, no cargo de MÉDICA VETERINÁRIA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Políticas Ambientais.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 09.06.2015 a 08.06.2018 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 13.04.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 08 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 174-2020

Publicação Nº 2435236

PORTARIA Nº 174/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 09.04.2020 a 23.04.2020 (15 dias) ao Servidor Público Municipal Sr. GILBRAIR PAULO DE CARVALHO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 3.406.844-9 e CPF nº 016.390.459-61, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 082/03, para o cargo de TÉCNICO AGROPECUÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Políticas Ambientais.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 10.03.2018 A 09.03.2019 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 08 de Abril de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

1 TA ATA 041/2019 PMXV

Publicação N° 2435522

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 041/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO N° 046/2019PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 034/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa RONALDO ZONTA 03728588997, inscrita no CNPJ nº 19.902.694/0001-80, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. RONALDO ZONTA, portador do CPF nº 037.285.889-97, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 034/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Administração e Finanças no acréscimo de 25% na quantidade da Ata de Registro de Preço 041/2019 PMXV.

CONSIDERANDO o disposto na Alínea "b", § 1º, Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a alteração dos Contratos, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

As partes supra qualificadas resolvem repactuar as cláusulas contratuais na forma abaixo discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% da quantidade inicial prevista na Ata de Registro de Preço 041/2019 PMXV.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1 Fica alterado a quantidade conforme a tabela abaixo:

Item	Quant. Inicial	Quant. Final	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	600,00	750,00	HORA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA. INCLUSO A PREPARAÇÃO E REPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE PARA A APLICAÇÃO DA TINTA. EMPRESA HABILITADA PARA SERVIÇO EM ALTURA. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. HORA/HOMEM.	33,00	24.750,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 034/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas na Ata inicial.

Xavantina/SC, em 09 de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA

ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA

RONALDO ZONTA 03728588997

RONALDO ZONTA - Representante

MÁRCIO OLIVO FORALOSSO

Fiscal da Ata

1 TA ATA 086/2019 PMXV

Publicação Nº 2435475

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2019 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2019 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 050/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa CASSIANO DAL BELLO 09335697931, inscrita no CNPJ nº 32.076.585/0001-10, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. CASSIANO DAL BELLO, portador do CPF nº 093.356.979-31, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo no acréscimo de 25% na quantidade da Ata de Registro de Preço 086/2019 PMXV.

CONSIDERANDO o disposto na Alínea "b", § 1º, Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a alteração dos Contratos, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

As partes supra qualificadas resolvem repactuar as cláusulas contratuais na forma abaixo discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% da quantidade inicial prevista na Ata de Registro de Preço 086/2019 PMXV.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1 Fica alterado a quantidade conforme a tabela abaixo:

Item	Quant. Inicial	Quant. Final	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	800,00	1.000,00	HORA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PEDREIRO. HORA/HOMEM.	37,00	37.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 050/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas na Ata inicial.

Xavantina/SC, em 09 de abril de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA

ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA

CASSIANO DAL BELLO 09335697931

CASSIANO DAL BELLO - Representante

EUGÊNIO FRANA

Fiscal da Ata

PP 014/2020 PMXV

Publicação Nº 2435251

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para a possível prestação de serviços mecânicos em geral para a manutenção de Caminhões e Ônibus da frota do município de Xavantina-SC, conforme especificações do Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 27/04/2020.

Abertura: dia 27/04/2020, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163,



Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 09 de abril de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

PP 015/2020 PMXV

Publicação N° 2435387

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2020 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para prestação de serviços de coleta e destinação final de resíduos líquidos (Esgoto e Dejetos Humanos), de acordo com a demanda do Município de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 27/04/2020.

Abertura: dia 27/04/2020, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 09 de abril de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Consórcios

CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 06/2020

Publicação Nº 2435085

ATO DE DISPENSA Nº 06/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 980/2020

OBJETO: Contratação de 2 (duas) licenças de uso do software Adobe Creative Cloud - Todos os Apps e 3 (três) licenças de uso do Adobe Creative Cloud InDesign, válidas pelo período de 12 (doze) meses.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando a demanda crescente do Diário Oficial dos Municípios em número de atos e páginas e a manutenção dos atuais horários de publicação, sem prejuízo para a administração pública.

Considerando a necessidade de atualização tecnológica em virtude da arquitetura de 64 bits dos novos computadores que permitem um incremento considerável em processamento frente aos antigos computadores.

Considerando a necessidade de utilização para diagramação do Diário Oficial dos Municípios do software Adobe InDesign®.

Considerando também a necessidade de utilização dos programas Adobe AfterEffects, Adobe Photoshop, Adobe Illustrator, Adobe Premiere, entre outros, para a criação de logos personalizadas para utilização em material gráfico do CIGA, imagens para as home pages dos sites dos sistemas disponibilizados pelo CIGA aos seus consorciados, bem como para criação de vídeos institucionais e de treinamento dos sistemas do CIGA.

Faz-se necessária a aquisição imediata pelo período de 12 (doze) meses, de 3 (três) licenças de uso do software Adobe Creative Cloud InDesign e de 2 (duas) licenças de uso do software Adobe Creative Cloud - Todos os Apps.

Acerca dos tipos e quantidades das licenças a serem adquiridas, justifica-se pelo fato de que o CIGA possui 5 (cinco) diagramadores, sendo 3 (três) dedicados somente à Diagramação do Diário, e 2 (dois) que, além da diagramação, também atuam como designers de materiais diversos, tanto para o Diário Eletrônico quanto para outros sistemas, além de específicos do Consórcio como Relatórios, Apresentações, Folders, etc.

Considerando que os aspectos legais inerentes à efetivação de contratações nesta modalidade, tais como: pesquisa de preços, e verificação da regularidade fiscal/ trabalhista do(s) fornecedor(es).

Considerando o valor referente à presente contratação, é possível realizá-la mediante Dispensa de Licitação de acordo com o Art. 24, II da Lei 8666/93, uma vez que é mais vantajoso para esta Administração formalizar tal contratação por dispensa de licitação, pois o custo de estruturação de Edital e de realização de um pregão será maior em comparação às despesas administrativas inerentes ao processo de contratação por essa modalidade.

CONTRATADA: CGK SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA

CNPJ: 91.421.511/0001-32

VALOR: R\$ 16.415,00 (dezesesseis mil e quatrocentos e quinze reais).

Florianópolis, 09 de abril de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA N.º 17, DE 09 DE ABRIL DE 2020

Publicação Nº 2435481

PORTARIA N.º 17, DE 09 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre concessão de férias ao empregado público, Sr. Denis Evangelista Sanches, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o dispositivo no artigo 6, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Capítulo IV, do Decreto-Lei n.º 5.452/43; e demais legislação cogente;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS AO EMPREGADO PÚBLICO, Sr. Denis Evangelista Sanches, Analista de Sistemas, matrícula n.º 32, do dia 13/04/2020 a 17/04/2020, referente ao período aquisitivo de 16/10/2018 a 15/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 09 de abril de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**CONTRATO Nº 2020/008 - SEGUNDO TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2435107

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2020/008

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro a empresa AXSON INDUSTRIA E COMERCIO DE ELEMENTOS FILTRANTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 26.352.649/0001-65, com sede na rua Erwin Just, nº. 73, Galpão, bairro Pomerode Fundos, cidade de Pomerode - SC, CEP: 89.107-000, representada por Nielson Rebolho, inscrito(a) no CPF nº 924.881.459-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação Pregão Presencial nº 002/2020 e com fundamento nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2020/008, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

0.1. CONSIDERANDO o resultado do Processo Licitatório nº 002/2020, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/1993 e 10.520/02 e alterações, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 2020/008;

0.2. CONSIDERANDO que o prazo de execução previsto pelo Edital de Pregão Presencial e pela Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 2020/008, mostra-se insuficiente em razão dos reflexos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) que acarretou a tomada de uma série de medidas, por parte dos governos federal, estadual e municipal de enfrentamento ao vírus, inclusive com a suspensão de atividades de estabelecimentos comerciais e industriais, necessários para a produção do filtro objeto do Contrato Administrativo nº 2020/008;

0.3. É celebrado o presente termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de execução do Contrato Administrativo nº 2020/008, firmado em 25/02/2020, fica prorrogado novamente em 30 (trinta) dias, contado do término do respectivo prazo (05/04/2020), findando em 04/05/2020, sem prejuízo de nova prorrogação, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

3.1. A CONTRATADA declara que as alterações feitas por este termo aditivo não implicam em quebra do equilíbrio econômico financeiro contratual originário, assumindo o dever de cumprir fielmente com todas as obrigações pactuadas no contrato originário, neste termo aditivo, no Pregão Presencial e demais disposições aplicáveis. Não haverá qualquer direito a indenização de quaisquer das partes em razão do pactuado no presente instrumento, renunciando a CONTRATADA a todo e qualquer direito material ou de ação.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem em vigor as demais disposições.

4.2. O presente instrumento será publicado em minuta, na forma regulamentar.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Timbó, 03 de Abril de 2020.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Diretor Executivo: Fernando Tomaselli

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado OAB/SC 17.721 - Visto

CONTRATADA

Axson Industria e Comercio de Elementos Filtrantes LTDA

Representante legal: Nielson Rebolho

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - AUA

Publicação Nº 2435310

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 221/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.169/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor MAYCON HENRIQUE DA SILVA 08237788940 - MHS MÁQUINAS E MANUTENÇÕES, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 34.399.202/0001-70, para a atividade de 13.90.00 – Montagem, reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e comerciais, e elétricos e eletrônicos, que será exercida no imóvel Rua Presidente Costa e Silva, nº 400 (Loja 02), Bairro Testo Rega, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode, 03 de abril de 2020.

Jaime E. Jensen

Município de Pomerode

Portaria nº 22.240/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - DANC

Publicação Nº 2435297

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 743/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 169/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 06/04/2021, formulado pelo empreendedor S. MAR LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 02.460.473/0001-05, para a atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de Avenida Florianópolis, nº 491, Bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Apiúna/SC, 06 de Abril de 2020.

Gilmar Formagi

Município de Apiúna

Portaria nº 0331/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 741/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 163/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 06/04/2021, formulado pelo empreendedor ADILSON DOS SANTOS FACÇÃO ME (A J A FACÇÃO), pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 19.534.834/0001-05, para a atividade de Facção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel situado a Estrada Subida, nº 81, Bairro Subida, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Apiúna/SC, 06 de Abril de 2020.

Gilmar Formagi

Município de Apiúna

Portaria nº 0331/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 737/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.044/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 19/03/2021, formulado pelo empreendedor A LUCIANO MENDES DO AMARAL ME, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob nº 35.292.716/0001-94, para a atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel situado a Rua 50, nº 96, Bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Apiúna/SC, 19 de março de 2020.

Gilmar Formagi

Município de Apiúna

Portaria nº 0331/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAI

Publicação Nº 2435330

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 66/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 100/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, com prazo de validade de vinte e quatro meses, formulado pelo empreendedor N G INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ nº 17.207.857/0001-80, para as atividades de 15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira, exceto quando realizado somente por equipamento móvel e 42.32.20 - Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos, que serão exercidas no imóvel situado a Rua Prefeito Willibaldo Van Den Byllardt, nº 8.060 – Bairro Braço Serafim, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro

Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Timbó/SC, 19 de março de 2020.

Douglas Reichert
Município de Luiz Alves
Portaria 06/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 69/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 726/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ILHOTA o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, com prazo de validade de vinte e quatro meses, formulado pelo empreendedor Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Ilhota – SAMAE, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 27.397.940/0001-12, para a atividade de 34.41.13 - Estação de transbordo para resíduos ou rejeitos sólidos urbanos ou equiparados aos resíduos domiciliares, que será exercida no imóvel situado a Rodovia BR 470, s/nº - Bairro Baú Baixo, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Timbó, 31 de março de 2020.

Roberto da Silva
Município de Ilhota
Portaria 35/2020

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAO

Publicação Nº 2435341

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 235/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 952/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarente e oito meses, formulado pelo empreendedor ALMIR RIBEIRO – ME (METALÚRGICA NICOLAS), pessoa jurídica, inscrito no CNPJ nº 13.874.083/0001-90, para a atividade de 11.50.02 – Estamparia, funilaria e latoaria, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão ou esmaltação ou imersão, que será exercida na Rua Monteiro Lobato, nº 1.400 – Bairro Fritz Lorenz, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial/SC, 07 de abril de 2020.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 227/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 623/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ILHOTA o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarente e oito meses, formulado pelo empreendedor VANILDO REICHERT EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ nº VANILDO REICHERT EPP, para as atividades 15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira, exceto quando realizado somente por equipamento móvel, e 42.32.20 – Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos, que serão exercidas na Estrada Geral Braço do Baú, nº 14.051, bairro Braço do Baú, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial/SC, 08 de abril de 2020.

Roberto da Silva
Município de Ilhota
Portaria 35/2020

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 236/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 548/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarente e oito meses, formulado pelo empreendedor ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ - HOSPITAL JOÃO SCHREIBER, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ nº 86.324.860/0004-49, para a atividade de 56.11.00 - Hospitais, sanatórios e maternidades, que será exercida na Rua 11 de Novembro, nº 3.560 – Bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta

junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
Indaial/SC, 07 de abril de 2020.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves
Município de Massaranduba
Portaria nº 0686/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - TERRAPLANAGEM

Publicação Nº 2435316

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PARA TERRAPLANAGEM Nº 35/2020
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 726/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ILHOTA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE TERRAPLANAGEM, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Ilhota – SAMAE, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 27.397.940/0001-12, para a atividade de 34.41.13 - Estação de transbordo para resíduos ou rejeitos sólidos urbanos ou equiparados aos resíduos domiciliares, que será exercida no imóvel situado a Rodovia BR 470, s/nº - Bairro Baú Baixo, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
Timbó, 31 de março de 2020.

Roberto da Silva
Município de Ilhota
Portaria 35/2020

CIS/AMFRI

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 02.2020

Publicação Nº 2435064

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC.

CONTRATADA: LCJC CLÍNICA DE MEDICINA HIPERBÁRICA LTDA - OXIMED, inscrita no CNPJ sob nº. 21.559.033/0001-46, com sede na Rua Célio Veiga, nº 395, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, na cidade de São José/SC, CEP. 88.111-320.

OBJETO: Prestação de serviços que a CONTRATADA prestará aos usuários do CIS-AMFRI na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS abaixo listada e de acordo com os valores constantes na tabela descrita a seguir:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor Total R\$
Consulta de Avaliação de Câmara Hiperbárica	4826	50,00
Sessão de oxigenoterapia hiperbárica (sessão 2 horas)	4827	280,00
Curativo de pequeno porte	4828	15,00
Curativo de médio porte	4829	25,00
Curativo de grande porte	4830	40,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo nº 196 e seguintes da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.080/90, no que foram aplicáveis, Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, Resolução nº 04/2013 do CIS-AMFRI e Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do instrumento.

DATA ASSINATURA: 20/02/2020.

Célio José Bernardino Luis Antônio Silva
Diretor Administrativo CIS-AMFRI LCJC Clínica de Medicina Hiperbárica Ltda - Oximed

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 03.2020

Publicação Nº 2435066

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC.

CONTRATADA: JANETE REGINA HALLU ESMALA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 14.475.113/0001-58, com sede na Rua Samuel Heusi, nº 463, sala 1107, Bairro Centro, na cidade de Itajaí/SC, CEP. 88301-320.

OBJETO: Prestação de serviços que a CONTRATADA prestará aos usuários do CIS-AMFRI na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS abaixo listada e de acordo com os valores constantes na tabela descrita a seguir:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor Total R\$
CONSULTA DERMATOLOGISTA	03.01.01.007-2	50,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo nº 196 e seguintes da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.080/90, no que foram aplicáveis, Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, Resolução nº 04/2013 do CIS-AMFRI e Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do instrumento.

DATA ASSINATURA: 13/03/2020.

Célio José Bernardino Janete Regina Hallu Esmala
Diretor Administrativo CIS-AMFRI Janete Regina Hallu Esmala ME

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 04.2020

Publicação Nº 2435068

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 04/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC.

CONTRATADA: CLÍNICA RADIOLÓGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA (KOZMA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM), inscrita no CNPJ sob nº. 90.169.061/0008-46, com sede na Rua Arthur Max Doose, nº 156, térreo, Bairro dos Pioneiros, na cidade de Balneário Camboriú/SC.

OBJETO: Prestação de serviços que a CONTRATADA prestará aos usuários do CIS-AMFRI na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS abaixo listada e de acordo com os valores constantes na tabela descrita a seguir:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor R\$
RM de articulação temporo-mandibular (bilateral)	02.07.010.02.1	338,75
RM de coluna cervical	02.07.010.03.0	338,75
RM de coluna lombo-sacra	02.07.010.04.8	338,75
RM de coluna torácica	02.07.010.05.6	338,75
RM de crânio – face e ossos da face	02.07.010.06.4	338,75
RM de sela túrcica (hipófise)	02.07.010.07.2	338,75
RM de membro superior (unilateral)	02.07.010.02.7	338,75
RM de tórax (mediastino, pulmão, parede torácica)	02.07.020.03.5	338,75
RM de abdomen superior	02.07.030.01.4	338,75
RM de bacia/pelve	02.07.030.02.2	338,75
RM de CORAÇÃO / aorta C/ cine	4682	361,25
RM de membro inferior (unilateral)	02.07.030.03.0	338,75
RM DE MAMA	4679	338,75
rm DE pERNA UNILATERAL	4680	338,75
RM DE JOELHO	4681	338,75
RM PLEXO BRAQUIAL UNILATERAL	4683	338,75
RM DE OMBRO UNILATERAL	4684	338,75
RM FETAL	4685	338,75
ANGIORESSONÂNCIA CEREBRAL	4686	338,75
ANGIORESSONÂNCIA (CRÂNIO, PESCOÇO, TORAX OU ABDOMEN SUPERIOR)	4687	338,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA TORÁXICA	02.06.01.003-6	148,76

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA CERVICAL	02.06.01.001-0	148,76
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA LOMBO-SACRA	02.06.01.002-8	163,10
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANIO	02.06.01.007-9	159,44
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURSICA	02.06.01.006-0	159,44
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO TORAX	02.06.02.003-1	198,41
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO ABDOMEM SUPERIOR	02.06.03.001-0	200,63
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DE FACE / ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULARES	02.06.01.004-4	148,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve ou Bacia	02.06.03.003-7	200,63
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO (PARTES MOLES, LARNGE, TIREÓIDE E FARINGE)	02.06.01.005-2	148,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DOS SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA E PÉ)	02.06.02.002-3	148,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES MEMBRO SUPERIOR (EXTERNO-CLAVICULAR, OMBRO, COTOVELO E PUNHOS)	02.06.02.001-5	148,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES MEMBRO INFERIOR (SACRO-ILIACO, COXO-FEMURAIS E JOELHOS)	02.06.03.002-9	148,75
TOMOGRAFIA MANDIBULAR	02.06.01.004-4	150,00
ANGIOTOMOGRAFIA DE VASOS PELVICOS/ILIACOS	4689	500,00
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE MEMBRO INFERIOR UNILATERAL	02.05.01.004-0	160,00
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DA AORTA ILIACAS	4619	230,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER COLORIDO DE VASOS CAROTIDAS BILATERAL	4620	160,00
ULTRA-SOM DE PROSTATA (VIA RETAL)	02.05.02.011-9	130,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER DE ARTERIAS RENAIAS	4622	250,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER DE AORTA E ARTERIAS ABDOMINAIS	4623	300,00
ULTRA-SOM GLANDULAS SALIVARES	4610	72,00
ULTRA-SOM BOLSA ESCROTAL DOPPLER	4608	72,00
ULTRA-SOM TIREOIDE COM DOPPLER	4609	72,00
ULTRASONOGRAFIA DOPPLER PROSTATA (TRANSRETAL)	4611	130,00
ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	020502015-1	122,00
MAMOGRAFIA BILATERAL	02.04.03.018-8	45,00
PUNÇÃO (PAAF) ASPIRATIVA DE TIREÓIDE	-	156,60
ANGIOTOMOGRAFIA DE CRÂNIO	4691	500,00
ANGIOTOMOGRAFIA CERVICAL	4691	500,00
DENSITOMETRIA OSSEA DUO ENERGETICA DE COLUNA (VERTEBRAS LOMBARES)	02.04.06.002-8	55,10

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo nº 196 e seguintes da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.080/90, no que foram aplicáveis, Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, Resolução nº 04/2013 do CIS-AMFRI e Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do instrumento.

DATA ASSINATURA: 02/04/2020.

Célio José Bernardino Marcelo Ribeiro
Diretor Administrativo CIS-AMFRI Nero Silva de Castro
Clínica Radiológica da Cidade de Passo Fundo Ltda (Kozma Diagnóstico por Imagem)

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 05.2020

Publicação Nº 2435069

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 05/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, sala 01, no bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC.

CONTRATADA: FABIANO CONRADO ODEBRECHT – GESTÃO, INOVAÇÃO E RECURSOS EIRELI (DNALYS INOVAÇÃO, ANÁLISES E GESTÃO EIRELI), devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 29.712.772/0001-38 com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 425, sala 102, Bairro Bom Retiro, na cidade de Blumenau/SC, CEP. 89010-500.

OBJETO: Prestação de serviços que a CONTRATADA prestará aos usuários do CIS-AMFRI na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela SUS abaixo listada e de acordo com os valores constantes na tabela descrita a seguir:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor Total R\$
TESTE PARA CORONAVÍRUS COVID-19 (PESQUISA POR MÉTODO MOLECULAR)	40314618	180,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo nº 196 e seguintes da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.080/90, no que foram aplicáveis, Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, Resolução nº 04/2013 do CIS-AMFRI e Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do instrumento.

DATA ASSINATURA: 03/04/2020.

Célio José Bernardino Fabiano Conrado Odebrecht

Diretor Administrativo CIS-AMFRI Fabiano Conrado Odebrecht – Gestão, Inovação e Recursos Eireli (Dnals Inovação, Análises e Gestão Eireli).

CIS/AMOSC

RESOLUÇÃO Nº 21/2020

Publicação Nº 2435379

RESOLUÇÃO Nº 21/2020

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC. ”

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere os incisos IV e VIII do art. 17 do Contrato de Consórcio Público e, com base na autorização contida no Art. 3º, da Resolução Orçamentária n. 28/2019 de 18 de novembro de 2019:

RESOLVE:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do CIS-AMOSC, para o exercício financeiro de 2020, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina

Unidade Orçamentária: 01.02 - Serviços Médicos Especializados

Atividade: 2002 – Serviços Médicos Especializados

3.3.90.30.00 – Material de Consumo R\$ 1.500.000,00

TOTAL R\$ 1.500.000,00

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar será utilizado a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina

Unidade Orçamentária: 01.02 - Serviços Médicos Especializados

Atividade: 2.002 - Serviços Médicos Especializados

3.3.90.39.00 – Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica R\$ 1.500.000,00

TOTAL R\$ 1.500.000,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, 09 de abril de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Presidente do CIS-AMOSC

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 17/2018

Publicação Nº 2435381

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 17/2018

Edital de Credenciamento nº 03/2018

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO que celebra o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33 D, bairro Jardim Itália, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por sua Presidente, Senhora JANETE PARAVIZI BIANCHIN, doravante denominado CIS-AMOSC, e, de outro lado, a empresa CATIA REGINA MARTIN NUTRIÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 30.358.482/0001-17, representada pelo seu representante legal, Senhora Catia Regina Martin, inscrita no CPF sob o nº 007.614.180-24, doravante denominada CONTRATADA, com amparo na Lei nº 8.666/93 e nas disposições contidas no Edital de Credenciamento nº 03/2018, celebram o presente instrumento sob as seguintes cláusulas condições:

O presente termo visa à rescisão do Contrato Administrativo nº 17/2018, qual tem por objeto a prestação dos SERVIÇOS DE SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO, EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, EXCLUÍDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, discriminados no Requerimento de Credenciamento, com vistas à complementação dos serviços de saúde ofertados pela rede de saúde pública, nos

termos especificados no Edital de Credenciamento e nas condições estabelecidas neste contrato.

O Consórcio CIS AMOSC dá por rescindido amigavelmente o Contrato Administrativo nº 17/2018 baseado na Solicitação da empresa, datada de 09 de abril de 2020 e, consoante disposto no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

A rescisão amigável do contrato em epígrafe será realizada sem ônus de qualquer natureza para qualquer das partes, renunciando as partes o direito sobre o qual se fundou a relação jurídica do que se pactuou no Edital de Credenciamento nº 03/2018.

As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, nas esferas cíveis, administrativas e criminais.

Para firmeza e validade, assinam o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Chapecó/SC, 09 de abril de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PRESIDENTE

CATIA REGINA MARTIN NUTRIÇÃO EIRELI

Catia Regina Martin

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Analisado e Aprovado

Dhonatan Renan Pommerening

Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

CIS/AMVI

AUTORIZAÇÃO DISPENSA 028.2020

Publicação Nº 2435389

A U T O R I Z A Ç Ã O

DISPENSA DE LICITAÇÃO 028/2020

Objeto: Aquisição de EPI - Equipamento de Proteção Individual (Luvas e Toucas descartáveis), para os profissionais de saúde que exercem função junto aos equipamentos públicos de saúde nos municípios consorciados ao CISAMVI, como medida de enfrentamento de emergência decorrente do Coronavírus/COVID19.

Após análise da Justificativa do Processo de Dispensa de Licitação nº 028/2020, e afigurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, e Lei Federal nº 13.979/2020, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a aquisição do objeto supramencionado por intermédio de contratação direta com MultiEPI's – CNPJ 28.036.510/0001-38, pelo valor de R\$ 12.628,70 (doze mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta centavos).

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 09 de abril de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

AUTORIZAÇÃO DISPENSA 029.2020

Publicação Nº 2435510

A U T O R I Z A Ç Ã O

DISPENSA DE LICITAÇÃO 029/2020

Objeto: Aquisição de EPI - Equipamento de Proteção Individual (Luvas descartáveis), para os profissionais de saúde que exercem função junto aos equipamentos públicos de saúde nos municípios consorciados ao CISAMVI, como medida de enfrentamento de emergência decorrente do Coronavírus/COVID19.

Após análise da Justificativa do Processo de Dispensa de Licitação nº 029/2020, afigurando-me que a contratação é legal, nos termos

permissivos do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, e Lei Federal nº 13.979/2020, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a aquisição do objeto supramencionado por intermédio de contratação direta com Yelo Com. Mat. Hospitalares Ltda. – CNPJ 09.046.469/0001-36, pelo valor de R\$ 68.266,00 (sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e seis reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 09 de abril de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

EXTRATO DISPENSA 028.2020

Publicação Nº 2435390

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 033/2020

Dispensa: 028/2020

Objeto: Aquisição de EPI - Equipamento de Proteção Individual (Luvas e Toucas descartáveis), para os profissionais de saúde que exercem função junto aos equipamentos públicos de saúde nos municípios consorciados ao CISAMVI, como medida de enfrentamento de emergência decorrente do Coronavírus/COVID19.

Contratado: MultiEPI's – CNPJ 28.036.510/0001-38

Valor total: R\$ 12.628,70 (doze mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta centavos)

Data de vigência: Entrega imediata após a publicação deste Extrato.

Base legal: Artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005, e Lei Federal nº 13.979/2020.

Blumenau/SC, 09 de abril de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

EXTRATO DISPENSA 029.2020

Publicação Nº 2435511

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 034/2020

Dispensa: 029/2020

Objeto: Aquisição de EPI - Equipamento de Proteção Individual (Luvas descartáveis), para os profissionais de saúde que exercem função junto aos equipamentos públicos de saúde nos municípios consorciados ao CISAMVI, como medida de enfrentamento de emergência decorrente do Coronavírus/COVID19.

Contratado: Yelo Com. Mat. Hospitalares Ltda. – CNPJ 09.046.469/0001-36

Valor total: R\$ 68.266,00 (sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e seis reais)

Data de vigência: Entrega imediata após a publicação deste Extrato.

Base legal: Artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005, e Lei Federal nº 13.979/2020.

Blumenau/SC, 09 de abril de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

RATIFICAÇÃO DISPENSA 028.2020

Publicação Nº 2435391

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 028/2020

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005 e Lei Federal nº 13.979/2020, RATIFICO os atos do procedimento em favor de MultiEPI's – CNPJ 28.036.510/0001-38, para a aquisição de EPI - Equipamento de Proteção Individual (Luvas e Toucas descartáveis), para os profissionais de saúde que exercem função junto aos equipamentos públicos de saúde nos municípios consorciados ao CISAMVI, como medida de enfrentamento de emergência decorrente do Coronavírus/COVID19.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 09 de abril de 2020.
Cleones Hostins
Diretor Executivo

RATIFICAÇÃO DISPENSA 029.2020

Publicação Nº 2435513

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 029/2020

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005 e Lei Federal nº 13.979/2020, RATIFICO os atos do procedimento em favor de Yelo Com. Mat. Hospitalares Ltda. – CNPJ 09.046.469/0001-36, para a aquisição de EPI - Equipamento de Proteção Individual (Luvas descartáveis), para os profissionais de saúde que exercem função junto aos equipamentos públicos de saúde nos municípios consorciados ao CISAMVI, como medida de enfrentamento de emergência decorrente do Coronavírus/COVID19.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 09 de abril de 2020.
Cleones Hostins
Diretor Executivo

CONDER

PARECER JURIDICO Nº 32.2020 - ABC - ITEM 253 - OCULOS DE SEGURANÇA - PEDIDO DE REEQUILÍBRIO - DEFERIDO

Publicação Nº 2435038

PARECER JURÍDICO Nº 032/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

1 – RELATÓRIO

A empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de Nº 253 – ÓCULOS DE SEGURANÇA - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que devido a pandemia de COVID-19 o produto sofreu considerável aumento, juntando documentos no afã de comprovar suas alegações.

Passa-se a analisar o pleito.

2 - DO MÉRITO

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

"... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá."

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento."

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

(...)

"Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico-financeiro."

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, bem como dos aumentos provocados em vista do atual cenário.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação e que apresentaram registro válido para o item 253 – Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda e Altermed Material Médico Hospitalar - tendo as mesmas confirmado o aumento do produto no mercado e a impossibilidade de fornecer o item pelos valores inicialmente registrados.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro pretendido pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda, eis que a elevação do preço de comercialização do produto deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor do item em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública.

3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, COMPROVADA E JUSTIFICADA a existência de caso fortuito e de força maior que determinou aumento e indisponibilidade do produto no mercado OPINO seja DEFERIDO O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO ITEM Nº 253 do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor de R\$ 3,96 por unidade do óculos de segurança.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 09 de abril de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

OAB/SC 21.448

Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido de reequilíbrio econômico financeiro apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda em relação ao item 253 – óculos de segurança - do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor de R\$ 3,96 por unidade do óculos de proteção, devendo serem adotadas as providências necessárias para tais alterações.

Notifique-se a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão, destacando-se que o reequilíbrio econômico financeiro passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pelo valor registrado para o item.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 09 de abril de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente do CONDER

PARECER JURIDICO Nº 33.2020 - ABC - ITEM 149 - FIO DE SUTURA 2.0 - PEDIDO DE REEQUILÍBRIO - DEFERIDO

Publicação Nº 2435421

PARECER JURÍDICO Nº 033/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda.

1 – RELATÓRIO

A empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de Nº 149 – FIO DE SUTURA 2.0 - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que devido à pandemia de COVID-19 o produto passa por grande volatilidade mercantil e sofreu considerável aumento. Juntou documentos no afã de comprovar suas alegações.

Passa-se a analisar o pleito.

2 - DO MÉRITO

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento.”

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”

(...)

“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete e equação econômico-financeiro.”

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos provocados por esta situação.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação e que cotaram o item 149 – Medicamentos de AZ Eireli e Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - tendo as mesmas confirmadas à elevação dos preços no mercado após a homologação do processo licitatório em comento no qual o item foi registrado pelo valor de R\$ 24,19 à caixa com 24 unidades.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro, eis que a elevação do preço de comercialização do produto deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor do item em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública.

Nada obstante, em relação aos preços praticados para o item 149 a empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda informou que teria condições de assumir o item da mesma marca registrada – Procure - pelo valor de R\$ 28,47 a caixa com 24 unidades.

Assim o sendo, embora seja inconteste o aumento do preço do item 149 no mercado, a empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda informou ter disponibilidade em assumir o item pelo valor de R\$ 28,47 à caixa com 24 unidades enquanto a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda pleiteia o reequilíbrio do item para o valor de R\$ 30,24 razão pela qual o deferimento de reequilíbrio financeiro deve orientar-se pelo menor valor apresentado nas diligências realizadas.

Nestes termos, havendo interessado habilitado em fornecer o item pelo valor abaixo do reequilíbrio pretendido pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda entendo que o reequilíbrio concedido para o item deverá ser para o valor de R\$ 28,47 a caixa com 24 unidades.

3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro, eis que a elevação do preço de comercialização do referido item deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor do item em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública nacional.

Assim o sendo, OPINO seja deferido o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 149 – fio de sutura 2.0 - do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor da caixa com 24 unidades como sendo R\$ 28,47 (vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).

Ainda, OPINO seja a empresa ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA certificada do reequilíbrio econômico financeiro concedido e para que manifeste seu interesse em fornecer o item pelo novo valor reequilibrado e, acaso esta empresa não possua interesse em continuar fornecendo o item, seja a empresa DENTAL SHOW COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA certificada para a entrega do item, pelo valor reequilibrado.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 09 de abril de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

OAB/SC 21.448

Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 149 – fio de sutura 2.0 caixa com 24 unidades - do Processo Licitatório nº 006/2020,

Pregão Presencial nº 004/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do item como sendo R\$ 28,47 (vinte e oito reais e quarenta e sete centavos) devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Ademais, comunique-se a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão e para que no prazo de 02 (dois) dias informe a este consórcio seu interesse em fornecer o item 149 pelo valor reequilibrado e, no caso de não interesse desta empresa, seja então comunicada à empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda para que passe a efetuar a entrega do item pelo valor reequilibrado.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda pelo valor registrado para o item.

Notifiquem-se as empresas ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda e Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 09 de abril de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente do CONDER

PARECER JURIDICO Nº 34.2020 - ABC - ITEM 152 - FIO DE SUTURA 3.0 - PEDIDO DE REEQUILÍBRIO - DEFERIDO

Publicação Nº 2435422

PARECER JURÍDICO Nº 034/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda.

1 – RELATÓRIO

A empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de Nº 152 – FIO DE SUTURA 3.0 - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que devido à pandemia de COVID-19 o produto passa por grande volatilidade mercantil e sofreu considerável aumento. Juntou documentos no afã de comprovar suas alegações.

Passa-se a analisar o pleito.

2 - DO MÉRITO

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por

aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

"... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá."

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento."

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

(...)

"Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete e equação econômico-financeiro."

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos provocados por esta situação.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação e que cotaram o item 152 – Medicamentos de AZ Eireli e Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - tendo as mesmas confirmadas à elevação dos preços no mercado após a homologação do processo licitatório em comento no qual o item foi registrado pelo valor de R\$ 24,35 à caixa com 24 unidades.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro, eis que a elevação do preço de comercialização do produto deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor do item em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública.

Nada obstante, em relação aos preços praticados para o item 152 a empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda informou que teria condições de assumir o item da mesma marca registrada – Procure - pelo valor de R\$ 28,47 a caixa com 24 unidades.

Assim o sendo, embora seja inconteste o aumento do preço do item 152 no mercado, a empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda informou ter disponibilidade em assumir o item pelo valor de R\$ 28,47 à caixa com 24 unidades enquanto a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda pleiteia o reequilíbrio do item para o valor de R\$ 30,43 razão pela qual o deferimento de reequilíbrio financeiro deve orientar-se pelo menor valor apresentado nas diligências realizadas.

Nestes termos, havendo interessado habilitado em fornecer o item pelo valor abaixo do reequilíbrio pretendido pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda entendo que o reequilíbrio concedido para o item deverá ser para o valor de R\$ 28,47 a caixa com 24 unidades.

3 – DA CONCLUSÃO

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão de reequilíbrio econômico financeiro, eis que a elevação do preço de comercialização do referido item deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor do item em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública nacional.

Assim o sendo, OPINO seja deferido o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 152 – fio de sutura 3.0 - do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor da caixa com 24 unidades como sendo R\$ 28,47 (vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).

Ainda, OPINO seja a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda notificada do reequilíbrio econômico financeiro concedido e para que manifeste seu interesse em fornecer o item pelo novo valor reequilibrado e, acaso esta empresa não possua interesse em continuar fornecendo o item, seja a empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda notificada para a entrega do item, pelo valor reequilibrado.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 09 de abril de 2020.
ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO
OAB/SC 21.448
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item nº 152 – fio de sutura 3.0 caixa com 24 unidades - do Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do item como sendo R\$ 28,47 (vinte e oito reais e quarenta e sete centavos) devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Ademais, comunique-se a empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão e para que no prazo de 02 (dois) dias informe a este consórcio seu interesse em fornecer o item 152 pelo valor reequilibrado e, no caso de não interesse desta empresa, seja então comunicada à empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda para que passe a efetuar a entrega do item pelo valor reequilibrado.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda pelo valor inicialmente registrado para o item.

Notifiquem-se as empresas ABC Distribuidora de Medicamentos Ltda e Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda desta decisão.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 09 de abril de 2020.
GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER

PARECER JURIDICO Nº 36.2020 -RG2S - ITEM 252 – VERAPAMIL 80 MG COMP - PEDIDO DESCLASSIFICAÇÃO INDEFERIDO - POSSIBILIDADE TROCA MARCA

Publicação Nº 2435436

PARECER JURÍDICO Nº 036/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

ASSUNTO: análise de pedido de desistência/cancelamento de item apresentado pela empresa RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda.

1 - RELATÓRIO

A empresa RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 252 – verapamil 80 mg comprimido - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Após isso, a aludida empresa apresentou pedido de desistência/cancelamento do item ao argumento de que em vista da pandemia mundial do COVID-19 o item estaria indisponível no mercado, razão pela qual não teria condições de fornecer o produto, pleito este que passa a ser analisado.

2 - DO MÉRITO

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se

registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

Em que pese à empresa RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda ter firmado com este consórcio Ata de Registro de Preços na qual se obrigou a proceder à entrega do item 252 – verapamil 80 mg comprimido da marca GERMED - posteriormente a isto, solicitou o cancelamento/desistência do item calçado na indisponibilidade do produto no mercado.

Nada obstante, em diligências realizadas junto aos setores farmacêuticos dos municípios consorciados constatou-se que outras marcas/laboratórios estão com o item disponível no mercado.

Diante das informações apuradas tenho que a situação de indisponibilidade do item 252 apontado pela empresa RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda trata-se de situação isolada e momentânea do laboratório registrado, de modo que entendo não ser necessário o cancelamento/desistência do item.

De outro norte, em situação excepcional como a apontada pela empresa RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda, entendo ser o caso de possibilitar a alteração da marca inicialmente registrada por outra DESDE QUE DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE.

3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo que não é o caso de cancelamento/desistência do item, MAS SIM DE SE POSSIBILITAR ao vencedor do processo licitatório do item 252 – verapamil 80 mg comprimido - a substituição da marca inicialmente registrada – GERMED – por outra, observando-se todavia o mesmo padrão de qualidade da marca registrada, enquanto persistir o desabastecimento do produto pela marca registrada, mantendo-se as demais obrigações assumidas pela empresa RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda na respectiva Ata de Registro de Preços, sob pena de incidência das penalidades e multas elencadas no Edital do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste/SC, 09 de abril de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

OAB/SC 21.448

Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo não acolhimento do pedido de cancelamento/desistência apresentado pela empresa RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda ANTE A POSSIBILIDADE DE CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DO ITEM, com a substituição da marca inicialmente registrada por outra de mesma ou superior qualidade, durante o período em que o laboratório registrado – Germed – estiver com o produto indisponível, mantendo-se a obrigação desta ao fornecimento do item 252 – verapamil 80 mg comprimido - sob pena de incidência das penalidades e multas elencadas no Edital do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 e respectiva Ata de Registro de Preço.

Intime-se a empresa RG2S Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão e para que adote as providências determinadas, devendo a mesma informar ao CONDER qual será a marca do item a ser fornecido de ora em diante, para que sejam realizadas as alterações necessárias.

Após, dê-se ciência aos interessados.

São Miguel do Oeste/SC, 09 de abril de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente do CONDER

PARECER JURIDICO Nº 37.2020 - SOMA - ITEM 463 – AMILORIDA + HIDROCLOROTIAZIDA 5MG - PEDIDO DESISTENCIA INDEFERIDO - DEFERIDO A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

Publicação Nº 2435437

PARECER JURÍDICO Nº 037/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: análise de pedido de cancelamento de item apresentado pela empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

1 - RELATÓRIO

A empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 463 – amilorida + hidroclorotiazida 5mg + 50 mg comprimido - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de

Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Após isso, a aludida empresa apresentou pedido cancelamento do item ao argumento de falta de matéria prima para a fabricação do medicamento em vista de suspensão de importação decorrente da crise mundial de saúde da indisponibilidade do produto no mercado, o que inviabilizaria eventual substituição da marca registrada, pleito este que passa a ser analisado.

2 - DO MÉRITO

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

Em que pese à empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda ter firmado com este consórcio Ata de Registro de Preços na qual se obrigou a proceder a entrega do item 463 – amilorida + hidroclorotiazida 5mg + 50mg - posteriormente a isto, solicitou o cancelamento do item.

Em diligências realizadas junto às demais empresas que participaram do processo licitatório e aqui cabe registrar que o referido item somente foi cotado pela empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda e pela empresa Angeomed Comercio de Produtos Médicos Hospitalares Eirelli pela marca SEM, constatou-se a indisponibilidade do medicamento no mercado, de modo que hodiernamente o mercado encontra-se desabastecido do item.

Assim o sendo, tem-se que se trata de situação excepcional e alheia a qualquer condutada adotada pela empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda, de modo que em vista da indisponibilidade do medicamento no mercado não há como se exigir que a empresa seja compelida a fazer a entrega do item.

Contudo, tal indisponibilidade é momentânea e não atinge somente o laboratório registrado pela empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda, mas sim todo o mercado, razão pela qual não se justifica o cancelamento do item, vez que as demais empresas participantes do processo licitatório também não terão possibilidade de fornecer o medicamento, justificando-se, todavia, a suspensão temporária de fornecimento do medicamento até que seja restabelecida a sua disponibilidade no mercado.

3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pelo INDEFERIMENTO do pedido de cancelamento do item 463 – amilorida + hidroclorotiazida 5mg + 50 mg apresentado pela empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda.

Contudo, considerando a situação relatada pela empresa requerente, confirmada por outra empresa que participou do processo licitatório e setores farmacêuticos dos municípios consorciados, tem-se que a falta do medicamento no mercado é situação incontestada e que impossibilita a entrega imediata do medicamento, razão pela qual opino pela SUSPENSÃO TEMPORÁRIA NO FORNECIMENTO DO ITEM 463 – AMILORIDA + DIDROCLOROTIAZIDA 5MG + 50 MG - até que a distribuição do mesmo seja normalizada no mercado, consignando desde já que tão logo a situação no mercado se normalize e o medicamento volte a ser distribuído, a empresa requerente deverá informar a situação ao CONDER e retomar a entrega do ITEM, conforme necessidades e pedidos dos municípios consorciados.

Consigne-se que se omitindo de proceder da forma acima exposta, a empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda fica sujeita a incidência das penalidades e multas elencadas no Edital do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 e respectiva Ata de Registro de Preço.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste/SC, 09 de abril de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

OAB/SC 21.448

Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO não acolher o pedido de cancelamento do item 463 – amilorida + hidroclorotiazida 5mg + 50 mg - apresentado pela empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda mantendo-se a obrigação desta ao fornecimento do medicamento.

Contudo em vista da falta do medicamento no mercado SUSPENDO TEMPORARIAMENTE A OBRIGAÇÃO DA EMPRESA EM PROCEDER A ENTREGA DO REFERIDO MEDICAMENTO até que o mesmo volte a ser distribuído, quando então a empresa deverá comunicar a este consórcio o reabastecimento do mercado e retomar sua entrega, sob pena de incidência das penalidades e multas elencadas no Edital do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 e respectiva Ata de Registro de Preço.

Ademais, em vista da suspensão temporária de fornecimento do item, há cada 15 (quinze) dias, a contar da intimação desta decisão, a empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda deverá comprovar perante este consórcio, através de documentos inidôneos, a persistência da indisponibilidade do item no mercado, sob pena de responsabilização.

Intime-se a empresa Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda desta decisão e para que adote as providências determinadas.

Dê-se ciência desta decisão aos demais interessados.

São Miguel do Oeste/SC, 09 de abril de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente do CONDER